

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor

*José Daniel Diniz Melo*

Chefe do Departamento de Psicologia

*Cândida Maria Bezerra Dantas*

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia

*Isabel Fernandes de Oliveira*

**ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)**

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

Volume 26, Número 4, 2021

### EDITORAS

Ana Ludmila F. Costa (UFRN)

Raquel Farias Diniz (UFRN)

### EDITORES DE SEÇÃO

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:

*Arrilton Araújo e Izabel Hazin*

Psicologia Social do Trabalho:

*Felipe Coelho Lima, Cassio Adriano Braz de Aquino e Sabrina*

*Cavalcanti Barros*

Temas em políticas sociais:

Assistência social e sistema de garantia de direitos

*Tatiana Minchoni e Renata Monteiro*

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos

Contextos socioambientais:

*Fernanda Fernandes Gurgel e Tadeu Mattos Farias*

### GERENTE EDITORIAL

Ana Ludmila F. Costa

### COMISSÃO EDITORIAL

**Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:** *Aline Beckmann de Castro Menezes, Briseida Dôgo de Resende, Cintia Azoni, Cláudia Berlim de Mello, Fabián Javier Marín Rueda, Fabíola da Silva Albuquerque, Marco Antonio Correa Varella, Nelson Torro Alves, Pablo Valdez Ramírez, Ronaldo Santos, Sebastião de Sousa Almeida, Verônica Sandra Valentinuzzi*

**Psicologia Social do Trabalho:** *Alicia Omar, Aline Venceslau Vieira de Lima, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, Lígia Carolina Oliveira Silva, Livia de Oliveira Borges, Manoela Ziebell de Oliveira, Marcelo Afonso Ribeiro, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Priscilla Martins Silva, Sonia Maria Guedes Gondim, Tatiana de Lucena Torres, Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo, Thais Zerbin, Thiago Drummond de Moraes*

**Temas em políticas sociais: assistência social e sistema de garantia de direitos:** *Antonio Euzébio Filho, Betanea Moreira de Moraes, Katia Maheirie, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, Luciana Souza Borges, Manuella Castelo Branco Pessoa, Maria Juracy Filgueras Toneli, Pablo Queiroz, Raquel Guzzo*

**Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos contextos socioambientais:** *Gleice Azambuja Elali, Héctor Berroeta, James Ferreira Moura Jr., Soraya Souza de Andrade, Susana Batel*

### PROPOSTA EDITORIAL

Estudos de Psicologia (Natal) é uma publicação eletrônica trimestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica trabalhos inéditos, sejam relatos de pesquisa empírica, estudos teóricos e de revisão. Os fascículos são publicados via portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)>

## CONSELHO CIENTÍFICO

Acacia Aparecida Angeli dos Santos, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Emma Otta Emmanuel Zagury Tourinho, Jorge Castellá Sarriera, José Carlos Zanelli, José de Queiroz Pinheiro, Leôncio Camino, Lucia Rabello de Castro, Luís Flávio Silva Couto, Maria Bernadete de Oliveira, Maria de Fátima Souza Santos, Maria do Carmo Guedes, Maria Emília Yamamoto, Nádia Maria Dourado Rocha, Oswaldo Hajime Yamamoto, Paulo Rogério Meira Menandro, Rosalina Carvalho da Silva, Sergio Ozella, Sergio Vasconcelos de Luna, Zeidi Araújo Trindade.

### EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

*Aline Maya | Tikinet*

### APOIO EDITORIAL

*Danielle da Silva Dantas*

### REVISÃO

*Cláudia Maria de Farias Nóbrega*

*Marllam Mohtadi Ghanbarian*

### AVALIAÇÃO DOS MANUSCRITOS E DIREITOS AUTORAIS

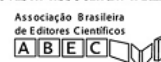
Os manuscritos encaminhados para Estudos de Psicologia devem seguir as diretrizes para autores disponíveis em <<http://pepsic.bvsalud.org/revistas/epsic/pinstruc.htm>>. Os trabalhos serão aceitos ou recusados pela Editoria, com base nas recomendações dos membros do Conselho Científico e/ou consultores ad hoc. A aprovação dos textos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a Estudos de Psicologia (Natal). O autor continuará, não obstante, a deter os direitos autorais para publicações posteriores.

### INDEXADORES

Indexada em SCOPUS (Elsevier); Sociological Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); PSICODOC (Colegio Oficial de Psicólogos/ Universidad Complutense de Madrid); CLASE (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e INDEXPSI (CFP/PUCCAMP). Disponível, em versão de texto integral, no portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC)



Revista associada à ABEC



Financiamento



Classificação CAPES (Qualis) – A1

### ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caixa Postal 1622, Natal/RN.

CEP: 59078-970. E-mail: [revpsi@cchla.ufrn.br](mailto:revpsi@cchla.ufrn.br) - Tel: (84) 3342-2236 (ramal 5).

Submissões e processo editorial: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)

Acervo de artigos em texto integral: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

estudos de psicologia (Natal). - v. 26, n. 4 (outubro a dezembro 2021) - - Natal: UFRN. Edufrn, 1996-

Trimestral

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

1. Psicologia - Periódico

## Sumário

<b>Editorial</b> .....	345
<b>Psicobiologia e Psicologia Cognitiva</b>	
<i>Impactos à saúde mental e intervenções possíveis frente à COVID-19: uma revisão sistemática da literatura</i> Fernanda Fernandes Rodrigues (Núcleo Assistencial Humberto de Campos e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina), Alexandre Feltens (Universidade do Vale do Itajaí e Unimed Litoral), Karen Rayany Ródio Trevisan (Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Cesusc), Roberta Borghetti Alves (Universidade do Vale do Itajaí), Taise Fernanda Kohler (Centro Universitário Central Paulista e Centro de Atenção Psicossocial) .....	348
<b>Psicologia Social do Trabalho</b>	
<i>Impacto do isolamento social no cotidiano de mães em homeoffice durante a pandemia de COVID-19</i> Thassia Souza Emidio (Universidade Estadual Paulista), Mary Yoko Okamoto (Universidade Estadual Paulista), Manoel Antônio dos Santos (Universidade de São Paulo) .....	358
<i>Normalidade no trabalho sob o olhar da psicodinâmica do trabalho: uma revisão integrativa</i> Jane Pereira Araújo (Universidade de Brasília), Lêda Gonçalves de Freitas (Universidade Católica de Brasília) .....	370
<b>Temas em Políticas Sociais: Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos</b>	
<i>(Re)união, feira e horta: expressões do trabalho intersetorial de um território</i> Letícia de Andrade (Universidade da Região de Joinville), Allan Henrique Gomes (Universidade da Região de Joinville e Associação Catarinense de Ensino), Kátia Maheirie (Universidade Federal de Santa Catarina) .....	380
<i>O cuidado na perspectiva de familiares de pessoas com deficiência: revisão integrativa</i> Taimara Foresti (Universidade Federal de Santa Catarina), Maísa Hodecker (Universidade Federal de Santa Catarina), Andréa Barbará da Silva Bousfield (Universidade Federal de Santa Catarina) .....	392
<i>Estado autoritário na periferia do capitalismo: notas sobre a violência policial em tempos de crise do capital</i> Gustavo de Aguiar Campos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Isabel Fernandes de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Ana Vlândia Holanda Cruz (Centro Universitário Fanor Wyden) .....	404
<i>Controvérsias sobre ensino remoto em escolas no isolamento social: um estudo dos posicionamentos de entidades brasileiras da educação e psicologia</i> Celso Francisco Tondin (Universidade Federal de São João del-Rei), Deborah Rosária Barbosa (Universidade Federal de Minas Gerais), Elenice Procópio Araújo (Sincroniza Educação), Marielle Costa Silva (Centro Universitário de Ciências Gerenciais de Manhuaçu), Stela Maris Bretas Souza (Centro Universitário do Leste de Minas Gerais), Deruchette Danire Henriques Magalhães (Faculdade de Medicina de Itajubá), Aline Campolina Andrade (Universidade Federal de São João del-Rei), Fernanda de Cássia Oscar Otaciano (Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves) .....	412
<b>Aspectos Psicossociais das Interações Entre Pessoas e Diversos Contextos Socioambientais</b>	
<i>Territorialidade e medo do crime: questões conceituais e desafios metodológicos na prevenção criminal</i> Isângelo Senna (Polícia Militar do Distrito Federal), Fabio Iglesias (Universidade de Brasília), Lucas Heiki Matsunaga, Caroline Cardoso Machado (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos de Brasília) .....	424
<i>Ambientes restauradores para universitários(as): uma revisão integrativa</i> Letícia Iglesias (Universidade do Vale do Itajaí), Roberta Borghetti Alves (Universidade do Vale do Itajaí), Júlia Roberta da Silva (Universidade do Vale do Itajaí), Rafaela Rodrigues Sonda (Universidade do Vale do Itajaí) .....	434
<i>O Genograma para compreensão do processo migratório de famílias em vulnerabilidade social</i> Olga Maria Pimentel Jacobina (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Acileide Cristiane Fernandes Coelho (Universidade de Brasília e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Lorena Braga Antunes Juliano (Universidade de Brasília e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Jacques Rheaume (University of Quebec e University Integrated Center of Health and Social Services) .....	445

## Contents

<b>Editorial</b> .....	345
<b>Psychobiology and Cognitive Psychology</b>	
<i>Mental Health impacts and possible interventions against COVID-19: a systematic review of literature</i> Fernanda Fernandes Rodrigues (Núcleo Assistencial Humberto de Campos e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina), Alexandre Feltens (Universidade do Vale do Itajaí e Unimed Litoral), Karen Rayany Ródio Trevisan (Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Cesusc), Roberta Borghetti Alves (Universidade do Vale do Itajaí), Taise Fernanda Kohler (Centro Universitário Central Paulista e Centro de Atenção Psicossocial) .....	348
<b>Social Work Psychology</b>	
<i>Impact of social isolation on the daily lives of homeoffice working moms during the COVID-19 pandemic</i> Thassia Souza Emidio (Universidade Estadual Paulista), Mary Yoko Okamoto (Universidade Estadual Paulista), Manoel Antônio dos Santos (Universidade de São Paulo) .....	358
<i>Normality at work from the perspective of workplace psychodynamics: an integrative review.</i> Jane Pereira Araújo (Universidade de Brasília), Lêda Gonçalves de Freitas (Universidade Católica de Brasília) .....	370
<b>Themes in Social Policies: Social Assistance and Assurance System of Rights</b>	
<i>Re(union), market and vegetable plot: expressions of intersectoral work in a territory</i> Letícia de Andrade (Universidade da Região de Joinville), Allan Henrique Gomes (Universidade da Região de Joinville e Associação Catarinense de Ensino), Kátia Maheirie (Universidade Federal de Santa Catarina).....	380
<i>Caring from the perspective of family members of a disabled person</i> Taimara Foresti (Universidade Federal de Santa Catarina), Maísa Hodecker (Universidade Federal de Santa Catarina), Andréa Barbará da Silva Bousfield (Universidade Federal de Santa Catarina) .....	392
<i>Authoritarian state on the periphery of capitalism: notes on police violence in times of crisis of capital</i> Gustavo de Aguiar Campos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Isabel Fernandes de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Ana Vlândia Holanda Cruz (Centro Universitário Fanor Wyden) .....	404
<i>Controversies about remote learning in schools in social isolation: a study of the stance of Brazilian education and psychology entities</i> Celso Francisco Tondin (Universidade Federal de São João del-Rei), Deborah Rosária Barbosa (Universidade Federal de Minas Gerais), Elenice Procópio Araújo (Sincroniza Educação), Marielle Costa Silva (Centro Universitário de Ciências Gerenciais de Manhuaçu), Stela Maris Bretas Souza (Centro Universitário do Leste de Minas Gerais), Deruchette Danire Henriques Magalhães (Faculdade de Medicina de Itajubá), Aline Campolina Andrade (Universidade Federal de São João del-Rei), Fernanda de Cássia Oscar Otaciano (Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves) .....	412
<b>Psychosocial Aspects of Interactions Between People and Various Socio-Environmental Contexts</b>	
<i>Territoriality and fear of crime: conceptual issues and methodological challenges in crime prevention</i> Isângelo Senna (Polícia Militar do Distrito Federal), Fabio Iglesias (Universidade de Brasília), Lucas Heiki Matsunaga, Caroline Cardoso Machado (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos de Brasília) .....	424
<i>Restorative environments for university students: an integrative review</i> Letícia Iglesias (Universidade do Vale do Itajaí), Roberta Borghetti Alves (Universidade do Vale do Itajaí), Júlia Roberta da Silva (Universidade do Vale do Itajaí), Rafaela Rodrigues Sonda (Universidade do Vale do Itajaí) .....	434
<i>The Genogram for understanding the migratory process of families in social vulnerability</i> Olga Maria Pimentel Jacobina (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Acileide Cristiane Fernandes Coelho (Universidade de Brasília e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Lorena Braga Antunes Juliano (Universidade de Brasília e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Jacques Rheume (University of Quebec e University Integrated Center of Health and Social Services) .....	445

## Contenido

<b>Editorial</b> .....	345
<b>Psicobiología y Psicología Cognitiva</b>	
<i>Impactos en la Salud Mental y posibles intervenciones frente al COVID-19: una revisión sistemática de la literatura</i> Fernanda Fernandes Rodrigues (Núcleo Assistencial Humberto de Campos e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina), Alexandre Feltens (Universidade do Vale do Itajaí e Unimed Litoral), Karen Rayany Ródio Trevisan (Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Cesusc), Roberta Borghetti Alves (Universidade do Vale do Itajaí), Taise Fernanda Kohler (Centro Universitário Central Paulista e Centro de Atenção Psicossocial).....	348
<b>Psicología Social del Trabajo</b>	
<i>Impacto del aislamiento social en la vida cotidiana de las madres que trabajan en modo homeoffice durante la pandemia de COVID-19</i> Thassia Souza Emidio (Universidade Estadual Paulista), Mary Yoko Okamoto (Universidade Estadual Paulista), Manoel Antônio dos Santos (Universidade de São Paulo) .....	358
<i>Normalidad en el trabajo desde la perspectiva de la psicodinámica del trabajo: una revisión integrativa</i> Jane Pereira Araújo (Universidade de Brasília), Lêda Gonçalves de Freitas (Universidade Católica de Brasília) .....	370
<b>Temas en Políticas Sociales: Asistencia Social y Sistema de Garantía de Derechos</b>	
<i>(Re)unión, feria y huerta: expresiones del trabajo intersectorial de un territorio</i> Letícia de Andrade (Universidade da Região de Joinville), Allan Henrique Gomes (Universidade da Região de Joinville e Associação Catarinense de Ensino), Kátia Maheirie (Universidade Federal de Santa Catarina).....	380
<i>El cuidado desde la perspectiva de los familiares de personas con discapacidad: una revisión integrativa</i> Taimara Foresti (Universidade Federal de Santa Catarina), Maísa Hodecker (Universidade Federal de Santa Catarina), Andréa Barbará da Silva Bousfield (Universidade Federal de Santa Catarina) .....	392
<i>Estado autoritario en la periferia del capitalismo: notas sobre la violencia policial en tiempos de crisis de capital</i> Gustavo de Aguiar Campos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Isabel Fernandes de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Ana Vlândia Holanda Cruz (Centro Universitário Fanor Wyden) .....	404
<i>Controversias sobre la educación a distancia en escuelas durante el aislamiento social: un estudio de los posicionamientos de las entidades brasileñas de educación y psicología</i> Celso Francisco Tondin (Universidade Federal de São João del-Rei), Deborah Rosária Barbosa (Universidade Federal de Minas Gerais), Elenice Procópio Araújo (Sincroniza Educação), Marielle Costa Silva (Centro Universitário de Ciências Gerenciais de Manhuaçu), Stela Maris Bretas Souza (Centro Universitário do Leste de Minas Gerais), Deruchette Danire Henriques Magalhães (Faculdade de Medicina de Itajubá), Aline Campolina Andrade (Universidade Federal de São João del-Rei), Fernanda de Cássia Oscar Otaciano (Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves) .....	412
<b>Aspectos Psicosociales de las Interacciones entre Personas y Varios Contextos Socioambientales</b>	
<i>Territorialidad y miedo al crimen: cuestiones conceptuales y desafíos metodológicos en la prevención criminal</i> Isângelo Senna (Polícia Militar do Distrito Federal), Fabio Iglesias (Universidade de Brasília), Lucas Heiki Matsunaga, Caroline Cardoso Machado (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos de Brasília).....	424
<i>Ambientes restauradores para estudiantes universitarios: una revisión integrativa</i> Letícia Iglesias (Universidade do Vale do Itajaí), Roberta Borghetti Alves (Universidade do Vale do Itajaí), Júlia Roberta da Silva (Universidade do Vale do Itajaí), Rafaela Rodrigues Sonda (Universidade do Vale do Itajaí) .....	434
<i>El Genograma para comprender el proceso migratorio de familias en vulnerabilidad social</i> Olga Maria Pimentel Jacobina (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Acileide Cristiane Fernandes Coelho (Universidade de Brasília e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Lorena Braga Antunes Juliano (Universidade de Brasília e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal), Jacques Rheaume (University of Quebec e University Integrated Center of Health and Social Services) .....	445

## Editorial

### Agilidade e qualidade na comunicação científica

Ana Ludmila Freire Costa  
Raquel Farias Diniz

Iniciamos o volume 26 anunciando mudanças na Estudos de Psicologia (Natal). Na ocasião (conferir editorial do fascículo 26.1), nos apresentamos como nova editoria geral e sinalizamos que novas mudanças estavam por vir.

A partir do volume 27 (2022) adotaremos a publicação dos fascículos em periodicidade quadrimestral - apesar disso significar um fascículo anual a menos, nos comprometemos a não reduzir a quantidade total de artigos publicados por ano.

A motivação para tal mudança é garantir mais agilidade na divulgação dos manuscritos aceitos. Pode parecer contraditório, mas considerando o alto custo (humano e financeiro) necessário para publicar um número, a redução na quantidade de fascículos mantendo o mesmo montante anual de artigos nos parece uma solução satisfatória, a fim de cumprir nosso compromisso com os prazos assumidos.

De fato, a periodicidade e a quantidade de artigos publicados durante um ano são importantes indicadores da capacidade editorial de um periódico científico. Em algum momento da história recente da publicação científica nacional em Psicologia houve a orientação de aumentar a periodicidade, de quadrimestral a trimestral, caso um periódico venha a publicar, regularmente, mais de dez textos por número (Guedes, 2011). Se por um lado, tal medida pode indicar tentativa de garantir mais agilidade ao diminuir o tempo de publicação entre os números (antes 4 meses, agora só 3), por outro lado, escamoteia o aumento de trabalho para as editorias, pareceristas e toda a secretaria e prestadores de serviço. Como possível consequência, a periodicidade trimestral não consegue ser cumprida com pontualidade e regularidade, comprometendo a velocidade da publicação, tão necessária ao fazer científico. Esse fenômeno já era alertado por Maria Lucia Boarini (2004) há quase 20 anos.

Boarini também acrescentou possíveis associações indesejáveis entre o aumento da periodicidade e o produtivismo acadêmico, pontuando a inadequação de se aplicar o ritmo de publicação das *hard sciences* como uma realidade generalizada para todos os campos. Isto porque não há como desconsiderar as diferenças entre as áreas do conhecimento quanto à necessidade da velocidade da comunicação frente à obsolescência das questões científicas.

A relação entre a garantia da qualidade científica e a busca por agilidade, de acordo com Satler (2020), apesar de tensionada, encontra equilíbrio por meio da publicação em fluxo contínuo. Considerada, atualmente, o padrão ouro quanto à disponibilidade do material científico, a publicação em fluxo contínuo garante o acesso imediato aos trabalhos recém aprovados, sem a pressão de alcançar a quantidade necessária de artigos para compor um número no prazo estabelecido. Esta, certamente, é uma meta buscada por Estudos de Psicologia (Natal).

No que se refere à garantia da qualidade do material veiculado, o processo de revisão pelos pares, certamente, é a principal ferramenta, sobre a qual debateremos em outro editorial.

Por ora, com o intuito de agradecer por tão inestimável contribuição, publicamos a seguir a lista de nossa consultoria *ad hoc* ao longo de 2021. A vocês, devemos nossa capacidade de manter o rigor acadêmico em nossas edições.

## Referências

- Boarini, M. L. (2004). Em discussão a periodicidade de uma publicação científica. *Psicologia em Estudo*, 9 (1), 1-2 <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000100001>>
- Guedes, M. C. (2011). Equívocos na publicação científica: algumas considerações. *Psicologia USP*, 22 (2), 387-398. <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642011000200006>>
- Satler, L. L. (2020). Existe Ciência da Comunicação e Informação?. *Comunicação & Informação*, 22. <https://doi.org/10.5216/ci.v22i.62982>



## Nominata - Consultoria *ad hoc* 2021

Adélia Augusta Souto de Oliveira	Filipe Boechat
Adriana Munhoz Carneiro	Flávia Cristina Silveira Lemos
Amanda Guerra	Flávio Fernandes Fontes
Ana Cristina Serafim da Silva	Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro
Ana Paula Soares da Silva	Gardênia da Silva Abbad
André Luiz Strappazon	Gladis dos Santos
Ângela de Alencar Araripe Pinheiro	Gleice Azambuja Elali
Ângela Maria Cristina Uchoa de Abreu Branco	Hebe Signorini Gonçalves
Antônia Ângela Gonçalves da Silva Hiluey	Heloísa Moulin de Alencar
Aparecida Rosângela Silveira	Herculano Campos
Atila Mendes da Silva	Hilma Tereza Tôrres Khoury
Beatriz Borges Brambilla	Horacio Federico Sívori
Bernardo Parodi Svartmann	Ilena Felipe Barros
Caroline Tozzi Reppold	Isolda de Araújo Günther
Cecília Pescatore	Jader Leite
Daisy Inocência Margarida de Lemos	Jairo Eduardo Borges-Andrade
Daniel Bartholomeu	Joana Azevêdo Lima
Danilo Silva Guimarães	João Paulo Macedo
Dayse da Silva Albuquerque	Joaquim Pinheiro de Araújo
Deise Luiza da Silva Ferraz	José Aloyseo Bzuneck
Dinazilda Cunha de Oliveira	José de Queiroz Pinheiro
Diva Rowe	José Newton Garcia Araújo
Divino de Jesus da Silva Rodrigues	Julio Rique
Dolores Cristina Gomes Galindo	Lara Martins
Eduardo Moura da Costa	Laura Cristina Eiras Coelho Soares
Erika Hofling Epiphanyo	Lázaro Batista da Fonseca
Evani Zambon Marques da Silva	Leandro Gomes Reis Lopes
Felipe Valentini	Lisandra Espíndula Moreira
Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Luana Isabelle Cabral dos Santos
Fernanda Sousa Duarte	Lucia Pereira Leite
Fernanda Spanier Amador	Lucian Borges de Oliveira
Fernando Lacerda Júnior	Luciana Maria Ribeiro de Oliveira
Fernando Pessotto	Marcela de Andrade Gomes

Marcia Hespanhol Bernardo	Rosemeire Aparecida Scopinho
Maria Clara Brito da Gama	Rosinda Martins Oliveira
Maria do Carmo Fernandes Martins	Rute Grossi-Milani
Maria Irene Ferreira Lima Neta	Ruth Ferreira Santos-Galduroz
Maria Lucia Boarini	Sandra Cristina Gressler
Marina Gregghi Sticca	Silvia Maria Cintra da Silva
Maristela de Melo Moraes	Simone dos Santos Paludo
Marivete Gesser	Sonia Regina Pasian
Monica Lima de Jesus	Sueli do Nascimento
Noêmia Soares Barbosa Leal	Suzann Flavia Cordeiro de Lima
Paola Biasoli Alves	Taciana Pontual da Rocha Falcão
Priscila Pavan Detoni	Tâmara Ramalho de Sousa Amorim
Rafael Bianchi Silva	Tania Mara Marques Granato
Rafael Nogueira Furtado	Tarcisio Gomes Dutra
Raquel Furtado Conte	Tatiana Machiavelli Carmo Souza
Rogério Pereira Borges	Telmo M. Ronzani
	Thatiana Lima

# Impactos à saúde mental e intervenções possíveis frente à COVID-19: uma revisão sistemática da literatura

Fernanda Fernandes Rodrigues. Núcleo Assistencial Humberto de Campos. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Alexandre Feltens. Universidade do Vale do Itajaí. Unimed Litoral

Karen Rayany Ródio Trevisan. Universidade Federal de Santa Catarina. Faculdade Cesusc

Roberta Borghetti Alves. Universidade do Vale do Itajaí

Taise Fernanda Kohler. Centro Universitário Central Paulista. Centro de Atenção Psicossocial

## Resumo

Analisou-se produções científicas voltadas aos impactos à saúde mental frente à COVID-19 e suas possíveis intervenções. Foi realizada revisão sistemática da literatura nas bases *Scielo*, *Web of Science*, *Science Direct*, *Lilacs* e *Pubmed*, utilizando os descritores “Mental Health” AND (“COVID-19” OR “Coronavirus Infections”) AND (“Psychology” OR “Interventions”), identificando-se 20 artigos. Os resultados evidenciaram os impactos notadamente às equipes de saúde, com predominância de sintomas de ansiedade, depressão, medo e insônia. Salientou-se a importância desses profissionais terem uma baixa carga horária de trabalho, gratificação e preparo psicológico para atuar em cenários de emergência. Destacam-se as medidas de saúde mental voltadas à produção de materiais de autocuidado, criação de grupos de apoio comunitário e psicológico online, assim como a psicoterapia por meio da Terapia Cognitivo-Comportamental. Evidenciou-se estudos com resultados iniciais de modo a necessitar de pesquisas randomizadas a fim de verificar se a COVID-19 é uma variável interveniente na saúde mental.

**Palavras-chave:** infecções por coronavírus; saúde mental; intervenção na crise.

## Abstract

*Mental Health impacts and possible interventions against COVID-19: a systematic review of literature.* Scientific production on impacts on mental health due to COVID-19 and possible interventions were analyzed. The systematic review of literature was made in *Scielo*, *Web of Science*, *Science Direct*, *Lilacs*, and *Pubmed*, using the descriptors “Mental Health” AND (“COVID-19” OR “Coronavirus Infections”) AND (“Psychology” OR “Interventions”), identifying 20 articles. Results evidenced impacts especially on healthcare teams, with predominance of symptoms of anxiety, depression, fear and insomnia. It is highlighted that these professionals have low workload, gratification, and psychological preparation to act in scenarios of emergence in public health. Mental health measures related to production of selfcare materials, creation of online community and psychological support groups, as well as psychotherapy by means of Cognitive-Behavioral Therapy. Studies with initial results were evidenced in a way that is required to develop randomized research to detect if COVID-19 is a variable that intervenes in mental health.

**Keywords:** coronavirus infections; mental health; crisis intervention.

## Resumen

*Impactos en la Salud Mental y posibles intervenciones frente al COVID-19: una revisión sistemática de la literatura.* Se analizaron producciones científicas dirigidas a impactos en la salud mental frente al covid-19 y sus posibles intervenciones. Se realizó la revisión sistemática de la literatura en las bases de datos de *SciELO*, *Web of Science*, *Science Direct*, *Lilacs* y *Pubmed*, con los descriptores “Mental Health” AND (“COVID-19” OR “Coronavirus Infections”) AND (“Psychology” OR “Interventions”), identificando 20 artículos. Los resultados evidenciaron impactos notables en los equipos de salud, predominando ansiedad, depresión, miedo e insomnio. Se resaltó la importancia de que estos profesionales tengan baja carga horaria de trabajo, gratificación y preparación psicológica para actuar en escenarios de emergencias. Se destacan medidas de salud mental dirigidas a la producción de materiales de autocuidado, creación de grupos de apoyo comunitario y psicológico en línea, así como psicoterapia por medio de la Terapia Cognitivo-Comportamental. Se evidenciaron estudios con resultados iniciales, de este modo, se requieren investigaciones aleatorias con el fin de verificar si el covid-19 es una variable que interviene en la salud mental.

**Palabras claves:** infecciones por coronavirus; salud mental; intervención en crisis.



A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, Estado de Emergência Pública de Importância Internacional, sendo esse o mais alto nível de alerta da Organização, em função do surto da doença causada pelo Coronavírus. A origem desse vírus está vinculada a um mercado de frutos do mar na cidade de Wuhan, China. Isto porque, em dezembro de 2019, houve casos de uma suposta pneumonia nesta cidade, que, mais tarde, identificaram como sendo a COVID-19, vírus SARS-CoV-2, doença causada por esse novo tipo de Coronavírus (OMS, 2020a).

A pandemia da COVID-19 foi considerada a maior ameaça para a saúde global desde 1918, devido a sua rápida disseminação. Até novembro de 2020, não havia uma vacina ou um medicamento disponível para a prevenção da COVID-19, sendo necessárias, portanto, as chamadas intervenções não farmacêuticas (non-pharmaceutical interventions - NPIs) para que o contato da população com o vírus reduzisse e houvesse a diminuição da sua proliferação. Essas intervenções caracterizaram-se pelo isolamento e confinamento social (Ferguson et al., 2020). A partir do início da aplicação de imunizantes (vacinas) na população mundial, que se deu a partir de dezembro de 2020, o número de casos e mortes diminuíram (OMS, 2020a). Já em relação a medicamentos curativos para a COVID-19, não houve a identificação de algum fármaco com eficácia terapêutica específica para o tratamento dessa doença até abril de 2022 (Furuzawa, et al., 2022).

Em 22 de abril de 2022, a OMS (2022b) declarou mais de 505 milhões casos da COVID-19 e mais de 6,2 milhões de mortes no mundo. No Brasil, na mesma data, foram mais de 30 milhões de casos confirmados e mais de 662 mil mortes.

Diante deste cenário houve também uma crise de saúde mental, dada a necessidade de isolamento social, a instabilidade política e a recessão econômica (Gersons, Smid, Smit, Kazlauskas, & McFarlane, 2020; United Nations, 2020). Em situações de crise como essa, a população pode apresentar reações de angústia e de medo extremo de ser contaminado. Ainda, é possível que a população tenha comportamentos de risco à saúde, como o aumento do uso de substâncias psicoativas. O impacto na saúde mental poderá ser revertido em médio e longo prazo, uma vez que o número de pessoas afetadas psicologicamente é superior ao número de pessoas afetadas

pelo próprio vírus (Faro, Silva, Santos, & Feitosa, 2020; Shigemura, Ursano, Kurosawa, & Morganstein, 2020).

Esses impactos à saúde mental durante a pandemia ainda estão sendo investigados, porém alguns estudos internacionais evidenciaram a vivência cotidiana do medo do adoecimento pela exposição e pelo contágio ao vírus, temor da própria morte e de pessoas próximas, sentimentos de exaustão, dificuldade em lidar com a pressão e em estabelecer o luto frente a não realização de rituais de despedida do ente querido (Armitage & Nellums, 2020, Brooks et al., 2020). Identificou-se também a sensação de choque, a manifestação de tédio, a insegurança financeira, a insatisfação com as provisões e equipamentos de segurança, a ideação e tentativa de suicídio, comportamentos violentos, aumento dos sintomas depressivos e ansiosos (Barros-Delben et al., 2020; Chew et al., 2020; Park & Park, 2020; G. Wang, Zhang, Zhao, Zhang, & Jiang, 2020).

Em cenários emergenciais, tal como o ocasionado pela pandemia da COVID-19, não apenas psicólogos, mas médicos e outros profissionais da saúde podem prestar Primeiros Auxílios Psicológicos (PAP), visto que não são classificados como técnicas exclusivas da categoria - profissionais com formação em psicologia (Barros-Delben et al., 2020). Ainda assim, cabe aos psicólogos em tais cenários a utilização de técnicas científicas adequadas à demanda individual, psicoterapias breves, auxílio na resolução de problemas em situação de crises, no manejo de emoções, aconselhamento psicológico e preparação psicológica às equipes de saúde (J. Zhang, Wu, Zhao, & Zhang, 2020).

Líderes mundiais, pesquisadores e profissionais vinculados à área da saúde indicaram a necessidade do desenvolvimento de pesquisas frente aos efeitos na saúde mental na população diante da COVID-19. Sabe-se que é preciso descobrir, avaliar e refinar as intervenções direcionadas para abordar os aspectos psicológicos, sociais e neurocientíficos dessa Pandemia (Holmes et al., 2020).

Frente a esse cenário pandêmico, produções científicas foram e estão sendo produzidas diariamente de modo a necessitar de uma compilação dos dados, bem como, de uma análise crítica desses achados, a fim de contribuir com o entendimento dos impactos à saúde mental e suas respectivas intervenções frente à COVID-19. Dessa forma, este artigo teve

como objetivo analisar as produções científicas voltadas aos impactos à saúde mental frente à COVID-19 e suas intervenções.

## Método

Este artigo se tratou de uma revisão sistemática de literatura, utilizada para aplicar estratégias científicas que possibilitam o mapeamento e a sistematização do conhecimento científico já publicado, por meio de uma metodologia passível de ser avaliada e replicada, além de possibilitar a redução do viés de seleção de artigos (Tranfield, Denyer, & Smart, 2003; Whittemore, 2005). Para tanto, seguiu-se as diretrizes PRISMA (Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses – Itens preferidos para reportar revisões sistemáticas e meta análises) com algumas adaptações, uma vez que os autores das diretrizes PRISMA sugerem que essas possam ser adaptadas quando o foco da revisão não possibilitar atender a todos os itens (Liberati et al., 2009).

De modo a evitar tendenciosidade na coleta de artigos, a busca foi amplamente realizada nas bases de dados: Scielo, Science Direct, Lilacs, PubMed e Web of Science. As bases de dados foram selecionadas pelo seu acesso, sua abrangência nacional e internacional, por suas publicações em periódicos de alto impacto nas ciências sociais e humanas, bem como pela abrangência na literatura na área da Psicologia e afins. A busca foi realizada pelo campo das bases correspondentes a todos os campos do artigo. Os descritores utilizados para realizar a busca foram: “Mental Health” AND (“COVID-19” OR “Coronavirus Infections”) AND (“Psychology” OR “Interventions”). Localizou-se os artigos indexados às bases até a data em que a pesquisa foi finalizada, em 17 de maio de 2020.

A delimitação do tempo deu-se em virtude da atualidade do tema, e do objetivo do estudo, assim, entendeu-se como relevante que tais dados indicassem um panorama do contexto investigado, de modo a limitar o tempo de busca dos artigos aos últimos cinco anos. A busca limitou-se aos artigos empíricos, publicados nos idiomas inglês e português. Priorizaram-se artigos científicos indexados e avaliados por pares em detrimento de livros, capítulos de

livros, teses ou dissertações, uma vez que o artigo científico é o meio de divulgação científica prioritário, além de ser mais acessível. Os idiomas foram escolhidos considerando que a língua inglesa é a língua das ciências, a qual contemplou o maior número de publicações no mundo, e o português por tratar-se da língua nativa dos pesquisadores.

Os critérios adotados para a inclusão dos artigos, considerando o objetivo proposto, foram: a) ser artigos empíricos; b) ter como foco impactos à saúde mental frente à COVID-19 e/ou em intervenções em saúde mental frente à COVID-19. Foram excluídos os estudos teóricos, revisões, capítulos de livros, teses, dissertações e comunicações em conferências, bem como, artigos cujo tema não estivesse diretamente vinculado ao contexto da pandemia da COVID-19.

Foram localizados 482 artigos, entre os quais 54 duplicados, sendo esses excluídos. Restaram 428 estudos, cujos títulos e resumos foram lidos para selecionar aqueles que respeitassem os critérios de inclusão deste estudo. Nessa etapa foram excluídos 408 estudos e 20 artigos foram lidos na íntegra.

A Figura 1 sumariza o fluxograma deste processo, seguindo o modelo PRISMA. Assim, 20 estudos foram incluídos na revisão, desses foram extraídos e compilados em uma matriz de análise em uma planilha no Google Drive, de modo a contemplar os seguintes dados: objetivo de cada estudo, instrumentos utilizados, participantes, aspectos relativos à saúde mental consequentes da vivência da pandemia COVID-19, bem como, as intervenções em saúde mental realizadas ou sugeridas pelos autores.

O comitê de avaliação dos artigos foi composto por três pesquisadores, todos psicólogos e acadêmicos do mesmo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, que definiram as bases para a coleta de dados, assim como, os critérios de inclusão e exclusão. Esses dados foram registrados em planilhas no Google Drive, de fácil acesso por todos os pesquisadores. Um quarto pesquisador, docente titular no referido Programa de Pós-Graduação em Psicologia, foi acionado somente uma vez, quando houve dúvidas entre o comitê sobre a inclusão de um artigo, objetivando, assim, obter concordância total entre todos os artigos analisados.

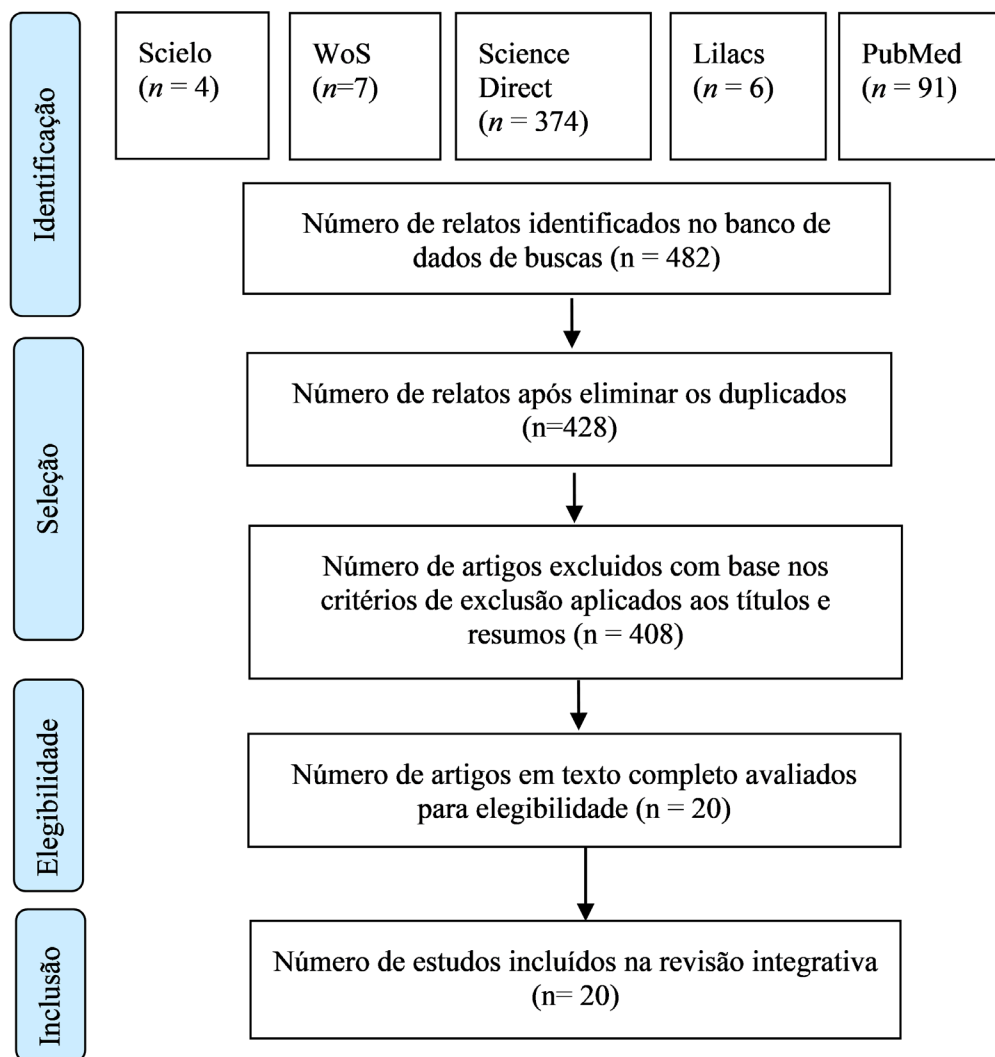


Figure 1. Descrição do rastreamento realizado na busca sistemática conforme modelo PRISMA.

## Resultados e discussão

A partir das etapas supracitadas, os resultados foram apresentados e debatidos por meio dos dados bibliométricos, voltados ao número de produções por bases científicas, país, idioma, objetivo dos estudos, abordagem, instrumentos e suas formas de aplicação adotadas. Além de tais dados, foram apresentados os resultados voltados aos impactos à saúde mental e suas respectivas intervenções frente à pandemia da COVID-19, sendo esse o principal foco desta revisão sistemática.

Realizou-se a análise dos 20 artigos, sendo nove (45%) da Science Direct, 8 (40%) acessados por meio da base PubMed, e três (15%) da Web of Science. Todos

os artigos analisados eram internacionais de modo a evidenciar a primazia da divulgação do conhecimento por meio da língua inglesa, o que pode impactar na dificuldade do acesso e da publicização das informações para os profissionais de saúde mental que atuam em políticas públicas no Brasil.

Corroborando com os dados supracitados, 18 (90%) foram realizados na China, um (5%) no Reino Unido (Holmes et al., 2020) e um (5%) nos EUA (Lee, 2020) de modo a demonstrar a prevalência de estudos no país onde a COVID-19 teve seus primeiros infectados. Verificou-se a necessidade de produção de conhecimento nacional de modo a identificar as particularidades de cada país e por consequência embasar cientificamente cada plano de contingência baseado em

sua realidade sociocultural e nos recursos humanos e financeiros existentes e disponíveis.

Acerca dos anos de publicação, todos os artigos foram divulgados em 2020. Referente aos meses do ano de 2020, 19 (95%) artigos foram publicados no mês de abril, enquanto um no mês de março. Evidenciou-se a emergência deste assunto, de modo a prevalecer publicações de 2020, as quais demonstram preocupação na produção e no avanço do conhecimento científico.

No que diz respeito aos objetivos explanados, nove artigos abordaram sobre a saúde mental das equipes de saúde, notadamente enfermeiros e médicos que atuam com as pessoas infectadas pela COVID-19, de modo a evidenciar sofrimentos psíquicos e estratégias de cuidado (Cai, et al., 2020; Du et al., 2020; Kang et al., 2020; Lai et al., 2020; Sun et al., 2020; Xu, Xu, Wang, & Wang, 2020; Yin & Zeng, 2020; W. R. Zhang, Wang, Yin et al., 2020; C. Zhang, Yang et al., 2020). Já cinco estudos tinham como objetivo investigar a saúde mental da população geral devido às medidas de prevenção, assim como identificaram fatores estressores e potenciais de risco frente à COVID-19 e nível de preocupação da população (Ahmed, et al., 2020; Lee, 2020; C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020; C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, McIntyre et al., 2020; J. Zhang, Shuai et al., 2020).

Quatro estudos salientaram as estratégias preventivas e fatores de proteção para populações específicas, como: trabalhadores (Tan et al., 2020), pessoas com transtornos psiquiátricos (Hao et al., 2020), jovens (Liang et al., 2020) e pais com filhos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade- TDA-H (J. Zhang, Shuai et al., 2020). E duas publicações voltaram-se ao levantamento de políticas e intervenções de curto e longo prazo em saúde mental (Holmes et al., 2020; Li et al., 2020).

Quanto à abordagem empregada na metodologia, 18 (90%) utilizaram a pesquisa quantitativa, ao passo que dois estudos (10%) adotaram a qualitativa (Sun et al., 2020; Yin & Zeng, 2020). Em menção do tempo da coleta de dados, 19 (95%) publicações realizaram um estudo transversal e uma (5%) estudo longitudinal (C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, McIntyre et al., 2020). Das pesquisas, oito (40%) realizaram estudos comparativos, sendo que quatro compararam grupos diferentes, entre eles: equipes de saúde de hospitais diferentes, pessoas com baixo padrão de ansiedade e alto padrão de ansiedade, pessoas com e sem problemas psiquiátricos e equipe de saúde e população geral (Du et al.,

2020; Hao et al., 2020; Lee, 2020; Li et al., 2020). Duas pesquisas compararam dois grupos diferentes, sendo o primeiro grupo no início e o segundo no auge do contágio da COVID-19. O primeiro focou-se em equipe da ala cirúrgica, e o segundo na população chinesa (Xu et al., 2020; C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020).

Ao todo, foram utilizados 49 instrumentos, aos quais 37 (75,5%) se referiam a instrumentos padronizados. Entre eles, escalas de estresse, ansiedade e/ou depressão (Ahmed et al., 2020; Du et al., 2020; Hao et al., 2020; Lai et al., 2020; Lee, 2020; Li et al., 2020; Liang et al., 2020; Tan et al., 2020; C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020; Wang, Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., McIntyre et al., 2020; Xu et al., 2020; J. Zhang, Shuai et al., 2020; W. R. Zhang, Wang, Yin et al., 2020; C. Zhang, Yang et al., 2020), outros para avaliar aspectos gerais de saúde (Cai et al., 2020; Lai et al., 2020; Liang et al., 2020; C. Zhang, Yang et al., 2020), enfrentamento (Cai et al., 2020; Liang et al., 2020), insônia (Hao et al., 2020; Lai et al., 2020; Tan et al., 2020; C. Zhang, Yang et al., 2020), suporte social (Cai et al., 2020; Y. Zhang & Ma, 2020), sintomas do TDAH (J. Zhang, Shuai et al., 2020), uso do álcool (Ahmed et al., 2020) e trauma (Li et al., 2020). Ao passo que 12 (24,4%) foram elaborados pelos próprios pesquisadores (Ahmed et al., 2020; Du et al., 2020; Holmes et al., 2020; Kang et al., 2020; Li et al., 2020; Sun et al., 2020; Tan et al., 2020; C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, et al., Yin & Zeng, 2020; J. Zhang, Shuai et al., 2020; W. R. Zhang, Wang, Yin et al., 2020, Y. Zhang & Ma, 2020).

Com relação ao processo para aplicação dos instrumentos, 14 (70%) publicações utilizaram recursos online para divulgar sua pesquisa de modo a ocorrer a coleta de dados de forma digital (Ahmed et al., 2020; Du et al., 2020; Hao et al., 2020; Holmes et al., 2020; Kang et al., 2020; Lee, 2020; Li et al., 2020; Liang et al., 2020; Tan et al., 2020; C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho, et al., 2020; C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, McIntyre et al., 2020; J. Zhang, Wu et al., 2020; W. R. Zhang, Wang, Yin et al., 2020; Y. Zhang & Ma, 2020). Já em três estudos (15%), a coleta de dados foi realizada de forma presencial (Lai et al., 2020; Sun et al., 2020; Yin & Zeng, 2020) em outros três estudos (15%) (Cai et al., 2020; Xu et al., 2020; J. Zhang, Shuai et al., 2020) a estratégia utilizada para aplicação dos instrumentos não foi informada. Frente à possibilidade de contágio da COVID-19 por meio do contato presencial, as tecnologias de comunicação e informação por meio dos recursos digitais passaram a ser uma forma efetiva de realização das pesquisas.

### **Impactos na saúde mental frente à COVID-19**

Neste tópico foram debatidos os resultados das pesquisas provenientes da investigação dos impactos à saúde mental frente à COVID-19. Houve maior prevalência de pesquisas voltadas a esta temática em profissionais de saúde. Um estudo com ênfase nas consequências psicológicas neste cenário pandêmico identificou, após entrevista online com 20 enfermeiros que cuidavam de pacientes com a doença em um Hospital vinculado à Universidade de Ciência e Tecnologia da cidade de Henan, na China, que no início da pandemia houve o predomínio de emoções negativas que contribuíram para o rebaixamento do humor. Contudo, gradualmente, os enfermeiros sentiram-se gratos por poder cuidar de seus pacientes de modo a sentir emoções que geram bem-estar, o que contribuiu para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento frente à situação. Esse estudo também constatou que muitos profissionais tinham medo de se infectar por estarem expostos a ambientes com muitos pacientes diagnosticados com a COVID-19, bem como, identificou o aumento de até duas vezes a carga de trabalho desses profissionais (Sun et al, 2020).

Yin e Zeng (2020) também realizaram uma pesquisa com dez enfermeiros que atuaram com pacientes com COVID-19 em Wuhan, na China. Esse estudo buscou compreender as necessidades psicológicas destes profissionais a partir da Teoria do ERG (existence - existência; relatedness - relação e growth - crescimento), sendo essa baseada na teoria de necessidades humanas desenvolvida por Alderfer, derivada da Teoria das Necessidades de Abraham Maslow. Constatou-se, nesse estudo, as necessidades de atenção à própria saúde física e mental dos enfermeiros, de segurança com o uso de equipamentos de proteção individual, de relacionamentos interpessoais e de afeto e de conhecimento a respeito do Coronavírus.

Identificou-se nos estudos supracitados aspectos voltados a mudança na rotina de trabalho e necessidades de suporte e preparo psicológico para poder atuar na pandemia, assim como necessidades de condições dignas de trabalho que contribuam para a sensação de segurança frente à possibilidade de risco de contágio. Corroborando com esses aspectos, Cai et al (2020) salientaram que os profissionais de saúde que não tinham experiência em atuar em emergência da saúde pública apresentaram dificuldades em lidar com a pressão do trabalho e sofrimento psíquico maior. C. Zhang, Yang et al (2020) contribuíram com a discussão

ao salientarem que estar em contato constante com pacientes diagnosticados com COVID-19 foi um fator potencial de risco para insônia, ansiedade, sintomas obsessivo-compulsivos e depressão, em virtude de comportamentos de medo de contágio e comportamentos de hipervigilância acerca da possibilidade de contaminação.

Diante deste cenário, Du et al (2020), ao aplicarem questionários em 310 profissionais da saúde, em Wuhan, na China, verificaram que os profissionais de saúde deveriam ser monitorados pela alta possibilidade de desenvolverem ansiedade e depressão. Esse resultado é corroborado pela pesquisa de Lai et al (2020), os quais analisaram a saúde mental de 1257 profissionais da saúde que atuam na COVID-19 também em Wuhan, na China. Evidenciou-se que 71,5% sentiram-se angustiados, 50,4% apresentaram sintomas de depressão, 44,6% de ansiedade e 34% de insônia, de modo a ir ao encontro dos resultados dos autores C. Zhang, Yang et al (2020) que identificaram que de 1563 médicos, 36,1% apresentaram insônia.

Ficou evidente o impacto na saúde mental dos profissionais da saúde que atuaram na linha de frente nesse cenário pandêmico. Ansiedade, depressão, medo e insônia apresentaram-se como as consequências psicológicas mais presentes, sendo necessário o desenvolvimento de ações de prevenção e enfrentamento a esses agravos, assim como a necessidade da constituição de rede de apoio e suporte social a estes profissionais, para o atendimento às necessidades de afeto e cuidado (Du et al, 2020; Lai et al, 2020; Sun et al, 2020; Yin & Zeng, 2020).

Já no que consiste aos estudos com o público em geral, Liang et al. (2020) investigaram 584 jovens, com a idade de 14 a 35 anos, em Changchun na China. 40,4 % relataram apresentar algum sofrimento psíquico e 14,4% apresentaram sintomas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Em outro estudo, Ahmed et al. (2020), também com o público em geral, informaram que de 1074 pessoas pesquisadas via internet, pelo Wechat, com idade entre 14 a 68 anos, 40,2% fizeram o uso de álcool diante da Pandemia da COVID-19, 37,1% sintomas depressivos e 29% apresentaram ansiedade.

Já Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, McIntyre et al. (2020), em estudo longitudinal com 1738 pessoas em 190 cidades da China, aplicaram surveys com a população, em dois momentos distintos, o primeiro no período inicial da doença e no segundo no pico de seu contágio, com intervalo de quatro semanas. Os autores

identificaram que os dados não tiveram diferença significativa, desde o início da COVID-19 identificaram que 28,8% apresentaram ansiedade, 16,5% depressão e/ou 8,1% estresse moderado a grave. C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al. (2020) corroboraram, ao salientar que ao pesquisar a saúde mental de 1210 sujeitos em 194 cidades da China, identificaram que 53,8% dos participantes referiram vivenciar, neste momento da pandemia, sofrimento psíquico moderado ou grave, 28,8% relataram sintomas de ansiedade severa, 16,5% sintomas depressivos moderados a graves e 8,1% níveis de estresse elevado.

Em contraste com os estudos supracitados, Zhang e Ma (2020) informaram que em pesquisa com 263 sujeitos na China, 69,2% não relataram aumento de estresse durante a Pandemia, porém, 67,7% estavam dando mais atenção para sua saúde mental. Já no público infantil, com crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, identificou-se, a partir de pesquisa realizada com 241 pais, que durante a pandemia, houve o agravamento destes sintomas (J. Zhang, Shuai et al., 2020).

Frente aos dados, questionou-se o real impacto da COVID-19 na saúde mental, pois os resultados comparativos do início da pandemia com o período crítico, não foram realizados com amostras probabilísticas randomizadas comparadas com vivências anteriores a pandemia, a fim de indicar resultados com maior segurança, validade e confiabilidade.

### **Intervenções em Saúde Mental frente à COVID-19**

No que consiste as intervenções psicológicas realizadas com o objetivo de prevenir e minimizar os impactos à saúde mental frente à COVID-19, destacou-se estudos que buscaram orientar como as informações sobre a pandemia deveriam ser disseminadas para a população, uma vez que as incertezas e a baixa capacidade de predição da COVID-19 afetaram também a saúde mental. Os autores salientaram a importância da transparência na disseminação das informações sobre a pandemia, como o número de infectados, o número de mortes e os métodos de prevenção ao contágio (C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020). Recomendou-se ainda, restringir a exposição a tais informações, para evitar o desencadeamento de sentimento de desespero e comportamentos de hipervigilância (Ahmed et al., 2020).

Seria e ainda é importante, então, que as informações disseminadas ao público sobre o contágio do Coronavírus sejam precisas, com linguagem acessível e disponível em áudio para alcançar o maior número de

pessoas. Desta forma, foram sugeridas medidas como a criação de um sistema de rápido diagnóstico e teste para identificar o avanço do contágio, bem como, a utilização da mídia tradicional e da internet para fomentar o simples entendimento sobre práticas de higiene (C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020). Além das medidas de comunicação e estratégias de entretenimento, medidas de prevenção como a higienização das mãos (C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, McIntyre et al., 2020) e a utilização de máscaras para redução do contágio de patógenos, contribuíram para a diminuição dos níveis de ansiedade e depressão (C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020).

Em Wuhan, na China, apesar de ter demonstrado predileção por atendimento psicológico individualizado, 50,4% dos profissionais de uma equipe hospitalar tiveram acesso a materiais relacionadas às orientações psicológicas publicadas em mídias digitais, 36,3% teve acesso a materiais impressos, como folhetos, brochuras e livros disponibilizados pela equipe do hospital e 17,5% dos participantes do estudo tiveram sessões de aconselhamento psicológico em grupo. Dentre os participantes que não tiveram acesso à atenção psicológica, notou-se uma intensificação dos problemas psicológicos se comparados com os outros participantes (Kang et al., 2020).

Neste sentido, sugeriu-se, como forma de contribuir com a saúde mental de profissionais da saúde, a oferta de condições de trabalho que dentro do possível diminuam a carga horária e aumentem as gratificações (W. R. Zhang, Wang, Yin et al., 2020), bem como, que repensassem o tempo adequado de descanso (Xu et al., 2020). Também foram sugeridas medidas de monitoramento desses profissionais como um grupo de alto risco para depressão e ansiedade (Du et al., 2020). Citaram a criação de forças-tarefa com o auxílio de departamentos de enfermagem e psicologia, de modo a desenvolver plataformas de apoio comunitário e psicológico (Yin & Zeng, 2020) e o reforço na qualidade das intervenções dos profissionais de saúde de modo a elogiá-los a partir de mensagens via telefones e computadores (J. Zhang, Wu et al., 2020). Também ficou demonstrado que medidas organizacionais de higiene no local de trabalho e demonstração de preocupação com a saúde física e mental pelos gestores estão associadas a menor número de sintomas psicológicos entre trabalhadores (Tan et al., 2020).

No que tange a medidas de atendimento à saúde mental e procedimentos terapêuticos, é citada a Terapia Cognitivo-Comportamental - TCC, como estratégia para

aplicação de maneira remota via telefone ou internet. Tal abordagem pode auxiliar ao promover informações para aumentar a confiança nas habilidades dos médicos ao realizar o diagnóstico da COVID-19, bem como, possibilita alterar vieses cognitivos que superestimam os riscos de contrair o coronavírus. Isso porque, a Terapia Cognitivo-Comportamental é uma abordagem que inicialmente foca no presente e na resolução de problemas, uma vez que busca, a partir da formulação cognitiva, ressignificar crenças disfuncionais e pensamentos automáticos. Ainda, sabe-se que a TCC pode ser utilizada com os vários públicos: crianças, adolescentes e adultos, de forma individual ou coletiva, nas diversas culturas e contextos. Ainda, por ser educativa, ela torna o processo psicoterapêutico compreensível para o paciente e o ajuda a se tornar o seu próprio terapeuta (Beck et al., 2021).

Dessa forma, a Terapia Cognitivo-Comportamental auxiliou no alívio de sintomas de ansiedade, através de exercícios de relaxamento e organização do tempo na rotina em isolamento dentro de casa, incluindo exercícios físicos no cronograma (C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020). O mesmo foi sugerido para os pacientes psiquiátricos sem acesso aos serviços de saúde durante a pandemia, para aliviar também sintomas de estresse e irritabilidade. Além disso, apesar de não especificadas, foram sugeridas técnicas de higiene do sono como medida preventiva de psiconeuroimunidade (Hao et al., 2020).

Em caso de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, também foi recomendada a Terapia Cognitivo-Comportamental focada em traumas (trauma-focused cognitive-behavior therapy), pensada em desenvolver habilidades psicossociais para otimizar o equilíbrio emocional e comportamental. Ela também foi indicada para o desenvolvimento da expressão afetiva e resolução de problemas para lidar com emoções e problemas comuns. Outro aspecto da terapia esteve voltado para a alteração de crenças e pensamentos disfuncionais frente à COVID-19. Também foi recomendada a terapia online para queixas relativas ao luto em caso de perda de familiares ou amigos, e exposição a lembranças do trauma para superar situações de evasão em situações que não houver mais risco quando a pandemia acabar (C. Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020).

## Considerações finais

As pesquisas selecionadas nesta revisão sistemática da literatura evidenciaram possíveis impactos à saúde mental frente à COVID-19, com ênfase nos

profissionais de saúde que atuam diretamente no cuidado da população infectada com o coronavírus. Os dados salientaram sintomas de ansiedade, depressão, estresse e medo do contágio. Alguns estudos chamaram atenção para a severidade dos sintomas de modo a identificar características moderadas e graves. No entanto, os dados obtidos são baseados em estudos iniciais que precisaram ser aprofundados no decorrer do tempo. Os estudos comparativos realizaram a pesquisa no início do contágio da doença e no seu pico, de modo a não comparar a saúde mental dos mesmos participantes antes da pandemia a fim de verificar se de fato há uma diferença significativa dos dados e se a COVID-19 é uma variável interveniente na saúde mental.

As intervenções frente à saúde mental discorreram sobre os cuidados a serem adotados na exposição às notícias para minimizar o sofrimento psíquico da população e enfatizaram os comportamentos seguros para aumentar a sensação de proteção frente ao contágio. Salientaram a importância de profissionais de saúde terem redução da carga horária de trabalho, gratificações e apoio psicológico para atuar em cenários de emergência em saúde pública. Destacaram medidas voltadas ao acesso e produção de cartilhas e materiais com dicas de autocuidado, criação de grupos online para apoio comunitário e psicológico, assim como a psicoterapia por meio da abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental.

Identificou-se a escassez de produção científica nacional de modo a prevalecer produções em inglês realizadas por pesquisadores chineses. Evidenciou-se também a pouca produção sobre intervenções disponíveis das bases de dados de modo a necessitar investimento nesta temática. No entanto, uma limitação desta revisão sistemática foi o foco em pesquisas empíricas e não em relatos de experiência, o que pode ter influenciado o resultado.

Sugere-se, portanto, a elaboração de pesquisas com a população brasileira de forma a subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas, programas em saúde mental e protocolos de intervenção psicológica no cenário brasileiro. Percebeu-se o insuficiente número de estudos a respeito do impacto na saúde mental em adolescentes e crianças frente à COVID-19, de modo a sugerir o desenvolvimento de pesquisas com essas populações.

## Referências

- Ahmed, M. Z., Ahmed, O., Aibao, Z., Hanbin, S., Siyu, L., & Ahmad, A. (2020). Epidemic of COVID-19 in China and associated Psychological Problems. *Asian Journal of Psychiatry*, 51, 102092. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102092

## Impactos à saúde mental e intervenções possíveis frente à COVID-19: uma revisão sistemática da literatura

- Armitage, R., & Nellums, L. B. (2020). COVID-19 and the consequences of isolating the elderly. *Lancet Public Health*, 5(5):e256. doi: 10.1016/S2468-2667(20)30061-X
- Barros-Delben, P., Cruz, R. M., Trevisan, K. R. R., Gai, M. J. P., Carvalho, R. V. C., ... Malloy-Diniz, L. F. (2020). Saúde mental em situação de emergência: COVID-19. *Revista Debates in Psychiatry*, 10(2), 18-28. doi: 10.25118/2236-918X-10-2-3
- Beck, J. S. (2021). Introdução a Terapia Cognitivo Comportamental. In J. S. Beck (Org.), *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática* (3ª. ed., pp. 19-37). Porto Alegre: Artmed.
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., ... Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395, 912-920. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8
- Cai, W., Lian, B., Song, X., Hou, T., Deng, G., & Li, H. (2020). A cross-sectional study on mental health among health care workers during the outbreak of Corona Virus Disease 2019. *Asian Journal of Psychiatry*, 51, 102111. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102111
- Chew, N. W. S., Lee, G. K. H., Tan, B. Y. Q., Jing, M., Goh, Y., Ngiam, N. J. H., ... Sharma, V. K. (2020). A multinational, multicentre study on the psychological outcomes and associated physical symptoms amongst healthcare workers during COVID-19 outbreak. *Brain, Behavior, and Immunity*, 88, 559-565. doi: 10.1016/j.bbi.2020.04.049
- Du, J., Dong, L., Wang, T., Yuan, C., Fu, R., Zhang, ... Li, X. (2020). Psychological symptoms among frontline healthcare workers during COVID-19 outbreak in Wuhan. *General Hospital Psychiatry*, 67, 144-145. doi: 10.1016/j.genhosppsych.2020.03.011
- Faro, A., Silva, L. S., Santos, D. N., & Feitosa, A. L. B. (2020). *Adaptação e validação da Escala de Medo da COVID-19*. Manuscrito submetido para publicação. doi: 10.1590/SciELOPreprints.898
- Ferguson, N., Laydon, D., Nedjati Gilani, G., Imai, N., Ainslie, K., Baguelin, M., ... Ghani A.C. (2020). *Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID19 mortality and healthcare demand*. Londres: Imperial College London. doi: 10.25561/77482
- Furuzawa, T. A., Cardia, G. F. E., Iwaki, M. V., Cremer, E., Spironello, R. A., ... Cuman, R. K. N. (2022). Estudo dos fármacos selecionados em ensaios clínicos na terapia farmacológica da COVID-19. *Research, Society and Development*, 11(1), e11611124445. doi: 10.33448/rsd-v11i1.24445
- Gersons, B. P., Smid, G. E., Smit, A. S., Kazlauskas, E., & McFarlane, A. (2020). Can a 'second disaster' during and after the COVID-19 pandemic be mitigated?. *European Journal of Psychotraumatology*, 11(1): 1815283. doi: 10.1080/20008198.2020.1815283
- Hao, F., Tan, W., Jiang, L., Zhang, L., Zhao, X., Zou, Y., ... Tam, W. (2020). Do psychiatric patients experience more psychiatric symptoms during COVID-19 pandemic and lockdown? A case-control study with service and research implications for immunopsychiatry. *Brain, Behavior, and Immunity*, 87, 100-106. doi: 10.1016/j.bbi.2020.04.069
- Holmes, E. A., O'Connor, R. C., Perry, V. H., Tracey, I., Wessely, S., Arseneault, L., ... Bullmore, E. (2020). Multidisciplinary research priorities for the COVID-19 pandemic: A call for action for mental health science. *The Lancet Psychiatry*, 7(6), 547-560. doi: 10.1016/S2215-0366(20)30168-1
- Kang, L., Ma, S., Chen, M., Yang, J., Wang, Y., Li, R., ... Liu, Z. (2020). Impact on mental health and perceptions of psychological care among medical and nursing staff in Wuhan during the 2019 novel coronavirus disease outbreak: A cross-sectional study. *Brain, Behavior, and Immunity*, 87, 11-17. doi:10.1016/j.bbi.2020.03.028
- Lai, J., Ma, S., Wang, Y., Cai, Z., Hu, J., Wei, N., ... Hu, S. (2020). Factors associated with mental health outcomes among health care workers exposed to Coronavirus Disease 2019. *JAMA Network Open*, 3(3), e203976. doi: 10.1001/jamanetworkopen.2020.3976
- Lee, S. A. (2020). How much "Thinking" about COVID-19 is clinically dysfunctional? *Brain, Behavior, and Immunity*, 87, 97-98. doi: 10.1016/j.bbi.2020.04.067
- Li, Z., Ge, J., Yang, M., Feng, J., Qiao, M., Jiang, R., ... Yang, C. (2020). Vicarious traumatization in the general public, members, and non-members of medical teams aiding in COVID-19 control. *Brain, Behavior, and Immunity*, 88, 916-919. doi: 10.1016/j.bbi.2020.03.007
- Liang, L., Ren, H., Cao, R., Hu, Y., Qin, Z., ... Mei, S. (2020). The Effect of COVID-19 on youth mental health. *Psychiatric Quarterly*, 1-12. doi: 10.1007/s11126-020-09744-3
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gertzschke, P. C., Ioannidis, J. P., ... Moher, D. (2009). The PRISMA Statement for 20 Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *Annals of Internal Medicine*, 151(4), W-65-W94. doi: 10.1136/bmj.b2700
- Organização Mundial da Saúde. (2022a). *Folha informativa – COVID-19*. Recuperado de <https://www.paho.org/pt/covid19>.
- Organização Mundial da Saúde. (2022b). *Situation Report*. Recuperado de <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>.
- Park, S. C., & Park, Y. C. (2020). Mental health care measures in response to the 2019 novel coronavirus outbreak in Korea. *Psychiatry Investigation*, 17(2), 85-86. doi: 10.30773/pi.2020.0058
- Shigemura, J., Ursano, R. J., Morganstein, J. C., Kurosawa, M., & Benedek, D. M. (2020). Public responses to the novel 2019 coronavirus (2019-nCoV) in Japan: Mental health consequences and target populations. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*, 74(4), 281-282. doi: 10.1111/pcn.12988
- Sun, N., Wei, L., Shi, S., Jiao, D., Song, R., Ma, L., ... Wang, H. (2020). A qualitative study on the psychological experience of caregivers of COVID-19 patients. *American Journal of Infection Control*, 48(6), 592-598. doi: 10.1016/j.ajic.2020.03.018
- Tan, W., Hao, F., McIntyre, R. S., Jiang, L., Jiang, X., Zhang, L., ... Tam, W. (2020). Is returning to work during the COVID-19 pandemic stressful? A study on immediate mental health status and psychoneuroimmunity prevention measures of Chinese workforce. *Brain, Behavior, and Immunity*, 87, 84-92. doi: 10.1016/j.bbi.2020.04.055
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, 14(3), 207-222. doi: 10.1111/1467-8551.00375
- United Nations. (2020). *Policy brief: COVID-19 and the need for action on mental health. 2020*. Recuperado de <https://unsdg.un.org/resources/policy-brief-covid-19-and-need-action-mental-health>
- Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., Ho, C. S., & Ho, R. C. (2020). Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1729. doi: 10.3390/ijerph17051729
- Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., McIntyre, R. S., ... Ho, C. (2020). A longitudinal study on the mental health of general



- population during the COVID-19 epidemic in China. *Brain, Behavior, and Immunity*. doi: 10.1016/j.bbi.2020.04.028
- Wang, G., Zhang, Y., Zhao, J., Zhang, J., & Jiang, F. (2020). Mitigate the effects of home confinement on children during the COVID-19 outbreak. *The Lancet*, 395(10228), 945-947. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30547-X
- Whittemore, R. (2005). Combining evidence in nursing research: Methods and implications. *Nursing Research*, 54(1), 56-62. doi: 10.1097/00006199-200501000-00008
- Xu, J., Xu, Q. H., Wang, C. M., & Wang, J. (2020). Psychological status of surgical staff during the COVID-19 outbreak. *Psychiatry Research*, 288, 112955. doi: 10.1016/j.psychres.2020.112955
- Yin, X., & Zeng, L. (2020). A study on the psychological needs of nurses caring for patients with coronavirus disease 2019 from the perspective of the existence, relatedness, and growth theory. *International Journal of Nursing Sciences*, 7(2), 157-160. doi: 10.1016/j.ijnss.2020.04.002
- Zhang, C., Yang, L., Liu, S., Ma, S., Wang, Y., Cai, Z., ... Zhang, B. (2020). Survey of insomnia and related social psychological factors among medical staff involved in the 2019 novel coronavirus disease outbreak. *Frontiers in Psychiatry*, 11(306). doi: 10.3389/fpsy.2020.00306
- Zhang, J., Shuai, L., Yu, H., Wang, Z., Qiu, M., Lu, L., ... Chen, R. (2020). Acute stress, behavioural symptoms and mood states among school-age children with attention-deficit/hyperactive disorder during the COVID-19 outbreak. *Asian Journal of Psychiatry*, 51. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102077
- Zhang, J., Wu, W., Zhao, X., & Zhang, W. (2020). Recommended psychological crisis intervention response to the 2019 novel coronavirus pneumonia outbreak in China: a model of West China Hospital. *Precision Clinical Medicine*, 3(1), 3-8. doi: 10.1093/pcmedi/pbaa006
- Zhang, W. R., Wang, K., Yin, L., Zhao, W. F., Xue, Q., Peng, M., ... Wang, H. X. (2020). mental health and psychosocial problems of medical health workers during the covid-19 epidemic in China. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 1-9. doi: 10.1159/000507639
- Zhang, Y., & Ma, Z. F. (2020). Impact of the COVID-19 pandemic on mental health and quality of life among local residents in Liaoning Province, China: A cross-sectional study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(7), 2381. doi: 10.3390/ijerph17072381

*Fernanda Fernandes Rodrigues*, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí - Campus Itajaí (UNIVALI), é Psicóloga Clínica no Núcleo Assistencial Humberto de Campos (NAHC) - Balneário Camboriú/SC e Servidora Federal do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Itajaí (IFSC). Endereço para correspondência: Rua 2480, nº 353, Centro, Balneário Camboriú - SC. Email: fernandafrodrigues\_@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5267-4128>

*Alexandre Feltens*, Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí - Campus Itajaí (UNIVALI), é Psicólogo Clínico na Unimed Litoral (Itajaí - SC). E-mail: psicologo.feltens@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5645-9756>

*Karen Rayany Ródio Trevisan*, Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Docente nos Cursos de Psicologia e de Direito da Faculdade Cesusc (Florianópolis/SC). E-mail: karenrtpsico@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1274-7633>

*Roberta Borghetti Alves*, Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Docente no Curso de Graduação em Psicologia e no Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí - Campus Itajaí (UNIVALI), E-mail: rborghettialves@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1866-699X>

*Taise Fernanda Kohler*, Pós-graduanda em Análise Existencial e Logoterapia Frankliana pelo Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), é Psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II - de Brusque/SC. E-mail: taise-k@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7618-1002>

Recebido em 31.mai.20  
Revisado em 02.jan.22  
Aceito em 31.jan.22

# Impacto do isolamento social no cotidiano de mães em *homeoffice* durante a pandemia de COVID-19

Thassia Souza Emidio. Universidade Estadual Paulista  
Mary Yoko Okamoto. Universidade Estadual Paulista  
Manoel Antônio dos Santos. Universidade de São Paulo

## Resumo

Este estudo teve por objetivo compreender como mães vivenciaram o isolamento social nos primeiros meses de pandemia da COVID-19 e o impacto em seu cotidiano e perspectivas de futuro. Participaram da pesquisa 20 mulheres de diferentes estratos sociais, com idades entre 29 e 45 anos, que realizavam atividades laborais em *homeoffice*. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas por meio remoto. O *corpus* de pesquisa foi constituído pela transcrição na íntegra das entrevistas. Os resultados mostraram que a pandemia impôs mudanças significativas na dinâmica familiar e acarretou sobrecarga nos papéis desempenhados como mães, esposas e profissionais. As participantes se mostraram exaustas com o acúmulo de novas tarefas domésticas e intensificação das demandas de cuidados com filhos. As conclusões sugerem a urgência de dar visibilidade e escuta ao sofrimento psicológico das mulheres, atentando para as questões da sobrecarga de funções, que reverberam na qualidade de vida e do cuidado com os filhos.

**Palavras-chave:** maternidade; relações mãe-criança; isolamento social; COVID-19; pandemias.

## Abstract

*Impact of social isolation on the daily lives of homeoffice mothers during the COVID-19 pandemic.* This study aimed to understand how mothers experienced social isolation in the first months of the COVID-19 pandemic and its impacts on everyday life and future perspectives. Twenty women from different social status, aged between 29 and 45 years, who performed homeoffice work activities, participated in the research. Individual semi-structured interviews were conducted remotely. The *corpus*-based research consisted of the full transcription of the interviews. The results showed that the pandemic imposed significant changes in family dynamics and caused an overload in the roles played as mothers, wives and professionals. The participants were exhausted with the accumulation of new domestic chores and intensified demands for childcare. The conclusions suggested the urgency of giving visibility and listening to the psychological suffering of women, addressing the issues of the overload of functions that reverberated in the quality of life and children care.

**Keywords:** motherhood; mother-child relationship; social isolation; COVID-19; pandemics.

## Resumen

*Impacto del aislamiento social en la vida cotidiana de las madres que trabajan en modo homeoffice durante la pandemia de COVID-19.* El objetivo de este estudio es comprender cómo las madres experimentaron el aislamiento social en los primeros meses de la pandemia de COVID-19, sus repercusiones en la vida cotidiana y perspectivas futuras. Participaron 20 mujeres de diferentes estratos sociales, con edades entre 29 y 45 años, que realizaban actividades laborales con la modalidad *homeoffice*. Las entrevistas individuales semiestructuradas se realizaron por medios remotos. El *corpus* de la investigación consistió en la transcripción de las entrevistas. Los resultados mostraron que la pandemia impuso cambios significativos en la dinámica familiar y provocó una sobrecarga en los papeles desempeñados como madres, esposas y profesionales. Las participantes estaban agotadas por la acumulación de nuevas tareas domésticas y la intensificación de las demandas de cuidado de los niños. Las conclusiones sugieren la urgencia de dar visibilidad y escuchar el sufrimiento psicológico de las mujeres, abordando las cuestiones de sobrecarga de funciones que repercuten en la calidad de vida y del cuidado de los hijos.

**Palabras-clave:** maternidad; relaciones madre-hijo; aislamiento social; COVID-19; pandemias.

A pandemia de COVID-19 exigiu a adoção de medidas de distanciamento social, com ênfase no isolamento social. Com a omissão do governo federal e ausência de coordenação central, os governos estaduais assumiram o papel de articuladores das políticas públicas e as orientações difundidas à população foram desconstruídas e nem sempre seguiram as diretrizes implementadas por autoridades de saúde pública de outros países afetados, resultando em baixa eficácia na contenção da epidemia, que seguiu descontrolada (Santos, Oliveira, & Oliveira-Cardoso, 2020). O surto pandêmico de rápida propagação deflagrou grandes preocupações, agravadas pelas consequências do período prolongado de confinamento que produziu mudanças significativas e duradouras na vida cotidiana. Nesse contexto emergencial e face a uma doença infecciosa com alta taxa de letalidade, as famílias tiveram que se recolher, passando a viver uma experiência inédita de convívio prolongado e imersão intensiva sob o mesmo teto, enfrentando os desafios da convivência (W. A. Oliveira, Oliveira-Cardoso, Silva, & Santos, 2020; Silva, Santos, & Oliveira, 2020).

O cenário familiar foi reconfigurado e passou por intensas transformações. O espaço doméstico teve que se adaptar às atividades educacionais e laborais. Os pais tiveram que aderir, simultaneamente, ao *homeoffice* e ao ensino remoto dos filhos, termos utilizados para referir ao momento no qual o trabalho e a escola adentraram a casa, impondo a necessidade de ajustamentos. Novas rotinas domésticas tiveram de ser organizadas em tempo recorde em torno das demandas escolares dos filhos, além dos cuidados redobrados com limpeza da casa, proteção à saúde e segurança dos familiares (W. A. Oliveira et al., 2021). Face às questões emergentes, pode-se indagar como se reconfigurou o papel da mulher enquanto mãe nesse contexto de reorganização da vida familiar? Como ela vivenciou e reorganizou a experiência da maternidade nesse momento?

A figura materna passou a ocupar, notadamente a partir dos séculos XVIII e XIX, um papel central no grupo familiar. Badinter (1985) argumenta que a representação da maternidade é calcada em uma visão naturalista e biológica que se tornou um valor cultural dominante, mantendo as mulheres aprisionadas à ideia de maternidade como destino. Mirando especificamente o cenário brasileiro, a história da maternidade, da condição feminina e das mentalidades sobre a mulher, constituída desde a colonização, foi alicerçada na função procriativa do corpo feminino (Del Priore, 2009). A subjugação de

gênero foi historicamente alimentada sob o argumento de uma suposta inferioridade física e moral das mulheres, endossado pela Igreja católica a partir da disseminação de um discurso satânico sobre as mulheres, legitimando a preponderância do poder masculino sobre o universo feminino (Del Priore, 2009). Para a autora, a hegemonia do modelo de mulher, esposa e mãe inscreveu o gênero feminino em uma posição subalterna nas relações de poder durante a época colonial, definindo a maternidade como o elemento central do universo feminino desde aquele período histórico. Assim, a identidade feminina foi circunscrita aos limites estritos da maternidade, independentemente da condição social ou racial.

Gonzaga e Mayorga (2019) apontam o caráter fictício da “identidade materna” por meio da qual se forjou a naturalização das mulheres em torno dos valores do cuidado e da abnegação. Segundo M. A. C. Oliveira e Marques (2020), após ser invisibilizada por séculos, a criança paulatinamente passou a ocupar um lugar sagrado e o amor materno tornou-se um sentimento prestigiado, que conferia às mulheres uma posição nunca antes ocupada no cenário social. A origem dessa pauta identificatória remete à imagem da “santa-mãezinha” (Del Priore, 2009, p. 285), expressão cunhada como peça-chave de um sistema subjetivo articulado ao universo social, que se tornaria o fio condutor que garantiu a continuidade do ideal cristão de família pela via da transmissão dos valores dominantes aos filhos. Esse processo de autonormatização permanece operante até os dias atuais. A manutenção do *status quo* também assegurava à mulher benefícios e compensações por meio do reconhecimento e valorização social deste lugar.

As mulheres são inseridas nesse lugar de profundo significado simbólico por suas próprias mães, sendo socializadas em um universo discursivo de exaltação da maternidade como um dos lugares mais confiáveis para a mulher ocupar. A ausência de um olhar crítico para esse contexto no qual o materno é entronizado apoia-se no não-reconhecimento da exploração, das iniquidades de gênero e da violência física e mental a que as mulheres são submetidas. Com o advento da visão eugenista, o lugar idealizado da maternidade e as demandas sociais relativas à formação dos cidadãos para a vida em sociedade, preocupando-se com a educação e formação das crianças, construíram historicamente a figura de uma mãe idealizada (Emidio, 2011; Visitin & Aiello-Vaisberg, 2017), com base na noção de que, sob a proteção materna, as crianças

teriam condições mais robustas para desenvolverem plenamente suas potencialidades e se tornarem adultos ajustados, saudáveis e “pessoas de bem”.

Espera-se que as mães se apeguem emocionalmente aos seus filhos e atendam suas necessidades de forma devotada e “natural”, correspondendo ao ideal projetado (Donath, 2017). A idealização em torno da maternidade é um valor que perdura através dos tempos. Por certo o controle da natalidade, a partir da descoberta da pílula anticoncepcional, o direito ao divórcio e, sobretudo, a inserção maciça no mercado de trabalho, produziram avanços significativos no discurso emancipatório das mulheres. A maternidade reconfigurou-se, então, ao longo do tempo como um ideal social. Segundo Badinter (2011), as mulheres passaram, principalmente a partir da virada do século XXI, a encarnar uma trilogia de papéis: maternal, conjugal e profissional. Assim, a despeito das transformações históricas vivenciadas nas concepções sobre o papel da mulher, a maternidade parece persistir como fator de desenvolvimento considerado não apenas esperado, como necessário à sua identidade social. Por outro lado, os projetos femininos foram também atravessados pelo desejo de obter satisfação sexual, conjugal e profissional, o que coloca as mulheres em uma incessante busca pela conciliação entre a vida familiar e a realização profissional. Isso alimenta o dilema entre exercer com devoção a função materna e responder às demandas específicas de cada setor de suas vidas, em especial as exigências cada vez mais intensas do mercado de trabalho.

O apoio das instituições educacionais colabora para que as mulheres possam exercer de forma satisfatória outras funções para além da maternidade, que nas últimas décadas passaram a ser valorizadas em seus percursos desenvolvimentais. Nesse sentido, as escolas e creches, assim como profissionais, cuidadores e familiares, passaram a assumir parte do processo de formação e de cuidado das crianças, possibilitando um período no qual as mães podem desenvolver outras atividades, com certa segurança de que seus filhos estejam sendo bem cuidados e educados. Contudo, Badinter (2011) ressalta que, embora esses suportes tenham se constituído, as mulheres permanecem submetidas à idealização da maternidade, o que contribui para expandir o discurso da culpa e da cobrança (isto é, da auto-culpabilização), com mães que se penitenciam constantemente, dilaceradas por dúvidas em relação à sua capacidade maternal face ao investimento que precisam direcionar para outros papéis, como o trabalho

produtivo e não apenas o trabalho reprodutivo (A. V. T. L. Meyer, Coelho, Oliveira, & Aquino, 2019).

A situação crítica na saúde global instaurada a partir de março de 2020 trouxe novos desafios, sobretudo para as mães trabalhadoras. O fechamento das escolas, com a suspensão das aulas presenciais, no Brasil foi o mais prolongado entre todos os países fustigados pela pandemia da COVID-19. O Brasil enfrentou o movimento negacionista do governo central, que levou ao fracasso das políticas de contenção eficiente da transmissão do vírus. Graças a isso o que se viu foi a perpetuação de uma situação de crise e devastação da economia, da saúde e da educação, alimentada por um cenário de *politização* da saúde pública, com o posicionamento equivocado das autoridades federais em relação às medidas de contenção da pandemia (Santos et al., 2020). Isso acentuou a sobrecarga de trabalho a que as mães em confinamento estiveram submetidas, contribuindo para fragilizar sua saúde mental e física.

Nesse cenário de incertezas, e considerando as enormes desigualdades e disparidades regionais que se refletem na forma heterogênea como a pandemia se disseminou pelo país, o presente estudo busca conhecer os recursos que as mulheres mobilizaram para enfrentar os desafios do exercício da maternidade na situação da pandemia, face às preocupações com o cuidado dos filhos (Oliveira-Cardoso et al., 2020). Estudos apontam que o trabalho a distância, a transição da escola dos filhos para o ensino remoto digital e a falta de perspectivas em relação à duração da crise e ao futuro tendem a perpetuar situações de estresse crônico, que podem infligir sofrimento psicológico em níveis intoleráveis (Silva et al., 2020). Por essa razão é urgente olhar para os efeitos psicológicos da experiência de isolamento social, muitas vezes as mães se sentem compelidas a renunciarem a atividades prazerosas e de autocuidado, que são condições relevantes para a manutenção de sua saúde física e mental.

Este estudo teve por objetivo compreender como mães trabalhadoras vivenciaram o isolamento social nos primeiros meses de pandemia e o impacto em seu cotidiano e em suas perspectivas de futuro. Assim, a pesquisa buscou dar voz ao materno para compreender como se configuraram as vivências maternas em tempos de pandemia.

## Método

Trata-se de um estudo transversal, descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa. A abordagem

qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão do objeto de estudo a partir dos significados atribuídos pelas participantes às suas experiências de cuidados maternos, enquanto estiveram expostas a uma situação de confinamento doméstico.

### **Participantes**

Participaram desta pesquisa 20 mulheres, mães de crianças de 0 a 10 anos, residentes em diversos municípios do interior do estado de São Paulo, que exerciam atividade profissional remunerada e que estavam trabalhando em *homeoffice* no período de isolamento social. Os critérios de inclusão na amostra foram: ser mãe de crianças de 0 a 10 anos, residir em municípios de diferentes regiões do estado de São Paulo, estar em confinamento social em decorrência da pandemia de COVID-19 e estar trabalhando remotamente. A escolha da faixa-etária dos filhos das participantes se deu considerando que até os 10 anos, as crianças estão no Ensino Fundamental I, de acordo com a Lei nº 11.274 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos. Consideramos que, até essa idade, a maioria das crianças apresenta maior dependência do apoio parental na execução das atividades cotidianas (domésticas e escolares) e que no contexto da pandemia essas atividades passaram a ser realizadas em casa, assim como as atividades laborais de suas mães.

Os critérios de elegibilidade foram estabelecidos considerando a realidade brasileira e o fenômeno da interiorização da pandemia, especificamente no estado de São Paulo, um dos mais atingidos pela doença devido à sua alta densidade populacional e que estabeleceu decretos com critérios de isolamento social para a população. Para atender ao escopo da pesquisa, foi recrutada uma faixa da população que de fato pôde aderir à campanha do “Fique em Casa” e à prática do trabalho em tela.

As mulheres entrevistadas tinham idades entre 29 e 45 anos, exerciam atividade profissional fora do lar e atuavam, no momento da entrevista, em *homeoffice*, sendo que 13 participantes eram casadas e viviam com o companheiro, duas eram solteiras e viviam na casa dos pais e cinco eram divorciadas e responsáveis pelo cuidado das crianças em tempo integral. A média de renda familiar variou entre 3 e 25 mil reais. O número de filhos variou de um a três. A maioria dos filhos estudava em escola privada (16) e todos estavam tendo aulas *online* no período do isolamento social. Considerando o perfil delineado, pode-se afirmar que se trata de mães trabalhadoras, ativas profissionalmente e pertencentes a

diferentes estratos sociais. As entrevistas foram realizadas no período de abril a julho de 2020, portanto, entre o segundo e o quarto mês de pandemia. O interesse se concentrou nas experiências maternas durante os primeiros meses da pandemia, portanto, relacionadas ao período mais restritivo do contato social. Considera-se que se trata de um período de adaptação a uma experiência totalmente nova e que acarretou sofrimento intenso devido às mudanças drásticas e a necessidade de promover rearranjos urgentes na dinâmica familiar.

### **Instrumento**

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, contendo informações sociodemográficas, com o propósito de caracterizar as participantes da pesquisa, e 10 questões abertas ou fechadas. As questões do roteiro de entrevista foram elaboradas com base no referencial teórico e versavam sobre percepções, escolhas, motivações, possibilidades e perspectivas, explorando também possíveis dificuldades e limitações das participantes no exercício de papéis, trabalho e gestão dos relacionamentos.

### **Procedimento**

O contato com as entrevistadas se deu por meio de amostragem tipo “bola de neve”, a partir de uma primeira indicação de terceiros. Em respeito às regras do distanciamento social, as entrevistas foram realizadas por chamada de vídeo ou áudio (a critério da entrevistada) por meio do aplicativo WhatsApp. Os encontros virtuais duraram uma hora e meia em média. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra.

### **Análise dos Dados**

A exploração dos dados e a construção das categorias basearam-se na proposta da análise de conteúdo temática (Braun & Clarke, 2006). A análise temática busca identificar e analisar padrões que se repetem ao longo da exploração do material, como um eixo temático ou alguma história relatada. Inicialmente, buscou-se sistematizar as ideias encontradas a partir da fala das entrevistadas, tornando possível o levantamento de algumas hipóteses que fundamentam o percurso interpretativo. Realizou-se uma análise das conversas encontradas no percurso das entrevistas e elaborou-se uma análise interpretativa dos dados a fim de encontrar padrões de repetição dos conteúdos. Feito isso, realizou-se a exploração do material a partir de uma leitura flutuante, o que permitiu fazer novas inferências e construir as categorias de análise.

As categorias temáticas foram analisadas a partir da articulação com a literatura científica sobre o tema da maternidade na contemporaneidade, elegendo-se para tanto, estudos realizados na confluência de perspectivas psicológicas, sociológicas e antropológicas, que servem à discussão dos resultados. O referencial teórico que fundamentou o percurso analítico é a Psicanálise das Configurações Vinculares, com seus estudos situados no campo da intersubjetividade e da transmissão psíquica intergeracional (Benghozi, 2010; Correa, 2003; Kaës, 2011, 2014). Com base nessa abordagem foram tecidas reflexões sobre a experiência do isolamento social e seus potenciais impactos na vida familiar, na perspectiva das mães cujos filhos encontram-se nas etapas iniciais de desenvolvimento.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, protocolo CAEE nº 30248920.8.0000.5401. Foram seguidos todos os cuidados éticos necessários, garantindo-se o anonimato das entrevistadas, que receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por e-mail e o devolveram assinado.

## Resultados e discussão

### ***Sobre o Materno e a Questão da Herança: Eu Quero Mudar, mas é como se Eu Repetisse os Modelos***

As mulheres relataram fadiga crônica, mesclada com sentimentos negativos difusos, como angústia e impotência, sentindo que não conseguiam corresponder plenamente às suas expectativas de desempenho do papel materno. Questionavam se estavam realmente “cuidando direito” de seus filhos, se estavam lhes dando a atenção na medida certa e fornecendo a dose necessária de segurança e conforto em um cenário de profundas e repentinas mudanças. As mães sentiam-se desestabilizadas com a ruptura da rotina familiar. As falas apresentavam indicadores de sofrimento, especialmente quando reportavam a sobrecarga a qual estavam submetidas, decorrentes das desigualdades na divisão das tarefas domésticas, das demandas do mundo do trabalho no qual estavam engajadas e dos imperativos relacionados à maternidade. Todas se questionaram sobre a qualidade da maternagem que estavam proporcionando aos seus filhos desde que começou a pandemia.

No percurso das entrevistas realizadas, as mães evocaram suas mães, em uma comparação crítica na qual mediam seu desempenho e o avaliavam como estando aquém do modelo materno recebido. Interrogavam de onde viria esse sentimento de insatisfação com o modo

como vinham exercendo o papel materno, tornando evidente o alto nível de exigência que faziam em relação ao próprio desempenho. As falas de Bruna e Virgínia ilustram esses questionamentos:

Sabe, tem uma coisa que fico sempre pensando. De onde vem essa angústia, essa culpa e essa cobrança, se as mulheres já trabalham há tanto tempo? Queria essa resposta. Eu fico pensando na minha mãe, ela dava conta de tudo, eu era tão feliz, a amo tanto, mas será que ela não sofreu isso tudo que eu sofro? Fico pensando que mãe é essa que eu quero ser, de onde surgiu essa referência? (Bruna)

Olha, eu venho de uma família de mulheres muito cuidadoras, então acho que me cobro muito de ser assim, o filho em primeiro lugar, mas isso tem um preço alto, eu quase não tenho tempo para mim. Dou satisfação de tudo para minha mãe, quero que ela me diga que eu sou tão boa quanto ela, quanto minha avó, quanto minha bisavó. Parece que quero ser cuidadora como elas, mas nessa vida que tenho hoje... Parece uma corrente que me amarra, mas, conversando com amigas, vejo que isso está presente nelas também. Fico pensando: por que algo tão divino, como ser mãe, nos traz tanto sofrimento? É a ideia de padecer no paraíso, será? (Virgínia)

As reflexões sobre a referência subjetiva em relação ao materno e sua articulação com a angústia e a culpa, que sentem ainda mais afloradas na situação de confinamento, compareceram nos relatos de todas as entrevistadas. A ideia de que a própria mãe, a seu tempo, deu conta de suas tarefas e a leitura sobre a eficiência exemplar das mulheres das gerações anteriores, que funcionam como referências porque conseguiram superar desafios e conciliar inúmeras demandas, permitem pensar na questão da herança transmitida através das gerações em relação à maternagem e a bagagem simbólica que acompanha o legado recebido.

Ao analisar as falas das entrevistadas na perspectiva da intersubjetividade, é preciso considerar que elas estão inscritas em uma cadeia genealógica social e familiar (Kaës, 2011), sendo, portanto, herdeiras de uma construção histórica, social e familiar do “ser mulher”.

Olha, eu pensava, antes de ter filhos, que eu seria visionária, uma vanguardista, digamos, mas desde quando ele nasceu me vejo puramente uma repetidora. Repito os padrões, as cobranças, as culpas, me sinto antiquada, sem possibilidades de

encontrar mudanças. Eu quero mudar, mas é como se eu repetisse os modelos. É como se eu quisesse ser moderna, mas fosse antiga. É um conflito, e dói... Como é duro pensar nisso. Ai! Angustiei. (Beatriz)

A fala de Beatriz permite pensar no percurso histórico no qual o amor materno, desde o século XVIII, se constituiu e se enraizou como um valor pessoal e social, traçando parâmetros sobre o exercício da maternidade, com suas transformações e redescritões que acompanham a luta das mulheres para ocupar um lugar menos injusto e mais igualitário em relação aos homens. Também se pode constatar que os legados transmitidos de mãe para filha, por meio da cadeia geracional, ainda se mantêm nos dias de hoje (“repito os padrões”). Compreende-se, assim, que as queixas nascem de questionamentos acerca da origem desse movimento inercial, que se traduz em forma de “cobrança” e “culpa”, que alimentam sentimentos de impotência e imobilismo (“me vejo uma repetidora”, “me sinto antiquada”).

Como mães, sentem-se capturadas por uma concepção de maternidade como uma função que devem exercer com excelência. Percebem que há algo da ordem de uma herança, uma “dívida simbólica” (Freud, 1914/2010) recebida pelo sujeito como um legado que compõe a cadeia de inscrição simbólica sobre o feminino. De tal sorte que a reflexão sobre a própria condição de mulheres-mães desencadeia angústia quando elas chegam muito próximo de compreenderem que permanecer nesse lugar é uma forma de dar continuidade e se manterem leais às suas mães, em vez de reinventarem aquilo que herdaram.

Ao retomarem a tradição simbólica transmitida por suas mães e tomarem seus exemplos como modelo a ser repetido, tentam recuperar o modo como se sentiram amadas por suas figuras maternas no passado (Freud, 1914/2010). Porém, ao mesmo tempo em que reforçam o pacto de lealdade com suas mães internalizadas, por meio de um processo de identificação com uma imagem idealizada, entabulam um discurso de que, por essa razão, devem suportar com estoicismo todas as dores e sofrimentos que se apresentam por amor e devoção aos seus filhos. Conjecturam que devem ser mães “como suas mães foram um dia” e que resgatar essas histórias, apesar de deixá-las angustiadas por nunca se sentirem suficientemente boas e à altura de suas figuras inspiradoras, por outro lado pode fortalecê-las para simplesmente darem continuidade ou, então, ensaiarem suas próprias experiências. Nesse sentido,

a pandemia ofereceria um momento privilegiado para provarem seu valor e sua força, ao protegerem seus rebentos de uma ameaça concreta e invisível.

Eu penso na minha mãe, na minha avó, nas mães maravilhosas que elas foram, me sinto culpada, cobrada, me sinto inferior, mas aí olho e vejo que faço tanto, que sou uma mulher com desejos que vão muito além do que elas desejaram. Olho e me sinto em dúvida se realmente queria ser como elas, penso que precisava olhar para o que é possível para mim hoje, rever isso tudo, mas não sei se consigo, quando percebo já estou me cobrando de novo. (Lívia)

Evidencia-se que a maternidade é significada como uma experiência transmitida nos percursos e percalços de constituição da feminilidade como um território de “cobranças e culpas” e que essa transmissão do materno se dá tanto no encadeamento social no qual a mulher encontra-se inscrita, quanto no vínculo intergeracional primordial estabelecido com sua figura materna, considerado por Freud (1938/1996) como o mais decisivo no processo de constituição subjetiva e que deverá produzir ressonâncias por toda a vida do sujeito.

Para Kaës (2011), a transmissão psíquica entre gerações é um processo que promove a sustentação de valores, crenças e saberes compartilhados que dão uma ideia de coesão e pertencimento a um grupo, o que permite ao sujeito se perceber como um elo a mais de uma cadeia que remonta à sua ancestralidade. Assim, o sujeito pode se inscrever em uma linha de continuidade psíquica entre as gerações. Nesse sentido, quando se analisam as narrativas das mulheres mães, observa-se que sua subjetividade é composta por uma pluralidade de vozes, polifonia que remete a uma cadeia de transmissão psíquica intergeracional familiar e social na qual elas se percebem inseridas e a partir da qual se subjetivaram.

Assim, é possível postular que as mães se constituem subjetivamente na bagagem que receberam de herança, respondendo a imperativos que se constituíram ao longo das histórias traçadas por suas antepassadas. Isso faz com que tenham que administrar um legado que muitas vezes emerge como uma carga recebida, porém ainda não simbolizada – o que vai constituir a matéria bruta transgeracional. É o confronto com essa herança rústica e sem transformação que produz o mal-estar, vivido como angústia, impotência e auto-recriminação. Como sair desse impasse nos processos de subjetivação, senão buscando produzir novos

sentidos a partir da elaboração e transformação do que é herdado?

Correa (2003, p. 38) aponta que “o processo de transmissão psíquica geracional solicita um trabalho psíquico inconsciente constante, de elaboração e transformação. Este processo é definido como obrigatório na sucessão das gerações; porém, a urgência não é sempre a de realizar a transmissão, mas também a de interrompê-la”. A interrupção dessa cadeia é a operação psíquica que pode levar a produção de novos sentidos e significados para a herança que se recebeu. Assim, as mães poderão não estar mais alienadas e fadadas a reproduzir os imperativos da maternidade porque estarão inscritas nessa cadeia de uma forma diferente, ao se apropriarem desse lugar no qual se inscrevem incessantemente como transmissoras e não apenas herdeiras. O sujeito herdeiro não é passivo na cadeia de transmissão na qual se faz elo (“repetidora”); ele pode ser criativo e potente.

Assim, é possível fecundar os caminhos psíquicos percorridos para que essa metabolização se torne possível. É importante pensar no quanto se pode endereçar uma escuta ativa às mulheres, às mães que se descobrem sendo novas mães durante as agruras da pandemia, uma escuta pautada na sensibilidade e dirigida ao lugar do qual elas falam. A questão é: será que existe um amparo social, institucional e vincular para que esse lugar seja preenchido de forma criativa, uma vez que a metabolização dessa herança depende da constituição de um andaime, uma rede vincular que suporte a experiência de transformação que ressoa em todo o tecido vincular? A transformação desse lugar não é uma tarefa individual, protagonizada somente pelos esforços solitários e conscientes de cada mãe, mas uma empreitada plural e coletiva, pois depende de uma disposição dos enlaces inconscientes e da disponibilidade de uma malha vincular que promova a mudança.

Minha filha falou que eu não a escuto, vivo mergulhada no trabalho, você consegue sentir o tamanho da minha culpa? Eu, que como te disse, sou filha de uma mãe mineira tradicional. Eu sofro porque, ao mesmo tempo que queria ser como ela, eu não queria sentir essa culpa, porque eu gosto do que eu faço. Você vai rir, mas sabe o que eu queria? Que nós, mulheres, tivéssemos força de nos unir, não ficar julgando uma a outra, dando padrão de qualidade para a mãe do que a gente é, mas uma união mesmo, de olhar para o que cada uma vive, e dizer: “olha, eu te entendo, eu sinto assim, mas fazemos o que podemos, vai ficar tudo bem”, mas isso está longe de acontecer. Mas, quer saber? Eu

acho que já melhorou. Eu acredito na revolução!  
(Laura)

Pode-se considerar que o sofrimento manifestado pelas mães quando se comparam às suas próprias mães e a outras mulheres idealizadas por elas, como encarnando aquelas que podem ser reconhecidas como “boas mães”, junto às dores trazidas nos seus relatos em tempos de pandemia, reiteram a necessidade urgente de refletir sobre o ser mulher, como também sobre ser mãe e trabalhadora na sociedade contemporânea.

Além disso, o isolamento social, o ensino remoto e as mudanças decorrentes da pandemia explicitaram um conflito, que há tempos vem sendo discutido, que concerne à relação da mulher com a maternidade e com seu trabalho, apontando para a urgência deste debate à luz do momento de crise. Diversos estudos apontam a persistência das vivências de culpabilidade e dos sentimentos ambivalentes na relação da mulher com a maternidade e o mundo do trabalho (Emidio & Castro, 2021; Emidio & Gigek, 2019; Hirata, 2015; D. E. E. Meyer, 2006), o que frequentemente leva as mulheres a fazerem escolhas excludentes. Tais questões apontam para a necessidade de se rediscutir o lugar do trabalho reprodutivo e a divisão sexual do trabalho, pois estes se configuraram socialmente, e não naturalmente como é comumente presumido por concepções essencialistas, colocando as mulheres em uma posição de quem deve se adaptar docilmente aos papéis sociais a elas “destinados”.

As participantes deste estudo têm consciência de estarem imersas em um movimento de transição. Tempos extraordinários também têm o poder de acelerar transformações que já estavam em marcha com as tendências recentes de precarização social e do trabalho (Hirata, 2015). As emoções negativas tendem a se exacerbar em uma situação de crise sem precedentes, ainda mais quando ela é compartilhada coletivamente, suscitando lutos e desafios cotidianos à sobrevivência. Porém, apesar das reflexões despertarem um sentimento de urgência de buscar alguns caminhos que permitam o redimensionamento dos lugares familiares e sociais, sabe-se que ainda há um longo caminho pela frente. Uma jornada a ser partilhada e que talvez tenha que ressoar ainda por algumas gerações de mulheres no futuro.

### ***Amparos Vinculares e as Instituições: Eu Preciso Mostrar para Eles que isso Vai Passar e que Juntos Sairemos Dessa***

Quando questionadas sobre aquilo de que mais sentiam falta no período de pandemia, além do desejo



de “passar um tempo sozinhas”, as mães trouxeram, entre risadas e choros, a saudade que sentiam da escola das crianças, de seus familiares e das pessoas com quem podiam contar anteriormente para apoiá-las nos cuidados com os filhos. Bruna foi uma das que entreteceram choro e riso ao tecer um relato pungente sobre seu momento familiar:

Registra uma coisa, você está falando com uma mãe muito sincera: eu estou com muitas saudades da escola. Eu amo a professora, pois só assim eu poderia ficar sozinha. Sinto falta também da minha sogra, ela me ajudava muito com eles, agora não pode mais. Ela às vezes faz um bolo e deixa aqui na porta, eu choro, queria poder ter essas pessoas por perto, é um conforto com que não podemos mais contar, e meu marido, ele está perdido, temos comércio, a preocupação dele tem sido manter o negócio vivo. (Bruna)

Laura também comentou sobre o quanto considera a escola uma fonte de apoio importante para a manutenção da saúde mental de toda a família.

Vejo que nossa vida é envolta na questão da escola e do nosso trabalho. Agora é tudo em casa: escola, trabalho, vida familiar e social. Social entre aspas, né? Porque de social não tem nada. Então, isso é muito desgastante, é ter que ser firme sem apoio, é ter que ser forte porque ali você é o adulto. Então, eu preciso mostrar para eles que isso vai passar e que juntos sairemos dessa. (Laura)

As falas de Bruna e Laura apontam para a percepção do lugar da escola como uma dimensão *subjetivada*, em sua conexão com a família e sua função que se estende muito além da relação de ensino-aprendizagem, sendo também lugar de aquisição de habilidades de civilidade e sociabilidade para as crianças e suas famílias. As crianças da classe média brasileira passam boa parte do dia envolvidas com atividades escolares ou realizando tarefas extracurriculares; também participam de projetos esportivos e culturais, espaços significativos na complementação da formação e desenvolvimento da cidadania. A escola configura um espaço de articulação de uma rede vincular que ampara e dá sustentação à função materna.

O fato de não poderem mais contar com a instituição escolar nos moldes tradicionais e os apoios anteriores é claramente significado como perda no projeto idealizado da maternidade, o que precipita a experiência do enlutamento. É simultaneamente fonte de privação de uma garantia presumida e deparar-se com novas

dificuldades, na medida em que aumenta a sobrecarga das mães, que além de não mais poderem contar com o apoio das instituições, tiveram que assumir, em várias situações, papéis que há anos eram delegados aos professores e cuidadores.

Assim, além dos temores e angústias inerentes à experiência de lidarem com uma ameaça invisível, que permanece suspensa no ar que se respira e que circula insidiosamente pelo contato entre as pessoas, as mães são chamadas a assumir – ou reassumirem – o lugar antes ocupado pelas redes que as apoiavam. Perdem suas referências e o amparo das instituições e ainda necessitam servir de esteio para seus filhos. É uma exigência a mais em sua longa lista de responsabilidades. O esforço de buscar preservar a saúde mental de seus dependentes aumenta a sobrecarga a qual elas já estão submetidas em um contexto de exceção, no qual o espaço doméstico foi “invadido” sem a menor cerimônia pelas demandas do trabalho dos pais e da escola dos filhos. A fala de Giovana retrata as inseguranças sentidas pelas mães diante da falta dos apoios institucionais, como também da rede de vínculos afetivos que participavam do cuidado das crianças:

Com a pandemia, além de não ter a escola para poder contar, eu e meu marido não podemos ver nossas famílias. Ficamos preocupados com nossos pais, e aí só temos uns aos outros. Isso, ao mesmo tempo que nos fortalece, pesa. É como se não pudéssemos desmontar, como se tivéssemos que nos manter inteiros para segurar nossa família, e me ver nesse lugar de sustentação me assusta, me incomoda, fico preocupada de não conseguir sustentar esse lugar sem o apoio de que estava acostumada. Sinto saudades do apoio da minha mãe, da escola, da nossa rotina. Difícil viver sem esse amparo. (Giovana)

Isso mostra o quanto as mães exigem de si mesmas uma postura parecida com o estoicismo. Haja o que houver, elas não podem esmorecer, não se sentem confortáveis para demonstrar suas fragilidades aos familiares (“como se tivéssemos que nos manter inteiros para segurar nossa família”). A cobrança é no sentido de se manterem fortes, sempre serenas e imperturbáveis. O problema é que essa rigidez moral muitas vezes as impede de elaborarem suas próprias inquietações. Manter as aparências, a fachada de fortaleza, também consome um considerável montante de energia, especialmente em um cenário de tamanha instabilidade e sujeito a mudanças diárias, de sorte que a

atitude estoica acaba por ter um efeito inverso ao desejado, no sentido de fragilizá-las.

Os relatos das mães também apontam para a importância das funções de apoio e sustentação desempenhadas, além das escolas, por seus familiares, no caso, os avós. Kães (2011, p. 20) aponta para a relevância das organizações metapsíquicas, as quais servem de “*pano de fundo* da psique individual e *entre* esta e os enquadres mais amplos – culturais, sociais, políticos, religiosos – nos quais elas se apoiam”, apontando que o grupo e os pertencimentos comunitários e partilhados antecedem o espaço psíquico individual. As queixas das mães apontam para as falhas percebidas nessas funções de sustentação, tornando evidente o potencial desorganizador de tais falhas quando não existe uma rede de proteção social e comunitária.

Assim, a mãe confinada em casa pelo isolamento social é aquela que, no cenário da família contemporânea, sempre fora assoberbada por inúmeras demandas, acumulando funções tradicionais (como a do cuidado com os filhos e a casa) com funções relativas ao seu trabalho e aos seus interesses pessoais e aspirações de carreira profissional (W. A. Oliveira et al., 2021). Segundo Macêdo (2020), o contexto da pandemia tem sido particularmente desafiador para as mulheres, que se viram colocadas diante de uma sobrecarga ainda maior de trabalho e, simultaneamente, perderam muitos de seus apoios institucionais e vinculares. Moraes (2020) também observa que as mulheres estão sujeitas a níveis de estresse elevados decorrentes da privação do contato social e do acúmulo de atividades, o que se soma a uma sobrecarga emocional que elas já vinham administrando em suas relações muito antes da irrupção da pandemia. A história contada pelas mães sobre suas agruras e desafios enfrentados desde que suas vidas passaram a ser regidas no “modo emergencial” não pode ser dissociada de uma outra história, bem mais antiga, mas correlata: a da feminização do cuidado como potencializador de vulnerabilização das mulheres (Braga, Oliveira, & Santos, 2020).

### ***Dar Voz ao Materno para Criar Possibilidades de Pensar o Futuro: Tenho Menos Certezas, mas Muita Vontade de Viver Bons Amanhãs***

Quando questionadas sobre como conciliavam a necessidade de olhar para o futuro a partir das experiências que estavam vivendo com as exigências do distanciamento social, todas as mães se emocionaram e trouxeram preocupações com relação às suas famílias e à sua própria vida nessas circunstâncias adversas. Vivenciavam com pesar o adiamento de sonhos e a interrupção de projetos, tentando encarar esses

desafios como um aprendizado necessário para se lidar com a frustração tecendo novos desejos e investindo no planejamento de outras atividades, o que exigia delas uma atitude flexível para se adaptarem às mudanças.

Todas as participantes, sem exceção, choraram ao serem instadas a pensarem no futuro e ao compartilharem suas reflexões sobre as vivências da pandemia e do isolamento social. A maioria, por meio do choro e da comoção emocional, dividiu com a entrevistadora, em tom de desabafo, um momento de catarse e extravasamento de emoções represadas (um “desaguar”, na feliz expressão de Talita). Refletiram sobre como o viver nesses tempos estranhos estava sendo transformador em suas vidas, o que foi observado tanto nas mães entrevistadas nos primeiros meses (abril e maio de 2020), quanto nas participantes do quarto e quinto meses da pandemia (junho e julho de 2020). A percepção da adversidade como oportunidade de transformação emergiu nas falas, juntamente com os diversos olhares para as fragilidades que recrudesceram nesse momento. As falas de Ana, Angélica e Talita ilustram como elas estavam perspectivando o futuro. A despeito das dores potencializadas pela pandemia e dos lutos arrastados, elas depositavam um olhar esperançoso para o futuro e para seus relacionamentos, confiantes de que o amanhã seria “quando fosse possível seguir adiante”.

Não tenho a perspectiva de que essa pandemia será mais boa do que ruim. Dito isso, acho que seremos mais fortes. Talvez mais empáticos, até porque agora compartilhamos quase integralmente o cotidiano do outro. Mantenho meus objetivos e sonhos. Quero manter a serenidade, entendo que o futuro agora vai se dando aos poucos. Tenho menos certezas, mas muita vontade de viver bons amanhã. Espero que essa fase possa fazer com que pessoas e governos passem a olhar o mundo de forma menos individual, com maior interesse no ser humano e nas desigualdades gritantes em que vivemos. (Angélica)

Um momento difícil como esse nos fez perceber a importância do outro, da vida do outro. Nos ensinou a economizar, a cuidar do futuro, a pensar nas consequências de nossos atos. Fica também a mensagem de que nenhum ser humano é sozinho ou consegue viver sozinho. Dependemos totalmente do outro, ninguém é diferente do outro, nem merece viver mais do que o outro, e precisamos cuidar da humanidade. Sobre o futuro, como disse, sou otimista. Mas acredito que passaremos

um ano difícil em 2020. Mais e mais pessoas passarão dificuldade, milhares morrerão. Quando penso nisso, confesso que meu coração dispara e tenho medo de morrer e deixar minha filha. (Talita)

A fala das entrevistadas é acompanhada de incertezas e angústias em relação às projeções de futuro; porém, a reflexão sobre as transformações é capaz de ponderar perdas e ganhos, incluindo a possibilidade enriquecedora de haver preciosas ressignificações individuais e coletivas, que dependendo de como forem manejadas, poderão contribuir para melhorar a humanidade. É interessante observar que as falas articulam novos sentidos que permitem vislumbrar novas maneiras de preservar a proximidade com os demais.

A fala de Talita, quando aponta que ninguém vive sozinho e que essa crise coloca a necessidade de se pensar a humanidade, dialoga com o que Lima, Buss, e Paes-Sousa (2020) discutem sobre a pandemia ter precipitado uma crise humanitária na qual se faz necessário olhar para essa interdependência que nos constitui e o quanto o laço com o outro é que permite a sustentação da vida. Essas reflexões tecidas pelas mães entrevistadas se articulam ao clima de maior proximidade e intimidade familiar constituído em suas casas, que apesar de imerso em angústia e ansiedade, também abriu possibilidades de reflexão sobre crenças e valores compartilhados. A necessidade de “desacelerar”, apontada por Ana em vários momentos de sua entrevista, chama a atenção para a velocidade e efemeridade na qual se dão as relações na atualidade, erráticas e fugazes como discutido por Birman (2019). São significativas as reflexões construídas que apontam para um cenário esperançoso que renasceria a partir das cinzas da crise que se vivencia, reafirmando o que Benghozi (2010) menciona quando considera que as crises embutem potenciais de transformação.

O espaço de fala se configurou nesta pesquisa como um dispositivo organizador, como se o pensar sobre essa inusitada experiência, compartilhado com alguém que oferece uma escuta ativa, possibilitasse organizar aquilo que estavam sentindo, ao dar vazão a emoções que estavam guardadas. Assim, admitir-se fragilizada diante de alguém que não é de sua rede familiar parece ter promovido o resgate de uma experiência de sentir-se fortalecida para enfrentar as situações críticas e elaborar conflitos e experiências vividas. Considera-se que a escuta, a fala e a conexão com o outro se apresentam como pontos importantes de suporte aos quais se deve atentar. Em tempos de aceleração maníaca, de

esvaziamento da reflexão e falta de reconhecimento da alteridade, é preciso olhar as experiências cotidianas e valorizar os gestos mais simples que produzem humanidade. Só assim será possível construir novos continentes nos quais as malhas tecidas por meio dos vínculos intersubjetivos possam ser costuradas.

Quanto ao materno e à percepção do futuro, as mães entrevistadas se sentem sobrecarregadas, culpadas, angustiadas, mas também se mostram dispostas a reconhecer seus limites, suas dores e sua solidão, quando mencionam o quanto têm refletido sobre o lugar que ocupam na família e na sociedade, e sobre a importância de se conversar sobre isso. A pandemia parece funcionar como um fator desestabilizador do aparente equilíbrio que as mães presumiam ter construído anteriormente, acostumadas a viver nesse cenário onde cuidavam para que as demandas cotidianas fossem constantemente supridas.

Acredita-se que ouvir as mães em tempos de pandemia forneceu uma oportunidade profícua para compreender as diversas nuances que envolvem a maternidade na era contemporânea, mas também evidenciou que o sofrimento veiculado pelas reflexões sobre essa experiência torna evidente aquilo que essas mulheres já vêm carregando silenciosamente há tempos, seus modos de vida com suas fortalezas e fragilidades, em malabarismos conciliatórios que as levaram a situações-limite que a pandemia acabou escancarando.

Diante dessa nudez reveladora, ficam as reflexões sobre um corpo simbólico marcado pelos acontecimentos e que clama por mudanças que acolham pluralidades e relações mais horizontais e igualitárias, que permitam que as mulheres possam se despir das velhas indumentárias para construir novos alinhamentos, nos quais uma ressignificação do passado e do presente, mais conectada às suas experiências, possa compor uma nova perspectiva de futuro. Em tempos de “novo normal” – expressão controversa que por vezes tem sido utilizada para designar o “novo” cotidiano instaurado pela pandemia, seria possível anunciar o nascimento de “novas mães”?

## Considerações finais

A crise sanitária e humanitária precipitada pela pandemia parece ter acelerado e desnudado certas facetas da maternidade que já vinham se configurando ao longo do tempo. A nova era inaugurada pela ameaça da COVID-19 alterou drasticamente as rotinas e as dinâmicas do trabalho feminino. As mulheres trabalhadoras, que desde

sempre sofreram com a invisibilidade de suas atribuições domésticas, nesse cenário viram-se sobrecarregadas com novas tarefas, com dias cada vez mais corridos e atarefados, evidenciando a centralidade da maternidade e sua idealização. Restou evidente que a transmissão psíquica entre mãe e filha é um dos elementos-chave que definem, constituem e perpetuam o lugar sacralizado e historicamente ocupado pelo materno no mundo ocidental.

Os resultados desta pesquisa, que entrevistou as mães na primeira fase da pandemia (abril a julho de 2020), mostraram que as participantes se esforçavam para manter o ritmo de produtividade pré-pandemia, enquanto lidavam com os novos desafios de acesso e operacionalização do trabalho remoto, acumulando tarefas domésticas e de cuidados intensivos com os filhos. A novidade é que já não contavam com os tradicionais amparos da escola, da rede de apoio social e de trabalhadoras domésticas. Como resultado do isolamento físico e do longo tempo de fechamento das escolas, vivenciavam uma sobrecarga de trabalho, o que acentuou o sofrimento psíquico e seus sentimentos de desamparo e solidão, incrementando vivências de culpabilização no tocante à responsabilidade pelo desenvolvimento dos filhos. Os impactos da pandemia na vida familiar recaíram de forma desproporcional sobre as mães, com cobranças com relação ao seu papel social em resposta a uma normatização construída sobre a maternidade.

Vale ressaltar que as participantes apresentavam, já nos meses iniciais da pandemia, intenso sofrimento e se sentiam sobrecarregadas e sozinhas diante dos desafios que a pandemia apresentava. Certamente o tempo de pandemia se prolongou e mudanças ocorreram ao longo desse processo, como o retorno parcial ao trabalho, o retorno parcial das redes de apoio e das escolas, o que impactou diretamente as vivências maternas. A despeito do sofrimento e dos sentimentos de culpa que permeiam os discursos maternos, as participantes se desdobram e dão continuidade às normatizações maternas em suas vidas, o que sugere que o processo de crítica perante a imposição e legitimação desse modelo de maternidade ainda exige um processo de reconhecimento de si e do lugar ocupado pela mulher na organização social.

Este estudo apresenta algumas limitações importantes que devem ser apontadas. Como a renda familiar não foi considerada um critério de inclusão nesta pesquisa, as entrevistadas apresentaram uma variação de renda bastante expressiva, configurando condições de vida bem diferentes. A leitura sobre as experiências

maternas no contexto da pandemia deve incluir, em estudos futuros, a questão da renda familiar e sua possível influência moderadora sobre os impactos das situações vividas. É necessário, assim, considerar outras dimensões que possam desvelar novas perspectivas sobre o tema investigado.

## Referências

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe* (V. L. Reis, Trad.). Rio de Janeiro: Record.
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação – psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social*. São Paulo, SP: Vetor.
- Birman, J. (2019). *Genealogias do narcisismo*. São Paulo, SP: Instituto Langage.
- Braga, I. F., Oliveira, W. A., & Santos, M. A. (2020). “História do presente” de mulheres durante a pandemia da COVID-19: feminização do cuidado e vulnerabilidade. *Revista Feminismos*, 8(3), 190-198. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42459/23919>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45. doi: 10.1590/S0103-65642003000300004
- Del Priore, M. (2009). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo, SP: UNESP.
- Donath, O. (2017). *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade* (M. Vargas, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Emidio, T. S. (2011). *Diálogos entre feminilidade e maternidade: um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise*. São Paulo, SP: EDUNESP.
- Emidio, T. S., & Castro, M. F. (2021). Entre voltas e (re)voltas: um estudo sobre mães que abandonam a carreira profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e221744. doi: 10.1590/1982-3703003221744
- Emidio, T. S., & Giguek, T. (2019). “Elas não querem ser mães”: algumas reflexões sobre a escolha pela não maternidade na atualidade. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 11(2), 186-197. doi: 10.18379/2176-4891.2019v2p.186
- Freud, S. (1996). Esboço de psicanálise. In S. Freud (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 23, pp. 153-224). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1938)
- Freud, S. (2010). *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (P. C. de Souza, Trad., pp. 13-51). São Paulo, SP: Cia das Letras. (Obra original publicada em 1914)
- Gonzaga, P. R. B., & Mayorga, C. (2019). Violências e instituição maternidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n. spe 2), e225712, 59-73. doi: 10.1590/1982-3703003225712
- Hirata, H. (2015). *Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada*.

- Análise*, 7/2015. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Recuperado de <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>
- Kaës, R. (2011). *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo* (L. Rouanet, Trad.). São Paulo, SP: Loyola
- Kaes, R. (2014). *As alianças inconscientes* (L. Cazarotto, Trad.). São Paulo, SP: Ideias & Letras.
- Lima, N. T., Buss, P. M., & Paes-Sousa, R. (2020). A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), e00177020. doi: 10.1590/0102-311x00177020
- Macêdo, S. (2020). Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *Revista do NUFEN*, 12(2), 187-204. doi: 10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33
- Meyer, A. V. T. L., Oliveira, E. N. P., Coelho, R. N., & Aquino, C. A. B. (2019). Trabalho doméstico e empreendedorismo: a intensificação laboral das donas-de-casa. *Revista Laborativa*, 8(2), 36-56. Recuperado de <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/2882>
- Meyer, D. E. E. (2006). Uma politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero*, 6(1), 81-104. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31010>
- Moraes, R. F. (2020). *Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia: Garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva (Nota Técnica 27)*. Ipea, Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9836>
- Oliveira-Cardoso, E. A., Silva, B. C. A., Santos, J. H., Lotério, L. S., Accoroni, A. G., & Santos, M. A. (2020). The effect of suppressing funeral rituals during the COVID-19 pandemic on bereaved families. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 28, e3361. doi: 10.1590/1518-8345.4519.3361
- Oliveira, M. A. C., & Marques, S. S. (2020). Contribuições para uma reconstrução crítica da gramática moderna da maternidade. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), e68037. doi: 10.1590/1806-9584-2020v28n168037
- Oliveira, W. A., Andrade, A. L. M., Souza, V. L. T., De Micheli, D., Fonseca, L. M. M., Andrade, L. S., ... Santos, M. A. (2021). COVID-19 pandemic implications for education and reflections for school psychology. *Psicologia: Teoria e Prática*, 23(1), 1-26. doi: 10.5935/1980-6906/ePTPC1913926
- Oliveira, W. A., Oliveira-Cardoso, E. A., Silva, J. L., & Santos, M. A. (2020a). Impactos psicológicos e ocupacionais das sucessivas ondas recentes de pandemias em profissionais da saúde: revisão integrativa e lições aprendidas. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 37, e200066. doi: 10.1590/1982-0275202037e200066
- Santos, M. A., Oliveira, W. A., & Oliveira-Cardoso, E. A. (2020). Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020018. doi: 10.1590/1807-0310/2020v32240339
- Silva, H. G. N., Santos, L. E. S., & Oliveira, A. K. S. (2020). Efeitos da pandemia do novo coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. *Journal of Nursing and Health*, 10(n.esp.), e20104007. doi: 10.15210/jonah.v10i4.18677

*Thassia Souza Emidio*, Doutora em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), é Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Endereço para correspondência: Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Departamento de Psicologia Clínica. Avenida Dom Antônio, 2100. Parque Universitário, Assis-SP. Telefone: (18) 3302-5884. Email: [thassia.emidio@unesp.br](mailto:thassia.emidio@unesp.br) ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4353-0912>

*Mary Yoko Okamoto*, Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é Professora do Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Email: [mary.okamoto@unesp.br](mailto:mary.okamoto@unesp.br) ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8844-7138>

*Manoel Antônio dos Santos*, Professor Titular de Psicologia da Saúde da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP-SP) e Professor Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP-SP). Email: [masantos@ffclrp.usp.br](mailto:masantos@ffclrp.usp.br) ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

Recebido em 24.ago.20  
Revisado em 02.jan.22  
Aceito em 31.jan.22

# Normalidade no trabalho sob o olhar da psicodinâmica do trabalho: uma revisão integrativa

Jane Pereira Araújo. Universidade de Brasília  
Lêda Gonçalves de Freitas. Universidade Católica de Brasília

## Resumo

Objetiva este estudo identificar na literatura científica evidências de pesquisas realizadas sobre normalidade no trabalho, utilizando como aporte teórico a psicodinâmica do trabalho. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, utilizando publicações disponíveis nas bases de dados eletrônicas de psicologia e de saúde no Brasil durante o período de 2009-2018. A amostra foi composta por 314 estudos, dentre teses, dissertações e artigos. Os resultados demonstram que não foram encontrados estudos que abordam exclusivamente a normalidade em psicodinâmica do trabalho. Evidenciou-se a baixa frequência do uso do termo normalidade, indicando que esse conceito não é abordado isoladamente, podendo estar vinculado a outros aspectos da psicodinâmica do trabalho, como sofrimento no trabalho, estratégias de defesa e reconhecimento. Ressalta-se a importância de aprofundamento dos estudos sobre o tema, sugerindo buscas ampliadas, incluindo pesquisas internacionais, para fins de comparação.

**Palavras-chave:** normalidade; trabalho; psicodinâmica; revisão.

## Abstract

*Normality at work from the perspective of work psychodynamics: an integrative review.* This study aims to identify the scientific literature evidence of research carried out on normality at workplace, using the work psychodynamics as theoretical support. An integrative literature review was made, by searching for scientific productions available in the electronic databases in the areas of psychology and health in Brazil, during the period of 2009-2018. The sample consists of 314 studies, including theses, dissertations, and articles. The results demonstrate that no studies were found that approach the concept of normality in work psychodynamics exclusively. It was evidenced the low frequency of the use of the term normality, indicating that this concept is not approached in isolation, and may be related to others aspects in the workplace psychodynamics, such as suffering at work, defense strategies and recognition. The importance of further studies on the topic is emphasized, suggesting expanded quests, including international research, for comparison purposes.

**Keywords:** normality; work; workplace; psychodynamics; review.

## Resumen

*Normalidad en el trabajo desde la perspectiva de la psicodinámica del trabajo: una revisión integrativa.* Este estudio tiene como objetivo identificar en la literatura científica evidencias de investigaciones realizadas sobre la normalidad en el trabajo, utilizando la psicodinámica del trabajo como soporte teórico. Se realizó una revisión integrativa de la literatura, utilizando las publicaciones disponibles en las bases de datos electrónicas de psicología y salud, en Brasil, durante el período 2009-2018. La muestra estuvo formada por 314 estudios, entre tesis, disertaciones y artículos. Los resultados demuestran que no se encontraron estudios que aborden exclusivamente la normalidad en psicodinámica del trabajo. Se evidenció la baja frecuencia del uso del término normalidad, indicando que este concepto no se aborda de forma aislada, pudiendo estar vinculado a otros conceptos de la psicodinámica del trabajo, como sufrimiento en el trabajo, mecanismos de defensa y reconocimiento. Se resalta la importancia de profundizar en los estudios sobre el tema, sugiriendo búsquedas ampliadas, incluyendo investigaciones internacionales, con fines de comparación.

**Palabras-clave:** normalidad; trabajo; psicodinámica; revisión.

Vive-se uma profunda mutação no mundo do trabalho na contemporaneidade. A hipermodernidade (Han, 2017) interfere diretamente nos comportamentos sociais e, conseqüentemente, potencializa a angústia do homem contemporâneo. Em meio às crises, às mudanças de ideologias, à precarização do trabalho, à aceleração e à submissão às exigências do mercado, o perfil do trabalhador tem mudado e são inevitáveis os reflexos sobre sua saúde. Essas transformações têm afetado a maneira como se trabalha e como se organiza o trabalho, provocando mudanças significativas nos modos de viver, trabalhar e adoecer das pessoas.

Em um cenário de muita competitividade, dentre outros desafios, o trabalhador é obrigado a se submeter às exigências de condições de trabalho precárias e de organizações do trabalho perversas, tendo que recorrer cada vez mais a estratégias para enfrentar as dificuldades e não sucumbir ao sofrimento e chegar ao adoecimento. Esse cenário é muito delicado e requer muita atenção e cuidado para as questões que envolvem o trabalho e o trabalhador, pois tem resultado em riscos emergentes e provocado novas formas de adoecimento.

Diante das reformas trabalhistas, das novas modalidades de trabalho, como o intermitente e os vinculados às plataformas digitais, das propostas de uma nova revolução industrial como a indústria 4.0 (Antunes, 2018), o trabalhador vivencia novas modalidades de escravidão. Frente a isso, os adoecimentos, os padecimentos, as precarizações, as terceirizações, as desregulações e os assédios parecem tornar-se mais a regra do que a exceção (Antunes, 2018).

A cultura gira em torno de produzir sujeitos sem perturbações, seduzidos e coagidos por demandas de apelo ao consumo, visando um gozo permanente, não tanto pelo que se consome, mas para estar incluído na mesma norma (Kehl, 2009). Conseqüentemente, observa-se um grande empobrecimento na vida subjetiva dos sujeitos e uma crescente complexidade nos processos relativos à saúde e ao adoecimento dos trabalhadores. O sofrimento tem sido cada vez mais banalizado e, em muitas das vezes, independentemente da intensidade, tem sido referido como sendo um estado de "normalidade".

Normalidade é um tema discutido em diversas áreas do conhecimento, sendo especialmente relevante para a saúde mental. Um dos trabalhos utilizados frequentemente para referenciar questões relacionadas ao normal e ao patológico é a tese de Georges Canguilhem

(Canguilhem, 1943/2011). Nela, o autor não conceitua, mas faz uma reflexão crítica da normalidade vista como ausência de doença e propõe uma distinção entre o normal e o patológico, levando ao rompimento de uma visão tradicional desses conceitos.

A normalidade como norma de vida diz respeito a uma categoria mais ampla, que inclui a saúde e o patológico como subcategorias. Dessa maneira, tanto a saúde quanto a doença são consideradas normais, como uma norma de vida, mas distintas: a saúde como norma de vida superior, caracterizada pela capacidade normativa, mas com possibilidade de transformar, de mudar, de adoecer, e de poder sair do estado patológico; já a doença, ou o patológico, caracterizada como uma norma de vida inferior, com a perda da capacidade normativa, sem a possibilidade de mudança (Canguilhem, 1943/2011).

No campo da psicanálise Freud (Freud, 1901/1980) defende que tanto os fenômenos normais quanto patológicos são produtos dos mesmos mecanismos mentais. A linha fronteira entre os estados nervosos não faz distinção entre um estado ou outro, pois as manifestações mórbidas são caracterizadas pela quantidade, intensidade e erupção temporal. Normal e patológico nessa perspectiva diferem somente em relação aos termos quantitativos, portanto, são da mesma natureza.

A normalidade também é vista como um excesso de adaptação ao mundo tal como ele se apresenta, manifestando-se como um sintoma quando a tolerância ao sofrimento se torna elevada, sendo assim denominada como uma normopatologia (Dunker, 2015). Em *Os Normalpatas*, Barros (1999) questiona a normalidade como saúde ou como normalidade patológica. Para ele, ser normal pode não ser sadio porque a normalidade pode ser doentia. "E normal, é idêntico a são?", Canguilhem (2012, p. 181) questionava.

Para a psicodinâmica do trabalho a normalidade não implica ausência de sofrimento: é vista como "o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho" (Dejours, 1999a, p. 36). É um fenômeno que exige do sujeito um grande esforço e uma grande luta contra a "desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho" (Dejours, 1999a, p. 36). A normalidade é um marco para a psicodinâmica do trabalho, sendo a "clínica e teoria da 'normalidade' em situação de trabalho" a própria psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2017, p. 27).

No lugar de demonstrar o trabalho como enlouquecedor, as pesquisas em psicopatologia do trabalho detectaram grupos de trabalhadores que não se mostravam passivos diante das exigências e pressões organizacionais, mas que eram capazes de se protegerem dos efeitos danosos à saúde mental. Diante das vivências de sofrimento, esses trabalhadores tentavam, apesar das limitações, preservar e exercer a liberdade na construção das estratégias defensivas, fundamentalmente coletivas (Dejours, 2015).

O foco investigativo, que até então estava voltado para as doenças mentais geradas pelo trabalho, passou a ser sobre o sofrimento e as defesas contra esse sofrimento. À medida que a maioria dos trabalhadores conseguia ‘administrar’ a loucura, apesar da violência da organização do trabalho, a normalidade, descrita como equilíbrio instável, precário, entre sofrimento e defesas, se mostrou como o grande mistério a ser desvendado (Dejours, Abdoucheli, & Jayet, 1994).

A partir daí, os estudos sobre esse fenômeno passaram a ser pautados pelos mecanismos utilizados pelos trabalhadores para a manutenção da “normalidade”, que pressupõe consciência do sofrimento e luta contra a desestabilização psíquica e somática provocada pela organização do trabalho. A investigação passou a ser sobre a dinâmica do trabalho e dos processos psíquicos mobilizados pela exposição do trabalhador à organização do trabalho (Dejours, 2007).

Nessa trajetória, um grande enigma relacionado à psicopatologia do trabalho foi observado. Aquilo que até então era tratado como doença, não era mais uma doença mental, mas sim um estado de normalidade (Dejours, 2011). Diante dessa constatação, a Psicodinâmica do Trabalho passa a ser o foco dos estudos, com base no argumento de que na Psicopatologia do Trabalho não foi possível estabelecer o nexo causal entre certos transtornos psíquicos e certas formas de organização do trabalho. Essa nova denominação foi considerada mais adequada e abrangente, pois, além de possibilitar a ampliação do campo de investigação na área, favorece um olhar não só para o sofrimento, mas também para o prazer no trabalho (Dejours, 2011).

Consequentemente, novas tendências sobre o conceito de saúde surgiram: uma relativa ao papel do trabalho e outra em relação à saúde e à normalidade. Nesse sentido, o trabalho não deve ser considerado o mesmo das pesquisas em psicopatologia do trabalho, ou seja, como uma “fonte de doença ou infelicidade”, mas também como fonte de prazer e saúde, levando

sempre em consideração as condições contrastantes do trabalho, seja como gerador de doença ou de saúde (Dejours, 2015).

A psicodinâmica do trabalho passa a ter como objeto de estudo o sofrimento e o prazer no trabalho e se vê diante de um grande desafio: compreender a normalidade e não a doença mental no trabalho; compreender quais estratégias os trabalhadores utilizam para não adoecerem, se manterem em equilíbrio psíquico (Dejours, 2015; Dejours & Bègue, 2010), e permanecerem em estado de normalidade.

O foco não era atribuir sentido nem definir a normalidade, mas esclarecer que a normalidade é uma conquista e não apenas a ausência de doença; que é um fenômeno constituído de múltiplas determinações, articulado ao mundo do trabalho e que surge como resultado do compromisso entre o sofrimento e as estratégias de defesa (Dejours, 1999b). Portanto, não se deve confundir o estado de normalidade com um estado saudável, pois se por um lado ela pode refletir um equilíbrio saudável entre as pessoas, por outro, pode também se manifestar como um sintoma patológico (Dejours, 2008). A um custo muito alto, e de muito sofrimento dentro e fora do trabalho, ocorre um precário equilíbrio entre as forças desestabilizadoras dos sujeitos e seus esforços, em busca da manutenção de um estado que lhes permita manter-se em produtividade. (Dejours, 2017).

Diante desse cenário, os indivíduos buscam recursos de proteção. Para tanto, fazem uso de mecanismos de defesa (quando trabalham sozinhos ou isoladamente), ou de estratégias de defesa (quando realizam trabalhos em grupo ou em equipes). Quando o sofrimento não é mais contornável devido ao esgotamento de todos os recursos internos para a continuidade da execução das atividades e das demandas organizacionais, o trabalhador se torna vulnerável, não consegue mais a manutenção do equilíbrio e a patologia surge.

Nesse sentido, normalidade e saúde não são equivalentes. A manutenção dessa normalidade tem um alto custo, pois exige do sujeito a criação de estratégias defensivas e inteligência na luta contra as dificuldades desestabilizantes e patogênicas, contra a doença, a loucura e a morte (Dejours & Bègue, 2010).

Assim, surgia ‘um novo problema científico’: “como compreender que, apesar de condições de vida tão duras e desestabilizantes, tantas pessoas, senão a maioria delas, consegue resistir, sobreviver, e até conquistar um pouco de felicidade?”. Como, diante das



mesmas condições de trabalho, uns trabalhadores adoecem e outros não? “Como fazem os trabalhadores para resistir aos ataques ao funcionamento psíquico provocados pelo seu trabalho? Como fazem para não ficarem loucos?” (Dejours, 2015, p. 8).

Diante dessas questões, o próprio objeto da psicopatologia do trabalho se amplia: passa a ser o sofrimento no trabalho, e não a loucura. A noção de sofrimento torna-se central, pois implica em um estado de luta do sujeito contra as forças que o estão empurrando em direção à doença mental (Dejours, 2015). No centro de tudo isso está o sofrimento arraigado ao conceito de normalidade, sendo chamado por Dejours (2011) de “normalidade do sofrimento”. Nessa trajetória, um novo problema precisa ser desvendado: uma normalidade enigmática, ou um “estado compatível com a normalidade, que implica numa série de mecanismos de regulação” (Dejours, 2015, p. 8), mesmo que esconda mal-estar e sofrimentos intensos. Essa normalidade, que é fundamentalmente enigmática, é também sofrente, pois reflete uma grande luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho (Dejours, 1999a) e pressupõe a implicação de três conceitos que são considerados fundamentais pela psicodinâmica do trabalho: o de estratégias de defesa, o de sofrimento e o de reconhecimento (Dejours, 2012a).

Por esse novo caminho, as pesquisas em psicodinâmica do trabalho realizadas nos últimos anos têm revelado diferentes estratégias defensivas que, quando analisadas, têm demonstrado o quanto podem contribuir para tornar aceitáveis o que não deveria ser. São recursos necessários para a proteção da saúde mental contra os efeitos nocivos do sofrimento.

Essas estratégias defensivas exercem, portanto, uma função paradoxal. Por trás da normalidade há algo invisível, que não é visto, que na grande maioria das vezes não é demonstrado por meio de comportamentos. São lutas travadas constantemente, que ficam escondidas e camufladas por uma aparente tranquilidade e por um imperioso e perigoso silêncio (Dejours, 1999b). Muitas das vezes, medicamentos são recursos utilizados (Dejours, 1999a) para a manutenção de uma saúde dita estabilizada (seja ela física ou mental), visando travestir o trabalhador de um estado de normalidade.

Quanto ao reconhecimento, quando ele é manifesto em relação a um trabalho realizado, fortalece a identidade do trabalhador e protege a sua saúde mental. Já sua falta, pode desestabilizar psiquicamente o indivíduo (Dejours, 2007). Para Dejours (2012b), o

reconhecimento permite ao trabalhador transformar o seu sofrimento, impactando consideravelmente sobre o desenvolvimento de sua identidade.

A normalidade se apresenta, portanto, como resultado de uma dinâmica propriamente humana, numa luta constante contra a desestabilização psíquica, em busca da manutenção da saúde. Mas, algo que pode não ser “normal” ocorre: trabalhadores que se apresentam aparentemente em estado de normalidade conseguem executar suas funções, mas em suas experiências subjetivas mais íntimas, vivenciam sofrimentos profundos relacionados ao trabalho. Assim, afirma o próprio Dejours (1996), como as patologias, a normalidade é digna de ser investigada e conhecida.

No atual contexto de precarização do trabalho, do emprego e do empobrecimento da subjetividade, como consequências das novas configurações do mundo do trabalho, o trabalhador passa a viver em estado de servidão voluntária e alienação para se manter normal, sendo considerado potencialmente relevante realizar estudos sobre a normalidade no trabalho.

Diante do exposto, esta revisão de literatura que foi realizada para atender a um dos objetivos da tese de doutorado da primeira autora, parte do pressuposto que o fenômeno normalidade no trabalho no Brasil precisa ser mais aprofundado. Para tanto, este artigo traz uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de evidenciar os estudos realizados sobre a normalidade no trabalho, na perspectiva da psicodinâmica no trabalho. Diante disso, ter evidências de estudos sobre normalidade no trabalho sob o olhar da psicodinâmica do trabalho pode contribuir significativamente para pesquisas na área de psicologia, do trabalho e da saúde dos trabalhadores.

## Método

Visando o alcance do objetivo proposto, o método utilizado neste artigo é uma revisão integrativa da literatura, por ser um tipo de revisão que possui um rigor metodológico específico que deve ser seguido quando se buscam evidências sobre determinado assunto (Botelho, 2011; Broome, 2000). Diante disso, espera-se que por meio de pesquisas anteriores sobre normalidade em psicodinâmica do trabalho, seja possível realizar uma síntese do conhecimento científico já existente sobre o tema.

A amostra do estudo é composta por publicações no Brasil, relacionadas à psicodinâmica do trabalho e

normalidade no trabalho, indexadas nas bases de dados das áreas de Psicologia e Saúde que acolham o tema pesquisado, em um período de 10 anos, compreendido entre 2009 e 2018.

### **Procedimentos de Coleta de Dados**

Inicialmente, em janeiro de 2019, foi realizada uma busca detalhada nas bases de dados de conteúdo restrito: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>); Biblioteca Virtual em Saúde da Bireme – BVS Bireme (<https://bvsalud.org/>); Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia – BVS Psi (<http://www.bvs-psi.org.br>); e o banco de dados SCOPUS (<https://www.elsevier.com/solutions/scopus>), sem delimitação temporal e sem nenhum filtro, com o objetivo de verificar quais delas poderiam contemplar resultados referentes aos termos “psicodinâmica do trabalho” e “normalidade no trabalho”. As buscas foram feitas nos campos correspondentes dos títulos, do resumo e das palavras-chave em três idiomas: português, inglês e francês. E, para fins desta pesquisa, utilizou-se a palavra “termos” em virtude de “psicodinâmica do trabalho” e “normalidade no trabalho” não terem sido encontradas como descritores no vocabulário estruturado do DeCS – Descritores em Ciências da Saúde, no site da BVS.

Visando ampliar a abrangência das buscas, foram utilizados os descritores “trabalho”, “condições de trabalho” e “psicologia”, esses sim disponíveis no DeCS (<http://www.bvs-psi.org.br>). Como resultado dessa pesquisa inicial, foram encontradas sete publicações, sendo seis hospedadas na BDTD. Na base de dados Scopus, por exemplo, não foi encontrada nenhuma; na BVS Saúde, somente um artigo datado de 1999; e na BVSPsi, nenhum resultado.

Para confirmar se a amostra encontrada contemplava o objeto deste estudo, foi realizada a leitura dos resumos do material encontrado e constatou-se que nas publicações encontradas na BDTD, em relação à normalidade, apenas três tinham relação com a psicodinâmica do trabalho, mais especificamente com o conceito do termo. Em virtude disso, essa amostra não foi considerada suficiente para responder à pergunta deste estudo.

Em virtude desse resultado não contemplar o objeto da pesquisa, optou-se por mudar a estratégia de busca e pesquisar apenas pelos termos “psicodinâmica do trabalho” e “normalidade”, sendo realizada uma segunda rodada de busca, também sem delimitação temporal. E, para sistematizar a procura com essa nova disposição, foram utilizados os operadores booleanos AND e OR. Em seguida, foi feita uma varredura dos seus

correspondentes em inglês e em francês excluindo as palavras, também nesses idiomas, que poderiam estar atrapalhando a pesquisa, tais como normopata, normopatia e normopatologia. Para tanto, foram eleitas as bases de dados BDTD, BVS Bireme e BVSPsi e mais uma consulta geral no portal de periódicos da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>). Todo o acesso às fontes de dados foi feito de modo restrito, objetivando atingir o maior número de produções.

Os resultados foram semelhantes aos da primeira busca: na BDTD, foram encontradas apenas seis publicações citando um dos termos, na BVS Saúde, uma publicação e na BVS-Psi, nenhuma. No portal da CAPES, dos seis artigos encontrados, três citavam o termo normalidade como sinônimo de norma, um como desequilíbrio, um como nota de rodapé, e apenas um fazia referência ao conceito do termo em psicodinâmica do trabalho.

Como o resultado da segunda busca também não foi considerado satisfatório para o que se propunha, mudou-se novamente a estratégia e optou-se por realizar a pesquisa com apenas o termo “psicodinâmica do trabalho” e, a partir daí, consultar as publicações que fizessem menção à normalidade no trabalho. Antes da seleção do material foi realizado um teste de busca e percebeu-se um número muito grande de publicações apenas com o termo “psicodinâmica do trabalho”, entre aspas (o uso das aspas permite que os dois termos apareçam juntos). Diante disso realizou-se uma delimitação temporal de 10 anos, referente ao período compreendido entre os anos 2009 e 2018 e optou-se por pesquisar apenas nas bases de dados BDTD e BVSPsi. No entanto, por conveniência, posteriormente foi incluído o Banco de Teses da CAPES. Essa conveniência se deu em decorrência desse banco apresentar seis estudos que não faziam parte da BDTD. Diante disso, foram incluídos como parte da amostra deste estudo.

Essa terceira busca foi realizada durante os meses de fevereiro e março de 2019, especificamente com o termo “psicodinâmica do trabalho”. Os critérios de inclusão para a composição da amostra foi a produção nos 10 anos, referentes ao período 2009 – 2018, de artigos revisados por pares, teses e dissertações publicadas no idioma português (Brasil), disponíveis em texto completo, que contemplassem o tema psicodinâmica do trabalho e normalidade. Obteve-se em resposta a essa busca, 340 publicações que passaram a compor a denominada amostra geral.

A partir daí, essa amostra foi refinada visando atender à finalidade deste estudo. Foi considerado

como critério de inclusão os textos que apresentassem pelo menos uma vez o termo normalidade em seu teor. E, de exclusão, aquele que não apresentasse pelo menos uma vez o termo normalidade. Além disso, os textos deveriam ser completos e publicados no Brasil, e as obras repetidas contabilizadas apenas uma vez.

A partir daí, foram consultados os títulos e resumos de cada publicação para verificar se continham o termo normalidade, pelo menos uma vez. Caso apresentassem, seria elegível para esta revisão. Caso não apresentassem, a verificação passaria para o corpo do trabalho e seria considerado incluído na amostra aquele que apresentasse nele, pelo menos uma vez, o termo normalidade. Após esse refinamento da amostra geral e utilizando os critérios de inclusão e exclusão, ficaram elegíveis 314 produções para compor a amostra específica desta revisão, incluindo teses, dissertações e artigos.

Os dados para fins de seleção da amostra foram registrados numa planilha em Excel, criada especificamente para este estudo, com os seguintes campos: tópico; nome do(s) autor(es); título da obra; base de dados BDTD, BVSPsi, CAPES); tipo de publicação (tese, dissertação, artigo); modalidade de estudo (empírico, teórico); se cita “normalidade” no resumo (sim, não); se cita “normalidade” no corpo do texto (sim, não); quantas vezes cita “normalidade” no corpo do texto; objetivo da publicação (resumido); temática principal; metodologia; observações sobre “normalidade”; veículo de publicação (artigo); editora/ano (artigos); instituição (para teses e dissertações); região; modalidade de instituição (pública, privada); ano de publicação; link para acesso do trabalho; data de acesso; observações importantes; e, se contempla ou não a temática desta pesquisa.

### **Resultados: análise e discussão**

Após a composição da amostra específica, foi realizada leitura dos títulos, dos resumos, dos objetivos, do método, e quando necessário, dos textos completos. Os resultados serão apresentados de maneira descritiva, utilizando as tabelas como recurso adicional. Primeiramente, será apresentado um panorama geral dos resultados, referentes às bases de dados, e posteriormente, um panorama mais específico por modalidade de produção: teses e dissertações, e artigos.

### **Panorama Geral dos Resultados**

Das 314 produções selecionadas, 223 são compostas por teses e dissertações, perfazendo um total de

71,02%; 85 são artigos, equivalente a 27,07%; e seis são teses e dissertações, no banco de teses da CAPES, ou seja, 1,91%. Ao ser realizada a análise por tipo de publicação, 56,69% são dissertações, 27,07% são artigos e 16,24% teses. Por modalidade de estudos, 90,45% são classificados como empírico e 9,55% como teórico. Os dados desse panorama encontram-se dispostos na Tabela 1.

**Tabela 1.** Base de dados, modalidade do estudo e tipo de publicação

<b>Categoria</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
Base de dados		
BDTD	223	71,02
BVS Psi	85	27,07
CAPES	6	1,91
Modalidade do estudo		
Empírico	284	90,45
Teórico	30	9,55
Tipo de publicação		
Tese	51	16,24
Dissertação	178	56,69
Artigo	85	27,07

De acordo com os resultados apresentados no quadro, observa-se a predominância de estudos empíricos. Este resultado sugere uma carência de revisões de literatura sobre a normalidade em psicodinâmica do trabalho. Mais revisões sobre normalidade no trabalho, suas peculiaridades, especificidades, limitações, viabilidades e perspectivas, poderiam contribuir para reflexões futuras e entendimento mais ampliado do conceito.

Em relação à frequência de produções por data de publicação, houve um predomínio de estudos nos anos 2017 e 2018, com 13,06% em cada. Já o ano 2010, destacou-se como aquele com o menor número (5,73%).

No campo “resumo” de toda a amostra, observou-se que em 96,50% não constava nenhuma citação referente ao termo normalidade, e que em apenas 3,50%, sim. Esse panorama foi diferente do percebido nos resultados apresentados no corpo do texto, em que 57,96% faziam algum tipo de menção; 34,40% não; e 7,64% das produções não foram consultadas em decorrência de não apresentarem texto completo e/ou por não estarem disponíveis ou acessíveis para leitura.

Quanto à frequência em que o termo normalidade foi mencionado no corpo do texto, constatou-se que: em 132 trabalhos não havia nenhuma menção, ou seja, 42,02%; 103 mencionaram de 1 a 5 vezes (32,82%),

sendo que desses, em 41 (39,80%) só houve uma menção. A partir de seis vezes, os resultados foram categorizados: de 6 a 10 vezes, 46 (14,65%); de 11 a 20 vezes, 27 (8,60%); e, acima de 20 vezes, 6 (1,91), como pode ser observado na Tabela 2.

Diante desses resultados, presume-se que nas pesquisas em psicodinâmica do trabalho a baixa frequência de citações do termo normalidade indica que o conceito do termo pode não estar sendo abordado isoladamente, podendo estar vinculado a outros conceitos da psicodinâmica do trabalho. Além disso, apesar das várias citações do termo normalidade nos trabalhos analisados, elas se apresentam sem muito aprofundamento e, principalmente, não aparece como tema principal de um estudo. E, por se tratar de uma investigação nova, não foram encontrados estudos ou pesquisas especificamente sobre normalidade em psicodinâmica do trabalho, para que pudessem ser discutidos e/ou comparados.

**Tabela 2.** Produções encontradas: 'Normalidade' no resumo, no corpo do texto e Quantidade de vezes por página

Categoria	F	%
Citação no resumo		
Sim	11	3,50
Não	303	96,50
Citação no corpo do texto		
Sim	182	57,96
Não	108	34,40
Texto completo não disponível/acessível	24	7,64
Quantidade de vezes/página		
0	132	42,04
1	41	13,06
2	15	4,78
3	16	5,10
4	16	5,10
5	15	4,78
De 6 a 10	46	14,65
Entre 11 e 20	27	8,60
Acima de 20	6	1,91

### **Panorama Específico dos Resultados: Teses e Dissertações**

Visando o aprofundamento da análise deste grupo, foram acrescentadas as seguintes categorias: temática principal, região, data de publicação e tipo de instituição. Compõem a amostra 51 teses e 178 dissertações, perfazendo um total de 229 produções. Em relação à modalidade de estudo, 96,07% são estudos

empíricos e 3,93% são teóricos. Desses, apenas 4,80% fazem menção ao termo normalidade no resumo e 95,20% não o fazem. Percebe-se, portanto, que ocorre uma predominância sobre a não menção do termo normalidade nos resumos das produções. Já no corpo do trabalho, 69,00% citam; 20,52% não fazem nenhuma referência; e 10,48% dos textos não estavam completos, disponíveis e/ou não estavam acessíveis.

Esses resultados demonstram claramente que a grande maioria das produções consultadas não faz citação do termo normalidade em seus resumos, levando a sugerir que o estudo da normalidade no trabalho não apareceu como tema principal.

Quanto ao número de vezes que o termo é mencionado no corpo do trabalho, 31% deles não cita nenhuma vez; 35,37% citam de 1 a 5 vezes, com destaque para 29 desses que mencionam apenas uma vez. A partir de seis vezes, os resultados foram: 19,65%, de 6 a 10 vezes; 11,79%, de 11 a 20 vezes; e, 2,18%, acima de 20 vezes. Os resultados encontrados por meio das análises específicas das teses e dissertações estão compatíveis com aqueles apresentados no panorama geral dos estudos, demonstrados na Tabela 1.

Em relação às categorias, a denominada "temática principal" foi criada a partir dos objetivos gerais dos estudos selecionados. A partir dos conteúdos dos objetivos de cada trabalho foram elencadas 12 categorias, e mais uma com denominação "não contempla" por ser de estudo em que o termo não tem relação com a psicodinâmica do trabalho.

Dessas, as cinco que mais se destacaram foram: 1ª) prazer e sofrimento, sendo 32,31% das produções da amostra; 2ª) organização do trabalho, 23,58%; 3ª) trabalho/ saúde/ adoecimento, 9,17%; 4ª) intervenções, 6,99%; e 5ª) subjetividade / sentidos do trabalho, com 6,55%. Os resultados com todas as categorias encontram-se elencados na Tabela 3.

Observa-se que não foi elencada nenhuma categoria denominada normalidade no trabalho. Convém ressaltar que, em relação à categoria estratégias defensivas, que em psicodinâmica pode estar relacionada à normalidade no trabalho, foram encontrados apenas seis estudos, equivalente 2,62% dos trabalhos.

Como para a psicodinâmica do trabalho a normalidade pressupõe a utilização de conceitos como o sofrimento, as estratégias de defesa e o reconhecimento, reforça-se, portanto, que o conceito de normalidade no trabalho pode não estar sendo abordado isoladamente, mas pode estar sendo explorado e embutido em outras

categorias. E, apesar dos objetivos desses estudos abordarem os eixos centrais da psicodinâmica do trabalho, neles a normalidade no trabalho não apareceu como uma categoria estudada.

**Tabela 3.** Temática principal nas teses e dissertações

Temática Principal	F	%
Estratégias defensivas	6	2,62
Gênero	3	1,31
Intervenções	16	6,99
Metodologia em psicodinâmica do trabalho	11	4,80
Não contempla	1	0,44
Organização do Trabalho	54	23,58
Prazer e sofrimento	74	32,31
Qualidade de vida no trabalho	5	2,18
Reflexões/discussões teórico-metodológicas	11	4,80
Segurança/Riscos no trabalho	9	3,93
Subjetividade/sentidos do trabalho	15	6,55
Trabalho/saúde/adoecimento	21	9,17
Vivências no trabalho	3	1,31

Quanto à frequência de estudos por região do país, a Centro-Oeste predomina, apresentando 29,26% dos casos encontrados; seguida pelas Regiões Sudeste, com 24,02%; a Nordeste com 20,96%; e a Sul, com 16,59%. Com um menor número de estudos, destaca-se a Região Norte, com 9,17%. Já por tipo de instituição, as instituições públicas predominam, sendo 86,90%, e as privadas com 13,10%. E, em relação ao ano de publicação, a maior frequência foi em 2017, com 13,97% e, a menor foi em 2010, com 5,24%.

#### **Panorama Específico dos Resultados: Artigos**

Fazem parte desta amostra 85 artigos, dos quais 75,29% são de estudos empíricos e 24,71% são de estudos teóricos. Observa-se que 100% dessa amostra não citam o termo normalidade no resumo e destes, 71,77% também não citam no corpo do trabalho. Daqueles que citam no corpo do texto, 28,23% fazem algum tipo de menção ao termo e 50% citam normalidade apenas uma vez. Desses, observa-se que apenas um artigo tem um número grande de menções (acima de 20 vezes), equivalente a 1,18% dos artigos; e, também, apenas um (1,18%) com variação de 6 a 10 vezes, conforme resultados apresentados na Tabela 4.

Convém destacar que em 100% dos resumos dos artigos nenhuma citação do termo normalidade foi feita. Esses resultados são compatíveis com os encontrados

tanto no panorama geral dos estudos, quanto no panorama específico “teses e dissertações”, enfatizando, portanto, a carência de artigos sobre o conceito de normalidade em psicodinâmica do trabalho.

**Tabela 4.** Dados dos artigos

Categoria	F	%
Base de dados		
BDTD	0	0
BVS Psi	85	100
CAPES	0	0
Modalidade do estudo		
Empírico	64	75,29
Teórico	21	24,71
Citação no resumo		
Sim	0	0
Não	85	100
Citação no corpo do texto		
Sim	24	28,23
Não	61	71,77
Texto completo não disponível/acessível	0	0
Quantidade de vezes/página		
0	61	71,76
1	12	14,12
2	3	3,53
3	4	4,71
4	1	1,18
5	2	2,35
De 6 a 10	1	1,18
Entre 11 e 20	0	0
Acima de 20	1	1,18

Quanto à “temática principal” (Tabela 5), os artigos também foram categorizados nos mesmos moldes das teses e dissertações. Para tanto, foi realizada a leitura de todos os trabalhos que compõem a amostra, com vistas à criação de categorias temáticas para fins de análise. Como nas teses e dissertações, eles também não apresentam nenhuma temática denominada ‘normalidade no trabalho’. Neles, a categoria prazer e sofrimento se destacou, com 27,06% das publicações, seguida pela categoria “reflexões/discussões teórico-metodológicas”, com 24,71% das publicações e, pela categoria “organização do trabalho”, com 11,76%. E, no que diz respeito ao ano com maior publicação de artigos, 2018 encabeça a lista, com 16,47%, e com menor número, o ano 2015, com apenas 4,71%.

**Tabela 5.** *Temática principal - Artigos*

Temática Principal	F	%
Estratégias defensivas	4	4,71
Gênero	0	0
Intervenções	2	2,35
Metodologia em psicodinâmica do trabalho	1	1,18
Não contempla	0	0
Organização do Trabalho	10	11,76
Prazer e sofrimento	23	27,06
Qualidade de vida no trabalho	1	1,18
Reflexões/discussões teórico-metodológicas	21	24,71
Segurança/Riscos no trabalho	7	8,24
Subjetividade/sentidos do trabalho	7	8,24
Trabalho/saúde/adoecimento	0	0
Vivências no trabalho	2	2,35

## Considerações finais

A finalidade deste trabalho foi identificar na literatura científica evidências de estudos realizados sobre a normalidade no trabalho, utilizando como aporte teórico a psicodinâmica no trabalho. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa por meio da busca de produções disponíveis no Brasil, nas bases de dados eletrônicas das áreas de psicologia e de saúde, em um período de 10 anos (2009 a 2018).

Os resultados demonstram que não foram encontrados estudos que abordem especificamente a normalidade em psicodinâmica do trabalho; no entanto, esses resultados não invalidam a investigação realizada. Esses resultados sugerem que o conceito de normalidade em psicodinâmica do trabalho não está sendo abordado isoladamente, podendo estar vinculado a outros conceitos como prazer e sofrimento no trabalho e estratégias de defesa. Além disso, puderam demonstrar que apesar das buscas sistemáticas e diversas, o número de trabalhos empíricos que se debruçam sobre o tema é pequeno, tornando altamente relevante a realização de mais estudos nessa área.

O termo normalidade no trabalho pode estar sendo empregado de maneira muito superficial, sem aprofundamento, debates e discussões, podendo gerar conclusões controversas e contestáveis, podendo diante disso afirmar que houve uma apropriação e muito superficial do conceito de normalidade no trabalho nas publicações que foram utilizadas como amostra para este estudo.

O conceito de normalidade, nos atuais contextos de precarização do trabalho, pode estar travestido de saúde e camuflar a trágica condição de milhares de trabalhadores que se submetem a diversos tipos de violência, sofrimentos e alienação. Tal submissão poderá camuflar um adoecimento no trabalho, mas que pode ser extensivo a toda vida do sujeito, dentro ou fora do trabalho, podendo desencadear diversos tipos de patologias, sejam elas físicas ou mentais.

Tais resultados podem inspirar uma reflexão teórica, utilizando como referência a psicodinâmica do trabalho, visando pensar em hipóteses sobre essa lacuna, bem como propor de maneira mais clara e objetiva uma agenda de pesquisa para caminhar em direção ao preenchimento desse espaço empírico vazio.

Diante disso, ressalta-se a importância de aprofundamento dos estudos sobre a normalidade em psicodinâmica do trabalho de modo a favorecer uma visão mais crítica sobre o tema, tendo-se em vista que, no atual contexto de precarização do trabalho, do emprego e do empobrecimento da subjetividade, o trabalhador passa a viver em estado de servidão voluntária e alienação, para não adoecer e se manter normal.

Visando estudos futuros, as buscas podem ser ampliadas, incluindo pesquisas internacionais, para fins de comparação entre os estudos que abordam o conceito normalidade em psicodinâmica do trabalho.

## Referências

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Barros, L. F. (1999). *Os Normalpatas, não matei Jesus e outros textos*. Rio de Janeiro: Imago.
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136. doi: 10.21171/ges.v5i11.1220
- Broome, M. E. (2000). Integrative literature reviews for the development of concepts. In B. L. Rodgers & K. A. Knafl (Orgs.), *Concept development in nursing: Foundations, techniques and applications* (pp. 231-250). Philadelphia: W. B. Saunders Company.
- Canguilhem, G. (2011). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1943)
- Canguilhem, G. (2012). *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. [br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?](http://br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?)
- Dejours, C. (1996). Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In J. F. Chanlat (Coord.), *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (p. 149-173) (Vol. 3) (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (1999a). *A banalização da injustiça social* (L. A. Monjardim, Trad.). Rio de Janeiro: FGV.

- Dejours, C. (1999b). *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. São Paulo: FUNDAP/EAESP/FGV.
- Dejours, C. (2007). A Psicodinâmica do Trabalho na pós-modernidade. In A. M. Mendes, S. C. C. Lima., & E. P. Facas (Orgs.), *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 13-26). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2008). *Trabalho, tecnologia e organização: a avaliação do trabalho submetida à prova do real: crítica aos fundamentos da avaliação* (L. I. Sznelwar & F. L. Mascia, Orgs.) (Cadernos de TTO, Vol. 2). São Paulo: Blucher.
- Dejours, C. (2011). Addendum: da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. In S. Lancman & L. I. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho* (3ª ed., pp. 57-123) (F. Soudant, S. Lancman, & L. I. Sznelwar, Trad.). Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012a). *Trabalho vivo: sexualidade e trabalho* (Tom. 1). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012b). *Trabalho vivo: trabalho e emancipação* (Tom. 2). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2015) *A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do Trabalho: casos clínicos*. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.Dunker
- Dejours, C., & Bègue, F. (2010). *Suicídio e trabalho: o que fazer?* (F. Soudant, Trad.). Brasília: Paralelo 15.
- Dunker, C. I. L. (2011). Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 23(1), 115-136. doi: 10.1590/S0103-20702011000100006
- Freud, S. (2006). *Sobre a Psicopatologia da vida cotidiana (1901)*. (Ed. standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. VI). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1901)
- Han, B. (2017). *Sociedade da transparência*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.
- Lancman, S., & Sznelman, L. (Orgs.) (2011). *Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15. (Obra original publicada em 2004)

Jane Pereira Araújo, Doutora em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), é Psicóloga da Universidade de Brasília (UnB). Endereço para correspondência: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Colina, Bloco F, Apartamento 605, Asa Norte, Brasília, DF. CEP 70904-106. Telefone: +55 61 996552318. Email: janeparaujo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5841-0921>

Lêda Gonçalves de Freitas, Pós-doutora em Psicossociologia pelo Conservatoire National de Arts et Métiers (CNAM), Paris, Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é Professora da Universidade Católica de Brasília (UCB). Email: ledagfr@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1288-7134>

Recebido em 01.fev.21  
Revisado em 28.dez.21  
Aceito em 31.jan.22

## (Re)união, feira e horta: expressões do trabalho intersetorial de um território

Letícia de Andrade. Universidade da Região de Joinville  
Allan Henrique Gomes. Universidade da Região de Joinville. Associação Catarinense de Ensino  
Kátia Maheirie. Universidade Federal de Santa Catarina

### Resumo

Este artigo busca investigar o trabalho intersetorial desenvolvido em um CRAS do município de Joinville – SC. Foram realizadas observações participantes e entrevistas semiestruturadas, além do acesso aos documentos produzidos pelo grupo de articulação mobilizado pelo CRAS. As informações produzidas foram analisadas a partir do Método da Igualdade, no sentido de compreender e articular os enunciados do campo com as produções científicas, sem a pretensão de interpretar os dados de maneira hierárquica. A apresentação e a discussão dos resultados foram divididas em três categorias construídas a posteriori, que relatam os modos de trabalho intersetorial construídos pelo grupo de articulação, sua relação com o território e com o Estado. Considera-se a potência do trabalho do grupo e da criação de ações intersetoriais para o trabalho afinado com as demandas do território. Além disso, faz-se necessários outros estudos acerca da relação do coletivo com o Estado, e suas interferências no trabalho desenvolvido. **Palavras-chave:** intersectorialidade; território; Psicologia social; assistência social.

### Abstract

Re(union), market and vegetable plot: expressions of intersectoral work in a territory. This article aims to research the intersectoral work developed in a Social Assistance Reference Center (SARC) in the city of Joinville - SC. Participating observations and semi-structured interviews were performed, in addition to access to documents produced by the articulation group mobilized by SARC. The information produced was analyzed using the Equality Method, in the sense of understanding and articulating the utterances in the field with scientific productions, without the intention of interpreting the data in a hierarchical manner. The presentation and discussion of the results are divided into three categories built a posteriori, which report the intersectoral work modes built by the articulation group, their relationship with the territory and with the Government. The power of the group's work and the creation of intersectoral actions for work in tune with the demands of the territory are considered. In addition, further studies about the relationship of the collective with the Government, and their interferences in the work developed, are required.

**Keywords:** intersectoriality; territory; social Psychology; social assistance.

### Resumem

(Re)unión, feria y huerta: expresiones del trabajo intersectorial de un territorio. Este artículo busca investigar el trabajo intersectorial desarrollado en un CRAS (Centro de Referencia de Asistencia Social) en la ciudad de Joinville - SC. Fueron realizadas observaciones participantes y entrevistas semiestruturadas, además del acceso a documentos producidos por el grupo de articulación movilizado por el CRAS. La información producida se analizó utilizando el Método de Igualdad, en el sentido de comprender y articular los enunciados del campo con las producciones científicas, sin la pretensión de interpretar los datos de manera jerárquica. La presentación y discusión de los resultados fueron divididas en tres categorías construídas a posteriori, que relatan los modos de trabajo intersectoriales construídos por el grupo de articulación, su relación con el territorio y con el Estado. Se considera el poder del trabajo del grupo y la creación de acciones intersectoriales para el trabajo en sintonía con las demandas del territorio. Además, se necesitan más estudios sobre la relación del colectivo con el Estado y sus interferencias en el trabajo desarrollado.

**Palabras clave:** intersectorialidad; territorio; Psicología social; asistencia social.



No Brasil as décadas de 60 e 70 foram marcadas pela pobreza, repressão política, desigualdade social, estratégias de organização popular e afins. Na mesma época, a psicologia foi regulamentada como profissão no país, e alguns pesquisadores problematizaram a atuação elitizada da profissão e contribuíam teórica e metodologicamente com a construção de “novas maneiras de fazer política a atuar sobre o social” (Maheirie, 2019, p. 127). Buscando responder às questões sociais, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, debruçaram-se sobre as periferias, comunidades, movimentos sociais, ações coletivas e, mais recentemente, sobre as políticas públicas (Sawaia, 2014).

A Constituição Federal de 1988 assegurou direitos aos cidadãos que são garantidos pelas políticas públicas, entre elas a de assistência social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído em 2005, organizando a execução dos serviços socioassistenciais em dois níveis: proteção social básica, destinada a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade; e proteção social especial, cujo atendimento é voltado às pessoas e famílias com direitos violados (Gomes, Andrade, & Maheirie, 2017).

A pesquisa privilegiou a discussão acerca da proteção social básica e sua principal porta de entrada que são os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). O CRAS é um equipamento que objetiva o fortalecimento dos vínculos familiares e a convivência comunitária. As orientações do Ministério do Desenvolvimento Social sugerem trabalhos em grupos e com foco no território, demandando dos profissionais uma atuação intersetorial, abrangendo não só outras políticas públicas, mas instituições não governamentais, iniciativas comunitárias, de movimentos sociais, etc. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2012).

Para operacionalizar esses objetivos e princípios, o CRAS está organizado para executar duas funções: 1) o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), cuja finalidade consiste na orientação e no convívio sociofamiliar e comunitário; 2) a gestão da proteção social básica no território, que abrange: “a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa” (Centro de Referência de Assistência Social, 2009, p. 19). Nesse trabalho, destinaremos atenção à discussão acerca da promoção da articulação intersetorial que “propicia o diálogo da política pública de assistência social com as demais políticas e setores e o acesso das famílias aos serviços setoriais” (CRAS, 2009, p. 21).

A articulação intersetorial apresenta-se como uma estratégia de garantia de direitos e potencializa o enfrentamento à desigualdade social e vulnerabilidades, uma vez que integra os saberes e as práticas, construindo respostas adequadas às problemáticas presentes nos territórios. A articulação deve ser uma ação contínua e efetiva para potencializar os resultados do CRAS e das outras organizações da comunidade. Vale ressaltar que “a promoção da articulação intersetorial no território de abrangência do CRAS é uma ação coletiva, compartilhada e integrada a objetivos e possibilidades de outras áreas” (CRAS, 2009, p. 28).

No SUAS, o território é compreendido como base da organização, representando mais que um espaço geográfico. Nesse sentido, é entendido como um espaço de vida, onde são realizadas trocas, construções, criação de vínculos, bem como conflitos, disputas, relações de poder. Portanto, o trabalho territorializado demanda a identificação dos problemas e das potencialidades existentes para que o planejamento e ação sejam orientados a partir dessas demandas (Nascimento & Mellazzo, 2013).

Com base nos documentos da política de assistência social, e dos trabalhos do geógrafo Milton Santos, trouxemos o conceito de território, como essencialmente interdisciplinar. As interlocuções disciplinares se fazem necessárias para, a partir de uma perspectiva crítica, qualificar os processos de trabalho na complexidade que a lógica territorial exige. Próximas da Psicologia é possível identificar território como comunidade, vínculos, dimensão subjetiva, espaços de vida. Entretanto, Furtado, Oda, Borysow, e Kapp (2016), em uma revisão de literatura sobre a concepção de território na política de saúde mental, aponta que existe uma imprecisão conceitual acerca do termo território nas publicações na área da Psicologia.

Com a inserção no campo de pesquisa e a articulação com os pressupostos teóricos, buscamos responder ao objetivo de pesquisar os modos de trabalho intersetoriais que são desenvolvidos em um CRAS do município de Joinville. Para tanto, foram construídas estratégias para a produção de informações e análises que serão expostas na próxima seção.

## Procedimentos metodológicos

A pesquisa de campo foi realizada com um grupo de articulação intersetorial mobilizado por um CRAS do município de Joinville. Para a produção de informações,

foram realizadas observações-participantes nas reuniões do grupo, entrevistas individuais com alguns dos participantes e análise dos documentos (atas de reunião e ofícios) produzidos pelo coletivo. O campo de pesquisa já era conhecido em decorrência de pesquisas anteriores.

A entrada no campo ocorreu após a aprovação do projeto pela Secretaria de Assistência Social do município e pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Em seguida, iniciaram as observações-participantes em seis reuniões do grupo de articulação, que acontecem mensalmente em um serviço ou instituição do território. Em tais ocasiões, a inserção no campo de pesquisa aconteceu viabilizando a observação e a participação nas reuniões intersetoriais, acompanhamento das discussões, planejamentos, bem como conhecimento do território. A observação participante, de acordo com Minayo (2015), é um processo no qual o pesquisador se coloca na posição de observador, convivendo com o grupo que vivencia a situação social observada e compreendendo os aspectos que vão aparecendo na medida em que o pesquisador vai criando vínculos e se envolvendo com o campo e o tema estudados.

O grupo era composto por representantes de serviços e entidades do território de abrangência do CRAS estudado. Participavam no grupo, em média, 30 pessoas, entre elas servidores públicos das políticas de saúde, assistência, educação e segurança pública, representantes da sociedade civil e de associações, integrantes de instituições religiosas e organizações não governamentais do território.

Concomitante à observação-participante, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com pessoas escolhidas por serem atores expressivos da articulação intersetorial. As entrevistas foram conduzidas em forma de conversa, iniciando com perguntas gerais sobre a pesquisa, construindo um ambiente descontraído e, em seguida, as questões específicas. A entrevista semiestruturada não se detém somente aos questionamentos do roteiro, mas, como profere Zago (2003): “O encontro com o entrevistado se amplia para além do que foi previsto, produzindo uma conversação rica em detalhes” (p. 304).

Para registrar e qualificar a presença em campo, foi utilizado como ferramenta metodológica um diário de campo. A escrita colaborou com a construção de uma narrativa, além de se constituir como um processo reflexivo potente, já que as problematizações acerca do lugar do pesquisador e o descolamento com o campo

de pesquisa foram viabilizados pelo processo de escrita no diário. Escrever é uma possibilidade de significar o que foi vivenciado, não com o compromisso de registrar a veracidade dos fatos, mas os diferentes pontos de vista que colaboram com a compreensão das situações (Freitas & Pereira, 2018).

No processo da pesquisa, foram disponibilizados os documentos produzidos pelo grupo, tais como atas de reunião e ofícios, dos anos de 2014 a 2019. O grupo iniciou em 2013, mas os registros do primeiro ano não foram localizados.

A partir do método da igualdade construído por Rancière (2014), os enunciados contidos nos documentos, nas transcrições das entrevistas e nos diários de campo foram analisados em diálogo com a produção científica tecendo, assim, uma narrativa. Orientados por este método buscamos nos documentos, entrevistas e registros das observações articular “nomes, lugares e posições em formas e relações não perceptíveis ainda” (Marques & Prado, 2018, p. 19). Isto quer dizer, construir uma rede a partir das informações produzidas e dos discursos científicos para que se produzam reconfigurações no campo dessas experiências.

Tomando o método da igualdade como proposta metodológica para a análise das informações produzidas na pesquisa, utilizamos como recurso a descrição dos fatos e a evidência de singularidades, a partir do posicionamento horizontalizado do pesquisador. Desta forma, as significações já estabelecidas por meio dos ordenamentos e lógicas classificatórias puderam ser problematizadas, explorando outras redes de significação, colaborando com a compreensão dos modos de atualização dos consensos que ocorrem no plano da desigualdade e afinadas com a verificação da igualdade (Gomes, 2016; Rancière, 2014).

Para a apresentação dos resultados, foram construídas três categorias a partir da emergência das temáticas no campo e do enlace com os enunciados científicos. As três categorias apresentam modos de trabalho intersetoriais, expressões da atividade do grupo de articulação estudado.

## Resultados e discussões

### ***A (Re)união do Grupo de Articulação***

A presença no campo de pesquisa se iniciou pela participação nas reuniões do grupo de articulação de um CRAS de Joinville. Os encontros aconteciam mensalmente, iniciaram em 2013 com ofícios convites

construídos pela coordenadora do CRAS e líderes comunitários que eram entregues aos serviços governamentais, entidades religiosas, organizações não governamentais, associações de moradores, subprefeituras e afins.

Durante os primeiros anos do grupo de articulação, as reuniões aconteciam todas no CRAS, mas o grupo, especialmente a comissão que organiza essa estratégia (eleita pelo próprio grupo no início de cada ano), foi percebendo que uma das demandas dos próprios serviços, que dificultava os atendimentos aos usuários era o desconhecimento acerca das instituições do território, portanto, decidiram fazer as reuniões itinerantes. Sobre esse assunto, a facilitadora do grupo relatou: “As pessoas não conhecem os equipamentos [...] então a gente decidiu fazer as reuniões descentralizadas, e eu acho que foi um grande ganho pra nós”.

É possível compreender o modo como as reuniões do grupo de articulação estão orientadas para as demandas do território, e buscam, inclusive com a organização do próprio encontro, trabalhar em resposta a essas demandas. Acerca da estratégia de realizar os encontros de forma itinerante, a facilitadora comentou os benefícios: “A gente entende o fluxo de trabalho das pessoas e pode encaminhar com mais clareza”.

Romagnoli e Fadul (2018) mencionam que a intersectorialidade emerge no SUAS não apenas como um princípio, mas como um método que enfrenta a centralização dos serviços e a distância das ofertas com as necessidades reais da população. Dessa maneira, momentos em que grande parte dos serviços e instituições de um território se encontra para identificar problemáticas e planejar possíveis soluções podem contribuir com as finalidades expostas, sobretudo quando recordamos que um dos pressupostos para a operacionalização da intersectorialidade é o diálogo entre os diversos setores e a participação popular.

A presença em campo e o acesso às atas e aos ofícios do grupo de articulação colaboraram com a compreensão dos fluxos de trabalho do próprio grupo. Uma situação que ajuda a elucidar está relacionada com as discussões e encaminhamentos referentes à demora na liberação de corpos para o velório. Em reunião, um dos participantes relatou que o instituto policial responsável pela investigação das mortes em Joinville demora na liberação dos corpos, e que esse problema interfere na vida das famílias enlutadas. O grupo decidiu por encaminhar um ofício à gerência do instituto, solicitando informações sobre a quantidade de médicos legistas,

sobre os protocolos de atendimento à comunidade. Sem resposta, no ano seguinte o grupo resolveu encaminhar um novo ofício com as mesmas solicitações.

O novo ofício foi respondido pelo órgão responsável, mostrando a dificuldade relacionada à equipe técnica reduzida, quando comparada a demanda da cidade. O grupo deliberou outras ações, como o envio de um ofício para a Secretaria da Saúde, solicitando ampliação da equipe. A resposta desse ofício contou com a descrição do fluxo de trabalho do referido órgão, fato que motivou o grupo a escrever um novo ofício, solicitando a presença de algum representante na reunião. No mês seguinte, a gerência do órgão participou do encontro do grupo, explanando as funções do instituto e apontando para outro serviço do município que poderia ser responsável pela questão levantada pelo grupo, o serviço que atende às demandas de investigação acerca das mortes com causa desconhecida nos hospitais. O encaminhamento construído pelo grupo foi o envio de ofício para esse serviço.

O serviço respondeu prontamente ao ofício e alguns representantes compareceram à reunião do grupo. Explicaram sobre o fluxo de trabalho e mostraram ao grupo dificuldades com a Central de Funerárias de Joinville, e que lá poderia estar uma das causas da lentidão. O grupo acatou a sugestão e encaminhou ofício à central. A coordenação da Central de Funerárias compareceu e explicou suas atribuições, ressaltando que a lentidão relatada pode estar relacionada ao serviço e a carga horária dos profissionais. O grupo determinou que, para compreender o que realmente afetava no tempo de liberação, precisaria conversar com os três serviços juntos, e iriam encaminhar os ofícios para conseguir essa reunião.

Compartilhamos a perspectiva de Butler (2018) quando manifesta que existem vidas que são passíveis de luto e outras não. Isso quer dizer que as condições normativas produzem enquadramento e diferenciam as formas de comoção. Para a autora, “apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (Butler, 2018, p. 32).

O grupo de articulação tensiona os enquadramentos quando questiona o que está estabelecido pelos serviços, sobretudo acerca das questões que versam sobre a vida e a morte como, por exemplo, a liberação de corpos para o velório. Esse questionamento dos enquadramentos é flagrado quando a coordenação de

um órgão policial afirma que depois da morte o Estado pode permanecer com o corpo pelo tempo que precisar, sem a preocupação com a espera da família enlutada, e todo o grupo deseja esclarecimentos acerca da lentidão nos procedimentos de verificação de óbitos para amenizar o sofrimento das famílias.

Em síntese, o grupo dá visibilidade a questões que não são cotidianamente discutidas, mas que causam sofrimento na população local. Uma das características desse grupo, e do modo como articulam as temáticas e encaminhamentos das reuniões, é a persistência. Mesmo diante da dificuldade em obter respostas e da não responsabilização dos serviços envolvidos, o grupo não desistiu. Uma das participantes afirmou: “Esse grupo ele tem uma característica de voltar aos temas que estavam sendo discutidos, então enquanto aquele assunto não se dá por concluído, não se dá por encaminhado, ele sempre retorna né, nas próximas pautas”.

A persistência citada destaca a potência do grupo que, diante das precariedades do território, busca alternativas para amenizar o sofrimento ético-político vivenciado pela população. Sawaia (2012) ressalta que o sofrimento ético-político “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior” (p. 104). O sofrimento ético-político é uma peça-chave para compreender a desigualdade social, sobretudo a dor vivenciada por quem tem sua história marcada pelas violações de direito e impossibilidades impostas socialmente como, por exemplo, o acesso à “produção material, cultural e social” (Sawaia, 2012, p. 106).

Diversas questões podem ser percebidas no território estudado como consequências da desigualdade social estabelecida, e são alvo de discussão e encaminhamentos no grupo. Na medida em que os assuntos são levantados pela população e/ou pelas entidades e serviços presentes no território são construídos encaminhamentos, ofícios, convites aos gestores de outros serviços e secretarias municipais, como a situação descrita acima. Outras questões foram trabalhadas pelo grupo, dentre elas, o acúmulo de lixo em terrenos baldios, o fluxo de atendimento na maternidade municipal, problemas com o esgoto, ocupações irregulares, pavimentação e asfalto, itinerário do transporte público, trânsito e afins. Sobre esse modo de trabalho, um dos participantes frisou: “Nossa função como coletivo é informação e formação”. Ele acredita que uma das potencialidades das reuniões é o compartilhamento e a construção

de conhecimento sobre o território e os serviços presentes nele.

A Intersectorialidade, para Inojosa (2001), pode ser definida como uma “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (p. 105). Compreendemos que a comunicação entre os atores sociais, viabilizada pela reunião, bem como o debruçar-se sobre as questões levantadas, é pressuposto da construção coletiva de ações que buscam o enfrentamento dessas situações. Uma das entrevistadas relatou:

Eu acho que é assim, ah eu estou incomodada com isso, e aí eu levo no coletivo e eu percebo que, na verdade, não sou só eu que estou incomodada com aquilo, o coletivo também tá [...] e aí acaba sendo uma demanda coletiva.

A reunião constitui-se como um espaço de comunicação, visto que todos os participantes têm direito à palavra.

Para Rancière (1996), uma comunidade é formada por ações comunicativas em que os regimes de audibilidade dominantes podem ser questionados. Entende-se que configurações desiguais que organizam os modos de ver, pensar, agir, também determinam quem é ou não ouvido, qual som é audível como palavra, e qual é ruído incompreensível. A partir dessa hierarquia, a comunidade também é dividida, entre quem é capaz de governar e deliberar e quem, supostamente, não é. No acompanhamento das reuniões foi possível perceber que todos os participantes podem falar, trazer dúvidas, sugestões, queixas, avisos e que suas expressões são ouvidas e transformadas em uma questão de todos, uma inquietação do coletivo.

É nesse espaço de intersectorialidade que o prefixo “inter” assume seu significado de “entre” e operacionaliza a negociação de lógicas entre sujeitos, gestores, secretarias, vozes que, consensualmente, teriam mais ou menos status e que, naquela ocasião, partilharam sentidos. A partir dessa partilha, os sujeitos podem estabelecer relações outras, para além da dominação, servidão, competição, mobilizadas pela desigualdade, como enfatizou uma das participantes: “Eu acho bacana a diversidade, todo mundo que participa, a gente tem doutores, mestres, pessoas leigas, analfabetas, enfim, acho que é esse público diverso que enriquece”. Portanto, os participantes do grupo de articulação construíram relações de cooperação e solidariedade,

uma vez que não estão pensando nas problemáticas de maneira individual, mas conjecturando sobre como enfrentar as situações coletivamente. É possível perceber na fala de um dos entrevistados, quando questionado sobre a importância do trabalho do grupo de articulação: “Participar de um coletivo é muito melhor do que lutar sozinho”.

A construção da intersectorialidade não é perpassada somente por questões técnicas e operacionais, mas pelo vínculo que é criado entre os participantes. A psicologia, sobretudo a psicologia social no Brasil, debruçou-se sobre as ações coletivas, especialmente as de enfrentamento à desigualdade social. Maheirie (2019) colabora com a definição dessas ações compreendendo que o coletivo possui uma lógica própria que difere da lógica das ações individuais. Isto quer dizer, o coletivo é constituído pelo “movimento de identificação que o caracterizará na diferença em relação ao que ele não é” (Maheirie, 2019, p. 129).

Nesse sentido, o coletivo inaugura a ideia de um NÓS que “existe como embate político em relação ao ELES” (Maheirie et al., 2012, p. 151), possibilitando a resistência e o enfrentamento à dominação, injustiças, desigualdade. Portanto, as ações coletivas se constituem como “um tipo de fazer que conta com um projeto em comum, em que a sensibilidade pode ser alterada, numa construção que se dá coletivamente, (re) criando e fortalecendo relações” (Arndt & Maheirie, 2017, p. 450).

É possível presumir que a (re)união dos moradores e trabalhadores desse território, o compromisso em discutir as problemáticas, em comunicar sobre demandas e necessidades dos bairros e encontrar caminhos para a resolução de maneira coletiva são ações que buscam operacionalizar a intersectorialidade. Essa estratégia é potente, pois está ancorada em um princípio de compartilhamento, de construção e manutenção de vínculos e do reconhecimento da força das ações coletivas.

O CFP (2021) afirma que a/o psicóloga/o, integrante da equipe multiprofissional do CRAS, pode pensar formas de atuação em rede a partir da realidade do território e das famílias, como por exemplo: “discussão de caso em rede, planejamento conjunto, realização de ações compartilhadas, especialmente no contexto comunitário e no território, pelas diferentes políticas setoriais, de maneira pontual ou continuada” (CFP, 2021, p. 78). O trabalho intersectorial não é exclusividade do profissional de psicologia, não podendo se isentar de uma atuação articulada. Portanto, a compreensão

histórica do território, a realização de contatos institucionais, a atenção ao processo grupal são ações desenvolvidas pela facilitadora do grupo de maneira interdisciplinar neste contexto.

### **“Começamos a Descobrir o que a Gente Podia”: a Feira do Parque**

Outro modo de trabalho deste grupo de articulação é a proposição de ações coletivas, em resposta às demandas identificadas. Nesta categoria de análise, vamos refletir o modo como uma ação coletiva, especialmente pela visibilidade comunitária e com características próprias do lugar de realização, pode ser potencializadora na experiência e nos modos de fazer a articulação comunitária no território e fortalecer a prática intersectorial.

Nas reuniões periódicas do grupo de articulação, os participantes criam e planejam ações como possibilidade de enfrentamento e resolução às problemáticas presentes no território. Entre as ações realizadas, é possível citar: “Dia D” com coleta e educação sobre descarte correto de lixo, abaixo assinado para garantia de melhores condições na infraestrutura e equipe na Unidade Básica de Saúde (UBS), requerimentos para mudança no itinerário do transporte público. Todavia, gostaríamos de destacar nessa seção uma experiência relatada pelos entrevistados, e que é planejada nas reuniões: a feira do Parque.

No ano de 2014, um Parque foi inaugurado em uma das avenidas do bairro que sedia o CRAS. Em 2016, o grupo de articulação estava discutindo formas de utilizar o parque para incentivar a população local a ocupar o espaço público. Como relatou uma das responsáveis pela feira: “Desde sempre nas reuniões vinha a fala de que a gente deveria usar os espaços ociosos, principalmente espaço público”. Os participantes do grupo organizaram em 2016 um evento chamado Festa Cultural e Popular. Em contato com os serviços do bairro, com as secretarias municipais de cultura e lazer, com a universidade, organizaram uma programação que, de acordo com uma das entrevistadas, foi avaliada como “*uma festa maravilhosa*”.

A responsável pela organização do evento afirmou que, a partir da experiência com a Festa Cultural e Popular, o grupo de articulação começou a descobrir a sua potência, em mobilizar a população e os serviços para ocupar o espaço público. Para Santos (2013), o território pode ser analisado a partir de seu uso, e é configurado a partir da lógica de um mercado global. As relações mercantis, capitalistas, reguladas pelo dinheiro

influenciam no conteúdo do território, uma vez que são constituídas por regulações estranhas ao local. Nesse sentido, as decisões acerca de processos locais acabam sendo submissas a motivações distantes. Os interesses do Estado e do mercado estão sobrepostos ao da população local, ditando o que pode estar em determinado território, o que deve ser feito, e/ou visualizado.

Em contrapartida, Santos (2013) discorre também acerca do espaço banal, compreendido como “espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas” (p. 109). Isto quer dizer que, além das relações de poder que operam no território, também existe a disputa, as produções localizadas que questionam os modos hierarquizados de ocupação do território. Nesse aspecto, encontramos semelhanças com o modo como a Festa Cultural e Popular foi planejada e executada, uma vez que a população local também sentia os efeitos dos modos impostos de ocupação do território e buscou organizar algo que fosse criado a partir das suas realidades, desejos e expectativas.

A política de assistência orienta a atuação dos profissionais nos CRAS para que tenham como princípio a territorialização, compreendida como a “centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento” (CRAS, 2009, p. 13). Compreende-se que o trabalho precisa estar orientado pelas produções localizadas, o que é do território, suas potencialidades e vulnerabilidades. A articulação intersetorial constitui-se como uma ferramenta para operacionalizar esse princípio, pois para conhecer o território se faz necessário mapear as instituições presentes e saber como trabalham em prol da proteção social.

A repercussão da ação gerou um convite por parte da Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (SECULT), a realização de uma feira municipal em um dos parques do território. As feiras nos bairros em Joinville são regulamentadas pela SECULT e tem como finalidades a criação e manutenção das feiras, em parceria com as lideranças locais. Buscam também “Estimular a economia criativa, originando nova fonte de renda para artesãos e artistas; Criar momento de convivência para a comunidade local; Divulgar talentos, artistas e artesãos locais por meio da priorização de moradores do bairro” (Joinville, 2019, p. 1).

A feira do Parque acontece mensalmente e foi delineada no grupo de articulação objetivando responder algumas demandas do território. Inicialmente, o

grupo que fazia artesanato era vinculado à Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) e tinha como objetivo a produção com material reciclado. Para a comercialização na feira, embasaram-se em outra demanda que era a geração de trabalho e renda. Além dos artesanatos, também são comercializados alimentos.

Em âmbito nacional, encontramos a promoção da inclusão produtiva e a economia solidária como alternativas do Ministério de Desenvolvimento Social como estratégias para a geração de trabalho e renda e, por consequência, de enfrentamento à pobreza (Portaria nº 225, 2007). Em 2008, foi produzido o Guia de Geração de Trabalho e Renda que mostrava a necessidade de conhecer o território para realizar um planejamento dos projetos que fosse coerente com as demandas e potencialidades reconhecidas (Fundação Banco do Brasil, 2008).

O desenvolvimento de programas e projetos de geração de trabalho e renda pode ser uma alternativa de fortalecimento dos vínculos, uma vez que são orientadas as iniciativas de trabalho cooperado. Também é uma possibilidade de enfrentamento aos ditames capitalistas de produção, visto que se baseiam no autoemprego, isto quer dizer, em uma forma de produzir na qual o trabalhador participa diretamente da atividade produtiva, por meio do controle do seu próprio trabalho (Fundação Banco do Brasil, 2008). A feira do Parque conta com 10 tendas de artesãos e produtores de alimentos do próprio bairro, bem como 10 tendas de serviços organizadas pelas Unidades Básicas de Saúde, CRAS, escolas e CEIS.

A responsável pela feira contou sobre o início “Eu comecei então a buscar vários artesãos da comunidade [...] a feira do Parque iniciou com o modelo socialista, de levar as pessoas para a praça [sem a comercialização de produtos]”. Em uma das reuniões do grupo, ela afirmou que “o modelo atual da feira é capitalista, porque é baseado nas vendas e esse modelo não atende a necessidade da comunidade, pois muitos não vão para a feira para comprar, por não ter dinheiro para consumir artesanatos” (Diário de Campo, 11/09/2019). Apesar da oportunidade de geração de trabalho e renda que o comércio na feira pode suscitar, ela ressaltou a importância de pensar outro modelo para a feira em 2020.

Retomando a discussão de Santos (2013), é possível compreender que no espaço banal é criada “uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um

território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local” (p. 109). A feira do Parque é construída como uma estratégia coletiva com o objetivo de ocupar o espaço público, atendendo às demandas da população local. Essa estratégia não está pronta/acabada, uma vez que foi criada em resposta a algumas problemáticas, mas o território é dinâmico e as demandas se transformam, exigindo que algumas questões sejam avaliadas e repensadas.

Faz-se necessário refletir acerca da intervenção do Estado, a partir do incentivo da SECULT à transformação da Festa Cultural e Popular em Feira do Parque. A primeira iniciativa popular de ocupação do Parque foi a Festa Cultural e Popular, organizada por eles, sem normas estabelecidas por um órgão de fora do referido território, com o objetivo de confraternizar e ofertar opções de acesso à cultura, lazer, gastronomia. Com a transformação da Festa em Feira do Parque, a ação passou a acontecer todo mês, mas regulada por alguns critérios estabelecidos fora do território, pela própria SECULT como, por exemplo, a obrigatoriedade de ter, no mínimo, 10 feirantes comercializando produtos.

As relações estabelecidas entre o Estado e o grupo que organizou a feira evidenciaram o modo como a realidade está configurada. Rancière (1996) salienta que para compreender os arranjos da partilha do sensível, é necessário realizar análises a partir de dois operadores: a política e a política. A ordem policial é definida por Rancière (1996) como “uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa” (p. 42).

Compreende-se, portanto, que as configurações estabelecidas pela ordem policial são hierarquizadas, hegemônicas e marcadas por posições identitárias. Isto quer dizer, a lógica policial é mantenedora dos consensos que naturalizam a desigualdade, ditando o que deve ser visto, ouvido, sentido. Pode ser entendida como uma forma de governança que mantém as relações de poder como, no contexto dessa pesquisa, quem pode ou não pode ocupar um espaço público, quais ações são autorizadas e incentivadas nesses espaços.

A política rompe com essa lógica por meio dos dissensos na medida em que sua ocorrência “rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela” (Rancière, 1996, p. 42). Por

atualizar o princípio da igualdade, a atividade política questiona as partilhas desigualitárias, pois:

Desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. (Rancière, 1996, p. 42)

Quando os moradores do território questionaram o modo como um espaço público é utilizado, problematizaram quais sujeitos têm legitimidade para ocupar determinado lugar, o que pode ser visto ou ouvido e criaram possibilidades para romper com o que estava determinado, construindo coletivamente uma festa popular. Nesse evento, sem o interesse de comercialização, mas com o objetivo de compartilhamento, quem possuía e quem não tinha méritos poderia acessar as mesmas opções gastronômicas, culturais, além de compartilhar o mesmo espaço geográfico. As configurações desiguais foram tensionadas e, em seguida, o Estado providenciou formas de ordenar a iniciativa a partir da lógica policial, enquadrando o evento em uma categoria pré-existente entre as ações do município, as feiras nos bairros.

Problematizar a Feira do Parque não desqualifica a potência do grupo na criação do evento, apenas desvela as lógicas de normatização e gestão dos espaços comunitários pelo poder público. A Feira figurava como um espaço de expressão artística, cultural, de construção de outros possíveis como a geração de trabalho e renda. Sobre as potencialidades desses encontros, a coordenadora do CRAS conta: “Começamos uma feira. A primeira foi simplesmente maravilhosa, porque a gente conseguiu quase todos os equipamentos públicos para estar presentes, para divulgar o serviço e também fazer com que o parque seja melhor utilizado”. A presidente da associação de moradores do bairro afirma: “Temos uma feira aqui no bairro que foi feita graças à união dos moradores do próprio bairro”.

Podemos situar a feira do bairro como um espaço de encontro e produção de outras lógicas consonantes com o conceito de ações coletivas que, de acordo com Sawaia (2014), podem potencializar e fortalecer o sentimento do comum, fator que favorece o desbloqueio do “sentimento que transforma cada indivíduo solitário em parte de um todo maior” (p. 11). Para Maheirie (2019), a lógica da coletividade é edificada a partir da ideia de um NÓS, “uma ideia própria, que se define pela diferença e/ou pelo antagonismo em relação a um ELES”

(Maheirie, 2019, p. 129). A identificação dos participantes, a construção de um NÓS, mobiliza um projeto em comum, fortalece as relações e viabiliza a união das forças na construção de enfrentamento às problemáticas sociais.

A psicologia é categoria profissional atuante no SUAS e, pautada na interdisciplinaridade, pode contribuir na promoção e na dinamicidade da intersectorialidade e da articulação em rede (CFP, 2021). Para efetivar essa contribuição, os profissionais de psicologia podem embasar o trabalho em “abordagens psicossociais, comunitárias, institucionalistas, organizacionais, grupais, sistêmicas e interacionistas [e] identificar dificuldades e potencialidades no cotidiano das articulações intersectoriais” (CFP, 2021, p. 79). Na Feira do Parque foi possível perceber a dinâmica, o compartilhamento das realizações, o trabalho em grupo e a colaboração com a ação mobilizada no processo coletivo de articulação.

### **A Horta Comunitária**

Uma das demandas mais expressivas desse território, que aparece em todas as reuniões do grupo, está relacionada com o descarte incorreto e acúmulo de lixo em terrenos baldios e nas ruas. Diversas alternativas foram pensadas para trabalhar essa questão: cartazes informativos, dia de mobilização e coleta de lixo nas ruas, limpeza periódica dos terrenos baldios feita pela prefeitura, incentivo à produção de artesanato com materiais reciclados. A coordenadora do CRAS mencionou: “A questão do lixo é uma reclamação de todos, dá até uma angústia de falar, a gente vem trazendo há bastante tempo, já fizemos até campanha nas ruas”. Ela relata que a prática de “carroceiros” colabora com o acúmulo de lixo, pois os moradores pagam para que os carroceiros busquem o descarte de objetos grandes, como móveis e eletrodomésticos, e esses são deixados nos terrenos.

Mobilizado por essa problemática, um morador do território criou um projeto de Hortas Comunitárias com o objetivo de utilizar os terrenos baldios que pertencem à prefeitura para incentivar o cultivo de hortaliças. Iniciou o projeto pelo terreno ao lado da UBS do território. Ele contou que gosta de trabalhar com iniciativas sustentáveis, com compostagem de resíduos orgânicos e, por esse motivo, decidiu pesquisar e planejar a montagem da horta. Quando foi realizar os encaminhamentos para poder utilizar o terreno público, a secretaria responsável por essa demanda informou que o terreno deveria ser solicitado via associação.

Não é a primeira vez que o território tem uma iniciativa de criação de horta comunitária. Uma das participantes frisou que: “A Associação de Moradores tentou implantar uma horta comunitária, por falta de entendimento do caminho, quem sabe, houve até uma punição no passado”. O responsável atual pela horta menciona que no grupo de articulação, além de conseguir um suporte da associação de moradores, também alcançou uma “adesão maior”, transformando uma iniciativa sua em um projeto comunitário. Ele idealizou a horta a partir das suas experiências com compostagem na própria casa e ensino sobre composteiras em CEIs do território. Ele é conhecido no bairro por essas iniciativas sustentáveis e conseguiu articular para que seu projeto se tornasse comunitário e ocupasse um espaço público.

Para colocar em prática o projeto, fez-se necessária a cooperação entre os interessados em plantar no terreno, o grupo de articulação e a associação de moradores que foram parceiros e colaboraram nos encaminhamentos, à Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente de Joinville por possuir maquinários para preparar a terra, à subprefeitura que limpou e cercou o terreno, de fato, diversos setores para a implantação. Atualmente, a horta envolve 37 famílias, divididas por canteiros. Cada família escolheu o canteiro que gostaria e tinha condições de manter, e algumas estão na lista de espera, aguardando a próxima horta.

O responsável pela horta destacou que “boa parte do pessoal que frequenta a horta são aposentados, mas tem gente de 16 a 75 anos, pessoas e famílias mais jovens também”, evidenciando o interesse de várias gerações em plantar e colher as hortaliças, fato que constituiu a horta como um ambiente de convivência intergeracional. Também se percebem estratégias para o envelhecimento saudável da população: “Esse bairro tem 30 anos e as pessoas quando compraram essas casas eram novas, agora elas estão na fase de se aposentar. Essa é a hora perfeita de implantar uma horta, o pessoal vai ter uma ocupação”.

Acompanhamos no Brasil o envelhecimento populacional recente. Tal processo exige que o país desenvolva políticas públicas de atenção aos idosos. Internacionalmente, a Organização Mundial da Saúde mostrou algumas questões que perpassam o debate acerca do envelhecimento: manutenção da independência e vida ativa, fortalecimento da prevenção e promoção à saúde e melhorar a qualidade de vida (Veras & Oliveira, 2018).



Dutra e Sanchez (2015) mencionaram, ao discorrer sobre as políticas de saúde de atenção aos idosos, que as ações intersetoriais são necessárias para conhecer a realidade dos idosos e também para agir de maneira mais assertiva na promoção da saúde. Cabe ao Estado a atenção aos idosos, a criação de programas afinados com as problemáticas desse grupo etário em cada território. Percebemos que a horta comunitária, iniciativa da sociedade civil, colabora com o alcance de alguns desses objetivos relacionados ao desenvolvimento humano.

Além dos diversos setores envolvidos na concepção e materialização do projeto, a horta recebe crianças dos CEIS, grupos da UBS, e está no planejamento do Restaurante Popular enviar os resíduos orgânicos para a composteira da horta. Gallo, Martins e Peres (2005) proferem que as hortas comunitárias podem contribuir com a execução relacionada à política de segurança alimentar e nutricional, pois promovem ações educacionais nos contextos ambientais, alimentares e comportamentais. As hortas comunitárias se apresentam como uma possibilidade de questionar os métodos de produção, distribuição e consumo de alimentos, pautados consensualmente na produtividade e no lucro. Ademais, colaboram com a criação de vínculos afetivos e solidários entre os envolvidos no projeto.

A motivação inicial foi a demanda relacionada com o acúmulo de lixo, mas, atualmente, esse projeto comunitário responde outras questões do território como a criação e manutenção de vínculos: “Vizinhos que nunca se falaram durante 30 anos criaram uma amizade aqui na horta, gente que mal se cumprimentava na rua, hoje estão contando piadas juntos”. Vale lembrar de um dos objetivos dos CRAS, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a ampliação do acesso aos direitos e cidadania (CRAS, 2009).

A horta comunitária colabora com o alcance desses objetivos, pois, a partir da instituição de um projeto comum, o cultivo de hortaliças, os participantes se encontram, trocam informações e produtos. Além disso, com o quadro de insegurança alimentar vigente no país, por consequência de o acesso ao alimento estar “determinado pelas leis do mercado”, a nutrição é enfatizada “como um direito humano” (Gallo et al., 2005, p. 44).

Percebe-se que não é possível categorizar essa ação, a horta comunitária, como projeto de um segmento ou setor. Ao mesmo tempo em que se relaciona com a assistência social, também promove saúde, educação ambiental, segurança alimentar e outros

desdobramentos que não são possíveis de mensurar. Parece que existe uma (con) fusão entre as secretarias e os objetivos. Confusão porque não é possível nomear ou identificar de qual setor essa ação pertence. E uma fusão também, pois, para que aconteça, a horta demanda planejamento e produz resultados que correspondem com os objetivos dos diversos setores envolvidos.

Entendemos a horta comunitária como uma proposta intersetorial e contínua que se retroalimenta das problemáticas do território e qualifica suas ações a partir do trabalho integrado das instituições do território e dos moradores. Acompanhamos nesse projeto uma ação que se assemelha com a intersecção, pois transcende uma simples troca de ou soma de conhecimentos, indicando um movimento conjunto e articulado, que só é viabilizado pelo movimento dialógico entre os diversos setores envolvidos e a sociedade civil. Por meio da criação de vínculos, o grupo de articulação favorece o enfrentamento dos problemas sociais complexos presentes nesse território, além de alcançar objetivos das políticas setoriais, pois é entendido que a articulação intersetorial não dissolve os setores, mas contribui com o planejamento das ações e alcance das finalidades (Prisco, 2012).

Junqueira (2004, p. 27) menciona a respeito da concretização das ações intersetoriais que incorporam “não apenas a compreensão compartilhada sobre finalidades, objetivos, ações e indicadores de cada programa ou projeto, mas práticas sociais articuladas que acarretam um impacto na qualidade de vida da população”. Visualiza-se uma das potencialidades da horta comunitária, de mobilizar e agregar práticas sociais, pois, de acordo com um dos participantes: “Com o projeto coletivo, as pessoas interagem junto, criam junto, é assim que se cria relacionamento, fazendo coisas juntos”.

Compreendemos que a horta comunitária se apresenta como uma prática coletiva e criativa, construída a partir das problemáticas locais. Entendemos o quanto a desigualdade e as vulnerabilidades sociais são complexas e exigem das políticas públicas e da sociedade civil ações propositivas, que contemplem de maneira integrada as dimensões que compõem o social e a vida dos sujeitos.

Na horta comunitária e nas outras duas expressões do trabalho intersetorial apresentadas no texto foi possível perceber que a Psicologia pode atuar acolhendo o sofrimento ético-político, colaborando com as ações emergentes no território, com o fazer coletivo e

com realizações que trabalhem a cidadania, pautadas no compromisso com a transformação social.

## Considerações finais

Discutimos três expressões de possibilidade, três formas de compreender os diversos modos de articulação comunitária. As reuniões do grupo de articulação, discutidas na primeira categoria, apresentam uma forma de posicionamento da população no relacionamento com o Estado. Nas discussões apresentadas sobre a feira do parque e a horta comunitária, acompanhamos ações que foram apoiadas pelo grupo de articulação. A horta é uma realização da comunidade, que tem a presença do Estado, sobretudo pela sua localização estar em um terreno municipal, mas que consegue ter autonomia nas decisões, gerência e planejamento.

Esta pesquisa pode evidenciar potencialidades da atuação profissional da Psicologia neste contexto. A investigação apresenta indícios de que o saber-fazer da psicologia, especialmente em uma perspectiva crítica, pode contribuir com alguns aspectos do trabalho interdisciplinar no SUAS e com o campo intersetorial. Outros estudos podem, no entanto, ser realizados em relação aos diferentes sentidos acerca do território por parte da Psicologia, por exemplo, complexificando melhor essa discussão.

Retomando o objetivo da investigação que buscou pesquisar os modos de trabalho que são desenvolvidos em um CRAS, salientamos que este estudo possibilitou o conhecimento acerca do trabalho intersetorial que foi desenvolvido em um território, suas modalidades, expressões e desafios. Cabe às investigações futuras compreender como as iniciativas comunitárias podem tensionar o relacionamento com o Estado. Isto significa dizer como esses grupos articulados podem problematizar os ditames do Estado, com o intuito de manter o devido afastamento do lugar de executores das ações estatais e fortalecer sua autonomia para construir ações afinadas com as demandas territoriais.

Os encontros mobilizados pelo grupo de articulação compõem a construção do comum no contexto estudado, produzem afetos de alegria, fortalecem os vínculos e a solidariedade. Essa experiência carrega a singularidade das relações que a constituem e, portanto, não poderia ser replicada ou copiada. Entretanto, é importante lembrar que existem milhares de CRAS implantados no Brasil, cada um presente em um território com suas características e demandas, que podem

promover a articulação intersetorial e comunitária, inspirando a participação social em instâncias locais, bem como produzam movimentos em prol da transformação social em um contexto macropolítico.

## Referências

- Arndt, A. D., & Maheirie, K. (2017). A música como mediadora de encontros em um CRAS. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 439-452. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000200014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200014&lng=pt&tlng=pt)
- Butler, J. (2018). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Centro de Referência de Assistência Social. (2009). *Orientações Técnicas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social.
- Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS* (3ª ed.). Brasília, DF: Autor.
- Dutra, C. E. S. V., & Sanchez, H. F. (2015). Organização da atenção à saúde bucal prestada ao idoso nas equipes de saúde bucal da Estratégia Saúde da Família. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 18(1), 179-188. doi: 10.1590/1809-9823.2015.13184
- Freitas, M., & Pereira, E. R. (2018). O diário de campo e suas possibilidades. *Quaderns de Psicologia*, 20(3), 235-244. doi: 10.5565/rev/qp psicologia.1461
- Fundação Banco do Brasil. (2008). *Guia de geração de trabalho e renda: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda*. Brasília, DF: Fundação Banco do Brasil; São Paulo, SP: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes.
- Furtado, J. P., Oda, W. Y., Borysow, I. C., & Kapp, S. (2016). A concepção de território na Saúde Mental. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(9), 1-15. doi: 10.1590/0102-311X00059116
- Gallo, Z., Martins, L. A. T. P., & Peres, M. T. M. (2005). Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba. *Revista da FAE*, 8(1), 39-50. Recuperado de <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/374>
- Gomes, A. H. (2016). *Mediação audiovisual e atividade imagética: um encontro com trabalhadoras no campo da desigualdade social* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/176731>
- Gomes, A. H., Andrade, L., & Maheirie, K. (2017). A experiência de ser trabalhador na Assistência Social: imagens de vidas implicadas com o campo da desigualdade social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(3), 1-18. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000300011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000300011&lng=pt&tlng=pt)
- Inojosa, R. M. (2001). Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento com intersectorialidade. *Cadernos FUNDAP*, 22, 102-110. Recuperado de [https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia\\_politicas\\_servicos\\_publicos.pdf](https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf)
- Joinville. (2019). *Regulamento das feiras nos bairros*. Joinville, SC: Secretaria de Turismo e Cultura.
- Junqueira, L. A. P. (2004). A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, 13(1), 25-36. doi: 10.1590/S0104-12902004000100004

- Maheirie, K. (2019). Grupos e ações coletivas como objetos de análise e foco nas intervenções psicossociais. In F. A. Costa & M. R., Mesquita (Orgs.), *Psicologia política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos* (pp. 123-142). Maceió: Edufal.
- Maheirie, K., Hinkel, J., Groff, A. R., Muller, F. L., Gomes, M. A., & Gomes, A. H. (2012). Coletivos e Relações Estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In L. R., Castro, C. Mayorga, & M. A. Padro (Orgs.), *Juventude e a experiência do político no contemporâneo* (pp. 143-167). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Marques, A. C. S., & Prado, M. A. M. (2018). O método da igualdade em Jacques Rancière: entre a política da experiência e a poética do conhecimento. *Revista Mídia e Cotidiano*, 12(3), 7-32. doi: 10.22409/ppgmc.v12i3.27105
- Minayo, M. C. S. (2015). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2012). *Norma Operacional Básica do SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Nascimento, P. F., & Melazzo, E. S. (2013). Território: conceito estratégico na assistência social. *Serviço Social em Revista*, 16(1), 66-88. doi: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p66
- Portaria n. 225 (2007, 25 de junho). Defere remanejamento de recursos entre Contas Captação de projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social. Recuperado de: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-225-de-25-de-junho-de-2007/>
- Prisco, T. (2012). Assistência social: a política pública (inter)setorial. *Revista Gestão & Políticas Públicas (São Paulo)*, 2(1), 134-149. doi: 10.11606/issn.2237-1095.v2i1p134-149
- Rancière, J. (1996). *O descentendimento: política e filosofia*. São Paulo: 34.
- Rancière, J. (2014). *El Método de la igualdad: conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Romagnoli, R. C., & Fadul, F. M. (2018). Apontamentos acerca da inter-setorialidade no SUAS. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 81-95). São Paulo, SP: Instituto de Psicologia.
- Santos, M. (2013). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, RJ: Records.
- Sawaia, B. B. (2012). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2014). Transformação social: um objetivo pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 26(esp.), 4-17. doi: 10.1590/S0102-71822014000600002
- Veras, R. P., & Oliveira, M. (2018). Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1929-1936. doi: 10.1590/1413-81232018236.04722018
- Zago, N. (2003). A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In N. Zago; M. P. Carvalho; & R. A. T. Villela (Orgs.), *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação* (pp. 183-206). Rio de Janeiro: DP&A.

*Letícia de Andrade*, Doutoranda e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Professora adjunta no curso de Psicologia da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Endereço para correspondência: Univille – campus São Bento do Sul Endereço: R. Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Colonial, São Bento do Sul - SC, 89288-385. Telefone: (47) 3631-9120. Email: [ldandrade@outlook.com](mailto:ldandrade@outlook.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9619-2347>

*Allan Henrique Gomes*, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade da Região de Joinville – SC (UNIVILLE), vice líder do Núcleo de Pesquisa em Educação, Políticas e Subjetividades (NEPS), é Professor da Associação Catarinense de Ensino – ACE e Membro do GT ANPEPP Psicologia, estética e arte. Email: [allanpsi@yahoo.com.br](mailto:allanpsi@yahoo.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5366-8600>

*Kátia Maheirie*, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com estágio pos-doutoral em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Psicologia Social pela Universidade Autónoma de Barcelona e Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [maheirie@gmail.com](mailto:maheirie@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5226-0734>

Recebido em 21.jul.20  
Revisado em 30.dez.21  
Aceito em 31.jan.22

## O cuidado na perspectiva de familiares de pessoas com deficiência: revisão integrativa

Taimara Foresti. Universidade Federal de Santa Catarina  
Maísa Hodecker. Universidade Federal de Santa Catarina  
Andréa Barbará da Silva Bousfield. Universidade Federal de Santa Catarina

### Resumo

Esta revisão integrativa tem como objetivo compreender como os familiares cuidadores pensam o cuidado de pessoas com deficiência. A busca pelos estudos foi realizada nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science*, *PsycInfo*, *INDEXPSI*, *LILACS*, *SciELO*. Foi estipulado o período de tempo que compreende os últimos dez anos de pesquisa (2010-2020). Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 19 artigos. A análise dos dados foi categorizada em cinco grandes temas: (a) O cuidado e suas implicações emocionais, psicológicas, físicas, comportamentais e sociais; (b) O cuidado como solidão; (c) O cuidado e suas demandas práticas; (d) O cuidado e as estratégias de enfrentamento; (e) O cuidado e a representação de deficiência. Os resultados mostraram que o cuidado é compreendido conforme a cultura e crenças a respeito da deficiência, além de ocasionar implicações de diferentes ordens aos cuidadores familiares como, discriminações, ansiedade, depressão, solidão e dificuldades financeiras.

**Palavras-chave:** cuidado; cuidadores familiares; percepção; pessoas com deficiência.

### Abstract

*Caring from the perspective of family members of people with disabilities: an integrative review.* This integrative review aims to understand how family caregivers think about caring for a disabled person. The quest for the studies was performed in the databases *Scopus*, *Web of Science*, *PsycInfo*, *INDEXPSI*, *LILACS* and *SciELO*. The period that comprises the last ten years of research has been stipulated (2010-2020). After applying the inclusion and exclusion criteria, 19 articles were selected. Data analysis was categorized into five major subjects: (a) Caring and its emotional, psychological, physical, behavioral, and social implications; (b) Caring as solitude; (c) Caring and its practical demands; (d) Caring and coping strategies; (e) Disability caring and representation. The results showed that caring is understood according to the culture and beliefs about the disability, in addition it causes different types of implications for family caregivers, such as discrimination, anxiety, depression, loneliness and, financial difficulties.

**Keywords:** care; family caregivers; perception; disabled person.

### Resumen

*El cuidado desde la perspectiva de los familiares de personas con discapacidad: una revisión integrativa.* Esta revisión integrativa tiene como objetivo comprender qué piensan los familiares cuidadores sobre el cuidado de las personas con discapacidades. La búsqueda de los estudios se realizó en las bases de datos *Scopus*, *Web of Science*, *PsycInfo*, *INDEXPSI*, *LILACS*, y *SciELO*. Se ha estipulado el período de tiempo que comprende los últimos diez años de investigación (2010-2020). Después de aplicar los criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron 19 artículos. El análisis de datos se clasificó en cinco temas principales: (a) El cuidado y sus implicaciones emocionales, psicológicas, físicas, conductuales y sociales; (b) El cuidado como soledad; (c) El cuidado y sus exigencias prácticas; (d) El cuidado y las estrategias de afrontamiento; (e) El cuidado y la representación de personas discapacitadas. Los resultados mostraron que el cuidado se entiende de acuerdo con la cultura y creencias sobre la discapacidad, además de generar implicaciones de diferentes órdenes para los familiares cuidadores, tales como discriminación, ansiedad, depresión, soledad y dificultades económicas.

**Palabras clave:** cuidado; familiares cuidadores; percepción; personas con deficiencia.

No mundo, a deficiência é presente em mais de um bilhão de pessoas (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2012). No Brasil, segundo o levantamento realizado pelo censo de 2010, os dados apontam a existência de 45,6 milhões de pessoas com deficiência (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2012). Nesse sentido, para além das pessoas com deficiência (PCD), as crianças ou os idosos, a própria condição humana se expressa na interdependência, ou seja, as relações de dependência são inevitáveis à vida social e fundamentam-se, a partir de Eva Kittay, como sendo o cuidado princípio ético fundamental para as organizações sociais e a interdependência como condição humana de pessoas deficientes e não-deficientes (Diniz, 2007; Gesser, 2019).

Esses cuidadores familiares, não remunerados, que possuem sob sua responsabilidade o cuidado de uma pessoa com deficiência desempenham um papel vital nesse cuidado e nos resultados dessas práticas como, a saúde e as necessidades e as atividades diárias que esse papel exige (Kobylianskii et al., 2018). O cuidado informal pode ter um impacto negativo na saúde e bem-estar físico e mental dos cuidadores (del Río-Lozano, García-Calvente, Marcos-Marcos, EntrenaDurán, & Maroto-Navarro, 2013).

Os cuidadores se veem obrigados a preencher as lacunas de serviços públicos fragmentados e sistemas de apoio por intermédio de seus cuidados (DiGiacomo et al., 2017). Como implicações da exigência que esse papel exige, bem como a falta ou a inadequação de apoio, os custos dos cuidados enfrentados pelos cuidadores familiares extrapolam o financeiro (Kobylianskii, et.al, 2018). As famílias que exercem o cuidado de pessoas com deficiência comumente enfrentam vários desafios como, discriminações, ansiedade, depressão, solidão, dificuldades financeiras e materiais nos quais afetam a qualidade de vida dos cuidadores responsáveis (Pousada et al., 2013).

Esses cuidadores familiares carregam demandas objetivas e subjetivas para atender às rotinas diárias que irão promover o bem-estar de seus familiares com deficiência (Chiang, Hsieh, Fan, Wang, & Wang, 2020). Muitas vezes, os próprios cuidadores enfrentam transições que estão relacionadas ao seu próprio processo de envelhecimento e aos desafios físicos de cuidar e, por conta das demandas do cuidado que prestam, acabam não atendendo às suas próprias necessidades (Milliken et al., 2019). Por conta disso, compreender a realidade e experiências vividas por eles é importante para que os sistemas de apoio e intervenções possam atender às suas demandas, oferecendo-lhes um apoio vital para continuar a fornecer cuidados adequados (Kobylianskii, et.al, 2018).

Há dois aspectos fundamentais para considerar no presente estudo: primeiro, é a inclusão da deficiência como categoria de análise no campo da psicologia, sobretudo a social, considerando a atuação desse profissional frente a temática (Gesser, Nuernberg, Juracy, & Toneli, 2012). O campo dos estudos sobre deficiência no Brasil é pouco explorado, pois esse tema deficiência ainda não se desvinculou totalmente da autoridade biomédica e há poucos cientistas sociais que se dedicam a estudá-lo (Diniz, 2007). Nesse sentido, segundo Gesser et al. (2012), existem determinados grupos caracterizados como vulneráveis que ocupam pouco espaço na arena de produção de conhecimentos em Psicologia e um desses grupos é o das pessoas com deficiência.

Considerando a importância de incorporar a deficiência como objeto de análise na psicologia social, somado à relevância do cuidado como princípio de justiça e dos cuidadores como aqueles que possuem um papel central na vida de muitas PCD para aquelas PCD que o necessitam para sobreviver (Diniz, 2007; Gesser, 2019), esta revisão da literatura tem por objetivo geral caracterizar o cuidado, a partir da perspectiva de familiares cuidadores de pessoa com deficiência. Para isso, buscou responder a seguinte questão: como os familiares cuidadores pensam o cuidado de pessoas com deficiência?

## Método

O método utilizado nesta pesquisa foi a revisão integrativa da literatura nacional e internacional, de caráter exploratório. A revisão integrativa fornece uma compreensão mais abrangente de um determinado fenômeno que incidirão em novos conhecimentos e direcionamentos sobre o tema (Torraco, 2005). A busca dos estudos foi realizada por duas pesquisadoras independentes a partir da elaboração de um protocolo seguindo o modelo do *Prisma P* (Moher et al., 2015).

### Estratégia de Busca

Os procedimentos adotados para a procura dos estudos nas bases de dados aconteceram rigorosamente no dia 23 de novembro de 2020 e no dia 12 de janeiro de 2021, para contemplar todo o ano de 2020. Na questão idiomática, foi necessária a aplicação de filtros para estudos somente em inglês, português e/ou espanhol em função da necessidade de viabilizar a leitura do material. As buscas foram realizadas nas bases de dados Scopus, Web of Science, PsycInfo, INDEPSI, LILACS, SciELO. Ainda, houve uma busca final nas listas de referências dos artigos selecionados.

Os descritores utilizados foram delimitados com o auxílio de um bibliotecário afim de refinar a estratégia de busca a ser utilizada para esse estudo. Dessa forma, foram utilizados os seguintes descritores/palavras-chave e seus respectivos operadores booleanos: “Disabled Persons” OR “Disabled Person” OR Handicapped OR “People with Disabilities” OR “People with Disability” OR “Persons with Disabilities” OR “Persons with Disability” OR “Physically Disabled” OR “Physically Challenged” AND Caregivers OR Caregiver OR Carers OR Carer OR “Care Givers” OR “Care Giver” OR “Home Nursing” OR “Nonprofessional Home Care” OR “Non Professional Home Care”. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: ser artigo científico; disponibilizado online; dos últimos 10 anos (janeiro de 2010 a dezembro de 2020); abordar o tema, a saber: o cuidado para pessoas com deficiência; público: familiares cuidadores. Já os critérios de exclusão foram: dissertações e/ou teses; livros; artigos que não tivessem acesso

completo; cuidadores não familiares. Todos os artigos repetidos foram removidos por meio de processos automatizados (Mendeley e Rayyan) e manuais.

### Seleção dos Estudos

A primeira etapa foi a de identificação dos estudos nas bases de dados. Utilizou-se na primeira etapa para o gerenciamento do banco de dados, o *software* Mendeley. Na segunda etapa, após a exportação dos estudos selecionados nas bases, utilizou-se o *software* Rayyan QCRI, que permite dentre outras funções a realização dessa etapa pelos revisores no modo “*blind on*” (revisão às cegas, tradução livre). Nessa fase, os títulos e resumos foram lidos para a inclusão dos estudos. E, para a elegibilidade os estudos foram lidos na íntegra. Por fim, foi realizada a verificação das referências dos estudos selecionados, a fim de agregar estudos que possam atender aos critérios de inclusão.

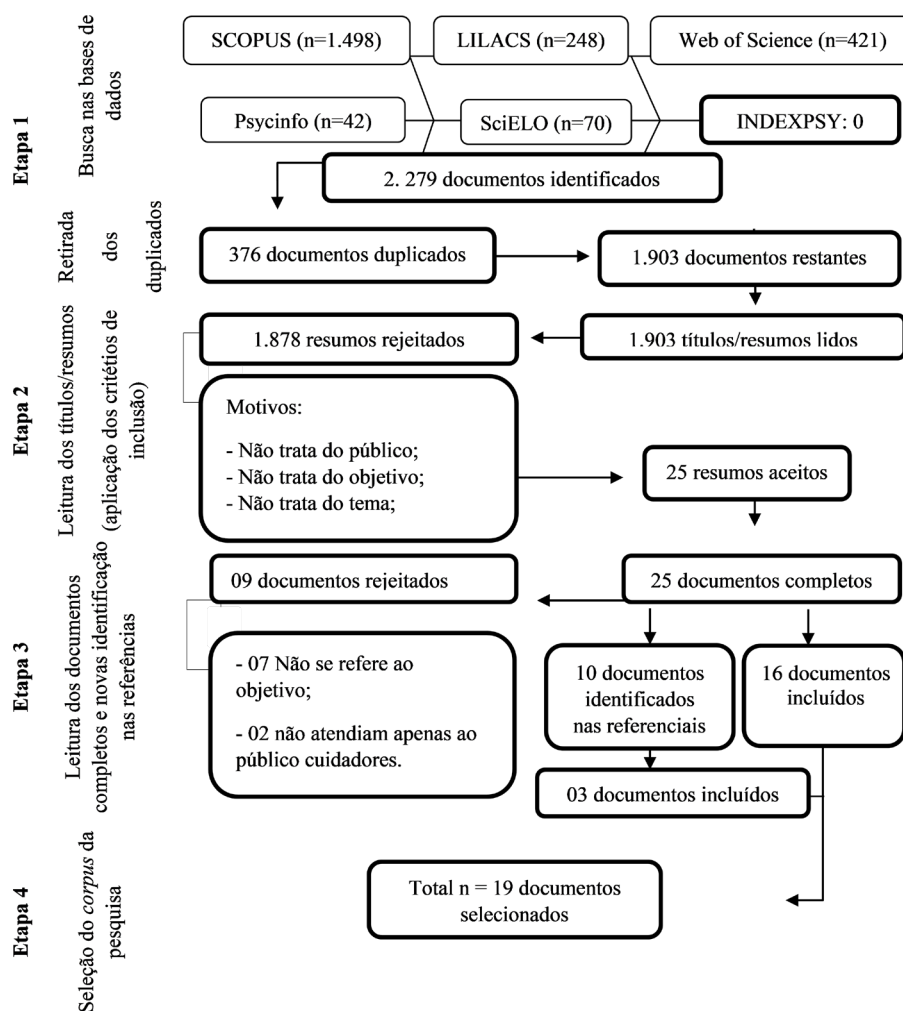


Figura 1. Diagrama do fluxo de coleta, seleção e delimitação do corpus da pesquisa.

Fonte: elaborado pelas autoras com base no PRISMA (Moher et al., 2009).

### **Processo de Extração das Informações**

Os estudos que contemplaram os critérios de inclusão foram analisados de forma descritiva e qualitativa, de acordo com as seguintes categorias: (a) título do estudo, (b) ano de publicação e autores, (c) temas, (d) delineamento, (e) participantes (f) área de conhecimento e (g) localidade/país para compreensão do fenômeno. Posteriormente, foram apresentadas as informações referentes aos principais resultados e atribuições dos cuidadores sobre a experiência do cuidado de familiares com deficiência.

### **Análise dos Resultados**

A proposta de análise das informações provenientes dos estudos selecionados segue os pressupostos e orientações da Análise Temática de Braun e Clarke (2006), que constitui no desenvolvimento de seis fases, a saber: 1) familiarização com dados; 2) gerenciar códigos iniciais; 3) buscando temas; 4) revisando os temas; 5) definindo e nomeando os temas; e, 6) produzindo o relatório. Realizou-se a análise temática a respeito da perspectiva de cuidadores familiares de pessoas com deficiência sobre o cuidado, suas experiências e implicações psicossociais.

### **Risco de Viés entre os Estudos**

Haja vista maior fidedignidade das informações, tanto a busca, quanto a extração das informações, foram realizadas de maneira independente por duas autoras deste artigo. Caso a autora principal estivesse com dúvidas a respeito da inclusão do artigo, o mesmo seria enviado à análise de juízes (Pasquali, 2010). Como as duas pesquisadoras entraram em consenso não houve a necessidade da intervenção de um terceiro juiz.

## **Resultados**

### **Caracterização dos Estudos**

A pesquisa dos descritores nas bases de dados gerou uma amostra geral de 2.279 estudos, cuja temática girava em torno das pessoas com deficiência e cuidado, distribuídos nas respectivas bases de dados: 71,4% ( $n = 1.498$ ) na base SCOPUS; 15,4% ( $n = 421$ ) na base Web of Science; 9,1% ( $n = 248$ ), na base LILACS; 2,6% ( $n = 70$ ) na base SciELO e, 1,5% ( $n = 42$ ) na base INDEXPYSY. Inicialmente foi realizada a exclusão dos estudos em duplicidade, restando 1.903 artigos, dos quais foram realizadas a leitura dos títulos/resumo

pelas autoras, sendo que destes foram rejeitados 1.878 (seguindo os critérios de exclusão), restando 25 estudos completos que foram lidos na íntegra; destes, nove foram rejeitados (sete não se refere ao objetivo e dois não atendiam apenas ao público de cuidadores), restando 16 artigos. Foram incluídos posteriormente, a partir das referências, três novos artigos, a amostra final foi composta por 0,83% ( $n = 19$ ) estudos encontrados.

Na Tabela 1, é apresentada uma descrição geral dos 19 estudos selecionados. Destaca-se os títulos dos estudos, ano de publicação e autores, temas, delineamento, participantes, área de conhecimento e localidade/país para auxiliar na compreensão do fenômeno. Os estudos selecionados receberão a designação de: E1=estudo 1; E2=estudo 2 e assim por diante, a fim de facilitar a leitura.

Conforme as informações da amostra final apresentadas na Tabela 1, nota-se que o ano das publicações foram distribuídas durante o período de 2011 a 2020, exceto nos anos de 2010 e 2014, nos quais nenhum artigo foi selecionado. Ainda, percebe-se que a maioria dos estudos selecionados foram publicados nos últimos cinco anos, o que sugere um interesse e demanda crescentes sobre o tema.

Em relação aos objetivos dos estudos selecionados em sua maioria, buscavam explorar as experiências vividas, desafios e percepções de cuidado (E1; E2; E3; E4; E7; E8; E9; E10; E14; E15; E18; E19), bem como a jornada dos cuidadores e os mecanismos de enfrentamento (E5; E11), os impactos e aspectos positivos/negativos do cuidado (E16; E6; E17), seus saberes, atitudes e prática (E12) e seus papéis enquanto cuidadores (E13). Todos abordaram por meio das experiências dos cuidadores aspectos relacionados ao cuidado. Por conta dos objetivos já é possível perceber que quase a totalidade dos estudos ( $n = 16$ ) são de delineamento qualitativo havendo três estudos de revisões sistemáticas (E6; E9; E16) e um estudo misto (E12). Diante disso, pode-se entender essa informação a partir de dois pontos: primeiro, concebendo a pesquisa qualitativa como um apoio metodológico significativo e mais apropriado diante das problemáticas e objeto de pesquisa; segundo, aponta justamente uma escassez de pesquisas quantitativas e/ou mistas, que são capazes de inferir e correlacionar variáveis, como por exemplo, o nível de escolaridade com o conhecimento sobre as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos cuidadores familiares de pessoas com deficiência.

## O cuidado na perspectiva de familiares de pessoas com deficiência: revisão integrativa

**Tabela 1.** Síntese da estrutura dos estudos analisados

Autores/Ano	Tema	Delineamento	Participantes	Área	Local/país
(E1) Sadiqi & Kibirige, 2020	Deficiência física e ambiente rural	Qualitativo, do tipo estudo de caso	Oito cuidadoras (mães)	Psicologia	Limpopo /África do Sul
(E2) Chiang, Hsieh, Fan, Wang, & Wang, 2020	Deficiências graves e impactos no planejamento de cuidados	Qualitativo, emprega entrevistas em profundidade	12 cuidadores (6 homens e 6 mulheres)	Saúde Pública	Taiwan/ China
(E3) Nyante & Carpenter, 2019	Crianças com Paralisia Cerebral e comunidades rurais	Qualitativo, orientado pela fenomenologia descritiva	12 cuidadores (10 mulheres e dois homens)	Psicologia/ Psiquiatria e Neurociência	Shai Osudoku/ Gana
(E4) Shelke & Barde, 2019	Maternidade e deficiência intelectual	Qualitativo, do tipo fenomenológico interpretativo	Cinco cuidadoras (mães)	Enfermagem psiquiátrica	Pune/Índia
(E5) Waniger, Gale, DeNemie & Nelson, 2019	Cuidadores familiares não remunerados	Qualitativo	28 cuidadores (26 mulheres e dois homens)	Medicina psiquiátrica	Wisconsin/ Estados Unidos
(E6) Beighton & Wills, 2019	Aspectos positivos do cuidado e deficiência intelectual	Revisão sistemática e síntese narrativa	-	Assistência Social	Londres/ Inglaterra
(E7) Milliken, Mahoney, Mahoney, Mignosa, Rodriguez, Cuchetti & Inoue, 2019	Desafios e apoios aos cuidadores familiares	Qualitativo	54 cuidadores (44 mulheres e 10 homens)	Enfermagem	Estados Unidos (EUA)
(E8) Mathias, Kermodé, San Sebastian, Davar, & Goicolea, 2019	Deficiência psicossocial e ambiente rural	Qualitativo, emprega entrevistas em profundidade	18 cuidadores ( 11 mulheres e sete homens)	Psiquiatria	Uttar Pradesh/ Índia
(E9) Kobylanski, Jegathesan, Young, Fung, Huber, & Minhas, 2018	Experiências de pais e deficiências crônicas	Revisão sistemática de escopo	-	Pediatria Clínica	Toronto/ Canadá
(E10) DiGiacomo, Green, Delaney, Delaney, Patradoon-Ho, Davidson, & Abbott, 2017	Experiências e crianças aborígenes com deficiência	Qualitativo, emprega entrevistas em profundidade	19 cuidadoras (16 mães e 3 avós)	Saúde Pública	Torres Strai/ Austrália
(E11) Masulani-Mwale, Mathanga, Silungwe, Kauye, & Gladston, 2016	Paternidade e deficiência intelectual	Qualitativo, emprega grupos focais e entrevistas em profundidade	Não especificado	Medicina	Malawi/ África
(E12) Camargo-Rojas, Castro-Alzate, Hernández-Romero, Maldonado-Salgado, Cárdenas, Carvajal, Cuervo-Polanco, 2016	Cuidadores familiares e inclusão	Qualitativo e Quantitativo (misto)	60 cuidadores (47 mulheres e 13 homens)	Medicina e Ciência da Saúde	Madrid – Cundina-marca/ Colômbia
(E13) Woodgate, Edwards, Ripat, Borton, & Rempel, 2015	Parentalidade e crianças com deficiência	Qualitativo, do tipo etnográfico e longitudinal	68 cuidadores (39 mulheres e 29 homens)	Enfermagem	Canadá/ América do Norte
(E14) Redquest, Reinders, Bryden, Schneider, & Fletcher, 2015	Educação de filhos com deficiência	Qualitativo, do tipo fenomenológica	Oito cuidadores (sete mulheres e um homem)	Enfermagem	Ontário/ Canadá
(E15) Chiu, 2013	Experiências maternas	Qualitativo	Três cuidadoras	Medicina/ Enfermagem	Taiwan/ China
(E16) Pousada, Guillamón, Hernández-Encuentra, Muñoz, Redolar, Boixadós, & Zúñiga, 2013	Cuidado de pessoas com deficiência e qualidade de vida	Revisão sistemática da literatura	-	Psicologia	Barcelona/ Espanha
(E17) McNally & Mannan, 2013	Percepções sobre o cuidado	Qualitativo, do tipo fenomenológico	14 cuidadores (não especificados)	Enfermagem	Moshi/ Tanzânia
(E18) Nicholl & Begley, 2012	Cuidado e maternidade	Qualitativo, do tipo fenomenológico	17 cuidadoras	Enfermagem	Irlanda/ Reino Unido
(E19) Huang, Kellett, & John, 2012	Maternidade e cuidado	Qualitativa, do tipo fenomenológica	15 cuidadoras	Enfermagem	Taiwan/ China



Em relação aos participantes da pesquisa têm-se duas informações relevantes. A primeira é o número de cuidadores selecionados nos estudos, que variaram de três a 68 participantes, sendo que um estudo (E11) não apresentou o número da amostra. A segunda, que corrobora com a literatura, é a presença da figura da mulher como a mais predominante entre os cuidadores. Do total de 17 estudos, houve 257 mulheres e apenas 69 homens e dois estudos não especificaram o sexo (E11; E17). Diante disso, é relevante a realização de estudos que contemplem cada vez os cuidadores familiares homens, bem como estudos que contemplem questões de gênero. Nesse sentido, as principais autoras da Teoria do Cuidado, Joan Tronto e Eva Feder Kittay, localizam essas práticas para além do campo ético (nas relações de dependência e interdependência), para a o campo político. Assim, a teoria feminista do cuidado, passou a ter como objetivo (1) identificar o funcionamento do sistema de gênero; (2) analisar as formas como as teorias o refletem e perpetuam; (3) encontrar maneiras de alterá-lo; (4) eliminando as injustiças e opressões que produz (Kittay, 2005).

As áreas de conhecimento nas quais os estudos foram desenvolvidos concentraram-se da seguinte forma: medicina, psiquiatria e pediatria ( $n = 7$ ), enfermagem ( $n = 7$ ), psicologia ( $n = 3$ ), saúde pública ( $n = 2$ ) e serviço social ( $n = 2$ ). Portanto, o montante de 14 estudos foi desenvolvido na área médica, enquanto sete localizaram-se nas áreas social e humanas. Em relação à concentração dos estudos estarem sob domínio da área médica é possível perceber que as práticas de cuidado, assim como a concepção da deficiência, ainda são compreendidas por meio de um modelo médico (Diniz, 2007; Gesser, 2019; Mello, 2016). O cuidado e suas práticas, a partir dessa percepção, passam a ser exercidos como proposta de reabilitação daquele corpo que não segue um padrão normativo. Ainda, reitera o que apresenta a literatura sobre a importância de incorporar estudos sobre deficiência na psicologia social, somado à relevância de ultrapassar o conceito de cuidado como aquele somente direcionado a manutenção de um corpo físico, mas visto como princípio de justiça (Diniz, 2007).

Em relação à localidade na qual os estudos foram realizados 26,3% ( $n = 5$ ) conduziram-se na América do Norte (E5; E7; E9; E13; E14); 21% ( $n = 4$ ) foram desenvolvidos no continente Africano (E1; E3; E11; E17); 15,7% ( $n = 3$ ) realizados na Ásia Oriental (E2; E15; E19); 15,7% ( $n = 3$ ) no Reino Unido (E6; E16; E18); 10,5% ( $n$

= 2) conduzidos na Ásia (E4; E8); 5,2% ( $n = 1$ ) desenvolvido na Oceania (E10); e, 5,2% ( $n = 1$ ) na América Do Sul (E12). As informações importantes a serem destacadas quanto à localidade dos estudos é o fato de considerar a cultura daquela localidade. Por exemplo, em contextos culturais africanos, os cuidadores familiares podem acreditar que seu/sua filho/a possui a deficiência por conta de feitiços ou por acreditar que seja um castigo por erros passados. E, nesse último caso, esses cuidadores podem acreditar estar isentos da responsabilidade pela etiologia e pelo tratamento da deficiência (E1) e, também, pelas práticas de cuidados.

Em relação à teoria empregada pelos estudos, menos da metade 31,5% ( $n = 6$ ) utilizaram aportes teóricos para explicar o fenômeno e/ou as experiências vivenciadas pelos cuidadores familiares de pessoas com deficiência. As teorias adotadas foram: Abordagem temática de Rubin e Babbie (E1); Teoria fundamentada em codificação aberta (E5); Modelo de transição de cuidados, de Geary e Schumacher e Teoria das transições, de Meleis, Sawyer, Im, Messias e Schumacher (E7); Teoria de gênero relacional, de Connell (E8); Modelo Double ABCX, de Hill, adaptado de McCubbin e Patterson (E9); e, Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (E12).

### **Categorização Temática**

Ao analisar qualitativamente os artigos encontrados foi possível obter um panorama geral dos principais resultados, assim como o que pensam os cuidadores familiares sobre o cuidado a partir de suas experiências e vivências. As cinco categorias identificadas nesse estudo foram definidas indutivamente, ou seja, posterior a análise dos dados provenientes dos estudos selecionados, sendo elas:

*Categoria A. O cuidado e suas implicações emocionais, psicológicas, físicas, comportamentais e sociais.* Essa foi a temática mais recorrente; presente em quase todos os estudos. Esses, demonstram que uma grande parte dos cuidadores experenciam implicações emocionais como tristeza, raiva, vergonha, ressentimento, frustração, culpa, preocupações em relação à vida de seus filhos/as (E1; E2; E8; E11; E12; E14). Além de relatarem questões psicológicas como estresse, ansiedade, depressão, negação, ambivalência, medo e luto (E1; E2; E4; E5; E7; E8; E10; E11; E12; E13; E16). Alguns aspectos físicos foram destacados, entre eles a exaustão, distúrbios do sono, fadiga, perda de apetite, perda de peso, dores de cabeça, tonturas e resfriados constantes (E1; E2; E5; E8; E10; E11; E12; E13; E18), bem como aspectos comportamentais como, inibição, dificuldades de

interações, dificuldades financeiras e isolamento (E9; E10; E15). E, por fim, os estudos apontaram para questões de cunho social como a estigmatização, discriminação, rejeição de membros da família, a quase inexistência e/ou estreitamento de vínculos com a comunidade (E1; E3; E7; E8; E11; E17; E19).

*Categoria B. O cuidado como solidão.* Nessa categoria temática um pouco mais que a metade dos estudos demonstrou que o cuidado de um familiar com deficiência proporciona, em sua grande maioria, experiências de solidão para os cuidadores, que em sua maioria são mulheres. Essa vivência apresenta-se como um afastamento social, ou seja, esses cuidadores apresentam dificuldades ou rupturas das relações familiares e na interação com a comunidade, muitas vezes geradas pela estigmatização, julgamento, discriminação e pela falta de apoio que a família sofre (E1; E7; E10; E11; E12; E13; E14; E15; E17). Além disso, é comumente em seus relatos a verbalização de se sentir sozinho nesse processo (E18).

*Categoria C. O cuidado e suas demandas práticas.* De igual forma, essa categoria esteve presente em um pouco mais que a metade dos estudos, demonstrando que além das implicações relatadas que os cuidadores familiares de pessoas com deficiência experienciam, existem as demandas práticas que necessitam de recursos materiais (E1). Entende-se como demandas práticas aquelas relativas ao dia a dia no processo de cuidar, como demandas de transportes, de saúde (incluindo consultas e medicamentos), de educação, de apoio e de atendimento profissionais e, principalmente, de demandas financeiras (E1; E3; E4; E11; E13; E16; E18). Estas que são potencializadas pela falta ou dificuldade em manter um trabalho remunerado que concilie com as práticas de cuidado (E10; E12; E13; E17).

*Categoria D. O cuidado e as estratégias de enfrentamento.* Nesse campo de investigação quase a metade dos estudos comunicou sobre as estratégias de enfrentamento. Importante ressaltar que essa categoria não apresenta estudos específicos e direcionados sobre quais são as estratégias mais recorrentes ou as que propiciam maior bem-estar aos cuidadores. Essa categoria é um compilado das indicações de estratégias de enfrentamento que os cuidadores familiares de pessoas com deficiência utilizam para que o cuidado se torne uma experiência menos difícil, mais prazerosa e com maior resiliência psicológica. Sendo assim, algumas estratégias de enfrentamento mais utilizadas pelos cuidadores familiares foram: assistência temporária,

espaços de conversa com amigos e familiares, apoio de cônjuges ou parentes, exercícios físicos, sensação de cumprir com obrigações (altruísmo), a percepção de características positivas direcionadas a seus filhos com deficiência proporcionou atitudes positivas e, principalmente a espiritualidade e orações demonstraram ser estratégias mais utilizadas por esses cuidadores (E1; E6; E7; E11; E12; E14; E16; E17; E18).

*Categoria E. O cuidado e a representação de deficiência.* Essa categoria temática foi encontrada em um pouco menos da metade dos estudos. Apesar de ser encontrada explicitamente em um número inferior de artigos, ela perpassa por todos eles considerando seus contextos. Nessa categoria, o cuidado é pensado a partir de uma representação do que é a deficiência para os cuidadores familiares. Logo, a percepção do que é deficiência pode estar relacionada com a representação do que é o cuidado para esses pais. A exemplo disso, é possível identificar nos estudos desenvolvidos em culturas africanas, que a compreensão da deficiência está ligada a crenças religiosas (E1; E3), e por conta disso, a prática dos familiares buscarem médicos tradicionais e ministros da religião para a cura da deficiência é bastante comum (E1). Por estar a deficiência ligada a questões religiosas, o padrão de cuidado que os familiares desempenham pode ser percebido como uma forma de servir a Deus e, nesse sentido os pais se sentem responsáveis pela condição de seus filhos com deficiência e os enxergam com uma punição por algum pecado cometido contra Deus, o que pode resultar em pais escondendo seus filhos por medo de isolamento, segregação ou discriminação (E3; E11). Na cultura chinesa, pensamentos desfavoráveis à deficiência de uma criança são bem comuns. Essa concepção negativa da deficiência pode ser percebida como resultado de habilidades parentais insuficientes, o que potencializa os pais perceberem que seus filhos refletem suas próprias insuficiências (E15).

A representação da deficiência é carregada por estigmas e por conta disso gera discriminações não somente a pessoa com deficiência, mas também para suas famílias. Essas experiências de pré-conceitos direcionadas a deficiência aliadas a variações culturais, podem influenciar na busca por suporte e acesso a serviços que impactam o cuidado (E10). Por conta disso, também se supõem que à medida que a criança envelhece, seus comportamentos e sua saúde podem se tornar ainda mais complexos, logo a percepção da necessidade de dependência vitalícia pode afetar a capacidade

de os familiares perceberem aspectos positivos em seus filhos (E6). Nesse sentido, poucos familiares descrevem que a deficiência está associada à presença de diferentes capacidades e barreiras sociais (E12).

## Discussão

A discussão explora as diferentes implicações psicossociais decorrentes das práticas de cuidado que são vivenciadas por cuidadores primários (não remunerados) a familiares com deficiência. Discorre ainda sobre os desafios, lacunas e possibilidades de avanço nesse tema. Apesar de ter sido realizada a categorização dos principais achados dos estudos selecionados é evidente que tais categorias conversam entre si. Pois, quando se trata de compreender como os familiares cuidadores pensam o cuidado de pessoas com deficiência, as experiências e as vivências relatadas tornam-se coletivas. Com relação às teorias empregadas, fica perceptível a importância de autores adotarem teorias para auxiliar na compreensão dos achados. Especialmente para não enviesar os achados, considerando que os estudos selecionados (em sua maioria) utilizaram pesquisas qualitativas. Pois, muitas vezes esse delineamento de pesquisa é fortemente apontado por considerar a interpretação do pesquisador em seu processo de análise (Flick, 2009).

Em relação ao primeiro objetivo proposto por este estudo, que consiste em descrever as principais dificuldades enfrentadas pelos familiares cuidadores quanto às práticas de cuidado para pessoa com deficiência, é possível localizá-lo nas *categorias A, B e C*. Quanto ao segundo objetivo desse estudo, que se constitui em identificar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos familiares cuidadores, pode-se localizá-lo na *categoria D*.

Em relação à *Categoria A. O cuidado e suas implicações emocionais, psicológicas, físicas, comportamentais e sociais*, são apresentados um encadeamento de vivências relatadas pelos familiares cuidadores a respeito do cuidado de uma pessoa com deficiência. Desde aspectos emocionais até interferências no social que culminam de maneira geral em diminuição do bem-estar e da saúde desses cuidadores (E10). Outro aspecto relevante a ser observado é a predominância de investigação dos aspectos negativos relacionados ao cuidado. Por conta disso, é importante haver estudos que relatem os aspectos positivos e de resiliência nesses cuidadores (E11), para que seja possível fornecer-lhes orientação e apoio (E14). A necessidade de pais

cuidadores obterem apoio de outros membros da família é uma necessidade social. Nesse sentido, os estudos indicam a realização de mais pesquisas que levem em perspectiva as mães e de seus filhos para melhor compreender a natureza do dia a dia de suas vidas e experiências, a fim de fomentar a criação de políticas públicas e intervenções que promovam a saúde mental dos cuidadores, bem como estudos que auxiliem a compreender o impacto do cuidado sobre esses cuidadores (E4; E5; E8).

Já na *Categoria B. O cuidado como solidão* é possível compreender o cuidado como um lugar solitário no qual os familiares cuidadores de pessoas com deficiência ocupam. Em seus relatos, as privações e rupturas de apoio social e familiares são bastante comuns (E1; E11). Em algumas culturas, a responsabilidade pelo cuidado é destinada às mulheres e estas, por sua vez, roparam com relacionamentos para evitar compartilhar essas responsabilidades referentes ao cuidar (E10). Nesse sentido, algumas mães também relataram que com o passar do tempo, as ajudas advindas de familiares e amigos foram reduzindo significativamente. Por isso, é importante que os planos de cuidado devem incluir planejamento de contingência a longo prazo para as diferentes mudanças e necessidades nos níveis de dependência que os familiares cuidadores irão se deparar (E18). Aspectos como a rejeição, os estigmas, a discriminação, a exclusão e os preconceitos em relação às pessoas com deficiência parecem ser fatores pré-determinantes para o isolamento e, por conseguinte, a solidão vivenciada pelos familiares cuidadores. Em um dos estudos é possível perceber que essas atitudes negativas ou até mesmo a superproteção por esses familiares, foram tópicos encontrados em 32% de uma amostra de 438 pessoas caracterizadas nos programas de assistência social (E12). Portanto, fica evidente que esses aspectos externos supracitados potencializam o sentimento de solidão vivenciado por esses cuidadores familiares.

Nessa categoria, fica perceptível o quanto as mudanças no estilo de vida parental são alteradas para familiares cuidadores de pessoas com deficiência; e o quanto as consequências advindas dessa experiência podem ter implicações na esfera social desses cuidadores. Uma das alternativas que pode auxiliar esses familiares a sentirem-se menos solitários e possibilitar trocas de experiências entre outros cuidadores e possibilitar interações são as chamadas comunidades virtuais (Guillamón, Armayones, Hernández, & Gómez-Zúñiga, 2010).

Enquanto que na *Categoria C. O cuidado e suas demandas práticas*, as principais demandas de recursos e os desafios que os familiares cuidadores necessitam são apresentados. Entre eles, os mais recorrentes foram a falta de recurso financeiro e de trabalho (E1; E10; E11; E12; E13; E17). Os pais de crianças com deficiência são mais propensos a ter um emprego instável ou a não ter emprego, em comparação com os pais que não têm um filho com deficiência. Por conta das demandas de cuidado, os cuidadores familiares podem ter despesas adicionais com serviços de saúde, dietas especiais, com dispositivos auxiliares como próteses e órteses, transporte especializado, entre outros (Hartley et al., 2011). Nesse sentido, os cuidadores familiares consideram que o tempo para si, para as atividades pessoais ou de trabalho é afetado pelo tempo que dedicam ao cuidar, isso acaba por limitar as horas de trabalho remuneradas ou a pedir demissão do emprego para conseguir atender às demandas de seus filhos (E12).

Algumas mães que trabalham, muitas vezes sentem-se culpadas porque não podem dedicar o tempo de cuidado que gostariam para seus filhos, enquanto que as mães que ficam em casa se sentem culpadas por não estarem contribuindo para a renda da família por conta das atribuições do cuidado (Lim, Downs, Bao, & Leonard, 2013). Um aspecto que pode potencializar essa demanda financeira é a pobreza. Por conta dela, os cuidadores familiares tornam-se incapazes de fornecer cuidados adequados a seus filhos, ou seja, todos os recursos externos disponíveis para facilitar e apoiar boas práticas de cuidado são reduzidos pela pobreza (Gona, Mung'ala-Odera, Newton, & Hartley, 2011). Nesse sentido, os estudos apontam a relevância de se considerar em pesquisas futuras sobre deficiência e cuidado, as diferenças contextuais nas experiências desses cuidadores, considerar populações prioritárias, a iniquidade de saúde, a intersecção de raça, as condições socioeconômicas e as de gênero (E10).

Em relação ao auxílio governamental a pressão financeira não diminui, já em outros os cuidadores expressaram que a assistência financeira ajudaria a atender às necessidades de seus filhos (E10; E13). É possível perceber nessa categoria duas questões elementares que perpassam os relatos: a primeira é de que o cuidado primário exercido pelos familiares cuidadores não é compreendido e nem concebido como um trabalho; a segunda, como uma consequência da primeira, é de que esses cuidados primários não são remunerados, mesmo quando esse utiliza de todo tempo ou boa

parcela do tempo desses familiares que muitas vezes não recebem apoio. Nesse sentido, Kittay, Jennings, e Wasunna (2005), defendem que o cuidado é um trabalho, mesmo quando este não é remunerado. Autora argumenta ainda, que a distribuição de cuidados é uma questão de justiça e as interações entre cuidador e cuidado na comunidade é uma questão de investigação ética e alerta que os índices de dependências de cuidado aumentaram ou devem aumentar até 2050.

O sistema de gênero também se faz presente e possui na família e no mundo doméstico a sua primeira forma de estruturação e é interpretado como uma forma "natural" de ordenamento das relações e atividades humanas, como o cuidado. Assim sendo, orienta as mais diversas práticas sociais e passa, muitas vezes, despercebido pelo campo das teorias morais e políticas. Esse sistema é opressor, injusto e discriminatório, apoia-se em diferenças físicas e comportamentais para criar privilégios e poder para um determinado grupo de homens em detrimento de outros grupos e, em especial, das mulheres. Portanto, é fundamental compreender a importância da Teoria do Cuidado e Ética do Cuidado, na qual em linhas gerais, pode ser dividida em duas fases ou gerações de pensadoras. A primeira delas dedicada a descrever os dispositivos e atitudes do cuidado associando-os a certas emoções e virtudes, buscando demonstrar os limites de uma visão racionalista para questões morais, de justiça e direitos. A segunda geração tem enfatizado a vulnerabilidade e as necessidades humanas como aspectos relevantes para a moralidade e a política. Em comum, ambas as gerações defendem o cuidado para além da responsabilização individual e coletiva como uma questão pública (Kittay, 2005).

A *Categoria D. O cuidado e as estratégias de enfrentamento* apresenta algumas das principais estratégias de enfrentamento ou o que alguns autores chamam de *coping* (E11). Embora os aspectos positivos do cuidado não sejam bem definidos de maneira consistente nos artigos, eles podem ser identificados. As principais estratégias de enfrentamento utilizadas pelos familiares cuidadores foram o apoio familiar e de amigos e a espiritualidade (E1; E11; E12). Importante ressaltar que, em cada cultura ou região essas estratégias podem ser diferentes, pois os costumes e as crenças podem ser muito discrepantes. Portanto, para estudos brasileiros é indicado ser considerada a região a qual estará sendo investigada.

Como pode ser identificado, a grande maioria dos estudos apresenta as implicações negativas do cuidado.

Por conta disso, é imprescindível que sejam realizados mais estudos para identificar preditores de aspectos positivos, isso pode auxiliar diretamente os cuidadores familiares, bem como os profissionais no fornecimento de apoio, intervenções e estratégias que aumentem a positividade desses pais de maneira a melhorar seu bem-estar mental (E6). Essas pesquisas podem apresentar detalhes únicos sobre as experiências dos cuidadores, bem como apresentam quais os principais mecanismos de enfrentamento que estes utilizam no manejo do estresse e da resiliência, além dos benefícios atrelados a cada estratégia empregada (E14).

E, por fim, a *Categoria E. O cuidado e a representação de deficiência*, desperta a relevância em compreender qual a representação social de deficiência para cuidadores familiares, ao passo que essa representação pode estar atrelada ao cuidado e suas práticas. Nesse sentido, as crianças com deficiência severa podem ser percebidas como um infortúnio pelos cuidadores familiares e essa percepção pode afetar a qualidade do cuidado, o valor atribuído à criança e influir no próprio estresse associado ao cuidado (E3). As experiências de estigma, assim como diferentes conceitos relacionados à deficiência, somado a fatores pessoais como resiliência, variações culturais, busca ou não de suporte, acesso a serviços e recursos de suporte disponíveis, são todos fatores que podem impactar o cuidado (McCubbin, Thompson, Thompson, McCubbin, & Kaston, 1993).

Dessa forma, é importante que familiares cuidadores recebam informações especializadas sobre a deficiência, suas causas e seu manejo, incluindo material para esclarecer equívocos e mitos, além de proporcionar espaço de discussão sobre receios e promover a inclusão (E11). Importante salientar que as pesquisas que envolvem familiares cuidadores com origens étnicas diferentes podem resultar em perspectivas diferentes sobre o cuidado e o papel que assumem (E13).

## Considerações finais

A partir da análise dos estudos selecionados evidenciou-se que as implicações emocionais, psicológicas, físicas, sociais, como tristeza, vergonha, frustração, preocupação, ansiedade, depressão, negação, distúrbios do sono, fadiga, dores de cabeça, inibição, isolamento, discriminação, estigmatização, foram alguns dos aspectos encontrados quando os familiares cuidadores relatam sobre o cuidado de pessoas com deficiência. Além disso, os estudos destacaram que as maiores demandas

relacionadas ao cuidado no dia a dia são as demandas financeiras e de trabalho. Apresentaram, ainda, a solidão como aspecto relevante relatados pelos familiares cuidadores e as implicações que tal situação gera, como a dificuldade ou inexistência de vínculos comunitários e familiares. Os estudos apontam algumas das estratégias mais utilizadas pelos cuidadores familiares para manejo do estresse e resiliência, como a espiritualidade e o vínculo com familiares e amigos. E, ainda, a importância de conhecer a representação do que é a deficiência para esses familiares cuidadores, pois essa representação pode estar relacionada com as práticas de cuidado desenvolvidas por eles.

Nesse sentido, os estudos sugerem pesquisas que abordem ainda mais os preditores de estratégias de enfrentamento para que seja possível maior apoio para os pais na diminuição de implicações advindas do cuidado, e para os profissionais que trabalham com pessoas com deficiência para melhor traçar estratégias de trabalho e intervenções. Destarte, é necessário que haja estudos que incluam a deficiência como categoria de análise em estudos brasileiros, especialmente no campo da psicologia social; e, o cuidado como questão de investigação para implementação de políticas públicas ou intervenções governamentais que visam auxiliar esses cuidadores familiares no melhor desenvolvimento de suas funções.

A presente revisão apresenta considerações relevantes aos estudos da Psicologia e interface com temas em políticas sociais, no que se refere a localizar o cuidado a partir de uma perspectiva ético-política e de justiça social (aos cuidadores e a quem recebe os cuidados), com a possibilidade de implementação de políticas públicas de cuidado no país. Além de manifestar a importância, realizar a formação do profissional de psicologia, a partir de marcadores sociais como a deficiência, a fim de prepará-los de maneira inclusiva às diferentes interseccionalidades e diversidades, sejam no campo da Psicologia Social, Educacional, Trabalho, entre outras. Em relação à população brasileira, sugere-se estudos que investiguem quais as representações sociais de deficiência para cuidadores familiares e se estas possuem relação com as práticas de cuidado. Por fim, os estudos apresentam lacunas na utilização de teorias que embasem os achados; dessa forma, sugere-se que pesquisas futuras adotem teorias melhores de compreensão do fenômeno. Esse estudo possui limitações quanto a não inclusão de teses e dissertações em sua estratégia de busca e a especificidade de determinadas bases de dados para realizar a coleta dos artigos.

## Agradecimento

À CAPES pelo financiamento desse estudo.

## Referências

- Beighton, C., & Wills, J. (2019). How parents describe the positive aspects of parenting their child who has intellectual disabilities: A systematic review and narrative synthesis. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities: JARID*, 32(5), 1255-1279. doi: 10.1111/jar.12617
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Camargo Rojas, D., Castro Alzate, E., Hernández Romero, H., Maldonado Salgado, H., Cárdenas, I. L., Carvajal, L., & Cuervo Polanco, M. del P. (2016). Conocimientos, actitudes y prácticas de cuidadores de personas con discapacidad, en procesos de inclusión social en el municipio. Madrid, Cundinamarca, Colombia. *Revista Ciencias de la Salud* [online], 13(2), 171-185. doi: 10.12804/revsalud13.02.2015.04
- Chiang, F. M., Hsieh, J. G., Fan, S. Y., Wang, Y. W., & Wang, S. C. (2020). Does the experience of caring for a severely disabled relative impact advance care planning? A qualitative study of caregivers of disabled patients. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1594. doi: 10.3390/ijerph17051594
- Chiu, E. C. (2013). Preliminary study: Taiwanese mothers' experiences of children with sensory processing disorder. *The Journal of Nursing Research: JNR*, 21(3), 219-223. doi: 10.1097/jnr.0b013e3182a0afd4
- Del Río-Lozano, M., García-Calvente, M., Marcos-Marcos, J., Entrena-Durán, F., & Maroto-Navarro, G. (2013). Gender identity in informal care: Impact on health in Spanish caregivers. *Qualitative Health Research*, 23(11), 1506-1520. doi: 10.1177/1049732313507144
- DiGiacomo, M., Green, A., Delaney, P., Delaney, J., Patradon-Ho, P., Davidson, P. M., & Abbott, P. (2017). Experiences and needs of carers of Aboriginal children with a disability: a qualitative study. *BMC Family Practice*, 18(1), 96. doi: 10.1186/s12875-017-0668-3
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.
- Flick, U. (2009). Grupos focais. In U. Flick (Org.), *Introdução à pesquisa qualitativa* (pp. 180-193). Porto Alegre: Artmed.
- Gesser, M. (2019). Gênero, deficiência e a produção de vulnerabilidades. In A. M. Veiga, C. R. Nichnig, C. S. Wolff, & J. Zandoná (Orgs.), *Mundos de mulheres no Brasil* (pp. 359-361). Curitiba: CRV.
- Gesser, M., Nuernberg, A. H., Juracy, M., & Toneli, F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 557-566. doi: 10.1590/S0102-71822012000300009
- Gona, J. K., Mung'ala-Odera, V., Newton, C. R., & Hartley, S. (2011). Caring for children with disabilities in Kilifi, Kenya: What is the carer's experience?. *Child: Care, Health and Development*, 37(2), 175-183. doi: 10.1111/j.1365-2214.2010.01124.x
- Guillamón, N., Armayones, M., Hernández, E., & Gómez-Zúñiga, B. (2010). The role of patient organizations in participatory medicine: Can virtual health communities help participatory medicine accomplish its objectives? *Journal of Participatory Medicine*, 2, e21. Recuperado de <https://participatorymedicine.org/journal/evidence/reviews/2010/12/29/the-role-of-patient-organizations-in-participatory-medicine-can-virtual-health-communities-help-participatory-medicine-accomplish-its-objectives/>
- Hartley, S., Ilagan, V., Madden, R., Officer, A., Posarac, A., Seelman, K., ... Thomas, M. (2011). *World report on disability*. Recuperado de [https://www.who.int/disabilities/world\\_report/2011/report.pdf](https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf)
- Huang, Y. P., Kellett, U., & St John, W. (2012). Being concerned: Caregiving for Taiwanese mothers of a child with cerebral palsy. *Journal of Clinical Nursing*, 21(1-2), 189-197. doi: 10.1111/j.1365-2702.2011.03741.x
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>
- Kittay, E. F., Jennings, B., & Wasunna, A. A. (2005). Dependency, difference and the global ethic of longterm care. *The Journal of Political Philosophy*, 13(4). doi: 10.1111/j.1467-9760.2005.00232.x
- Kobylanski, A., Jegathesan, T., Young, E., Fung, K., Huber, J., & Minhas, R. S. (2018). Experiences of inner-city fathers of children with chronic illness. *Clinical Pediatrics*, 57(7), 792-801. doi: 10.1177/0009922817734361
- Lim, F., Downs, J., Li, J., Bao, X. H., & Leonard, H. (2013). Caring for a child with severe intellectual disability in China: The example of Rett syndrome. *Disability and Rehabilitation*, 35(4), 343-351. doi: 10.3109/09638288.2012.715720
- Masulani-Mwale, C., Mathanga, D., Silungwe, D., Kauye, F., & Gladstone, M. (2016). Parenting children with intellectual disabilities in Malawi: The impact that reaches beyond coping?. *Child: Care, Health and Development*, 42(6), 871-880. doi: 10.1111/cch.12368
- Mathias, K., Kermode, M., San Sebastian, M., Davar, B., & Goicolea, I. (2019). An asymmetric burden: Experiences of men and women as caregivers of people with psycho-social disabilities in rural North India. *Transcultural Psychiatry*, 56(1), 76-102. doi: 10.1177/1363461518792728
- McCubbin, H. I., Thompson, E. A., Thompson, A. I., McCubbin, M. A., & Kaston, A. J. (1993). Culture, ethnicity, and the family: Critical factors in childhood chronic illnesses and disabilities. *Pediatrics*, 91(5), 1063-1070. Recuperado de <https://pediatrics.aappublications.org/content/91/5/1063>
- McNally, A., & Mannan, H. (2013). Perceptions of caring for children with disabilities: Experiences from Moshi, Tanzania. *African Journal of Disability*, 2(1), 21. doi: 10.4102/ajod.v2i1.21
- Mello, A. G. D. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 3265-3276. doi: 10.1590/1413812320152110.07792016
- Milliken, A., Mahoney, E. K., Mahoney, K. J., Mignosa, K., Rodriguez, I., Cuchetti, C., & Inoue, M. (2019). "I'm just trying to cope for both of us": Challenges and supports of family caregivers in participant-directed programs. *Journal of Gerontological Social Work*, 62(2), 149-171. doi: 10.1080/01634372.2018.1475438
- Moher, D., Shamsee, L., Clarke, M., Ghersi, D., Liberati, A., Petticrew, M., ... PRISMA-P Group. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Systematic Reviews*, 4(1). doi: 10.1186/2046-4053-4-1

- Nicholl, H. M., & Begley, C. M. (2012). Explicating caregiving by mothers of children with complex needs in Ireland: A phenomenological study. *Journal of Pediatric Nursing, 27*(6), 642-651. doi: 10.1016/j.pedn.2011.07.003
- Nyante, G. G., & Carpenter, C. (2019). The experience of carers of children with cerebral palsy living in rural areas of Ghana who have received no rehabilitation services: A qualitative study. *Child: Care, Health and Development, 45*(6), 815-822. doi: 10.1111/cch.12706
- Organização Mundial de Saúde. (2012). *Relatório mundial sobre a deficiência*. São Paulo: SEDPCD. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/primeiro-relatorio-da-onu-sobre-deficiencias-e-desenvolvimento-aponta-lacunhas-na-inclusao/>
- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Pousada, M., Guillamón, N., Hernández-Encuentra, E., Muñoz, E., Redolar, D., Boixadós, M., & Gómez-Zúñiga, B. (2013). Impact of caring for a child with cerebral palsy on the quality of life of parents: a systematic review of the literature. *Journal of Developmental and Physical Disabilities, 25*(5), 545-577. doi: 10.1007/s10882-013-9332-6
- Redquest, B. K., Reinders, N., Bryden, P. J., Schneider, M., & Fletcher, P. C. (2015). Raising a child with special needs: The perspective of caregivers. *Clinical Nurse Specialist, 29*(3), E8-E15. doi: 10.1097/NUR.0000000000000122
- Sadiki, M. C., & Kibirige, I. (2020). Parent-carers of children with physical disabilities in a rural South African setting: Their cultural and social resourcing. *Journal of Psychology in Africa, 30*(4), 336-341. doi: 10.1080/14330237.2020.1796029
- Shelke, L., & Barde, S. (2019). Lived experiences of mothers of children with intellectual disabilities: A phenomenological study. *Indian Journal of Public Health Research & Development, 10*(11). doi: 10.5958/0976-5506.2019.03952.4
- Torraco, R. J. (2005). Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples. *Human Resource Development Review, 4*(3), 356-367. doi: 10.1177/1534484305278283
- Waniger, A., Gale, K., DeNomie, M., & Nelson, D. (2019). Community and caregiver perceptions of giving care to seniors. *The International Journal of Psychiatry in Medicine, 54*(4-5), 307-315. doi: 10.1177/0091217419860726
- Woodgate, R. L., Edwards, M., Ripat, J. D., Borton, B., & Rempel, G. (2015). Intense parenting: a qualitative study detailing the experiences of parenting children with complex care needs. *BMC Pediatrics, 15*, 197. doi: 10.1186/s12887-015-05145

*Taimara Foresti*, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Telefone: (048) 3721-9067. Email: [taiforesti@gmail.com](mailto:taiforesti@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0569-5257>

*Maísa Hodecker*, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Psicóloga (CRP/SC 16945) na empresa Maísa Hodecker Serviços em Psicologia Ltda ME. Email: [maisa\\_hodecker@hotmail.com](mailto:maisa_hodecker@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5273-1575>

*Andréa Barbará da Silva Bousfield*, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Pós-Doutorado pela Università degli Studi di Padova (UNIPD) e pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCET-IUL), é Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [a.bousfield@ufsc.br](mailto:a.bousfield@ufsc.br) ORCID: 0000-0002-4333-4719

Recebido em 05.abr.21  
Revisado em 17.dez.21  
Aceito em 31.jan.22

## Estado autoritário na periferia do capitalismo: notas sobre a violência policial em tempos de crise do capital

Gustavo de Aguiar Campos. Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Isabel Fernandes de Oliveira. Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Ana Vlândia Holanda Cruz. Centro Universitário Fanor Wyden

### Resumo

O presente artigo é um ensaio teórico de caráter exploratório sobre a relação entre violência policial e Estado a partir das contribuições da tradição marxista, particularmente sobre a configuração do Estado capitalista na economia dependente brasileira. O objetivo foi analisar como o momento atual do sociometabolismo do capital configura a polícia e apresenta limites às transformações desta como força pública do Estado dependente. Para isso, foi discutida a categoria Estado como forma política do capital, e, em seguida, apresentadas contribuições para a reflexão da crise estrutural do capital e a reestruturação autoritária do Estado brasileiro na garantia da reprodução dos padrões de acumulação. Feita essa discussão apresenta-se contribuições para a leitura da polícia, enfocando o autoritarismo dessa instituição e discutindo os limites de sua compreensão quando não realizada no âmbito econômico-político do modo de produção baseado na exploração do trabalho e na desigualdade da repartição da riqueza social produzida.

**Palavras-chave:** Estado; capitalismo dependente; crise estrutural do capital; violência policial.

### Abstract

*Authoritarian state on the periphery of capitalism: notes on police violence in times of crisis of capital.* This article is an exploratory theoretical essay on the relationship between police violence and the State based on contributions from the Marxist tradition, particularly on the configuration of the capitalist state in the Brazilian dependent economy. The objective was to analyze how the current moment of capital's social metabolism configures the police and presents limits to its transformations as a public force in the dependent State. For this, the category State was discussed as a political form of capital, and then contributions were made to reflect on the structural crisis of capital and the authoritarian restructuring of the Brazilian State in guaranteeing the reproduction of accumulation patterns. After this discussion, contributions to the reading of the police are presented, focusing on the authoritarianism of this institution and discussing the limits of its understanding when not carried out in the economic-political sphere of the production mode based on the exploitation of labor and the inequality of the distribution of social wealth produced.

**Keywords:** State; dependent capitalism; structural crisis of capital; police violence.

### Resumen

*Estado autoritario en la periferia del capitalismo: notas sobre la violencia policial en tiempos de crisis de capital.* Este artículo es un ensayo teórico exploratorio sobre la relación entre la violencia policial y el Estado basado en aportes de la tradición marxista, particularmente en la configuración del Estado capitalista en la economía dependiente brasileña. El objetivo fue analizar cómo el momento actual de metabolismo social del capital configura a la policía y presenta límites a sus transformaciones como fuerza pública en el Estado dependiente. Para ello, se discutió la categoría Estado como forma política de capital, y luego se hicieron aportes para reflexionar sobre la crisis estructural del capital y la reestructuración autoritaria del Estado brasileño para garantizar la reproducción de patrones de acumulación. Luego de esta discusión, se presentaron aportes a la lectura de la policía, enfocándose en el autoritarismo de esta institución y discutiendo los límites de su comprensión cuando no se lleva a cabo en el ámbito económico-político del modo de producción basado en la explotación del trabajo y la desigualdad de la distribución de la riqueza social producida.

**Palabras clave:** Estado; Capitalismo dependiente; Crisis estructural de capital; violencia policial.



Não é informação recente que vimos atravessando uma crise estrutural e global do capital, cuja eclosão se deu em 2008 com a crise dos *sub-primers* americanos. Desde então, medidas em escala planetária vêm sendo tomadas para conter seus efeitos, que, numa lógica de privilegiamento da reprodução e ampliação do capital, recaem com força esmagadora sobre a classe trabalhadora. O recrudescimento de perspectivas neoliberais, agora ultraneoliberais, a substituição - em vários casos por meio de golpes de Estado -, de governos progressistas por representantes ultraconservadores religiosos na latinoamérica, a intolerância religiosa, de classe, de gênero, de raça, cada vez mais incrementada, são alguns dos efeitos dessas estratégias de recuperação do grande capital. Sem dúvida, evidencia-se uma crise social, para além da econômica, sem precedentes, numa época em que defender direitos humanos é motivo para medo.

Um exemplo claro dessa crise social pela qual passa a humanidade está no Brasil e é a maximização do encarceramento e da violência policial na sociedade, ou seja, a barbarização cada vez mais expressiva da segurança pública. Para situar o problema, as mortes em decorrência de intervenção de policiais (em serviço e fora) são alarmantes. Só no ano de 2018 foram seis mil duzentos e vinte (6.220) homicídios desse tipo. A cada 100 mortes violentas intencionais no Brasil, 11 delas são causadas por policiais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Diante desse cenário, as ciências humanas e sociais têm buscado analisar, explicar e construir possíveis soluções.

De acordo com Cubas, Natal e Branco (2015), existem quatro tendências explicativas sobre a violência policial. A primeira são os estudos históricos e socio-culturais que interpretam que a violência policial está relacionada com o histórico de formação e atuação da instituição no Brasil, bem como no uso político da polícia pelas elites. A segunda são os estudos situacionais que buscam interpretar as dinâmicas e contextos em que ocorre com mais frequência a violência policial. A terceira forma são as análises institucionais e organizacionais que buscam a compreensão do fenômeno analisando os perfis de governo, o posicionamento dos administradores da segurança pública e a cultura policial. Por fim, têm-se as abordagens individuais que são focadas nas características individuais do policial que comete a violência.

Além dessas explicações sobre a violência policial, pesquisadores no campo da segurança pública

como Bueno, Marques, Pacheco e Nascimento (2019, p. 58-59) têm se dedicado a pensar estratégias de modernização e eficiência da polícia, na maioria das vezes concebendo como missão da instituição “o controle da ordem e a garantia da cidadania” e como desafio o “controle do uso da força de seus agentes estatais”. Lima, Bueno e Mingardi, (2016, p. 65) ao discutir dados sobre violência e segurança pública afirmam que:

Na ausência de uma política de segurança pública pautada na articulação de energias e esforços para a garantia de direitos, no respeito e na não violência, deixamos de enfrentar o fato de que o nosso sistema de justiça e segurança necessita de reformas estruturais mais profundas. E não se trata de defendermos apenas mudanças legislativas tópicas ou, em sentido inverso, focarmos apenas na modernização gerencial das instituições encarregadas de prover segurança pública no Brasil. [...] Nosso desafio é adensar politicamente a defesa de que, exatamente, essas são duas faces complementares de um mesmo processo e que nenhuma delas conseguirá êxito permanente sem que a outra seja simultaneamente assumida também como prioridade. Temos que modernizar a arquitetura institucional que organiza as respostas públicas frente ao crime, à violência e à garantia de direitos. O foco, a nosso ver, não está no debate exclusivo da legislação penal e processual penal e/ou na gestão incremental da ordem conservadora, mas na forma como o Estado organiza e administra seus poderes e instituições.

E, no sentido de refletir sobre tais “reformas estruturais mais profundas” (Lima et al., 2016, p. 65), os autores continuam suas considerações discutindo como políticas voltadas ao aperfeiçoamento das operações investigativas e à implementação de policiamento comunitário são utilizadas na redução da violência e criminalidade. Para os autores, tais políticas não abarcam o que consideram central para as reformas estruturais: a ausência de coordenação, integração e articulação na segurança pública. A questão nesse ponto de vista é buscar esse elemento central do caráter ineficiente das políticas públicas de segurança e a estrutura jurídica que as compõem. Como desafio colocam, então, a reforma da polícia como instituição do Estado democrático de direito (Lima et al., 2016).

Em que pese a importância dos apontamentos alhures, é preciso tratar de um desafio ainda maior para a segurança pública brasileira. Desde um olhar materialista histórico-dialético, não são reformas na legislação

ou nas normas operacionais da polícia que transformarão a realidade da violência, mas a transformação das relações que as constituem que possibilitarão a sua transformação. Essa é a chave argumentativa do estudo de Pachukanis (2017) sobre a forma jurídica e sua superação. Seguindo essa perspectiva, a questão da violência policial não se trata de uma crise puramente das forças policiais e da segurança pública, mas sim, uma crise que acompanha historicamente o modelo de relações sociais vigentes em que pouquíssimos se apropriam do suor, sangue e lágrimas do trabalho da maioria da população mundial. Em suma, é necessário compreender como as relações sociais capitalistas engendram uma forma específica de segurança pública.

O intuito deste artigo é buscar contribuir para essa compreensão, apontando algumas considerações acerca de como as relações de produção capitalistas determinam a violência policial no Brasil, na sua condição de país capitalista dependente. Portanto, objetivamos analisar como o momento atual do sociometabolismo do capital configura a polícia e apresenta limites às transformações desta como força pública do Estado dependente. Para isso foi realizada uma discussão baseada na tradição marxista e particularmente na teoria marxista da dependência do Estado capitalista.

Trata-se de um ensaio teórico de caráter exploratório, portanto, delimitações metodológicas estão relacionadas à revisão da literatura que fundamenta o argumento aqui apresentado. O artigo está estruturado, no que tange ao seu desenvolvimento, em duas partes. Na primeira enfatiza-se a concepção de Estado capitalista adotada, já na segunda, com o solo da primeira, discute-se a crise estrutural do capital, evidenciada a partir da década de 1960, e as formas econômicas e extraeconômicas que o Estado, particularmente o Estado nacional brasileiro, tomou na busca de garantir a reprodução do capital.

## A dialética do Estado capitalista autoritário

Como destaca Mascaro (2013), o Estado é uma forma política imprescindível para a manutenção e reprodução da cadeia de exploração sobre a qual se estrutura o modo de produção capitalista. Dessa forma, enquanto perdurar essa forma societária haverá um Estado para defendê-la, independente dos governos que ocupem os aparelhos de Estado. A forma política estatal se apresenta tanto para a burguesia como para

o proletariado como um ente terceiro, que é necessariamente público. No entanto, não se pode confundir o caráter terciário do Estado com a noção de neutralidade. Eventuais alterações na composição das classes que possuem maior representatividade estatal não alteram a estruturação da forma política estatal.

Portanto, apesar de uma suposição ideológica de neutralidade, esse aparato tem a função de constituição social. Para se fazer das palavras do autor: “a existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva” (Mascaro, 2013, p. 19).

A forma política estatal, para a reprodução da sociabilidade capitalista, se materializa em instituições políticas. Isso significa dizer que o Estado deve criar ou extinguir instituições para que as relações sociais baseadas na reprodução do capital se mantenham. Então, na análise das instituições é a forma política que explica a estrutura e a dinâmica dessas. Apesar das diferenças e das contradições internas entre as instituições, no geral elas estão contidas na forma política do capital (Mascaro, 2013).

Como ressalta Behring (2018), são necessários mecanismos de poder jurídicos e do uso da força para garantir a relação entre capital e trabalho, portanto, a manutenção da sociedade de classes. Contudo, isso não pode se confundir com uma compreensão de que o Estado é só coerção direta. Em cada formação social e contexto econômico-político a forma como a dominação de classe é exercida se altera.

Cunha (2016, p. 230) retrata essa diversificada feição coercitiva do Estado ao apontar que:

Medidas administrativas tomam lugar da coerção direta, mas podem ceder lugar novamente à coerção extraeconômica na medida mesma que tais meios administrativos são ineficazes por princípio, na abolição dos problemas sociais e, portanto, não eliminam as classes nem suas tensões; antes, as pressupõem. [...] Quer dizer, o modo de atuação do Estado é profundamente condicionado pelas circunstâncias econômicas, pelo estágio da luta de classes e, claro, pelo esclarecimento social da classe trabalhadora nessa luta. Temos então uma relação, no interior de uma unidade, entre repressão direta e medidas administrativas, uma unidade de movimento não próprio, porque se regula por circunstâncias e relações que estão fora dela, mas que também são por ela condicionadas.

Seguindo essa perspectiva, Marini (1987, 2018)<sup>1</sup> aponta que o Estado tem o monopólio legítimo da coerção e pode fazer uso dela, mas também se utiliza da ideologia<sup>2</sup> na sustentação do poder político. Ao fim e ao cabo, um Estado mais autoritário é uma expressão do grau de debilidade da classe dominante, portanto, com uma burguesia débil o Estado precisa se utilizar mais do monopólio legítimo da coerção (Bichir, 2018).

Essas todas são características universais do Estado no modo de produção capitalista, mas perseguindo o esforço de compreender a particularidade do capitalismo dependente, a partir da leitura de Marini (2000), é necessário se voltar para considerações de um Estado dependente nos países da América Latina.

A América Latina se desenvolve em relação com o capitalismo internacional<sup>3</sup>, com o aumento do fluxo de mercadorias e a busca pelo ouro como forma-dinheiro. Foi isso que possibilitou, inclusive, a dinamização, a acumulação de capital e a industrialização do capitalismo na Europa. A divisão internacional do trabalho emerge, portanto, com a consolidação dos Estados nacionais em países da periferia do capitalismo (Marini, 2000).

Os países latino-americanos conquistam sua independência política em torno do século XIX, momento da revolução industrial na Europa. E esses novos países se consolidam a partir das suas trocas com a metrópole inglesa, produzindo e exportando bens primários e importando manufaturas de consumo. Essa relação faz com que os países dessa parte do mundo se insiram na divisão internacional do trabalho, o que “determinará o curso [sentido] do desenvolvimento posterior da região”, se configurando assim a dependência (Marini, 2000, p. 109).

O que a América Latina contribuiu para o desenvolvimento industrial na Europa só foi possível pela maior exploração dos trabalhadores latino-americanos. O desenvolvimento desigual torna necessária a transferência de valor e de mais-valor entre os países desiguais. Em outras palavras, há um desequilíbrio entre os preços e o valor das mercadorias exportadas que, desde os capitalistas nacionais, só pode ser superada com o incremento do mais-valor no processo de produção interno, particularmente pela superexploração da força de trabalho<sup>4</sup> (Marini, 2000). Essas considerações são fundamentais para a compreensão de como o Estado se forma nos países dependentes.

O Estado é sempre capitalista, mas em países dependentes ele também assume características dependentes. Diferentemente dos países centrais, em que o Estado capitalista surge quando a burguesia nativa já está

consolidada, na América Latina o Estado se materializa anteriormente à consolidação das burguesias nativas, visto que este estabeleceu-se na relação com a economia internacional, no processo de acumulação capitalista, na dominação externa sobre a interna (Bichir, 2018).

Diante da discussão da autonomia relativa do Estado e da discussão de que a burguesia latino-americana tem um caráter débil, fruto da subordinação e atraso no desenvolvimento do capitalismo, para Marini (2018) o Estado dependente se utiliza mais da força. Nas palavras de Bichir (2018, p. 544) a força do Estado se justifica “em razão do processo permanente de superexploração dos trabalhadores que têm lugar no âmbito daquelas economias, o que exige um Estado forte, sobretudo no que se refere à sua capacidade repressiva”.

Posto isso, é preciso compreender como o Estado e suas instituições sociais se estruturam no período atual da acumulação capitalista, particularmente na economia dependente brasileira. Como destaca Motta (2015), na virada para a década de 1970 há um redimensionamento do Sistema de Justiça Criminal enquanto aparato institucional dos processos de criminalização. Compreender esse movimento, seguindo os ensinamentos da economia política da pena, é compreender as relações sociais que redimensionaram essa realidade.

## **Crise estrutural do capital, Estado dependente e violência policial**

A história moderna do capital é envolta de crises sistêmicas e circulares, é verdade. Mas no decorrer da década de 1960 até os dias atuais o que se evidencia é uma crise de outra ordem. Para Mészáros (2011) o que está em jogo é uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, portanto, uma crise estrutural do sistema sociometabólico do capital.

A busca pela autorreprodução do capital, em que o valor de uso das mercadorias está cada vez mais subordinado ao seu valor de troca, desencadeou um processo de depressão contínua com consequências destrutivas à humanidade, com a precarização estrutural do trabalho e a destruição sistemática da natureza. A causa da crise estrutural do capital não é outra senão a substância destrutiva do próprio capital (Mészáros, 2011).

Como resposta autoprodutiva, a “questão social”<sup>5</sup> produzida pela subjugação do trabalho ao capital durante a crise estrutural ganha um intervenção estatal profundamente relacionada ao controle e a neutralização. É claro, como já destacado, a consolidação de

formas econômicas de controle da classe trabalhadora pela subjugação ao trabalho assalariado. Contudo, no momento atual da acumulação capitalista e, particularmente, na realidade dependente brasileira, feições autoritárias de controle extraeconômico são reestruturadas e maximizadas tendo em vista a própria sustentação do sociometabolismo do capital (Motta, 2015).

A guerra que no século XX era uma resposta autoprodutiva do capitalismo para controlar o contingente populacional se atualiza e se complexifica nas políticas de segurança pública armada. Essas se tornam um negócio capitalista que se materializa na militarização da vida pauperizada. Construiu-se, para tanto, um estado de guerra permanente expresso no encarceramento em massa e no extermínio de trabalhadores e trabalhadoras que são a população excedente - incontável pelo trabalho (Netto, 2012).

O Estado, como garantidor político da relação capital trabalho, no atual momento de crise estrutural, em que as contradições desse modo de produção estão cada vez mais explícitas, é cada vez mais solicitado. Como ressalta Paniago (2012, p. 75) essa necessidade “se manifesta através da intervenção legislativa cada vez mais autoritária contra o trabalho e do uso mais frequente das forças repressivas contra os opositores do sistema”. Para isso, o Estado necessita articular sua superestrutura legal e política na garantia da extração de sobretrabalho e controle dos antagonismos estruturais.

Nas palavras de Matsumoto (2015, p. 25):

A massa dos enfeitados e precarizados cresce e políticas de neutralização, controle e até mesmo de extermínio são elaboradas (em complementaridade com as políticas sociais compensatórias) para garantir o fôlego expansionista dentro da derrocada estrutural do desenvolvimento da acumulação capitalista. Esta seletividade do sistema penal e a gestão militarizada da miséria representam, pois, uma modalidade eficiente de controle das classes populares.

Em momentos da queda da taxa de lucro como a vivenciada desde a década de 1960 são produzidas legislações e estruturas regulatórias estritamente necessárias à reprodução do capital em suas unidades produtivas (Mészáros, 2002). Além disso, produzidas também legislações e práticas coercitivas de policiamento da classe trabalhadora organizada e dos contingentes desempregados e subempregados “para proteger interesses corporativos e, se necessário, reprimir

a dissensão” (Harvey, 2011, p. 87). A coerção torna-se assim necessária para a restauração da ordem.

Ao início da crise, sentida mais fortemente nos países dependentes por conta da transferência de valor, conformou-se um processo de contrarrevolução que configurou o Estado de contrainsurgência autoritário nos países da América Latina. Essa forma de Estado constituiu-se com base em três dimensões. A primeira é a doutrina de contrainsurgência como forma de enfrentamento aos movimentos populares e revolucionários, “o que implica ver a luta de classes como guerra” (Marini, 2018, p. 3). A segunda é a transformação estrutural da burguesia nativa pela integração dos sistemas de produção nativos ao sistema imperialista com investimentos externos e controle tecnológico. Isso levou da década de 1960 adiante o fortalecimento da burguesia monopolista e a centralização de capital. Por fim, como terceira dimensão, Marini (2018) aponta o aumento das movimentações de massa nos países latino-americanos, fruto da maximização da superexploração do trabalho decorrente da monopolização do capital e proletarianização da pequena burguesia. Essa última dimensão aponta para a reação violenta da burguesia que desencadeou o processo de contrarrevolução latino-americano.

Marini (2018, p. 5) aponta esse processo como “o recurso pela fração vitoriosa ao terrorismo de Estado para dobrar seus oponentes, desde as frações rivais até, e muito especialmente, a classe operária”. O Estado de contrainsurgência proveniente da contrarrevolução é marcado pelo autoritarismo e hipertrofia do poder executivo em relação ao legislativo e judiciário, particularmente consagrado pela existência de um ramo militar na tomada de decisões e de um ramo econômico destinado ao monopolismo.

Marini (2018) aponta que essa composição específica de Estado se fundou de diferentes formas, via ditaduras como no caso brasileiro, mas também via democracia, como na Venezuela. Contudo, diante do aprofundamento da crise estrutural nas décadas seguintes a contrainsurgência “se revelou incapaz de assegurar as condições de uma dominação política estável” (Marini, 2018, p. 11). Esse processo de reorganização deu sentido à consolidação de democracias governáveis – viáveis e restringidas – no Brasil e outros países periféricos, sem, contudo, romper com o essencial do Estado de contrainsurgência visto que a crise permaneceu.

Exemplo claro da impossibilidade de uma democracia real se deu no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil que, apesar de um projeto progressista, não possibilitou rupturas com o

neoliberalismo, mas a constituição de um segundo momento do neoliberalismo brasileiro. O petismo teve alguns impactos positivos da cidadania pelo consumo, uma forma particular de “combate à pobreza dentro da ordem” (Behring, 2018, p. 55), mas ainda assim houve um maior favorecimento do agronegócio, do capital portador de juros e do capital internacional, bem como no âmbito do sistema de justiça criminal, onde houve um incremento da face penal do Estado (Martins, 2018). As permanências das dimensões do Estado de contrainsurgência estão ainda mais visíveis e fortalecidas com a consolidação do golpe de Estado em 2016, aprofundando uma síntese de contrainsurgência por via da democracia liberal, com feições autoritárias e ultraconservadoras.

No período atual, em que a gestão federal e dos estados mais populosos e violentos do Brasil é feita por políticos de extrema direita conservadora, a administração do capital e da crise tem sido especialmente pela face penal do Estado. No ano de 2019 houve recorde de mortes causadas por policiais no Brasil, chegando ao número de pelo menos 5.804 pessoas mortas. Nos primeiros meses de 2020, em meio a uma crise de saúde que acirra as expressões da crise estrutural, as polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo mataram mais que em anos anteriores desde o início do registro (Acayaba & Arcoverde, 2020; Manso, 2020; Rodrigues, 2020).

Nesse projeto de contrarrevolução permanente as forças armadas e militares têm encabeçado ramos políticos no atual governo, fortalecendo aquilo que Marini (2018) chama de Estado de quarto poder. Isso tem significado, na análise de Leirner (2020), uma intensificação das estratégias militares de controle e ordem, típicas de uma forma específica de guerra interna, em que inimigos internos podem ser combatidos policial e militarmente para a garantia dos padrões de acumulação.

A tendência a saídas violentas e autoritárias, barbarização e a autodestruição são prementes no sociometabolismo do capital, mas, sua fase contemporânea acentuou sua tendência a níveis antes pouco imagináveis. As formas de manejo dessa crise estrutural, contudo, só expõem ainda mais as contradições desse sociometabolismo, desde a crise do Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos até a consolidação e maximização do autoritarismo e da contrainsurgência nos países dependentes (Marini, 2018; Mészáros, 2002).

Nas palavras de Mészáros (2002, p. 682-683):

Sob as condições de uma crise estrutural, ganhos defensivos – normalmente bem acomodados nas

margens do lucro em expansão – não são mais viáveis, e o objetivo da confrontação social se modifica radicalmente para contestar a alternativa hegemônica entre capital e trabalho na qualidade de modos diametralmente opostos de controle da reprodução social. [...] Quanto aos próprios países “subdesenvolvidos”, suas estratégias de “modernização” são anuladas não só pela crônica insuficiência da “acumulação primitiva”, mas também pela condição igualmente grave de serem eles incapazes de escapar da camisa de força da mais-valia absoluta como o poderoso regulador de seu metabolismo socioeconômico. E já que eles não estão em posição de colonizar e saquear, nem de, em seguida, explorar sistematicamente e para sempre os países “avançados”, a persistente inadequação da acumulação de capital, consorciada à preponderância da mais-valia absoluta, constitui um verdadeiro círculo vicioso para o seu desenvolvimento.

## Considerações finais

Relutamos, ao longo deste trabalho, na utilização de termos como Estado Penal, Estado Centauro ou Estado Policial apesar da vasta utilização desses nos estudos críticos sobre o sistema de justiça criminal. Essa é uma escolha necessariamente conceitual a partir do referencial teórico adotado no estudo de nosso objeto. Objetivamos aqui discutir o Estado em seu caráter dialético, como parte do sociometabolismo do capital. Isso significou uma afirmação de que o Estado capitalista tem funções na autorreprodução do capital pela dominação do trabalho. Para isso, é claro, ele se faz de suas instituições sociais, como é o caso da polícia. Mas não é isso que o define.

Como discutido, é o momento da acumulação capitalista que estrutura o modo de funcionamento do Estado e não a classe dominante em si, mesmo que ela se beneficie daquilo que Ianni (2002) chama da parte criativa do capitalismo. A parte destrutiva da divisão social do trabalho está posta aos trabalhadores. Do mesmo modo, a administração da crise sem saídas capitalistas, que pesa sobre os ombros já tão sobrecarregados da classe que vive do trabalho e que, impossibilitada mesmo de trabalhar, é gerida pelas instituições do Estado.

Em um país de economia dependente, marcado pela superexploração da força de trabalho e pela via colonial de inserção no modo de produção capitalista, grande parte da população é superpopulação relativa, cindida pela divisão internacional, territorial e racial do trabalho. Não por coincidência é essa massa de

enfeitados que não escapa da administração autoritária e violenta do Estado.

Vimos ao longo das últimas décadas essa população crescer no subemprego, nos trabalhos informais e nos trabalhos considerados ilícitos. Essa é uma das tantas faces da barbárie desencadeada pela crise estrutural do capital. Apologéticos do capital e outros tantos bem-intencionados encontrariam no desenvolvimentismo de um país estruturalmente dependente como o Brasil a saída para a crise, mas como a história tem mostrado, essa saída não significou nada mais que maquiagem o problema, também de ordem estrutural.

Do mesmo modo, a crítica à violência policial tem se consolidado como a crítica à ausência de técnica, como se o cenário de embrutecimento do controle, da punição e da militarização das favelas e periferias do país, fosse, ao fundo, a ausência do Estado no que seria sua função de controle da força policial. O que está em jogo, com isso, é perder de vista o próprio funcionamento do Estado, especialmente desse Estado dependente brasileiro que não tem alternativas à crise se não controlar as possibilidades de transformação social e descontrole das estruturas de dominação capitalistas.

Defensores de saídas para a violência policial dentro do modo de produção capitalista não só obscurecem a análise como também desorganizam as possibilidades de estratégia e tática para a superação dessa realidade. As mudanças, como bem destacaram Mézáros (2002) e Marini (2000), perpassam, necessariamente, a construção de uma outra forma de sociabilidade em que a mercantilização de todas as esferas da vida não seja mais o objetivo da própria vida. As manifestações que tomaram força em vários países após o assassinato de George Floyd por um policial nos EUA têm mostrado a possibilidade de construção desse novo mundo, cabe agora torná-las permanentes.

## Referências

Acayaba, C., & Arcoverde, L. (2020, 23 de julho). Batalhões da Grande SP matam 60% mais em 2020; na capital aumento de mortes por policiais militares chega a 44%. *G1 São Paulo*. Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/23/batalhoes-da-grande-sp-matam-60percent-mais-em-2020-na-capital-aumento-de-mortes-por-policiais-militares-chega-a-44percent.ghtml>

Behring, E. R. (2018). Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In I. Boschetti, E. R. Behring, & R. L. Lima (Orgs.), *Marxismo, política social e direitos* (pp. 39-72). São Paulo: Cortez.

Bichir, M. M. (2018). Aportes de Ruy Mauro Marini ao debate sobre o Estado nos países dependentes. *Caderno CRH*, 31(84), 535-553. doi: 10.1590/S0103-49792018000300007

Bueno, S., Marques, D., Pacheco, D., & Nascimento, T. (2019). Análise da letalidade policial no Brasil. In Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.), *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (pp. 58-65). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)

Cubas, V., Natal, A., & Branco, F. C. (2015). Violência policial: abordagens da literatura. In B. Kucinski et al. (Orgs.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* (pp. 103-109). São Paulo: Boitempo.

Cunha, E. P. (2016). Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos “aparelhos repressivos” como síntese do Estado capitalista. *Marx e o Marxismo*, 4(7), 200-233. Recuperado de <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/176>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Autor. Recuperado de [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)

Harvey, D. (2011). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.

Ianni, O. (2002). A violência na sociedade contemporânea. *Estudos de Sociologia*, 7(12), 7-30. Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644>

Leirner, P. C. (2020). Hybrid warfare in Brazil: The highest stage of the military insurgency. *Hau Journal of Ethnographic Theory*, 10(1), 41-49. doi: 10.1086/708680

Lima, R. S., Bueno, S., & Mingardi, G. (2016). Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, 12(1), 49-85. doi: 10.1590/2317-6172201603

Manso, B. P. (2020, 16 de abril). Novo recorde de letalidade mostra dificuldades dos estados em controlar suas polícias. *G1 Monitor da Violência*. Recuperado de <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/04/16/novo-recorde-de-letalidade-mostra-dificuldade-dos-estados-em-controlar-suas-policias.ghtml>

Marini, R. M. (1987). *Alianzas y compromisos en la democracia socialista*. Recuperado de [http://www.marini-escritos.unam.mx/286\\_alianzas\\_compromisos.html#\\_edn4](http://www.marini-escritos.unam.mx/286_alianzas_compromisos.html#_edn4)

Marini, R. M. (2000). Dialética da dependência. In E. Sader (Org.), *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini* (pp. 105-165). Petrópolis: Vozes.

Marini, R. M. (2018). O Estado de contrainsurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 12(3), 1-15. doi: 10.21057/repamv12n3.2018.31528

Martins, C. B. (2018). *Distribuir e punir? Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia). Recuperado de <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8995>

Mascaro, A. L. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo.

Matsumoto, A. E. (2015). Crise estrutural do capital e a gestão penal e militarizada da miséria. In G. M. Silva. (Org.), *Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas* (pp. 21-30). Uberlândia: Pueblo.

- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2011). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Motta, F. H. R. (2015). *Quando o crime compensa: relações entre o sistema de justiça criminal e o processo de acumulação do capital na economia dependente brasileira* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba). Recuperado de <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/40643>
- Netto, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, 2(3), 41-50. Recuperado de [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf)
- Netto, J. P. (2012). Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social e Sociedade*, (111), 413-429. doi: 10.1590/S0101-66282012000300002
- Pachukanis, E. B. (2017). *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo.
- Paniago, M. C. S. (2012). *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Rodrigues, M. (2020, 22 de junho). RJ tem maior número de mortes por policiais em 22 anos; e o 2º menor índice de homicídios já registrado pelo ISP. *G1 Rio de Janeiro*. Recuperado de <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghhtml>

<sup>1</sup>Na produção de Ruy Mauro Marini há duas posições assumidas em relação ao Estado. A primeira está baseada na relação entre Estado e poder político, apontando-o como aparelho de dominação burguesa. Já na segunda, mais avançada, o Estado é compreendido como resultado das forças que constituem a sociedade. Optou-se por seguir a sistematização de Bichir (2018) por Marini não ter uma obra que condensa sua compreensão de Estado, ademais dessas duas visões que o circula.

<sup>2</sup>Ideologia, na compreensão do autor, trata-se de um instrumento de exercício de poder político com vistas à encobrir à realidade. Nesse momento Marini trata a ideologia como um dos mecanismos do Estado no exercício de dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora (Bichir, 2018).

<sup>3</sup>Importante salientar que isso não significa um descobrimento da América Latina como os ideólogos burgueses historicizam. A América Latina é pujante de vida e organização social com povos originários não capitalistas muito anteriormente. A colonização das terras dessa parte do mundo não o descobriu, mas o ocupou com o genocídio e dizimação dos povos originários, mais uma face sombria da acumulação primitiva.

<sup>4</sup>Superexploração da força de trabalho é definido por Marini (2000, p. 125) como a consequência do “afã por lucro” dos capitalistas de países dependentes, que invariavelmente transferem riquezas para os países centrais na circulação de mercadorias. O autor identifica três mecanismos de superexploração: “intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.

<sup>5</sup>Conceito que denota a expressão ampliada das desigualdades sociais no seio do capitalismo. O desenvolvimento desse modo de produção que produz, necessariamente, a “questão social” pela apropriação privada dos bens produzidos socialmente. Não é, portanto, um produto colateral do modo de produção vigente, mas condição necessária e indissociável para a constituição do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, somente a supressão da sociedade burguesa trará fim à “questão social” (Netto, 2001).

Gustavo de Aguiar Campos, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Psicólogo Social do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD/UFRN). Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal/RN, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Sala 614. Av. Senador Salgado Filho, 3000 – BR101 km, 92, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP 59.078-970. Telefone: (62) 98155-7884. Email: [gustavodeaguiarcampos@hotmail.com](mailto:gustavodeaguiarcampos@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7378-9845>

Isabel Fernandes de Oliveira, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP), é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: [fernandes.isa@gmail.com](mailto:fernandes.isa@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2153-762x>

Ana Vlândia Holanda Cruz, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Professora no Centro Universitário Fanor Wyden (UNIFANOR WYDEN). Email: [anavladiahc@gmail.com](mailto:anavladiahc@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3201-3194>

Recebido em 25.mai.21  
Revisado em 02.jan.22  
Aceito em 31.jan.22

## Controvérsias sobre ensino remoto em escolas no isolamento social: um estudo dos posicionamentos de entidades brasileiras da educação e psicologia

Celso Francisco Tondin. Universidade Federal de São João del-Rei  
Deborah Rosária Barbosa. Universidade Federal de Minas Gerais  
Elenice Procópio Araújo. Sincroniza Educação  
Marielle Costa Silva. Centro Universitário de Ciências Gerenciais de Manhuaçu  
Stela Maris Bretas Souza. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais  
Deruchette Danire Henriques Magalhães. Faculdade de Medicina de Itajubá  
Aline Campolina Andrade. Universidade Federal de São João del-Rei  
Fernanda de Cássia Oscar Otaciano. Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

### Resumo

Este trabalho objetivou realizar levantamento, em fontes da internet relacionadas à educação e à psicologia, que se referem ao ensino remoto, em escolas, no período entre 11/03 e 11/05/2020, no contexto da pandemia da COVID-19. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental, em que foram analisadas referências de 13 entidades brasileiras. Nestas, foram encontradas 86 produções (75 escritas e 11 audiovisuais) discutidas segundo a análise de conteúdo, a qual produziu sete categorias. Os resultados apontam um movimento para agilizar a efetivação do ensino remoto, fazendo com que as estratégias pedagógicas ficassem à mercê da improvisação, o que pode trazer consequências nefastas para alunos, professores, responsáveis e educação em geral. Percebeu-se a relevância de posicionamentos críticos, comprometidos com uma educação de qualidade para todos, visto que as medidas adotadas podem implicar na (re)produção das desigualdades sociais e invisibilizar as singularidades dos processos de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** psicologia escolar; educação a distância; ensino fundamental e médio; tecnologia da informação; pandemia.

### Abstract

*Controversies about remote learning in schools in social isolation: a study of the stance of Brazilian education and psychology entities.* This work aimed to carry out a survey, based on internet sources related to education and psychology, in regard to distance learning, in schools, in the period between 03/11 and 05/11/2020, in the context of the COVID-19 pandemic. For this purpose, a qualitative, exploratory and documentary research was developed, in which 13 Brazilian entities' references were analyzed. In these, 86 productions were found (75 written and 11 audiovisual) and discussed according to the content analysis, which produced seven categories. The results point to a movement to speed up the implementation of distance learning, making pedagogical strategies at the mercy of improvisation, which can lead to harmful consequences for students, teachers, guardians and education in general. It was noticed the relevance of critical stances, committed to qualified education for all, since the adopted measures can imply the (re)production of social inequalities and make the singularities of teaching-learning processes invisible.

**Keywords:** school psychology; distance learning; elementary and middle school; information technology; pandemic.

### Resumen

*Controversias sobre la educación a distancia en escuelas durante el aislamiento social: un estudio de los posicionamientos de las entidades brasileñas de educación y psicología.* Este trabajo tiene como objetivo realizar un estudio en fuentes de internet, relacionadas a la educación y psicología, que se refieren a la enseñanza a distancia en las escuelas, en el período comprendido entre 11/03 y 11/05/2020, en el contexto de la pandemia COVID-19. Con este fin, se desarrolló una investigación cualitativa, exploratoria y documental, en la que se analizaron referencias de 13 entidades brasileñas. Se encontraron 86 producciones (75 escritas y 11 audiovisuales) discutidas de acuerdo con el "análisis del contenido", el cual produjo siete categorías. Los resultados apuntan a un movimiento para acelerar la implementación de la enseñanza a distancia, creando estrategias pedagógicas a merced de la improvisación, que pueden tener consecuencias perjudiciales para los alumnos, profesores, tutores y para la educación en general. Se percibió la relevancia de las posturas críticas, comprometidas con una educación de calidad, ya que las medidas adoptadas pueden implicar la (re)producción de desigualdades y hacer invisibles las singularidades de los procesos de enseñanza-aprendizaje.

**Palabras clave:** psicología escolar; educación a distancia; educación primaria y secundaria; tecnología de la información; pandemia.



Em 31/12/2019, foi reportado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um surto de pneumonia ainda de causas desconhecidas, em Wuhan, capital da província de Hubei, na China (Zhou et al., 2020). Esse surto foi designado, posteriormente, pela OMS, como COVID-19, ocasionado por um novo agente de coronavírus (SARS-CoV-2) declarando estado de pandemia na sequência.

No Brasil, em 03/02/2020, o Ministério da Saúde (MS) declarou emergência em saúde pública em decorrência da infecção humana por este vírus (Portaria n. 188, 2020), e em 06/02 foram recomendados o isolamento e a quarentena como formas para enfrentar a situação (Lei n. 13.979, 2020). Em 11/03, este ministério orientou a operacionalização dessas medidas (Portaria n. 356, 2020). Na mesma data, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu o seu Comitê Operativo de Emergência (Portaria n. 329, 2020) e em 17/03 editou portaria, que passou por reedições, sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais durante a pandemia (Portaria n. 343, 2020).

Outros documentos emitidos são a Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação (Conselho Nacional de Educação, 2020), de 18/03; a Medida Provisória (MP) n. 934, de 01/04; e o Parecer CNE/CP n. 5, de 28/04. A Nota elucida que fica a critério das redes e instituições de ensino a gestão do calendário e a forma de organização, com a realização de atividades a distância ou a reposição das aulas. A MP adota que as escolas ficam dispensadas da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar. O Parecer, que foi utilizado como referência na implementação do ensino remoto, orienta quanto à reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, com indicações de estratégias pedagógicas no contexto não presencial.

Na prática, trata-se de uma nova organização, que privilegia atividades educativas *on-line*. Este novo elemento na educação, a troca de aulas presenciais por meios digitais, tem sido chamado de EAD, ensino a distância, ensino remoto, ensino mediado ou não por tecnologias de informação e comunicação, atividades remotas, atividades pedagógicas não presenciais. Tais nomenclaturas são utilizadas como sinônimos e, ainda, como referência à EAD sem qualquer distinção; pontuamos, porém, que a EAD é uma modalidade já prevista no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n. 9.394 (1996) - e regulamentada pelo Decreto n. 9.057

(2017). Neste artigo, adotamos o termo ensino remoto por ser o mais corrente e nos parece o que mais corresponde ao ocorrido na realidade em tela.

A utilização de tecnologias da informação e comunicação (TICs), como recurso educativo, não é novidade. Serafim e Sousa (2011) sustentam que o uso de ferramentas tecnológicas estimula o processo ensino-aprendizagem, e vai ao encontro de um mundo em que há internet, tecnologias e mídias sociais. Entretanto, incorporar as TICs no cotidiano escolar não tem sido tarefa fácil devido a dificuldades que envolvem desde a formação docente deficitária até a desigualdade de condições de acesso dos alunos (Imbernón, 2010).

Estudos anteriores abordaram discussões sobre EAD e TICs na educação. O uso destas tecnologias é tratado por Scorsolini-Comin (2014); Pretto (2002) discute a EAD no campo das políticas públicas; e as relações com as TICs são analisadas do ponto de vista de alunos (Costa, Duqueviz, & Pedroza, 2015) e de professores (Lopes & Melo, 2014). Patto (2013) assevera que a EAD como anulação do indivíduo, com barateamento para as empresas educacionais lucrarem com uma formação massificada que pode levar à falência educacional.

Na defesa da educação não presencial existem organizações privadas de educação com interesses mercadológicos para transformá-la em produtos midiáticos e tecnológicos pagos, de baixa qualidade, que enriquecem os donos de grandes conglomerados empresariais. Se a EAD e as TICs, em maior ou menor escala, já estavam presentes nas escolas, a novidade, na pandemia, é a total substituição das aulas presenciais por atividades pedagógicas não presenciais. Diante disso, questionamos a adoção do ensino remoto na educação básica, e se é possível fazer isso de modo a garantir uma educação de qualidade para todos.

Com essa perspectiva, adotamos referenciais da Psicologia Escolar e Educacional (PEE) de perspectiva crítica (Tanamachi & Meira 2003), cujo objeto é a dimensão subjetiva do encontro entre o ser humano e a educação, ocupando-se das dificuldades e potencialidades no/do processo de escolarização. Implica a estrutura educacional e social na produção do fracasso escolar numa visão de transformação da escola e da sociedade. Enfim, sua finalidade é contribuir com o cumprimento da função social da escola, que é a socialização do conhecimento historicamente acumulado, na perspectiva da formação integral dos sujeitos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 188 países

determinaram o fechamento de escolas e universidades, afetando 1,5 bilhão de crianças e jovens, o que corresponde a 89,5% de todos os estudantes no mundo (Tokarnia, 2020). Por conta da pandemia muitos aderiram ao ensino remoto sem qualquer cuidado e crítica. E foi por isso que optamos por realizar o presente estudo, no qual investigamos várias entidades brasileiras, com foco na educação básica, que se referem de modos diversos a essa estratégia escolar emergente.

Entendemos que as entidades da educação e da psicologia são espaços de conjunção de pessoas e representam forças políticas que interagem nos debates contemporâneos, por isso foram eleitas como fontes de investigação. Elas veiculam suas produções na internet, cujo uso foi intensificado na pandemia. Assim, por serem fontes preciosas, estudar os sítios eletrônicos dessas organizações é importante. Isso corrobora com Camboim, Bezerra e, Guimarães (2015), que afirmam que os pesquisadores têm se voltado para pesquisas da área social na internet.

Neste caso, o problema de pesquisa foi: como as entidades da educação e da psicologia brasileiras se posicionam acerca do ensino remoto? Assim, o objetivo geral foi realizar um levantamento (em publicações escritas e audiovisuais) de fontes da internet relacionadas à educação e à psicologia que se referem ao ensino remoto na educação básica, com recorte temporal de 11/03 a 11/05/2020. E objetivos específicos: identificar nas fontes o seu posicionamento político quanto ao ensino remoto, a definição deste tipo de ensino, as propostas, as críticas (positivas e negativas) e indicações para as comunidades escolares.

## Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental. A abordagem qualitativa e estudos exploratórios têm como foco a palavra (escrita ou falada) e possibilitam novas formulações sobre fenômenos pouco estudados. A pesquisa documental, por sua vez, “é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva, Almeida, & Guindani, 2009, p. 5).

O conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos, e engloba audiovisuais, objetos etc. Os documentos selecionados fornecem informações, indicações e revelações de interesse desta pesquisa e cada um deles pode apresentar uma

infinidade de referências sobre as temáticas investigadas (Figueiredo, 2007).

## Construção dos dados

Para realização do estudo, elegemos fontes de entidades brasileiras da educação e da psicologia através de seus endereços virtuais. O principal critério de seleção foi a relevância e protagonismo da entidade; também a diversidade entre elas foi critério, à medida que nos propusemos a conhecer a possível pluralidade de posicionamentos. Desse modo, as entidades/fontes consultadas foram: 1) Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped - <http://www.anped.org.br>); 2) Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp - <https://www.anpepp.org.br>); 3) Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee - <https://abrapee.wordpress.com>); 4) Conselho Federal de Psicologia (CFP - <https://site.cfp.org.br>); 5) Campanha Nacional pelo Direito à Educação (<https://campanha.org.br>); 6) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE - <https://www.cnte.org.br>); 7) União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime - <https://undime.org.br>); 8) Conselho Nacional de Secretários Nacional de Educação (Consed - <http://www.consed.org.br>); 9) Ministério da Educação (MEC - <https://www.gov.br/mec/pt-br>); 10) Conviva Educação (<https://convivaeducacao.org.br>); 11) Todos Pela Educação (<https://www.todospelaeducacao.org.br>); 12) Conselho Nacional de Educação (CNE - <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>); 13) Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE - <http://fnpe.com.br>).

Lemos, na íntegra, as páginas destas 13 entidades e selecionamos publicações segundo os seguintes critérios: 1) recorte temporal: 11/03 a 11/05/2020, que corresponde à data da declaração da pandemia até a data final da construção dos dados; 2) recorte temático: documentos que correspondem às palavras-chave educação a distância, ensino a distância, ensino remoto, educação por meio de TICs, especificamente na educação básica; 3) recorte estrutural: documentos da própria entidade ou por ela assinados e de acesso integral (aberto).

## Corpus documental

Selecionamos 86 produções - 75 escritas (textos) e 11 audiovisuais (*podcasts*, *lives*, *webinários*), seminários em plataformas digitais e discussões temáticas

em diferentes formatos visuais -, assim distribuídos: 18 escritas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 10 escritas do CNTE (escritas); 14 do Todos Pela Educação (nove escritas e cinco audiovisuais); cinco do Conviva Educação (dois escritas e três audiovisuais); nove da Anped (seis escritas e três audiovisuais); uma audiovisual do FNPE; duas escritas do MEC; duas escritas do CNE; 14 escritas da Undime; e 11 escritas do Consed. Destas 86 produções, extraímos 302 referências, que são recortes, organizados por meio de categorias, apresentadas nos resultados.

### **Procedimentos de Análise do Corpus Documental**

May (2004) explica que os documentos necessitam ser interpretados coerentemente, tendo em vista os objetivos e os questionamentos iniciais. Para tal, elegemos o método de análise de conteúdo (Bardin, 1994), que especifica que é preciso realizar uma pré-análise (para exploração do material) e análises posteriores, momento em que se reúnem os resultados utilizando de inferência e interpretação. Assim, aglutinamos os dados, elegendo elementos essenciais que foram organizados em sete categorias. O movimento foi de extração dos sentidos e significados, ocultos ou latentes, que podem ser apreendidos por meio da interpretação das mensagens contidas nos dados.

## **Resultados**

Inicialmente, é relevante descrever qual a nomenclatura utilizada por cada entidade para se referir ao ensino remoto e a posição político-ideológica que adota.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação se posiciona contra as políticas de “educação a distância” na pandemia; para isso, utiliza este termo a fim de criticar essa medida “precipitada e excludente” e reivindica flexibilização do calendário escolar. A CNTE também se posiciona de forma contrária à “educação a distância” ou “atividades pedagógicas não presenciais” por defender que ferem a garantia de direitos fundamentais de estudantes e trabalhadores(as) em educação.

A Anped é contrária ao uso da “educação a distância”, discute as utilizações possíveis do aparato tecnológico na educação, mas denuncia seu aspecto de ilegalidade e inadequação ao ferir o direito à educação de qualidade para todos(as). O FNPE se posiciona contra as “aulas *on-line*” e transversaliza o tema com a defesa das lutas coletivas entre educadores(as) e demais categorias profissionais pela democracia e pelos direitos

e contra um projeto neoliberal de sociedade. O Todos Pela Educação nomeia “ensino remoto” e “ensino a distância”, apresenta posicionamento com foco maior na volta às aulas após o isolamento, e a necessidade do uso do ensino remoto a fim de manter os vínculos e evitar retrocessos.

O Conviva Educação apresenta possibilidades e desafios das “aulas não presenciais”, apontando possibilidades para as escolas na pandemia. A Undime usa os termos “educação a distância”, “ensino a distância” e “ensino não presencial”; preocupa-se com a reorganização do calendário escolar e com a qualidade da educação e a continuidade da oferta da merenda escolar. O Consed refere “ensino a distância”, “educação a distância”, “ensino remoto” e “mediado por TICs” e foca na reorganização do ensino feita por cada estado.

O MEC e o CNE mostram-se favoráveis à substituição de disciplinas presenciais por “aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” ou “atividades pedagógicas não presenciais” e visam amenizar possíveis prejuízos causados pela pandemia.

### **Categoria 1 - Conceituação de Ensino Remoto**

Reúne 23 referências sobre a definição de ensino remoto, constituindo três subcategorias: a) “conceituação de EAD” (para diferenciar do termo ensino remoto), a qual traz que o ensino presencial substituído por meios não presenciais nada mais é do que uma EAD “improvisada”; b) “uso do termo ensino remoto” para caracterizar este período de suspensão das aulas presenciais; c) “uso do termo aulas não presenciais”, adotado para se referir ao tipo de aulas que vêm sendo ministradas.

### **Categoria 2 - Críticas ao Ensino Remoto**

Reúne 88 referências, com dados que apresentam posicionamentos contrários ao ensino remoto, havendo cinco subcategorias: a) “infraestrutura física, instrumental e pessoal”, que engloba aspectos da desigualdade no acesso à tecnologia, processo de escolarização desiguais e especificidades socioeconômicas dos alunos e responsáveis; b) “precarização do trabalho dos educadores”, concernentes aos dados sobre capacitação e saúde mental docente e desigualdade no acesso à tecnologia; c) “direito à educação” com dados relacionados à legislação das atividades não presenciais, englobando o papel e responsabilidade dos gestores e órgãos da educação, autonomia das instituições e possíveis violações de direitos na implementação do ensino remoto; d) “mercantilização da educação”, que trata

sobre privatização e elitização da educação e aspectos de controle, vigilância; e) “potencialidades da educação presencial”, que reúne dados sobre a função social da escola e aspectos do cotidiano escolar que não se manifestam no ensino remoto. A maioria desses posicionamentos críticos vieram, principalmente, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, FNPE, CNTE e Anped, enquanto que as demais entidades pouco se manifestaram criticamente como estas.

### **Categoria 3 - Elogios ao Ensino Remoto**

Reúne 29 referências com indicativos de defesa do ensino remoto, veiculadas de forma mais expressiva pelas entidades: Todos Pela Educação, Conviva Educação, MEC e CNE. Foram quatro subcategorias: a) “importância do ensino remoto”, sustentada pela necessidade de cumprimento do calendário escolar a fim de evitar retrocessos no processo educacional; b) “aspectos que favorecem o ensino remoto”: apoio da gestão às escolas e aos professores, esforço e criatividade dos professores, adaptação de atividades ao meio virtual, integração de diferentes mídias e perspectiva inclusiva; c) “minimização dos impactos da pandemia na educação”, com argumentos a favor da redução/reposição de carga horária após a pandemia, do trabalho de competências mínimas de aprendizagem, reduzindo os prejuízos da ausência das aulas presenciais; além de ponderações para que o ensino remoto não agrave situações de desigualdade; d) “ganhos e potencialidades no uso do ensino remoto”: oportunidade da escola se expressar na internet e exigir políticas de acesso democrático aos equipamentos tecnológicos; pensar a relação tecnologia e educação e incluí-la na agenda educacional; e deixar como legado a tecnologia enquanto complemento e aliada ao ensino presencial.

### **Categoria 4 - Indicações aos Professores**

Reúne 30 referências, divididas em duas subcategorias, que versam sobre tarefas, orientações e responsabilidades, dadas pela maioria das entidades, aos professores: a) “papel dos professores”, em que se destaca a importância de eles estabelecerem uma rotina diária estruturada e estreitem o vínculo com alunos e familiares; que simplifiquem os conteúdos e alinhem expectativas visando o ensino e aprendizagem; que não devem apenas produzir mais materiais, mas fazer uma curadoria de conteúdos já disponíveis na internet e utilizar materiais impressos e programas de televisão ou rádio; é reconhecida, ainda, a necessidade de formação tecnológica dos educadores por iniciativas do MEC e/

ou com parcerias privadas; b) “condições necessárias ao uso das tecnologias digitais”, englobando: habilitação de conectividade e acesso a dispositivos já disponíveis, o que cabe aos gestores; comunicação entre os docentes; ferramentas de acompanhamento dos alunos em suas atividades; reflexão crítica para tomada de decisão coletiva sobre opções mais seguras de acesso digital.

### **Categoria 5 - Indicações aos Alunos e suas Famílias**

Reúne dados, em sua maioria da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Todos Pela Educação e do CNE, sobre tarefas, orientações e responsabilidades dirigidas aos alunos e responsáveis em 30 referências divididas em duas subcategorias: a) “atividades que podem ser realizadas” visando ao fortalecimento da relação família-escola, numa lógica da co-participação, parceria; também para famílias sem acesso à tecnologia é importante que estimulem o desenvolvimento dos filhos; abordam, ainda, a temática da “educação domiciliar”, não no sentido do *homeschooling*, porque há a mediação das escolas feita no espaço de casa por conta da pandemia; b) “recursos que podem ser utilizados” em casa, de acordo com a idade dos estudantes e relacionados à aprendizagem e habilidades apresentadas no currículo, bem como atividades lúdicas e guias de orientação aos pais.

### **Categoria 6 - Reivindicações em Torno do Ensino Remoto**

Reúne 34 referências divididas em duas subcategorias: a) “melhorias para garantir o ensino remoto”, na qual os dados se posicionam em dois grupos: reivindicações de melhoria que correspondem à ideia de que este ensino não deve contar oficialmente, mas sim estender o ano letivo para 2021, a favor de uma educação de acesso igualitário (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CNTE, FNPE, Anped); e reivindicações de melhoria que defendem a substituição dos dias letivos pelo ensino remoto com ações que diminuem as “condições heterogêneas” de acesso (CNE, Todos pela Educação, Conviva Educação). Também discute-se: b) “ações para além do ensino remoto”: compartilhamento de informações e orientações sobre a pandemia; garantia da alimentação dos estudantes; defesa e elaboração de políticas antidiscriminatórias; escuta de profissionais, famílias e estudantes; soluções emergenciais e locais mais participativas e democráticas; revisão da estrutura e conteúdo do currículo; rediscussão de políticas educacionais contra processos de privatização; afirmação do papel do professor; retomada dos Planos

de Educação, contra a Emenda Constitucional nº 95 e pelo novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica dos Profissionais da Educação (Fundeb) e valorização da ciência; e que o calendário e reposição de aulas devem ser postos em perspectiva, especialmente porque “tentam empurrar o EAD com interesses privatistas”.

### **Categoria 7 - Implicações na Estrutura e Funcionamento das Escolas a Partir do Ensino Remoto**

Reúne 68 referências relativas aos impactos que o ensino remoto tem provocado tanto na estrutura e funcionamento da escola durante a pandemia, quanto o que se projeta para depois. Estão agrupadas em seis subcategorias. A subcategoria a) “reorganização e flexibilização do calendário escolar e de currículos” aborda, como estratégias possíveis, a flexibilização dos processos e do ano letivo, destacando o cuidado que deve se ter para garantir a preservação do padrão de qualidade da educação e a continuidade do investimento na merenda escolar. Planejamento esse, com autonomia das redes e instituições de educação. A subcategoria b) “medidas de mitigação dos impactos” trata sobre minimização dos impactos adversos da pandemia; a subcategoria c) “avaliação das competências” engloba a necessidade de verificar como se produziram os diferentes processos de aprendizagem durante a pandemia. A subcategoria d) “saúde mental” contempla a necessidade do acolhimento emocional e do cuidado com a saúde mental de professores e alunos. A subcategoria e) “lacunas e desigualdades” refere-se às dificuldades sociais que serão criadas e/ou reforçadas a partir deste período, ocasionando uma maior heterogeneidade das salas de aula. A subcategoria f) “pós-pandemia e futuro” reflete sobre como o ensino remoto pode reforçar a exclusão da população em situação de vulnerabilidade social e sobre a segurança sanitária das escolas no retorno às aulas presenciais.

## **Discussão**

A partir da perspectiva crítica em psicologia, Sass (2000) aponta a necessidade desta ciência se manifestar contrária à massificação do conhecimento, visto que está a serviço de pensar a sociedade e suas contradições, afirmando-se comprometida com a transformação, a democracia e a educação para todos; sendo que em outros momentos de sua história, atendeu a interesses classistas, neutros e reacionários. Ele aponta a necessidade do enfrentamento dos problemas da

educação se pautar na ciência, de forma que ela ultrapasse a mera reprodução da sociedade e se constitua na perspectiva da transformação social. Assim, a psicologia opõe-se à “neutralidade” e toma um posicionamento político no contexto pandêmico ao defender a ciência e lutar a favor da democratização do conhecimento. Com isso, propomos uma discussão de um ponto de vista crítico, operando, ao mesmo tempo, a interface psicologia e educação nessa perspectiva ético-política transformadora e a visibilização das disputas políticas expostas pelo *corpus* da pesquisa. Seus resultados denotam contradições, tensões e disputas entre as entidades, que colocam em questão a função da escola enquanto socializadora do conhecimento historicamente acumulado (Tanamachi & Meira, 2003).

Evidenciamos tais disputas a partir dos posicionamentos das entidades divergentes entre si. O CNE e o MEC são inequivocamente favoráveis ao ensino remoto, pelo fato de ele minimizar prejuízos da pandemia. Diante da coordenação quase omissa destes entes federais, os gestores municipais (Undime) e estaduais (Consed) se ocupam, cada qual a sua maneira, com questões objetivas, como a reorganização das redes de ensino, calendário escolar e oferta da merenda escolar (esta num contexto de aumento do desemprego, da fome e da miséria).

As entidades da sociedade civil, mantidas com recursos privados, preocupam-se com a medida adotada, mas não se opõem a ela: o Todos Pela Educação entende que ela é necessária para manter vínculos e evitar retrocessos na aprendizagem, e se preocupa com o retorno presencial; o Conviva Educação pontua possibilidades e desafios da medida. Por sua vez, as entidades da sociedade civil de caráter sindical e acadêmico são frontalmente contra a estratégia: a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por ser precipitada e excludente; a CNTE, por ferir direitos de estudantes e trabalhadores(as) em educação; a Anped, pelo uso do aparato tecnológico de forma ilegal e inadequada ao ferir o direito à educação de qualidade para todos(as); e o FNPE pauta as lutas por direitos e democracia e contra o neoliberalismo.

Com base na perspectiva crítica em PEE, que defende o direito à educação e participa do combate às desigualdades, questionamos a serviço de que esses posicionamentos políticos atuam, se para a emancipação humana ou atrelado a interesses capitalistas na educação. Os postulados das entidades do governo federal (CNE e MEC) são no sentido de simplesmente por em

ação o ensino remoto, restando aos gestores (Undime e Consed) preocupações quanto à sua operacionalização, que se deu em condições inéditas e adversas, em realidades diversas e em bases materiais e humanas desiguais. As entidades civis, de cunho neoliberal, sinalizam problemas, mas coadunam com os entes governamentais, defendendo inclusive que as práticas pedagógicas estejam cada vez mais atreladas aos recursos tecnológicos digitais, durante e após o ensino remoto e a pandemia. As entidades civis populares denunciam que o direito universal à educação não está garantido no ensino remoto, e mais grave ainda, que o MEC se omite deliberadamente da responsabilidade de ordenar a educação nacional na pandemia, o que só faz asseverar as desigualdades escolares pré-existentes; além de que coloca a escola ainda mais a serviço dos interesses de mercado à medida que permite aos conglomerados empresariais incidirem, como nunca, sobre as práticas pedagógicas.

No entendimento dessa PEE e da educação de vertente emancipatória, o processo de ensino-aprendizagem deve abarcar o sujeito em sua integralidade, conferindo-lhe autonomia e possibilitando o seu processo de humanização (Tanamachi & Meira, 2003). O educador é figura central que oportuniza a vivência de relações interpessoais (Facci, 2004); condições inviabilizadas ou ao menos muito prejudicadas pelo ensino remoto à medida que, como presente na categoria 2 (que reuniu críticas a este ensino), empobrece a compreensão sobre a educação, estimula a produção de conteúdos massificados “a toque de caixa” para responder a demandas, e não se considera as desigualdades das condições das diversas realidades do país.

Podemos afirmar que o ensino remoto não é capaz de abranger as especificidades do ensino presencial, pois não contempla todos os alunos e as necessidades cognitivas, afetivas e sociais deles. Exclui sobremaneira, os mais desfavorecidos e obstaculiza que as singularidades e diferenças apareçam no processo de ensino-aprendizagem, já que se torna ainda mais difícil para o professor, pela tela do computador, acompanhar as interações dos alunos com o saber, como apresentado na categoria 2, que engloba críticas feitas pela Anped, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CNTE e FNPE. Esses posicionamentos corroboram com Arroyo (2011) quando este discute a produção dos diferentes em desiguais, que sequer podem ser “incluídos” porque “inexistem” e, se existem, são definidos como “problema” a ser resolvido.

Oliveira (2020) explicita que, ao mesmo tempo em que legislações garantem a oferta da merenda escolar no isolamento (aspecto ressaltado pela Undime), o MEC exige que professores e alunos disponham de equipamentos tecnológicos para o ensino remoto, um fato que denuncia as inconsistências deste ensino enquanto direito. A categoria 4, indicações aos professores, a 5, indicações aos alunos e suas famílias, e a 6, reivindicações em torno do ensino remoto, tematizam exigências (atualizadas e novas) que recaem sobre os protagonistas da educação e impactam a relação ensino-aprendizagem. Assim, verificamos que muitas defesas a esta estratégia de ensino estão vinculadas ao interesse mercadológico e à manutenção da exclusão social, mesmo quando falam em igualdade. Portanto, este ensino trata-se de uma falácia, porque o discurso de sua defesa não vem acompanhado de adequadas condições de ensino e de vida em geral; como as entidades que o criticam o fazem nos resultados agrupados na categoria 2, trazendo dados da exclusão das minorias sociais, perdas de conteúdos importantes e preocupação com os educadores. Nesse mesmo raciocínio, Patto (2013) possibilita pensar que este ensino, com a demanda de produção de conteúdos midiáticos pelos docentes, mencionados na categoria 4, indicações aos professores, pode se tornar um filão comercial que contribuirá para o sucateamento da educação.

Quando interesses capitalistas se impõem sobre o funcionamento escolar, a produção massificada de conteúdos curriculares afasta a possibilidade da gestão democrática e de existência de condições pedagógicas condizentes com a função social emancipatória da escola (aquí defendida), o que já foi denunciado em *Pedagogia do oprimido* (Freire, 1983). Nessa direção, verificamos que as imprecisões conceituais (ensino domiciliar, EAD etc.) apontadas na categoria 1 e no estudo de Veloso e Mill (2022) fazem parte e são coerentes com o atual cenário político de retrocessos, posto que, ao não delinear o que é o ensino remoto, reitera a marcada desarticulação governamental (intencional) acerca das estratégias de enfrentamento à pandemia por todas as políticas públicas: saúde, assistência social, educação, cultura etc.

Pressões e incentivos à ampliação da EAD são feitos desde o governo Temer e se intensificaram na ascensão do chamado “bolsonarismo”, assim como a defesa do ensino privado, como anteviu o plano do atual governo e expressaram os seus ministros da educação. Não é por acaso que o ensino remoto - que se

aproxima da modalidade de EAD ao fazer uso de TICs e, no seu caso, ser totalmente não presencial - é defendido pelo Todos Pela Educação, CNE, MEC, Undime, Consed e Conviva Educação, cujas opiniões, mesmo quando tangenciadas pelas fragilidades deste ensino, não abalam a postura favorável à privatização da educação. Tal defesa relega os debates sobre desigualdade, sucateamento, privatização da educação e esvaziamento do papel da escola nesse contexto de ataques à educação, como explicitam a CNTE, FNPE, Anped e Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Segundo Siqueira (2013), é preciso discutir também acerca da falta de familiaridade dos profissionais da educação com as TICs, visto que fizeram parte da formação de muitos, e na educação brasileira são alocados poucos recursos públicos para sua materialização, o que contribui para precarização da profissão docente, fato anterior à pandemia; e para o professor conseguir sobreviver na atualidade, em um contexto fragmentado, assimétrico, digital e desterritorializado, é necessário desenvolver habilidades ligadas às TICs. Então, torna-se essencial que estejam sintonizados com o contexto histórico de intenso uso delas pela sociedade. No entanto, na educação pública, isso está distante da realidade, devido à subutilização ou ausência de instrumentos tecnológicos à disposição nas escolas e à falta de capacitação dos profissionais. As temáticas (das categorias 2, críticas, 4, indicações aos professores, e 6, reivindicações em torno do ensino remoto) remetem à tensão entre a formação docente e as exigências e indicações dirigidas à atuação desses profissionais, muitas vezes sem essa contextualização crítica.

Destacamos que mesmo que a atual geração tenha nascido no universo das TICs, essa não é uma condição *sine qua non* para o acesso seguro e crítico a esses dispositivos, o que reforça a necessidade de mediação docente nos processos de ensino-aprendizagem (Vigotski, 2003). Esta mediação não diz respeito somente aos conhecimentos técnicos de informática, mas à forma como tais tecnologias são utilizadas para uma aprendizagem significativa e lúdica, conforme exposto nas categorias 4 e 5 (indicações aos professores, alunos e suas famílias), 6 (reivindicações em torno do ensino remoto) e 7 (implicações do ensino remoto) e corroborado por Siqueira (2013), que englobam a função mediadora ou ausência dela no ensino remoto. Um olhar crítico para as indicações e reivindicações se faz necessário, uma vez que podem tanto remeter a possibilidades diversas de mediações, singularizando o

processo de ensino-aprendizagem, quanto normatizá-lo e padronizá-lo.

Apontamos para a possibilidade do consumo de conteúdos educacionais ser substituído pela construção coletiva de produções que digam sobre a realidade do cotidiano escolar, de forma a enunciar o papel do professor enquanto sujeito, mediador da relação ensino-aprendizagem. Anped, CNTE, FNPE, Todos Pela Educação e Undime referem preocupação com a realidade escolar e a mediação dos(as) professores(as). Entretanto, o enaltecimento da produtividade e incentivos à “reinvenção” e “criatividade” do docente, como afirmado pelo Todos Pela Educação e pela Undime, escamoteiam a precarização do seu trabalho (Lapa & Pretto, 2010). Anped, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CNTE e FNPE argumentam acerca das precarizações nessa estrutura de ensino e aprendizagem condizentes com um projeto neoliberal de sociedade e educação, como tematizado, sobretudo na categoria 2, quando elenca a mercantilização da educação. Tem-se um acúmulo e uma sobrecarga do trabalho docente, e individualização da sua atuação, reduzida à mera prestação de um serviço a sujeitos também individualizados e uniformizados, como afirmam essas entidades. Nas categorias 4 e 5, que tratam das indicações a professores(as), alunos(as) e familiares, notamos uma aproximação ou distanciamento a essas discussões, ao proporem ora uma produção de conteúdos desarticulada da realidade social das famílias e dos professores, ora a problematização do uso excessivo das tecnologias e da ausência de recursos.

Sabe-se da importância das interações sociais, afetividade e contato humano para o desenvolvimento e aprendizagem. É preocupante a longa exposição aos meios digitais, o isolamento social (mesmo que necessário), além da má qualidade dos conteúdos e relações fragilizadas, como descrito na categoria 2 (críticas ao ensino remoto), sobretudo a partir dos posicionamentos da Anped, CNTE e FNPE e Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A escola tem seu valor por proporcionar convívio social e assim contribuir para o processo de humanização e ensino não apenas do ponto de vista cognitivo, mas também das vivências afetivo-relacionais para um desenvolvimento integral do indivíduo (Tanamachi & Meira, 2003), temática que figura nesta mesma categoria (2), quando especifica o “direito à educação”, na qual é possível pensar o papel da educação na construção da subjetividade.

Krawczyk e Zan (2021) chamam atenção para os modos como os afetos e as emoções são abordados na/

pela escola, problematizando a ênfase às habilidades socioemocionais na Base Nacional Comum Curricular, e sua apropriação por discursos de fundações empresariais, economistas e organismos internacionais. Uma formação de indivíduos com performance desejada pelo capital tem no Todos Pela Educação, sustentado pelo setor privado, um aliado. Este enfatiza a importância das aulas remotas, no momento crítico da pandemia, como modo de preservação dos vínculos afetivos e cognitivos, de maneira a evitar retrocessos no desenvolvimento e aprendizagem, como aparece na categoria 3 (elogios ao ensino remoto).

Ações no sentido de maior articulação entre todos os atores da educação e as redes, compostas por equipamentos de proteção social, entre eles o escolar, são necessárias para evitar o que Patto (2000) identifica como produção do fracasso escolar. Citando Bourdieu, ela afirma que a escola massificada é habitada por excluídos potenciais e reproduz preconceitos raciais e sociais, más condições de trabalho para os docentes e promessas não cumpridas de melhoria das condições de vida mediante a escolarização. As críticas (categoria 2) colocam em questão a implementação sem reflexão do ensino remoto, que acaba por corroborar com o adoecimento dos educadores e educandos, precarização da escola e exclusão das diferenças.

Por outro lado, a partir da categoria 3 (elogios ao ensino remoto) é possível questionar se os discursos que anunciam possíveis ganhos obtidos com este ensino não desconsideram o cotidiano escolar e servem à produção de desigualdades. Podemos dizer que se trata de “uma pedagogia que desrespeita as diferenças individuais porque deseja a homogeneização e submetimento, a qualquer preço, de educadores e educandos” (Patto, 2005, p. 152-153). Se transversalizarmos os elogios às críticas (categoria 2), notaremos que o modo aligeirado e descompromissado como o MEC, CNE e instituições educacionais em geral implementaram ações educativas na pandemia, desconsidera aqueles que têm pouco ou nenhum acesso às tecnologias, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, periféricos, pessoas com diferença funcional, e nas modalidades de educação de jovens e adultos e especial.

Esse processo parece se intensificar porque docentes, estudantes e suas comunidades podem, novamente, ser culpabilizados pelo fracasso escolar. Isso porque o ensino remoto impôs uma autonomia indefinida ou improvisada de todos estes atores, que têm sido sobrecarregados pelos cuidados despendidos com a pandemia e a educação. Anped, CNTE e Campanha

Nacional pelo Direito à Educação, como expresso nas categorias 4 (indicação aos professores) e 5 (indicações aos alunos e suas famílias), aludem a essa dinâmica.

Podemos dizer, parafraseando Patto (2000), que pode estar ocorrendo agora uma nova “onda” de exclusão no sistema educacional, com uma nova modalidade de fracasso escolar, agora constituída por excluídos digitais: pobres, indígenas, negros, pessoas da periferia, do campo, em suma, as minorias historicamente alijadas dos direitos sociais. Oliveira (2020) alerta sobre o risco de que ações adotadas no ensino remoto se tornem permanentes e alvo de manipulação, como a redução do número de docentes e a desvalorização das disciplinas da área de humanas, limitando as possibilidades de uma educação que seja pública, universal, gratuita e de qualidade. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, na categoria 1 (conceituação do ensino remoto), tece considerações a esse respeito, argumentando sobre o uso dessa nova nomenclatura como forma de mascarar seu uso indiscriminado e os riscos de arrastá-lo para além do contexto pandêmico. Essas reflexões atravessam o funcionamento das escolas, além de impulsionar discussões acerca do pós-pandemia, conforme ilustrado pela categoria 7 (implicações na estrutura e funcionamento das escolas a partir deste ensino).

É necessário reconhecer que as possíveis queixas escolares produzidas durante este período de isolamento devem ser concebidas como produto dessa realidade e não como produção individual dos alunos, de suas famílias ou mesmo dos professores, o que significaria a culpabilização individual pelo fracasso escolar (Tanamachi & Meira, 2003). As entidades se empenham em definir papéis para professores, alunos e famílias nesse contexto (categorias 4 e 5, indicações aos professores, alunos e famílias). Porém, são definições desarticuladas das noções de interação e participação social, que ignoram outras possibilidades de resposta da educação acerca da pandemia.

A atuação dos atores da educação no sentido de luta coletiva pelo direito à educação exige pensar as disputas políticas que atravessam as questões da pandemia, o que envolve enunciar a escola como espaço de crítica. Para tal, a PEE aqui discutida se movimenta, contribuindo para discussões acerca deste contexto tão específico e crucial da educação brasileira, privilegiando trazer ao debate questões vivenciadas por estes atores, que são geralmente negligenciadas pelos gestores das redes e sistemas escolares.



## Considerações finais

É um desafio produzir pesquisas acerca de um fenômeno emergente, como foi e é a pandemia. A fluidez ímpar das informações divulgadas e veiculadas pelas entidades e a substituição repentina da educação presencial pelo ensino remoto requer cuidado na compreensão das discussões aqui empreendidas. É necessário pensar as circunstâncias e movimentações no fenômeno do fracasso escolar, que atinge minorias sociais e segmentos vulnerabilizados economicamente, em um cenário pré e pós-pandemia, atentando para o fato de que as relações entre os personagens escolares estão se modificando.

Este estudo foi realizado no início da pandemia e encontra reverberações nos dias atuais, sendo necessária a continuidade dos estudos, pois os efeitos desse contexto não cessaram. Quais serão as consequências para a estrutura e funcionamento do sistema escolar nacional? Quais os efeitos sobre o processo ensino-aprendizagem, sobre os papéis de professores, estudantes e seus familiares? Como as políticas educacionais responderão aos desafios do recrudescimento das desigualdades educacionais processado neste momento?

Tais questões exigem novos estudos que abordem os desdobramentos acerca do uso de TICs na educação tendo em vista que essa relação possui implicações também no período pós-pandemia e na estruturação da produção de conhecimento. Ademais, tais implicações diferem em cada território, assim como as respostas empreendidas pelos governos ao período pandêmico. Este estudo se refere ao contexto brasileiro - com o panorama de entidades nacionais que abordam o tema - o que possui especificidades socioculturais e políticas, mas não significa que esteja desarticulado da conjuntura global em que se estruturaram - e se estruturam - posicionamentos sobre a relação educação e pandemia.

A PEE de perspectiva crítica, ao pensar o encontro entre a subjetividade e a educação, oferece ferramentas para a luta contra a produção do fracasso escolar e a defesa de uma educação inclusiva. Nesse sentido, compreendemos que o ensino remoto desconsidera as condições sociais e culturais das comunidades escolares. Isso aumenta o abismo entre as classes econômicas privilegiando aqueles que, necessitando, podem permanecer em isolamento social e têm acesso *on-line*, bem como os grandes conglomerados empresariais da educação e as escolas particulares, alijando as classes menos favorecidas.

Chama a atenção o fato de a psicologia ficar alheia às discussões no campo da educação, ao menos no período desta pesquisa. As entidades se referem ao saber *psi* apenas quando mencionam as habilidades socioemocionais e a afetividade na relação professor-aluno. Infelizmente, compreensões com base numa psicologia idealista e subjetivista, hegemônica por muito tempo na relação psicologia e educação, ainda são acionadas e demandadas pelas escolas, e oferecidas por nossa área, com o objetivo de melhoria das habilidades sociais de alunos, num reducionismo evidente do que a psicologia tem a contribuir. Corroboramos com Martin-Baró (2017) que o psicólogo deve assumir a perspectiva revolucionária de colocar tal ciência a serviço das minorias sociais desfavorecidas, da emancipação e libertação humana.

Este estudo finaliza demarcando que não se tem resposta a todos os questionamentos aqui pontuados; porém, sabe-se que foi na esteira de ações capitalistas, massificadas, feitas com ligeireza e com interesses mercadológicos, acima dos humanos, que cresceu o fracasso escolar, vitimizou-se as minorias, tornou-se as escolas ainda mais precarizadas e adoeceu-se docentes, estudantes e famílias. É preciso alertar que toda essa rapidez e interesses capitalistas trarão consequências na produção de mais exclusão social, fracasso escolar e queixas, que recaem sempre nas polarizações criança, famílias, escolas pobres. Teremos de volta teorizações errôneas como as de “criança problema”, “família desestruturada” e “docentes mal preparados”? Concluimos dizendo que esperamos que não. Seguiremos denunciando e não terá nenhum passo atrás. Vamos lutar, juntos, para que isso não venha a ocorrer.

## Referências

- Arroyo, M. G. (2011). Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1075-1432. doi: 10.1590/S0101-73302010000400017
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Camboim, L. G., Bezerra, E. P., & Guimarães, I. J. B. (2015). Pesquisando na internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações de mestrado do PPGCI-UFPB. *Biblionline*, 11(2), 123-34. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/25380>
- Conselho Nacional de Educação. (2020). *Nota de Esclarecimento CNE*. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148371-nota-de-esclarecimento-ces-covid-19/file#:~:text=Considerando%20as%20dificuldades%20enfrentadas%20pelas,Pleno%20em%2028%20de%20abril>
- Costa, S. R. S., Duqueviz, B. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(3), 603-610.

- Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00603.pdf>
- Decreto n. 9.057. (2017, 25 de maio). Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República.
- Facci, M. G. D. (2004). *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana*. Campinas: Autores Associados.
- Figueiredo, N. M. A. (2007). *Método e metodologia na pesquisa científica* (2ª ed.). São Caetano do Sul: Yendis.
- Freire, P. (1983). *Pedagogia do oprimido* (13ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Imbernon, F. (2010). *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Krawczyk, N., & Zan, D. (2021, 11 de agosto). Os professores gritam socorro e o governo resiliência. *Universidade à esquerda*. Recuperado de <https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/os-professores-gritam-socorro-e-o-governo-resiliencia/>
- Lapa, A., & Pretto, N. D. L. (2010). Educação a distância e precarização do trabalho docente. *Em Aberto*, 23(84), 79-97. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5569/1/1792-7441-1-PB.pdf>
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (2020, 6 de fevereiro). Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lopes, P. M. A., & Melo, M. F. A. Q. (2014). O uso das tecnologias digitais em educação: seguindo um fenômeno em construção. *Psicologia da Educação*, 38, 49-61. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752014000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000100005)
- Martin-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes.
- May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processo*. Porto Alegre, Artmed.
- Medida Provisória n. 934 (2020, 1º de abril). Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Presidência da República.
- Oliveira, F. L. (2020). Educação transformada em EAD durante a pandemia: quem e o que está por trás dessa ação? In C. A. Brandão & R. D. S. Santos (Orgs.), *Pandemias e pandemônio no Brasil* (pp. 247-260). São Paulo: Tirant lo Blanch.
- Parecer CNE/CP n. 5. (2020, 28 de abril). Dispõe as orientações com vistas a Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Patto, M. H. S. (2000). A miséria do mundo no terceiro mundo. In M. H. S. Patto (Org.), *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política* (pp. 187-222). São Paulo: EDUSP.
- Patto, M. H. S. (2005). O mal-estar na educação. In M. H. S. Patto (Org.), *Exercícios de indignação: escritos de Educação e Psicologia* (pp. 141-154). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Patto, M. H. S. (2013). O ensino a distância e a falência da educação. *Educação e Pesquisa*, 39(2), 303-318. doi: 10.1590/S1517-97022013000200002
- Portaria n. 188. (2020, 3 de fevereiro). Declara emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana (ESPIN) pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Portaria n. 329. (2020, 11 de março). Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Portaria n. 343. (2020, 17 de março). Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Portaria n. 356. (2020, 11 de março). Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Pretto, N. D. L. (2002). Formação de professores exige rede! *Revista Brasileira de Educação*, 20, 121-131. doi: 10.1590/S1413-24782002000200010
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/0>
- Sass, O. (2000). Educação e Psicologia Social: uma perspectiva crítica. *São Paulo em Perspectiva*, 14(2), 57-64. doi: 10.1590/S0102-88392000000200009
- Scorsolini-Comin, F. (2014). Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 447-455. doi: 10.1590/2175-3539/2014/0183766
- Serafim, M. L., & Souza, R. P. (2011). *Multimídia na educação: o vídeo digital integrado ao contexto escolar*. Campina Grande: EDUEPB.
- Siqueira, J. C. (2013). O uso das TIC's na formação de professores. *Interdisciplinar*, 19(2), 203-215. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1649>
- Tanamachi, E. R., & Meira, M. E. M. (2003). A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia escolar: práticas críticas* (pp. 11-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tokarnia, M. (2020, 9 de abril). Conselho Nacional de Educação prepara documentos para orientar escolas. *Agência Brasil*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/conselho-nacional-de-educacao-prepara-documentos-para-orientar-escolas>
- Veloso, B., & Mill, D. (2022). *Educação a distância e ensino remoto: oposição pelo vértice*. Manuscrito submetido para publicação. doi: 10.1590/SciELOPreprints.3506
- Vigotski, L. S. (2003). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (J. Cipolla Netto, L. S. M. Barreto & S. C. Afeche, Trans.). São Paulo: Martins Fontes.
- Zhou, F., Yu, T., Du, R., Fan, G., Liu, Y., Liu, Z., ... Cao, B. (2020). Clinical course and risk factors for mortality of adult inpatients with COVI-19 in Wuhan, China: A retrospective cohort study. *Lancet*, 395, 1054-1062. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30566-3

*Celso Francisco Tondin*, Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), é professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Endereço para correspondência: Praça Dom Helvécio, 74 – Bairro Fábricas – São João del-Rei/MG – CEP: 36.301-160. Email: celsotondin@ufs.edu.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4588-0553>

*Deborah Rosária Barbosa*, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP), é professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: [deborah-barbosa@ufmg.br](mailto:deborah-barbosa@ufmg.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1124-2086>

*Elenice Procópio Araújo*, Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), é Formadora na Sincroniza Educação. Email: [elenicep.araujo@hotmail.com](mailto:elenicep.araujo@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9879-0693>

*Marielle Costa Silva*, Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), é professora no Centro Universitário de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (UNIFACIG). Email: [psimarielle@gmail.com](mailto:psimarielle@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8163-6016>

*Stela Maris Bretas Souza*, Mestra em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), é Professora no Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileste). Email: [stela.maris.bretas@gmail.com](mailto:stela.maris.bretas@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0882-252X>

*Deruchette Danire Henriques Magalhães*, Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), é Coordenadora psicopedagógica da Faculdade de Medicina de Itajubá (FMIT). Email: [deruchettedhm3@gmail.com](mailto:deruchettedhm3@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8987-0242>

*Aline Campolina Andrade*, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Email: [aline.linecampolina@hotmail.com](mailto:aline.linecampolina@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9772-0287>

*Fernanda de Cássia Oscar Otaciano*, Especialista em Didática e Trabalho Docente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG - Campus São João del-Rei), é professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Email: [fernanda.oscar2@gmail.com](mailto:fernanda.oscar2@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3137-5281>

Recebido em 31.mai.20  
Revisado em 02.jan.22  
Aceito em 31.jan.22

# Territorialidade e medo do crime: questões conceituais e desafios metodológicos na prevenção criminal

Isângelo Senna. Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal  
Fabio Iglesias. Universidade de Brasília  
Lucas Heiki Matsunaga.  
Caroline Cardoso Machado. Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos de Brasília

## Resumo

Embora bastante utilizado nos estudos pessoa-ambiente, o termo territorialidade se apresenta de maneira difusa e imprecisa na literatura, o que prejudica não somente sua operacionalização prática quanto o avanço teórico da área. O presente artigo refina e delimita o conceito de territorialidade à luz da prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED), considerando seu impacto no medo do crime. A partir de aportes da psicologia e da criminologia ambiental, destacadamente, a territorialidade é analisada por contraste e assimilação de termos que lhe são correlatos e frequentemente sobrepostos, ameaçando sua consistência conceitual. Questões metodológicas envolvendo a medida da territorialidade são desenvolvidas de maneira articulada a esses problemas, sobretudo em face dos desafios da prevenção criminal. Por fim, examina-se sua aplicabilidade na mitigação de desordens ambientais e sociais que funcionam como fatores geradores de crime e de medo do crime.

**Palavras-chave:** territorialidade; medo do crime; CPTED; espaços urbanos; segurança pública.

## Abstract

*Territoriality and fear of crime: conceptual issues and methodological challenges in crime prevention.* Although often used in person-environment studies, territoriality appears in the literature as a diffuse and inaccurate term, which impairs not only its practical operationalizations but also the theoretical advances in the area. In this article the concept of territoriality is refined and delimited in the light of criminal prevention through environmental design (CPTED), considering its impact on fear of crime. Based on contributions from psychology and environmental criminology, prominently, territoriality is analyzed through contrast and assimilation of correlated terms that are frequently overlaid, threatening its conceptual consistency. Methodological issues involving the measure of territoriality are developed in an articulated way, especially in the face of crime prevention challenges. Lastly, it was examined the applicability to mitigating environmental and social disorders acting as factors that generate crime and fear of crime.

**Keywords:** territoriality; fear of crime; CPTED; urban spaces; public safety.

## Resumen

*Territorialidad y miedo al crimen: cuestiones conceptuales y desafíos metodológicos en la prevención criminal.* Aunque ampliamente utilizado en estudios persona-ambiente, el término territorialidad se presenta de manera difusa e imprecisa en la literatura, lo que perjudica no solo su operacionalización práctica sino también los avances teóricos en el área. En este artículo se refina y delimita el concepto de territorialidad a la luz de la prevención criminal a través del diseño ambiental (CPTED), considerando su impacto en el miedo al crimen. A partir de aportes de la psicología y de la criminología ambiental, de manera destacada, se analiza la territorialidad a través del contraste y asimilación de términos correlacionados que frecuentemente se superponen, amenazando su consistencia conceptual. Las cuestiones metodológicas que giran en torno a la medida de territorialidad también se desarrollan de manera entrelazada, especialmente frente a los desafíos de la prevención criminal. Por último, se examina su aplicabilidad para mitigar los trastornos ambientales y sociales que actúan como factores generadores de delincuencia y miedo al crimen.

**Palabras clave:** territorialidad; miedo al crimen; CPTED; espacios urbanos; seguridad pública.

A territorialidade pode ser compreendida de formas bem diversas, a depender do contexto, do tipo de indivíduo e, mais destacadamente, do nível de análise. Para a ecologia, por exemplo, expressa um comportamento animal relacionado à defesa de um território contra invasores (Adams, 2001) ou mesmo a construção de nichos (Laland, Matthews, & Feldman 2016). Na antropologia envolve a proxêmica (Hall, 1966) para investigar como mantemos distâncias uns dos outros ou mesmo uma longa dimensão temporal (Sack, 2009). Já nos estudos pessoa-ambiente a variação de significados, e até de bases epistemológicas, é bem mais evidente.

Muitas vezes, o termo territorialidade é utilizado como sinônimo de (ou fortemente relacionado à) topofilia (nossa relação afetiva com os ambientes), que tem inspiração na poesia de W.H. Auden (Sampson, 2012), mas também de apego ao lugar (Felippe & Kuhnen, 2012; Scannell & Gifford, 2010) ou de reforço territorial (Gibson & Johnson, 2016). Essa constatação parece justificar, por si só, a necessidade de examinar e refinar conceitualmente a territorialidade. De modo ainda mais estratégico, no entanto, é fundamental garantir que a territorialidade possa ser efetivamente medida, sobretudo quando se consideram suas aplicações na prevenção criminal pelo design do ambiente (*Criminal Prevention Through Environmental Design* - CPTED) e no medo do crime. Para tanto, este trabalho tem por objetivo refinar e delimitar o conceito de territorialidade à luz da prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED), considerando seu impacto no medo do crime. Desta forma pretende ampliar o entendimento sobre a relação entre emoção, cognição e ambiente, que são constituintes do tema, mas amplamente negligenciados na literatura.

## CPTED e territorialidade

A CPTED começou a ser delineada durante a década de 1960 nos Estados Unidos da América, como um escopo de entendimento sobre a segurança pública e a socialização a partir de suas relações com o espaço físico de grandes cidades (Jacobs, 1961). Assim, a CPTED aponta uma fórmula para a compreensão da dinâmica do crime calcada na relação do comportamento de indivíduos com a configuração espacial (Reynald, 2015). Em sua perspectiva, não apenas os indivíduos, mas também o ambiente, constituem importantes variáveis para a prevenção criminal e também para a redução do medo do crime. Deste modo, Taylor (2002) apontou

que, embora a CPTED não se compreenda como a única solução para resolução de todos os problemas relativos à segurança pública, o rearranjo do espaço físico pode sim influenciar, significativamente e substancialmente, a percepção de segurança e o comportamento ofensor. Do ponto de vista da potencial vítima, certos ambientes podem produzir a sensação de segurança, enquanto outros poderiam induzir medo, mesmo nas áreas em que os índices criminais são relativamente baixos (Marzbali, Abdullah, Razak, & Tilaki, 2012). Ou seja, há uma frequente assimetria da percepção individual (ou coletiva) com a realidade da dinâmica criminal (Cavalcante & Maciel, 2008). Isso se mostra de importante atenção principalmente em países onde o crime e a sua percepção afetam substancialmente o bem estar e a vida de suas populações, como no Brasil.

A teoria dos espaços defensáveis, concebida por Newman (1972), constitui uma das principais formulações teóricas que ajudaram a compor o escopo da CPTED. Esse autor definiu quatro categorias iniciais para se analisar um ambiente em relação aos problemas criminais: territorialidade, vigilância natural, justaposição geográfica e manutenção do espaço. Com um foco que procurou integrar elementos do design, da arquitetura, do planejamento urbano, da criminologia e das ciências do comportamento, espaço defensável é um termo inevitavelmente sócio-físico. Embora a teoria tenha passado por modificações, ainda hoje inspira direta e indiretamente a pesquisa aplicada (Reynald & Elffers, 2009), além de constituir verbete em manuais e enciclopédias de criminologia (Mawby, 2017).

A territorialidade, na teoria dos espaços defensáveis, está ligada à apropriação do espaço pelas pessoas que dele fazem uso legítimo. Assim, os ambientes que apresentam baixa territorialidade são caracterizados por residentes e usuários como aqueles com relação aos quais não possuem responsabilidade e não aparentam reconhecer pertencimento (Reynald, 2015). Já a vigilância natural está intimamente relacionada ao grau de visibilidade de um local. Ou seja, esta dimensão estará presente mais positivamente quanto mais o ambiente permitir que pessoas possam ver o seu entorno e/ou também serem vistas por outras pessoas. Espaços com baixa vigilância natural são, portanto, mais susceptíveis à ação de criminosos (Fisher & Nasar, 1992). Já a justaposição geográfica diz respeito a áreas adjacentes de um local específico que interferem na segurança do local. A presença de um abrigo para pessoas em situações de rua, por exemplo, pode aumentar a criminalidade

em suas imediações. Por fim, a manutenção dos espaços está relacionada à percepção de que o local é bem conservado, dado que a iluminação deficiente, o lixo e a presença de matagais, dentre outros sinais, podem gerar a impressão de abandono, encorajando, assim, o crime (Newman, 1996).

Durante o mesmo período histórico, Jeffery (1971) desenvolveu a CPTED indicando também alguns elementos do próprio ambiente, que funcionam como estratégias de prevenção contra o crime, como a vigilância natural, a territorialidade e o controle de acessos (Cozens & Love, 2015). Este último objetiva reduzir as oportunidades de ocorrências de crimes, ao negar ou dificultar o acesso de estranhos com potencial de risco, delimitando caminhos a partir de barreiras físicas ou simbólicas. Com o passar do tempo, a abordagem da CPTED passou também a contemplar a dinâmica social. Além disso, incluiu o entendimento de outras dimensões como o suporte ativo da comunidade relativo ao encorajamento de atividades variadas no ambiente; o fortalecimento do alvo (*target hardening*) pela implementação do *design* de objetos; e a consciência de localização dos indivíduos em um determinado espaço e tempo, o que se recebe o nome de *wayfinding* (Cozens & Love, 2015).

Embora os conceitos da CPTED aparentem ser intuitivos, muitas vezes são utilizados na literatura de forma intercambiada e pouco precisa (Reynald, 2015). Notoriamente, a dimensão da territorialidade enseja os maiores desafios teóricos e metodológicos (Gibson & Johnson, 2016): ora territorialidade e manutenção aparecem como variáveis autônomas, ora não somente a manutenção, mas também as demais estratégias, são apresentadas como um elemento do guarda-chuva chamado “territorialidade” (Cozens, Saville, & Hillier, 2005). É fundamental, portanto, desenvolver pesquisas que tenham não somente uma aplicação direta a contextos complexos como o da segurança pública no Brasil, mas que possam também organizar conceitualmente os aportes teóricos mais relevantes. Isso porque a flexibilidade conceitual nas estratégias da CPTED tem gerado não somente problemas teóricos, mas também metodológicos, psicométricos e analíticos, com desdobramentos para as aplicações diretas na sociedade (Reynald, 2015). Assim, dada a inviabilidade de uma limpeza conceitual exaustiva de todas as estratégias da CPTED, este trabalho se concentrou na estratégia territorialidade. Para tanto, perseguem-se quatro objetivos específicos: (i) a delimitação das fronteiras teóricas

da territorialidade; (ii) o apontamento da abrangência dessa estratégia; (iii) a descrição de sua manifestação em forma de quesitos identificáveis no mundo fático; (iv) a identificação e conceituação de termos relevantes de outras áreas e abordagens, que se sobreponham ou tenham relação direta com a territorialidade.

Para que os objetivos do trabalho sejam alcançados, optou-se pela realização de revisão narrativa da literatura. Em geral, esta abordagem é apropriada para retratar e discutir o desenvolvimento de determinado assunto com base teórica, principalmente; contudo, não são facilmente replicáveis (Camargos, Rodrigues, & Machado, 2011). Neste estudo, ela foi desenvolvida com foco nos livros, periódicos, buscas em bases científicas, manuais de psicologia ambiental e criminologia, sobretudo internacionais, que tratam da temática, com vistas ao refinamento do conceito.

Como o foco deste trabalho foi garantir maior consistência e operacionalização do conceito de territorialidade, a revisão propõe a introdução do tema de forma ampla e contextual para o cenário acadêmico brasileiro à luz da prevenção criminal e do medo do crime. Primeiramente, apontam-se conceitos introdutórios sobre o papel do medo do crime na vida pública, além da atuação de estratégias eficazes na redução deste medo e da criminalidade real. Depois, promove-se o delineamento conceitual da territorialidade. Em seguida, trata-se da importância de conceitos da psicologia ambiental como *affordance*, apego ao lugar e identidade com o lugar, para logo descrever as medidas e métodos científicos de investigação. Por fim, analisa-se o papel deste conceito para aplicações em políticas públicas. O trabalho inclui, finalmente, a expansão das discussões para outros termos e para uma agenda de pesquisas sobre o conceito e papel da territorialidade na resolução de problemas sociais complexos.

## Medo do crime, políticas públicas e intervenções espaciais

O medo do crime, ou a sensação subjetiva de insegurança, exerce forte influência sobre a rotina das pessoas. Tanto as escolhas mais complexas, como em qual escola matricular os filhos, até as mais simples do cotidiano, como em qual restaurante jantar com a família, passam pela percepção dos indivíduos acerca de seu entorno, incluindo também esforços e recursos investidos na busca de autoproteção. Por isso, oportunidades de convívio social que poderiam melhorar

a qualidade de vida das pessoas, assim como a vida urbana, a partir do aumento das possibilidades de criação de laços comunitários, terminam sendo suprimidas pelo receio que as pessoas têm de serem potenciais vítimas de crimes (Hale, 1996; M. Lee, 2013).

Concomitantemente, o medo do crime também impacta o comportamento cotidiano das pessoas mais do que a própria criminalidade real (Teske & Hazlett, 1988). Porém, as consequências do medo podem ir além dos sentimentos de ansiedade pessoal, uma vez que o medo do crime, assim como a percepção ou sensação de insegurança, pode ser entendido como um problema social (Gainey, Alper, & Chappell, 2011). Por um lado, a percepção de insegurança é capaz de interferir na qualidade de vida, pois reduz a vida urbana, influencia pessoas a evitarem determinados espaços públicos e compromete a vida ativa da população (por induzir sedentarismo e outros impactos na saúde física e mental). Por outro, o medo do crime também pode estimular políticas públicas com estratégias de enfrentamento do crime baseadas em punições para o ofensor, assim como intensificar a vigilância dos cidadãos. Em consequência, pode gerar redução da privacidade e da confiança mútua (Moser, 2012). Mas esta confiança envolve também as relações da sociedade civil com as autoridades, considerando-se as expectativas depositadas nas decisões e na redução dos riscos sociais (Cvetkovic & Löfstedt, 1999).

O medo do crime pode ser debilitante e produzir outros resultados sociais prejudiciais. Paradoxalmente, incluem até mesmo uma redução de comportamentos de proteção e a elevação dos níveis de atividade criminosa em determinadas localidades. Em razão do medo, as pessoas acabam se afastando de atividades cotidianas e utilizam menos os espaços públicos. Isso restringe os contatos sociais e impacta o controle social informal (Gainey et al., 2011; Jacobs, 1961), num ciclo que sugere uma profecia auto-realizadora da insegurança (Gruman, Schneider, & Coutts, 2012).

Uma vez que existe uma relação indissociável entre medo do crime e o desenho do ambiente (Cozens & Love, 2015), a Psicologia Ambiental e a Criminologia Ambiental são aportes indispensáveis para compreendê-la. Assim, a Psicologia Ambiental examina as transações entre os indivíduos e seus ambientes construídos ou naturais (Gifford, 2014), destacando as relações (recíprocas) entre os fenômenos psicológicos (comportamentos e estados subjetivos) e as variáveis ambientais físicas (Gunther, 2005). Já a criminologia

ambiental parte da premissa de que o crime é caracterizado por quatro componentes: a lei, o ofensor motivado, a vítima/alvo disponível e o ambiente favorável (Andresen, 2019).

No caso da Teoria do Comportamento Planejado, originada na Psicologia Social e Ambiental, por exemplo, ambiciona-se a predição de comportamentos. Ao seu turno, a teoria dos Espaços Defensáveis (Newman, 1972) e a Teoria das Janelas Quebradas (Wilson & Kelling, 1982), algumas das mais importantes na área de criminologia, prescrevem estratégias para a redução do medo do crime e para a promoção de maior segurança em bairros residenciais e locais públicos.

Ao lado das abordagens dos espaços defensáveis e das janelas quebradas, que descrevem como o ambiente pode ser um elemento gerador de oportunidades para o crime, a CPTED se configura como uma importante ferramenta no enfrentamento da criminalidade e na redução do medo. Já para a teoria do triângulo do crime (i.e. vítima, agressor e espaço), o ambiente físico, do ponto de vista da obtenção de resultados no curto e no médio prazo, tem se mostrado a variável mais susceptível de ser objeto de intervenções do poder público e da comunidade, com o suporte de autoridades governamentais (Andresen, 2019; Reynald, 2015).

Deve-se também atentar à distinção proposta por Gabriel e Greve (2003) entre o medo do crime disposicional e situacional. Para estes autores, o medo disposicional do crime está relacionado a um estado permanente de sensação de insegurança, portanto um traço individual. Já o medo situacional do crime teria caráter episódico e seria disparado por circunstâncias específicas, como quando alguém passa por uma praça deserta, mal iluminada e/ou suja. Esse exemplo descreve exatamente um espaço marcado por violações das estratégias da CPTED, sobretudo da territorialidade. Porém, para a solução de problemas como este, que são comuns no cotidiano da cidade, delinear conceitualmente a territorialidade é essencial para que essa estratégia possa ser operacionalizada de forma apropriada.

## Refinando o conceito de territorialidade

Um território consiste em uma área geográfica relativamente fixa, que geralmente excede ao espaço pessoal de alguém, mas que lhe fornece algum senso de privacidade e apropriação; habitualmente é usado por algum indivíduo ou grupo; comumente se encontra

personalizado com itens pessoais ou anedóticos, com vistas a produzir a terceiros uma mensagem de limites e apropriação; e pode ser defendido por esforços de diferentes níveis (Altman, 1975). Além disso, dentro da proposição de Werner, Brown e Altman (2002), os territórios podem ser classificados em níveis primário, secundário e público.

Um dos mais importantes espaços territoriais em nossa sociedade é a casa, como um exemplo do nível primário, onde as pessoas passam a maior parte de seu tempo, garantindo cuidados diretos, personalização (decoração) e defesa contra a invasão de pessoas não autorizadas. Assim, o território primário possui caráter mais íntimo e pessoal. Já a vizinhança mais próxima é um exemplo do nível secundário, apresentando um padrão consideravelmente distinto. Embora as pessoas também estejam psicologicamente conectadas à vizinhança e passem boa parte do tempo exercendo controle sobre ela, em geral tais cuidados não são tão excessivos àquelas dedicados aos seus lares. Os territórios secundários estão, assim, compreendidos no cotidiano dos indivíduos, mas compartilhados de modo difuso. Finalmente, os territórios públicos envolvem menor controle e significado para as pessoas, podendo expressar algum senso de pertencimento local, mesmo em comunidades com grande extensão territorial. Nestes casos, portanto, pode-se alternar entre território público e secundário (Altman, 1975). Compreensivelmente, a perda percebida do controle sobre o território é fortemente relacionada à sensação de insegurança (Moser, 2012).

Gifford (2007) definiu territorialidade como o “conjunto de comportamentos e atitudes por parte de um indivíduo ou grupo, baseados em controle percebido, tentado ou real sobre um espaço físico definível, objeto ou ideia, que pode implicar em ocupação habitual, defesa, personalização e demarcação” (p. 277). Para Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983), a territorialidade não apenas significa a demarcação do espaço por alguém, mas também que tal demarcação e proteção sejam comunicadas a terceiros.

À luz da CPTED, e como desdobramento da teoria dos espaços defensáveis, a territorialidade estaria relacionada à apropriação do espaço por aqueles que dele fazem uso legítimo. Ela se expressa, assim, por meio da eliminação de espaços que não possuam destinação clara, do estabelecimento de propósitos definidos, do monitoramento e defesa desses locais por seus usuários e ainda por sua sinalização e personalização (Cozens et al., 2005; MacDonald & Gifford, 1989; Newman, 1972).

No sentido oposto, ambientes com baixa territorialidade são caracterizados por residentes ou usuários que por alguma razão deixam de ocupá-los, mantê-los e vigiá-los suficientemente. Como consequência, as incivildades sociais e físicas na área podem aumentar, levando à percepção de insegurança e de falta de lei, bem como a uma maior incidência de crimes (Brown & Werner, 2012; Newman, 1972) - algo bastante popularizado pela teoria das janelas quebradas (Wilson & Kelling, 1982). O abandono do território adjacente às residências pode ser exemplificado por elementos como prédios com fachadas cegas voltadas para a rua, árvores sem poda, mato alto, lixo nas calçadas e muros altos, totalmente fechados. Tais elementos passam uma mensagem implícita aos delinquentes de que o espaço está livre para que ali possam expandir suas atividades criminais (Bondaruk, 2007).

Na trajetória para a elaboração da teoria dos espaços defensáveis, Newman (1972, 1996) verificou forte correlação entre o desenho urbano e os índices de criminalidade em bairros populares de Nova Iorque. A territorialidade pode ser observada, em muitos casos, no comportamento das pessoas para a defesa de sua casa e vizinhança em face a estranhos. De forma similar, Crowe e Fennelly (2013) defenderam que os próprios usuários da cidade devem promover a vigilância natural e a vitalidade urbana, ao mesmo tempo que devem realçar a importância da apropriação do espaço, para que possam ser reduzidas as ocasiões para o crime. A premissa é de que quanto mais pessoas nas ruas, menor a quantidade de espaços públicos ociosos e, portanto, menor a criminalidade (Jacobs, 1961). Contudo, ao se implementar estratégias da CPTED, como ocorre também com prescrições, faz-se necessário atentar quanto à possibilidade de super dosagens e de efeitos colaterais. Lugares muito apinhados, por exemplo, podem comprometer a visibilidade e facilitar a ação de batedores de carteira (Ceccato, Cats, & Wang 2015).

Destaca-se também a dinâmica da territorialidade, vigilância e guarda, de modo que a territorialidade permite que os proprietários identifiquem quando e por onde um estranho adentra seu território (Sidebottom et al., 2015). A presença de um portão em um beco, por exemplo, possui o condão de guardar um determinado local ou facilitar sua vigilância. A territorialidade se manifesta todas as vezes que esse mesmo portão permite aos moradores abordar pessoas não familiares ou completamente estranhas ao ambiente, perguntando o que fazem ali. Contudo, a exacerbação



da territorialidade por meio de muros, cercas e portões não translúcidos pode comprometer outras estratégias da CPTED, como a vigilância natural, criando mais uma vez, paradoxalmente, maiores oportunidades para crimes (Cozens & Love, 2015; Reynald, 2015).

Se nas diferentes áreas do conhecimento há termos que comumente são utilizados como sinônimos de territorialidade, mas ainda assim refletem atitudes e comportamentos de apropriação, cuidado e defesa do espaço, não importa tão pragmaticamente se o nomeiem de forma distinta. Em muitos casos basta a disponibilidade de políglotas e de dicionários para traduzi-los ou adaptá-los de uma área para outra, sempre que necessário. Contudo, a situação se agrava quando o termo não possui uma definição muito clara. Por exemplo, o apego ao lugar e a identidade com o lugar são conceitos autônomos em relação à territorialidade? Ou podem esses conceitos ser entendidos como sinônimos de territorialidade?

## **Affordance, apego e identidade com o lugar**

O elo mobilidade-*affordance* é um elemento cerne da relação recíproca pessoa-espaço físico (Günther, 2003). Três conceitos são importantes para a compreensão dessa dinâmica: o espaço pessoal (ou os limites em torno do indivíduo estabelecendo um espaço onde intrusos não são permitidos; a privacidade, ou o controle restrito a si ou a seu grupo); e a aglomeração ou apinhamento (ligado à sensação de haverem outras pessoas presentes, quer elas estejam ou não no local). Aliados à territorialidade, esses conceitos seriam perfeitamente aplicados aos espaços e completamente afetados pela mobilidade dos indivíduos.

O termo *affordance* (Gibson, 1977), sem tradução literal a partir do verbo em inglês *to afford* (i.e., permitir, acomodar), diz respeito a aquilo que o ambiente possibilita ao indivíduo. *Affordances* são essenciais para compreender que o ambiente, por si só, guarda características que independem da percepção (Günther, 2003). Portanto, entendendo-se a territorialidade como o controle percebido sobre um determinado espaço, o conceito de *affordance* passa a ser relevante para pesquisas e políticas públicas. Isso é especialmente estratégico quando se quer despertar nos indivíduos e grupos certos comportamentos de apropriação de seus territórios, sejam eles residência, vizinhança ou local de trabalho e lazer, por exemplo. Mais recentemente essa lógica ficou

bastante popularizada pelas políticas públicas baseadas no conceito de *nudge* (ou “empurrão”) e de arquitetura de escolhas, como no Prêmio Nobel de Economia conferido a Richard Thaler (The Royal Swedish Academy of Sciences, 2017) e nas chamadas *Nudge Units* (Einfeld, 2019).

A identidade com o lugar (*place identity*) é outro conceito relevante para a presente discussão. Da mesma forma que o ambiente social, o ambiente físico em que uma criança cresce constitui fator determinante na formação de sua identidade quando adulto (Proshansky et al., 1983). Positivamente, a identidade com o lugar está relacionada à formação da identidade do indivíduo. O sentido oposto está relacionado a características do ambiente que fazem com que a pessoa não se reconheça nele, ou mesmo que se sinta ameaçada em sua autoimagem. Ao lado da segurança, a identidade com o lugar é uma das necessidades em face do ambiente físico, relacionada à componente cognitiva de auto-regulação (Korpela, Kyttä, & Hartig, 2002). Ao seu turno, o apego ao lugar (ou *place attachment*) expressa a dimensão mais afetiva, enquanto a territorialidade expressa a dimensão mais comportamental.

Embora essa divisão, semelhante à divisão clássica do construto de atitude (ou seja, dimensões afetiva, cognitiva e comportamental), possua um caráter didático, na prática gera complicações operacionais e metodológicas (Petty, Briñol, Fabrigar, & Wegener, 2019). Por exemplo, se a territorialidade for definida como conjunto de comportamento e atitudes, é incoerente dizer que ações ou omissões em relação ao ambiente não foram antecedidas por sentimentos ou processos cognitivos. Pelo contrário, o apego ao lugar e a identidade com o lugar são variáveis chave do processo de apropriação do espaço, que possui sua expressão visível justamente em itens e vestígios pessoais encontrados no ambiente. Ao se apropriar do local e sentir-se em casa nele, a pessoa tende a cuidar melhor do ambiente em que está inserida, além de ali sentir menos medo do crime. Infere-se, portanto, que as *affordances* do ambiente influenciam diretamente a mobilidade dos indivíduos. Igualmente, a mobilidade possui impacto direto na percepção de quais possibilidades as características de determinado espaço oferecem aos indivíduos que com ele interagem.

Dessa forma, territorialidade, apego ao lugar e identidade com o lugar seriam construtos autônomos, embora sejam interdependentes e se retroalimentem: por um lado, a territorialidade, enquanto expressão

comportamental, seria precedida pelas componentes cognitivas e emocionais do apego e da identidade com o lugar, respectivamente; por outro, o processo de apropriação do espaço, catalisado pelo elo *affordance*-mobilidade, fomentaria ainda mais o apego ao lugar e a identidade com o lugar.

## Territorialidade como medida

A literatura é farta em exemplos de como as estratégias da CPTED aparecem de forma positiva ou negativa em um determinado espaço, inclusive com impacto em tipos criminais específicos, como o roubo (Casteel, & Peek-Asa, 2000; Cozens & Love, 2015; Cozens et al., 2005). A territorialidade, por exemplo, se manifesta por características do ambiente tais como portões, jardinagem, presença de ornamentos, senso de propriedade, barreiras físicas, barreiras simbólicas, manutenção e cuidado, propósito claro definido e uso legítimo (MacDonald & Gifford, 1989; Taylor, Gottfredson, & Brower, 1984).

Como elementos que denunciam a falta de territorialidade, inclui-se a presença de lixo e de entulho em locais impróprios, pichações e detritos de cães em calçadas (Brown & Werner, 2012). Ambientes em que há baixa territorialidade são caracterizados por residentes ou usuários que falham em mantê-los e vigiá-los; como consequência, naquela área as incivildades sociais e físicas aumentam, levando à percepção de insegurança, à falta de lei e a uma maior incidência de crimes (Wilson & Kelling, 2020). A mudança desse quadro pode ser operacionalizada por meio de ações relativamente simples, como a eliminação de espaços que não possuam destinação clara, o estabelecimento de propósitos definidos, o monitoramento e a defesa (Cozens et al., 2005).

Do ponto de vista metodológico, elementos da territorialidade vêm sendo sistematicamente aferidos em diferentes delineamentos e técnicas de pesquisa. Eles incluem desde o emprego de fotografias até a redução de observações em instrumentos respondidos pelos próprios pesquisadores (Fisher & Nasar, 1992) ou pelo público (Minnery & Lim, 2005; Ter Brugge, 2006). Escalas contendo itens que refletem as diferentes dimensões da CPTED conjugadas com o medo do crime também têm sido testadas por meio de *smartphones* (Gouveia et al., 2021; J. S. Lee, Park, & Jung, 2016). Taylor et al. (1984), por exemplo, utilizaram fotografias para medir as variáveis territorialidade e espaço defensável. No sentido oposto, MacDonald e Gifford (1989),

por meio da apresentação de fotografias a uma amostra composta de condenados por crime de furto em residência, concluíram que eventuais elementos de territorialidade isoladamente não seriam suficientes para desencorajar sua ação, dependendo dos delineamentos das pesquisas.

Da mesma forma que a territorialidade, outras dimensões da CPTED também vêm sendo medidas nos mais diversos ambientes e níveis de análise. São exemplos de trabalhos, nessa perspectiva, o uso de mapas mentais e fotografias para a medida do impacto da visibilidade (vigilância natural), na percepção de segurança em campus universitário (Fisher & Nasar, 1992) e o emprego de fotografias para pesquisa em parques públicos (Jorgensen et al., 2013). O aprimoramento do conjunto das estratégias da CPTED em espaços públicos também já foi testado com vistas à redução de roubos, em locais determinados por meio do acompanhamento de estatísticas criminais pré e pós intervenções (Casteel & Peek-Asa, 2000; Wassell, 2009). Entretanto, pesquisas com tais delineamentos ainda são muito escassas no Brasil.

## Operacionalizando a territorialidade por meio da parceria Estado-Sociedade

Tanto a literatura internacional quanto diversas políticas públicas têm apontado para diversas alternativas exitosas na promoção da territorialidade. As mais eficazes incluem o envolvimento da comunidade, desde os momentos seminais do planejamento de alterações a serem empreendidas no ambiente. A partir do planejamento de espaços no nível micro (usuário) para alcançar o macro (gestores públicos), é essencial a interação do público com os gestores (Churchman, 2002). Ao introduzir a participação social no processo de tomada de decisões, as autoridades necessariamente levam em consideração o nível micro, em contato presencial, idealmente face a face. No mesmo sentido, a comunidade pode então conhecer: 1) a forma como os responsáveis pelo planejamento operam; 2) o planejamento em nível macro; e 3) as pressões sob as quais os planejadores atuam.

Ao aproximar cidadãos e autoridades públicas, gera-se nos primeiros um maior senso de pertencimento e participação (Friedman, 2010). Esse tipo de parceria decisória, alicerçada nas práticas da CPTED, encontra-se institucionalizada em países como Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia (Reynald, 2015). Eles são marcados por

iniciativas de CPTED que visam garantir que não haja alteração temporária ou permanente no espaço urbano sem prévia consulta à comunidade afetada. De modo destacado, em Sydney, na Austrália, nenhuma alteração ocorre no espaço público sem que, dentre outros agentes, a força policial e a comunidade sejam consultadas (Fisher & Piracha, 2012). Para tanto, a cidade conta com um conselho que conduz um processo denominado *Development Proposal*, que exemplifica o que Cavalcante e Maciel (2008) argumentam sobre o fracasso de qualquer intervenção que não leve em conta a percepção de seus usuários.

## Considerações finais

A partir do que foi examinado no presente trabalho, algumas inferências podem ser sumarizadas. Primeiramente, tanto quanto os indivíduos, o espaço (público ou privado) constitui variável essencial para a prevenção do crime e do medo do crime. Além disso, a configuração do ambiente físico impacta substancialmente a percepção de segurança dos indivíduos. Por derivação, as ações ou omissões das pessoas em relação à defesa e ao cuidado para com o ambiente (territorialidade) são antecedidas por sentimentos ou processos cognitivos. Assim, o elo *affordance*-mobilidade constitui a essência da relação recíproca pessoa-ambiente e também pode ajudar na compreensão do processo em que as pessoas se afastam ou se apropriam dos espaços públicos (territorialidade). A territorialidade pode ser observada pelos comportamentos das pessoas, mas é preciso se ter em conta que esses comportamentos estão intimamente relacionados a processos afetivos e cognitivos em relação ao lugar. Por fim, a medida da territorialidade pode contribuir substancialmente para pesquisas pessoa-ambiente e para a efetivação de políticas públicas de segurança, principalmente no contexto da CPTED.

Com base na revisão teórico-conceitual do tema e das questões metodológicas também é possível verificar demandas para a criação de uma agenda de pesquisa multimétodos no cenário brasileiro. Ela deve buscar: (a) verificar a relação entre territorialidade e medo do crime, à luz da CPTED; (b) identificar caminhos para a mensuração do conceito de territorialidade por meio de medidas subjetivas e objetivas; (c) explorar alternativas de métodos de investigação e coleta de dados (p. ex., fotografias para verificar expressões positivas e negativas relacionadas à territorialidade), pela possibilidade de capturar estímulos visuais dos participantes da

pesquisa; (d) implementar delineamentos experimentais que meçam o impacto de intervenções reais em espaços públicos e privados, juntamente com estimativas orçamentárias sobre custo-benefício; (e) verificar as relações da territorialidade com outras estratégias da CPTED e outros fatores relacionados a problemas de desordens físicas e sociais; (f) empreender estudos relacionados ao engajamento das comunidades na solução de problemas de segurança na perspectiva situacional. Assim, os resultados de tais pesquisas podem gerar insumos relevantes para a fomentação de políticas públicas que aproximem poder público e sociedade no enfrentamento das desordens físicas e sociais que geram crime e medo do crime no contexto brasileiro.

## Referências

- Adams, E. S. (2001). Approaches to the study of territory size and shape. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 32(1), 277-303. doi: 10.1146/annurev.ecolsys.32.081501.114034
- Altman, I. (1975). *The environment and social behavior: Privacy, personal space, territory, and crowding*. Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Andresen, M. A. (2019). *Environmental criminology: Evolution, theory, and practice*. Nova Iorque: Routledge.
- Bondaruk, R. L. (2007). *A prevenção do crime através do desenho urbano*. Curitiba: Edição do Autor.
- Brown, B. B., & Werner, C. M. (2012). Healthy physical activity and eating: Environmental supports for health. In S. D. Clayton (Org.), *The Oxford handbook of environmental and conservation psychology* (pp. 459-484). Oxford University Press. doi: 10.1093/oxfordhb/9780199733026.013.0025
- Camargos, M. C. S., Rodrigues, R. N., & Machado, C. J. (2011). Idoso, família e domicílio: uma revisão narrativa sobre a decisão de morar sozinho. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 28(1), 217-230. doi: 10.1590/S0102-30982011000100012
- Casteel, C., & Peek-Asa, C. (2000). Effectiveness of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED) in reducing robberies. *American Journal of Preventive Medicine*, 18(4), 99-115. doi: 10.1016/S0749-3797(00)00146-X
- Cavalcante, S., & Maciel, R. H. (2008). Métodos de avaliação da percepção ambiental. In H. Günther & J. Q. Pinheiro (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 149-180). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ceccato, V., Cats, O., & Wang, Q. (2015). The geography of pickpocketing at bus stops: An analysis of grid cells. In V. Ceccato & A. Newton (Orgs.), *Safety and security in transit environments* (pp. 76-98). Londres: Palgrave Macmillan. doi: 10.1057/9781137457653\_5
- Churchman, A. (2002). Environmental psychology and urban planning: Where can the Twain meet? In A. C. Robert & B. Bechtel (Orgs.), *Handbook of Environmental Psychology* (pp. 191-200). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Cozens, P., & Love, T. (2015). A review and current status of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED). *Journal of Planning Literature*, 30(4), 393-412. doi: 10.1177/2F0885412215595440

- Cozens, P., Saville, G., & Hillier, D. (2005). Crime Prevention through Environmental Design (CPTED): A review and modern bibliography. *Property Management*, 23(5), 328-356. doi: 10.1108/02637470510631483
- Crowe, T. D., & Fennelly, L. J. (2013). *Crime prevention through environmental design*. Amsterdam: Elsevier. doi: 10.1016/C2012-0-03280-2
- Cvetkovich, G., & Löfstedt, R. E. (1999). *Social trust and the management of risk*. Londres: Routledge.
- Einfeld, C. (2019). Nudge and evidence based policy: Fertile ground. *Evidence & Policy: A Journal of Research, Debate and Practice*, 15(4), 509-524. doi: 10.1332/174426418X15314036559759
- Felippe, M. L., & Kuhnen, A. (2012). O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(4), 609-617. doi: 10.1590/S0103-166X2012000400015
- Fisher, B. S., & Nasar, J. L. (1992). Fear of crime in relation to three exterior site features: Prospect, refuge, and escape. *Environment and Behavior*, 24(1), 35-65. doi: 10.1177/0013916592241002
- Fisher, D. G., & Piracha, A. (2012). Crime prevention through environmental design: A case study of multi-agency collaboration in Sydney, Australia. *Australian Planner*, 49(1), 79-87. doi: 10.1080/07293682.2011.608689
- Friedmann, J. (2010). Place and place-making in cities: A global perspective. *Planning Theory & Practice*, 11(2), 149-165. doi: 10.1080/14649351003759573
- Gabriel, U., & Greve, W. (2003). The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives. *British Journal of Criminology*, 43(3), 600-614. doi: 10.1093/bjc/azg600
- Gainey, R., Alper, M., Chappell, & Allison, T. (2011). Fear of crime revisited: Examining the direct and indirect effects of disorder, risk perception, and social capital. *American Journal of Criminal Justice*, 36(2), 120-137. doi: 10.1007/s12103-010-9089-8
- Gibson, J. J. (1977). The theory of affordances. In R. Shaw & J. Bransford (Orgs.), *Perceiving, acting, and knowing* (pp. 67-82). Nova Iorque: Lawrence Erlbaum.
- Gibson, V., & Johnson, D. (2016). CPTED, but not as we know it: Investigating the conflict of frameworks and terminology in crime prevention through environmental design. *Security Journal*, 29(2), 256-275. doi: 10.1057/sj.2013.19
- Gifford, R. (2007). *Environmental psychology: Principles and practice*. Colville, WA: Optimal books.
- Gifford, R. (2014). Environmental psychology matters. *Annual Review of Psychology*, 65(1), 541. doi: 10.1146/annurev-psych-010213-115048
- Gouveia, F., Sani, A., Guerreiro, M., Azevedo, V., Santos, H., & Nunes, L. M. (2021). Mapping CPTED parameters with the LookCrim application. *Crime Prevention and Community Safety*, 23(3), 252-263. doi: 10.1057/s41300-021-00119-9
- Gruman, J. A., Schneider, F. W., & Coutts, L. M. (2012). *Applied social Psychology: Understanding and addressing social and practical problems*. Los Angeles: SAGE.
- Günther, H. (2003). Mobilidade e affordance como cerne dos estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(2), 273-280. doi: 10.1590/S1413-294X2003000200009
- Günther, H. (2005). A psicologia ambiental no campo interdisciplinar de conhecimento. *Psicologia USP*, 16(1/2), 179-183. doi: 10.1590/S0103-65642005000100019
- Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International Review of Victimology*, 4(2), 79-150. doi: 10.1177/026975809600400201
- Hall, T. (1966). *The hidden dimension*. Garden City, NY: Doubleday.
- Jacobs, J. (1961). *The life and death of great American cities*. Nova Iorque: Random House.
- Jeffery, C. R. (1971). *Crime prevention through environmental design*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Jorgensen, L. J., Ellis, G. D., & Ruddell, E. (2013). Fear perceptions in public parks: Interactions of environmental concealment, the presence of people recreating, and gender. *Environment and Behavior*, 45(7), 803-820. doi: 10.1177/0013916512446334
- Korpela, K., Kyttä, M., & Hartig, T. (2002). Restorative experience, self-regulation, and children's place preferences. *Journal of Environmental Psychology*, 22(4), 387-398. doi: 10.1006/jevp.2002.0277
- Laland, K., Matthews, B., & Feldman, M. W. (2016). An introduction to niche construction theory. *Evolutionary Ecology*, 30(2), 191-202. doi: 10.1007/s10682-016-9821-z
- Lee, J. S., Park, S., & Jung, S. (2016). Effect of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED) measures on active living and fear of crime. *Sustainability*, 8(9), 872. doi: 10.3390/su8090872
- Lee, M. (2013). Inventing fear of crime: Criminology and the politics of anxiety. *The Howard Journal of Crime and Justice*, 47(5), 564-565. doi: 10.1111/j.1468-2311.2008.00543\_5.x
- MacDonald, J. E., & Gifford, R. (1989). Territorial cues and defensible space theory: The burglar's point of view. *Journal of Environmental Psychology*, 9(3), 193-205. doi: 10.1016/S0272-4944(89)80034-9
- Marzbali, M. H., Abdullah, A., Razak, N. A., & Tilaki, M. J. M. (2012). The influence of Crime Prevention through Environmental Design on victimisation and fear of crime. *Journal of Environmental Psychology*, 32(2), 79-88. doi: 10.1016/j.jenvp.2011.12.005
- Mawby, R. I. (2017). Defensible space. In H. P. Pontell (Org.), *Oxford research encyclopedia of criminology and criminal justice*. doi: 10.1093/acrefore/9780190264079.013.6
- Minnery, J. R., & Lim, B. (2005). Measuring crime prevention through environmental design. *Journal of Architectural and Planning Research*, 22(4), 330-341. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/43030751>
- Moser, G. (2012). Cities. In S. D. Clayton (Org.), *The Oxford handbook of environmental and conservation Psychology* (pp. 203-220). Nova Iorque: Oxford University Press. doi: 10.1093/oxfordhb/9780199733026.001.0001
- Newman, O. (1972). *Defensible space*. Nova Iorque: Macmillan.
- Newman, O. (1996). *Creating defensible space*. Nova Jersey: Rutgers University Press.
- Petty, R., Briñol, P., Fabrigar, L., & Wegener, D. (2019). Attitude structure and change. In E. J. Finkel & R. F. Baumeister (Orgs.), *Advanced social psychology: The state of the science*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3(1), 57-83. doi: 10.1016/S0272-4944(83)80021-8
- Reynald, D. M. (2015). Environmental design and crime events. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 31(1), 71-89. doi: 10.1177/1043986214552618

- Reynald, D. M., & Elffers, H. (2009). The future of Newman's defensible space theory: Linking defensible space and the routine activities of place. *European Journal of Criminology*, 6(1), 25-46. doi: 10.1177/1477370808098103
- The Royal Swedish Academy of Sciences (2017). *Richard H. Thaler: Integrating economics with psychology, scientific background on the Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel* (pp. 1-39). Estocolmo, Suécia: Autor.
- Sack, R. (2009). *Human territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1016/0362-3319(88)90016-X
- Sampson, S. D. (2012). The topophilia hypothesis: Ecopsychology meets evolutionary psychology. In P. H. Kahn & P. H. Hasbach (Orgs.), *Ecopsychology: Science, totems, and the technological species* (pp. 23-53). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 1-10. doi: 10.1016/j.jenvp.2009.09.006
- Sidebottom, A., Tompson, L., Thornton, A., Bullock, K., Tilley, N., & Bowers, K. (2015). *What works: Crime reduction systematic review series*. Londres: University College London.
- Taylor, R. B. (2002). Crime Prevention through Environmental Design (CPTED): Yes, no, maybe, unknowable, and all of the above. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 413-426). Nova Iorque: Wiley.
- Taylor, R. B., Gottfredson, S. D., & Brower, S. (1984). Block crime and fear: Defensible space, local social ties, and territorial functioning. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 21(4), 303-331. doi: 10.1177/0022427884021004003
- Ter Brugge, M. (2006). *Fear of crime and design: Exploring the linkages in a seniors housing complex* (Dissertação de Mestrado, Simon Fraser University, Canadá). Recuperado de <https://summit.sfu.ca/item/2552>
- Teske, R. H., & Hazlett, M. H. (1988). A scale for the measurement of fear of crime. *American Journal of Criminal Justice*, 12(2), 274-292. doi: 10.1007/bf02888939
- Wassell, J. T. (2009). Workplace violence intervention effectiveness: A systematic literature review. *Safety Science*, 47(8), 1049-1055. doi: 10.1016/j.ssci.2008.12.001
- Werner, C. M., Brown, B. B., & Altman, I. (2002). Transactionally oriented research: Examples and strategies. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 203-221). Nova Iorque: Wiley.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). Broken windows: The police and neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, 249(3), 29-38. Recuperado de <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (2020). Broken windows. In R. G. Dunham, G. P. Alpert, & K. D. McLean (Orgs.), *Critical issues in policing: Contemporary readings* (pp. 96-108). Long Grove, IL: Waveland Press.

*Isângelo Senna*, Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), é Chefe de Gabinete do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal. Endereço para correspondência: SPO Área Especial n.º 4, Departamento de Operações - Asa Sul - Brasília/DF CEP: 70.610-200. Telefones: (61) 3190-4044 e (61) 3190-4047. Email: [isangelosenna@gmail.com](mailto:isangelosenna@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7002-3350>

*Fabio Iglesias*, Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, pela Universidade de Brasília (UnB), Pós-Doutor pela University of Victoria (UVic), Canadá, é professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de Brasília (UnB). Email: [fabiglesias@gmail.com](mailto:fabiglesias@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2217-5296>

*Lucas Heiki Matsunaga*, Mestre em Estudos Interdisciplinares/Governança Global, Segurança e Resiliência pela Universidade de Tohoku - 東北大学, Japão. Email: [lucas.matsunaga@gmail.com](mailto:lucas.matsunaga@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0276-5130>

*Caroline Cardoso Machado*, Mestre em Psicologia Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB), é gestora de pesquisa pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos de Brasília. Email: [caroline.machado@unb.abea.arq.br](mailto:caroline.machado@unb.abea.arq.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2653-0088>

Recebido em 30.out.20

Revisado em 02.jan.22

Aceito em 31.jan.22

# Ambientes restauradores para universitários(as): uma revisão integrativa

Letícia Iglesias. Universidade do Vale do Itajaí  
Roberta Borghetti Alves. Universidade do Vale do Itajaí  
Júlia Roberta da Silva. Universidade do Vale do Itajaí  
Rafaela Rodrigues Sonda. Universidade do Vale do Itajaí

## Resumo

Esse artigo teve como objetivo analisar as produções científicas dos últimos cinco anos, voltadas aos ambientes restauradores em universidades. Foi definida a pergunta norteadora e realizada a seleção de artigos nas bases de dados. Foram encontrados 774 artigos, destes verificou-se os que atendiam aos critérios, assim, restaram 15 artigos. Após a análise crítica realizou-se a discussão com a literatura e a elaboração do fluxograma com demonstração das etapas. Houve a primazia de estudos internacionais e a prevalência do uso da união das teorias Psicoevolucionista e Restauração da Atenção. As principais características dos ambientes foram: árvores, arbustos, vegetação, flores, sons de pássaros e ausência de pessoas. Salienta-se como benefícios a promoção do bem-estar, o aumento da atenção e a diminuição do estresse. Tal pesquisa possibilitou identificar os aspectos físicos para a implantação de ambientes restauradores nas universidades.

**Palavras-chave:** ambientes restauradores; universidade; psicologia ambiental.

## Abstract

*Restorative environments for university students: an integrative review.* This article aimed to analyze the scientific productions of the last five years, focused on the restorative environments in universities. The guiding question was defined and the selection of articles in the databases was conducted. A total of 774 articles were found to verify which of those met the criteria; thus, 15 articles remained. After the critical analysis, a discussion with the literature was conducted, and a flowchart with a demonstration of the phases was elaborated. There was a primacy of international studies and a prevalence of the use of the Psychoevolutionary and Attention Restoration theories. The main characteristics of the environments were: trees, bushes, vegetation, flowers, bird sounds, and absence of people. The outstanding benefits were the promotion of well-being, increased attention, and decreased stress. This research made possible to identify the physical aspects for the implementation of restorative environments in universities.

**Keywords:** restorative environments; university; environmental psychology.

## Resumen

*Ambientes restauradores para estudiantes universitarios: una revisión integrativa.* Este artículo tiene como objetivo analizar las producciones científicas de los últimos cinco años, centradas en los ambientes restauradores en las universidades. Se definió la pregunta orientadora y se realizó la selección de artículos en las bases de datos. Fueron hallados 774 artículos, sobre los cuales se verificaron los que cumplían los criterios, quedando así 15 artículos. Después del análisis crítico, se llevó a cabo una discusión con la literatura y la preparación del flujograma con la demostración de etapas. Los estudios internacionales primaron y prevaleció el uso de la unión de las teorías Psicoevolucionistas y de Restauración de la Atención. Las principales características de los ambientes eran: árboles, arbustos, vegetación, flores, sonidos de pájaros y ausencia de personas. Se destacan como beneficios el fomento del bienestar, el aumento de la atención y la reducción del estrés. Esta investigación permitió identificar los aspectos físicos para la implementación de ambientes restauradores en las universidades.

**Palabras clave:** ambientes restauradores; universidad; psicología ambiental.

O sofrimento psíquico dos universitários é um tema cada vez mais abordado em pesquisas. Os índices evidenciam a prevalência de Transtornos Mentais Menores (TMM) de 8% a 23% em acadêmicos durante o período de vivência na graduação (Andrade et al., 2016). Segundo Leão, Gomes, Ferreira, e Cavalcanti, (2018) o índice de depressão nos acadêmicos dos cursos da saúde é de 28,6%. Outro estudo mostrou que 35,7% dos participantes, acadêmicos de Psicologia e Enfermagem apresentaram indicadores de Transtorno Mental Comum (TMC), sendo os principais sintomas apresentados: nervosismo, tensão, preocupação, tristeza, cansaço recorrente e dores no estômago (Ansolin, Rocha, Santos, & Dal Pozzo, 2015).

Tais sintomas estão relacionados com a quantidade de novas demandas sociais, ausência de fatores de proteção e rede de apoio (Pereira, Willhelm, Koller, & Almeida, 2018), assim como pela diversidade de avaliações, necessidade de reorganização e otimização do tempo. Frente a tal cenário torna-se importante a promoção da saúde mental no âmbito universitário para a construção de políticas públicas e tecnologias de cuidado (Bezerra & Sorpreso, 2016) para os acadêmicos. Partindo da perspectiva da promoção à saúde, a Psicologia Ambiental, área da Psicologia que analisa as relações entre o indivíduo e o ambiente, investiga o fenômeno ambientes restauradores (Cavalcante & Elali, 2017), os quais têm sido pensados como promotores para a saúde mental em ambientes variados, dentre eles os *campi* universitários.

Os estudos sobre ambientes restauradores procuram avaliar as sensações de bem-estar resultantes desse contato, bem como a maneira que o meio afeta o indivíduo nele inserido (Silveira, Felipe, & Schultz, 2019), assim como analisar quais características ambientais contribuem para a diminuição do estresse, da fadiga e proporcionam melhorias nos níveis de atenção (Gressler, 2014). No ambiente universitário pode haver espaços naturais que são restauradores, mas também espaços construídos com elementos naturais, os quais também promovem mudanças psicológicas e fisiológicas (Silveira et al., 2019), o que repercute na promoção do bem-estar acadêmico.

No que se refere aos ambientes restauradores, há duas teorias que o definem. A primeira atribuída a Roger Ulrich (1983; 1999), estuda os efeitos que alguns aspectos do ambiente físico ocasionam nos sistemas psicofisiológicos dos indivíduos diante do estado de estresse, já que o cotidiano, por exigir tomadas rápidas

de decisões e constante atenção geram sobrecarga mental. Sendo assim, quando se está em um ambiente que exige menos desse esforço, uma sensação de relaxamento é provocada, propiciando a diminuição desse estresse.

A Teoria Psicoevolucionista de Roger Ulrich (1999) define como alguns aspectos ambientais possibilitam a recuperação dos recursos psicológicos modificados, durante uma situação de estresse. O estresse é parte inerente dos indivíduos, e os prepara para enfrentar o evento estressor. No entanto, o estresse pode ser disfuncional de modo a gerar sofrimento psíquico intenso e evitação. Assim, haverá características ambientais que poderão contribuir para a recuperação psicofisiológica do estresse a fim de poder gerar ação para o homem. Assim, o autor supracitado entende que os seres humanos biologicamente estão aptos para reagir voluntariamente e rapidamente em situações de contextos ambientais, os quais são favoráveis à restauração, sendo necessário ao cuidado da vida.

A segunda perspectiva, Rachel e Stephen Kaplan (1989) e S. Kaplan (1995), sofreu influência dos conceitos de atenção voluntária e involuntária de William James e as ideias do paisagista Frederick Law Olmsted, que acreditava nos benefícios dos ambientes naturais para a restauração da atenção (Berman, Jonide, & Kaplan, 2008). Nessa teoria estão inseridas quatro características relacionadas à relação pessoa-ambiente que devem ser consideradas para que um ambiente seja qualificado como restaurador.

A primeira volta-se ao afastamento, o qual constitui-se em um ambiente que possibilita distanciar-se de eventos e acontecimentos cotidianos, os quais possibilitam o restauo da atenção (Silveira et al., 2019). A segunda trata-se da fascinação, que diz respeito à circunstância que permite a atenção sem esforço do indivíduo, na qual haverá características que chamam de forma involuntária a atenção. A terceira trata-se da extensão sendo essa a percepção do sujeito ao entrar no ambiente, de que seja amplo e passivo de exploração, um espaço atrativo, que não seja entediante (Gressler & Gunther, 2013). E a última volta-se a Compatibilidade, sendo que nesta característica haverá elementos do ambiente que atendem e satisfazem a necessidade do indivíduo que interage com este lugar (Silveira et al., 2019).

Na teoria da restauração da atenção de R. Kaplan e Kaplan (1989) há dois tipos de atenção: a dirigida que é utilizada em algum exercício que não seja atrativo

para o indivíduo, mas que por alguma razão é motivo de atenção. Dessa maneira, é um tipo de atenção que depende do interesse do sujeito, pois o objeto automaticamente não lhe traz interesse (voluntária). E a fascinação, que é uma categoria de atenção involuntária, assim como mencionado anteriormente, se dá sem que o indivíduo seja forçado a decidir sobre prestar atenção, e ocorre quando um instrumento, episódio ou cenário é satisfatório e interessante, então não há necessidade do esforço para manutenção do foco (S. Kaplan & Talbot, 1983).

Desse modo, a pesquisa se faz necessária para contribuir com a Psicologia Ambiental e identificar aspectos físicos e ambientais que contribuem para a promoção da saúde mental nos espaços de aprendizagem e implantação desses espaços nas instituições de ensino. A pesquisa ampara sua relevância tendo em vista as contribuições da revisão de Kuhnen e Silveira (2019), a qual enfatiza a importância de se considerar novas pesquisas que levem em conta as especificidades de cada ambiente a fim de promover um maior embasamento e despertar um maior fortalecimento acerca das discussões científicas voltadas ao tema. Com isso, a realização deste estudo contribuirá tanto para a produção científica do conhecimento quanto para possibilitar uma maior compreensão das características dos ambientes restauradores, assim como conhecer os benefícios que oferecem. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as características dos ambientes restauradores e seus benefícios aos universitários, a partir das produções científicas dos últimos cinco anos.

## Metodologia

Essa pesquisa trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que tem como objetivo sintetizar resultados de pesquisas anteriores relacionadas a um tema do estudo de forma sistemática e ordenada, além de fornecer informações amplas dos resultados voltados ao assunto (Ercole, Melo, & Alcoforado, 2014). As principais características de uma revisão integrativa são o rigor utilizado para conduzir as etapas do estudo, a definição de critérios que visem uma representatividade considerável da amostra usada, a garantia de fidedignidade dos resultados, assim como, a utilização de um instrumento que seja capaz de assegurar a extração da relevância dos dados e a diminuição de erros durante o processo. Contudo, é importante uma análise apurada dos resultados, a fim de desenvolver uma discussão

entre os dados empíricos em comparação às teorias desenvolvidas, sendo necessária uma visão crítica do pesquisador. Por fim, deve-se apresentar de maneira clara e detalhada as informações pertinentes do estudo, baseando-se em metodologias devidamente contextualizadas (Souza, Silva, & Carvalho, 2010).

### **Procedimento para Seleção de Artigos**

A presente revisão integrativa da literatura constituiu-se de seis etapas. A primeira buscou elucidar a seguinte questão de pesquisa: “Quais são as características dos ambientes restauradores e seus benefícios aos universitários a partir das produções científicas dos últimos cinco anos?”

Em agosto de 2020 realizou-se as buscas nas bases de dados. Primeiramente utilizou-se o Portal da Capes que dá acesso a bases diversas como: Pubmed, Scielo e Science Direct, além desta utilizou-se também o Lilacs e o Indexpsi. Todas as buscas foram de acordo com os critérios pré-estabelecidos: a) ser um estudo empírico; b) ter sido publicado nos últimos cinco anos (2015-2020); c) ter como público-alvo estudantes universitários, de modo a não ser obrigatório o estudo ser realizado dentro da universidade; d) ter como fenômeno da pesquisa ambientes restauradores, na perspectiva da Psicologia Ambiental; e) ser publicado no idioma espanhol, inglês ou português; f) estar disponível por completo no portal ou na base de dados.

Para esta busca utilizou-se os descritores em inglês e português, sendo estes: ambiente restaurador e universidade (restorative environment and universities); ambiente restaurador e estudante universitário (restorative environment and college students); ambiente restaurador e estudantes (restorative environment and students). Todos os termos foram buscados entre aspas e sem aspas. Foram encontrados no total 774 artigos, dos quais 678 não estavam relacionados ao tema dos ambientes restauradores na perspectiva da psicologia ambiental, pois voltavam-se em sua maior parte para a área da odontologia e gastronomia. Sendo assim, foram selecionados 96 artigos voltados à temática de ambientes restauradores em relação a estudantes.

Nas etapas seguintes buscou verificar se os artigos encontrados atendiam todos os critérios estabelecidos e se não havia artigos duplicados entre as bases de dados. Assim, foi realizada a análise crítica dos artigos tendo como foco o entendimento do ambiente restaurador, o método utilizado (participantes, instrumentos e análise), os principais resultados alcançados na pesquisa, bem como as principais



características físicas dos ambientes que eram considerados restauradores. Por fim, foi realizada a discussão dos achados com a literatura existente e a elaboração de um fluxograma para demonstrar de forma mais clara o processo de seleção de artigos. Vale

salientar que dos 15 artigos resultantes das etapas, 10 encontravam-se no portal Science Direct, desses, quatro constavam na Pubmed. Outras quatro pesquisas estavam concomitantes no Portal Scielo e Lilacs e 1 no Portal Capes (Figura 1).

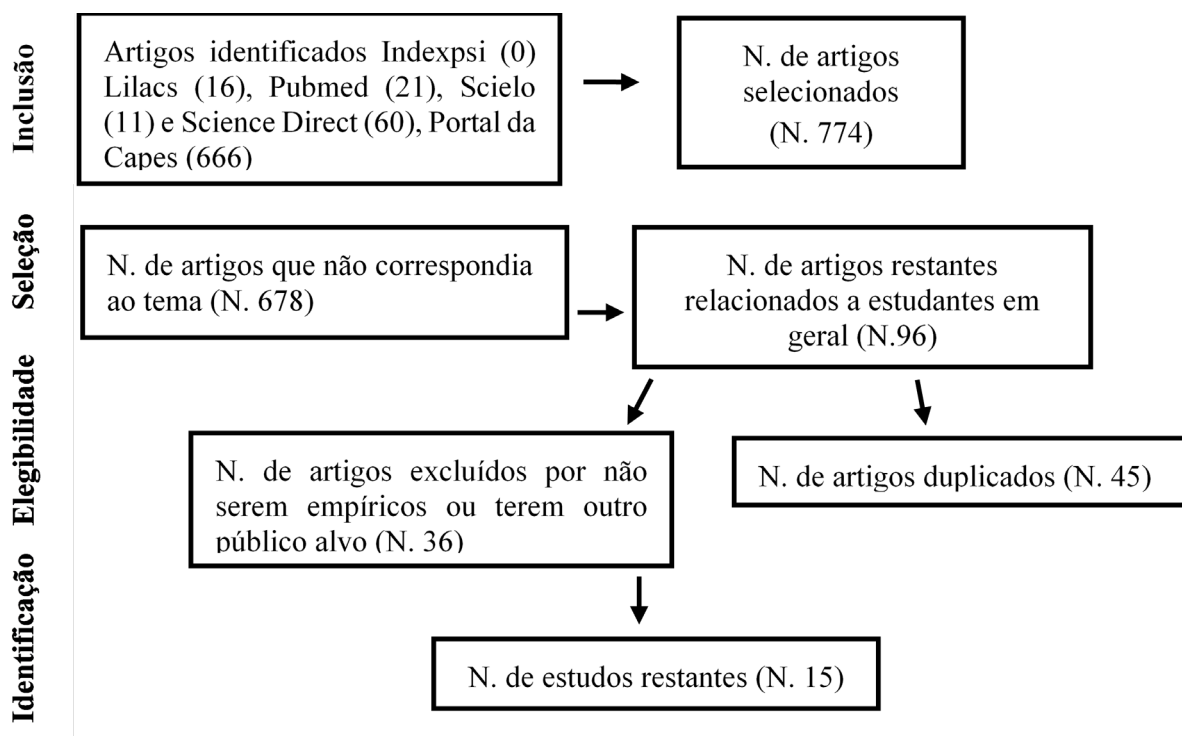


Figura 1. Fluxograma referente às etapas de análise dos artigos.

## Resultados

A partir da análise das pesquisas selecionadas, serão apresentados a seguir os modelos teóricos utilizados para embasar os estudos sobre ambientes restauradores, a metodologia utilizada nos estudos e os principais resultados relacionados às evidências e características de ambientes restauradores para o público universitário.

No que diz respeito aos modelos teóricos que descrevem os ambientes restauradores identificou-se 13 artigos que utilizam elementos das Teorias de R. Kaplan e Kaplan (1989) e Ulrich (1983), sendo que tais autores entendem que determinados ambientes estão associados a promoção de qualidade de vida e redução dos níveis de estresse e fadiga mental, assim proporcionam a restauração psicofisiológica e dos níveis de atenção (Albuquerque, Kuhnen, & Silva, 2016; Bogerd

et al., 2020; Elsadek, Sun, Sugiyama, & Fuji, 2019; Liu et al., 2018; Memari, Pazhouhanfar, & Nourtaghani, 2017; Menatti, Subiza-Pérez, Villalpando-Flores, Vozmediano, & Juan, 2019; Olafsdottir, Cloke, & Vogege, 2017; Payne, Loi, & Thorsteinsson, 2020; Rivero & Schulmeyer, 2018; Sander-Regier, Acheson, Rai, & Chen, 2015; Vujcic & Tomicevic-Dubljevic, 2018; Wang, Rodiek, Wu, Chen, & Li, 2016; Zhao, Xu, & Ye, 2018). Outros dois estudos utilizaram somente a teoria de R. Kaplan e Kaplan (1989), os quais compreenderam que ambientes restauradores apresentam benefícios em relação a atenção e bem-estar (Ming Lu & Jingwam Fu, 2019; Stigsdotter, Corazon, Sidenius, Kristiansen, & Grahn, 2017).

Todavia, apesar das teorias citadas terem sido elaboradas separadamente, ambas contribuíram para a construção do conceito de ambientes restauradores, sendo que a proposta por Ulrich (Ulrich, 1983, 1984;

Ulrich et al., 1991) está ligada a redução do estresse quando em contato com esses ambientes. Em contrapartida, a teoria apresentada por Rachel e Stephen Kaplan (R. Kaplan, 1983, 1984; R. Kaplan & Kaplan, 1989; S. Kaplan, 1987, 1995; S. Kaplan & Kaplan, 1982; S. Kaplan & Talbot, 1983) está relacionada à restauração da capacidade de atenção, com enfoque sobre o potencial restaurador da natureza.

## Metodologias utilizadas

Ressalta-se que dentre as pesquisas selecionadas e analisadas nesta revisão, 14 eram internacionais, com idioma predominantemente em inglês, apenas um artigo estava no idioma espanhol e outro em língua portuguesa, o qual fora realizado em território brasileiro.

Dos 15 artigos selecionados, 12 seguiram um delineamento quantitativo, dois qualitativos e apenas um adotou uma abordagem mista. Em relação aos ambientes utilizados para a pesquisa, em oito estudos os participantes estiveram em contato com dois ambientes, um deles era natural dentro da universidade, composto por áreas de florestas e bosques, e outro em áreas urbanas com ruas, vias de concreto e edifícios. Outras cinco pesquisas eram voltadas à visualização de fotografias e imagens de ambientes naturais e urbanos exibidas aos participantes em salas de aula. Além disso, duas pesquisas foram realizadas em salas de aulas com características naturais distintas, uma delas em meio à vegetação aberta em contato direto com a natureza e outra com a presença de variadas espécies de plantas.

A respeito dos instrumentos utilizados nos estudos, pode-se citar testes, questionários e escalas para a avaliação dos construtos: restauração, atenção, saúde e bem-estar, humor, estresse e aspectos psicofisiológicos envolvidos e preferência ambiental. No que se refere ao fenômeno restauração, destaca-se o uso de diferentes versões da Restoration Scale (SRRS) elaborada por Han (2003), que tem como base a Teoria da Restauração da Atenção e visa avaliar as qualidades restauradoras do ambiente, a qual leva-se em conta a manifestação emocional, fisiológica, cognitiva e comportamental dos indivíduos (Memari et al., 2017; Rivero & Schulmeyer, 2018; Zhao et al., 2018). Salienta-se também o uso da Perceived Restorativeness Scale (PRS) que avalia a experiência do sujeito quanto às qualidades restauradoras do ambiente, a partir de quatro componentes: distância (distanciamento físico e psicológico), extensão, fascínio e compatibilidade (Stigsdotter et al., 2017; Wang et al.,

2016). Também foi utilizada a adaptação espanhola da Restoration Outcome Scale (ROS-S) para mensurar as principais dimensões das experiências como o relaxamento, a calma e a restauração da atenção (Menatti et al., 2019) e a The Restorative State Scale (RSS) que visa capturar a experiência geral de conexão e experiências dos indivíduos nos ambientes de natureza e examinar as mudanças do estado restaurativo ao longo do tempo (Payne et al., 2020).

Em relação a atenção apresenta-se o uso do Digit Symbol Substitution Test (DSST) da Wechsler Adult Intelligence Scale (WAIS) (Bogerd et al., 2020) e o Digit Span Backwards (DSB) utilizados para avaliar o nível de atenção dos participantes durante a realização dos experimentos nas pesquisas, testes esses, que se utilizam da precisão da memorização de números (Wang et al., 2016). Além disso, também foi usado o Necker Cube Test para avaliação do desempenho da atenção (Olafsdottir et al., 2017).

Para as seguintes pesquisas foi importante compreender o estado de saúde dos participantes no momento da realização dos estudos, sendo usados instrumentos voltados à mensuração dos fenômenos relacionados às queixas de saúde, como o RAND-36 Health Survey que verifica a condição de saúde geral (Wang et al., 2016), o MM-Questionnaires que avaliam a manifestação de sintomas atribuídos pelos ambientes internos (Bogerd et al., 2020), a Visual Analogue Scale (EQ-VAS), e a Satisfaction With Life Scale (SWLS) que investigam o estado de saúde e a satisfação com a vida (Payne et al., 2020; Stigsdotter et al., 2017).

Sobre os instrumentos destinados a avaliar as alterações de humor durante a realização dos experimentos, vale destacar o uso do Perceived Mood States Questionnaire (Stigsdotter et al., 2017) e o State Trait Anxiety Inventory (STAI-S) (Wang et al., 2016). Além disso, o uso de testes voltados a avaliar as características do estresse como as subescalas de estresse, fadiga e vigor do Dutch Profile Mood States (POMS) (Bogerd et al., 2020; Stigsdotter et al., 2017), a Perceived Stress Scale (PSS) (Payne et al., 2020; Stigsdotter et al., 2017) e a Depression Anxiety Stress Scale (DASS21) (Vujcic & Tomicevic-Dubljevic, 2018) também foram usados, assim como o Maslach Burnout Inventory - Student Survey (MBI-SS) para mensurar a incidência do burnout acadêmico nos estudantes (Payne et al., 2020).

Durante a exposição dos participantes aos ambientes nos estudos citados, vale ressaltar o uso de técnicas que medem os aspectos psicofisiológicos, e que

foram ao encontro da perspectiva de Ulrich (1983), o qual apresenta a alteração do estado psicofisiológico de estresse diante da exposição a determinados aspectos do ambiente físico. Diante disso, nesses estudos foram usados exames como a medição da pressão arterial (PA) e a variabilidade da frequência cardíaca (VFC) (Elsadeck et al., 2019; Olafsdottir et al., 2017; Stigsdotter et al., 2017) eletrocardiograma (ECG), Skin Conductance Response (SCR) (Utilizado para mensurar a condutância da pele,, maiores condutâncias indicam níveis mais elevados de estresse) (Wang et al., 2016), medição dos níveis de cortisol na saliva, Socially-evaluated Cold-pressor Test (SECPT) (Olafsdottir et al., 2017), teste do movimento dos olhos e o uso do Semantic differential questionnaire (questionário para avaliar também as respostas emocionais) (Elsadeck et al., 2019).

Em relação a preferência e avaliação ambientais, foram identificados técnicas e instrumentos destinados a mensurar tais dimensões como a adaptação da Environmental Assessment Scale (Bogerd et al., 2020) e os itens adaptados da Place Attachment and Identification Scale (Menatti et al., 2019). O uso de entrevistas semiestruturadas, questionários e outros instrumentos também se destacaram em relação a busca das características associadas à agradabilidade no ambiente e a preferência pelos aspectos que esses lugares possuíam (Albuquerque et al., 2016; Liu et al., 2018; Ming Lu & Jingwan Fu, 2019; Olafsdottir et al., 2017; Rivero & Schulmeyer, 2018; Sander-Regier et al., 2015; Vujcic & Tomicevic-Dubljevic, 2018).

## Principais características dos ambientes restauradores

A maioria dos autores buscou verificar os efeitos dos ambientes restauradores em relação ao estresse e a atenção, porém havia diferentes objetivos em cada pesquisa. De modo geral, ressaltam-se três categorias de objetivos principais como: (1) identificar os efeitos restauradores ao assistir a uma aula em sala aberta ou com natureza interna, (2) verificar os efeitos restauradores em estudantes universitários depois de serem expostos a ambientes compostos com natureza ou realizar atividades nesses lugares, e por fim (3) mensurar e/ou comparar os efeitos restauradores após os participantes verem vídeos, slides ou fotos de ambientes naturais e urbanos.

Na primeira categoria dois estudos abordaram a sala de aula como ambiente restaurador. Em um deles

a sala de aula não era tradicional, com paredes, quadros ou cadeiras, mas sim aberta, isto é, em lugar composto por fauna e flora dentro da própria universidade. Este lugar simulava uma floresta boreal e nela continha uma variedade de espécies de plantas e alguns animais (Sanger-Regier, 2015). A sala de aula com natureza interna continha espécies de plantas, além de paredes pintadas de verde (Bogerd et al., 2020). Ambos os estudos concluíram que os universitários que assistiram à aula nestas salas obtiveram diminuição do estresse e aumento da atenção e da sensação de bem-estar.

Na segunda categoria, foram identificadas quatro pesquisas, das quais duas buscaram reconhecer os elementos de preferência ambiental considerados restauradores para os universitários. Um dos estudos era nacional e foi realizado em dois campus, um localizado na região norte e outro na região sul do Brasil. Os resultados obtidos indicaram que os participantes do campus 1 consideraram mais restauradores e relataram ter maior sensação de bem-estar em locais com grama verde e com trilhas naturais dentro da própria universidade. No campus 2, a preferência se deu por um bosque que possuía árvores com sombras, gramado e bastante área verde como arbustos ao redor, o que segundo os participantes, proporciona sensação de bem-estar (Albuquerque et al., 2016). Na mesma perspectiva, houve um estudo que objetivou identificar fatores mais restauradores em relação a atenção, para os estudantes em oito universidades no nordeste da China e teve como conclusão a escolha de ambientes a beira mar, seguido dos lugares de vegetação, além de bosques com áreas verdes e arbustos (Ming Lu & Jingwan Fu, 2019).

Ainda na segunda categoria, dois estudos compararam os efeitos da realização de atividades como a caminhada nos ambientes naturais e urbanos. Ambos obtiveram efeitos em relação ao humor nos resultados dos testes aplicados, pois dos diferentes efeitos nesses contextos concluiu-se que o humor dos participantes apresentou uma melhora significativa quando inseridos no ambiente natural, sendo que este possuía características como: vistas panorâmicas de paisagens de vegetação, lago e floresta de pinheiro. Dessa forma, o ambiente florestal fora mais bem avaliado em relação a percepção da restauração que o ambiente urbano. No entanto, em um dos estudos os participantes não apresentaram diferenças significativas nas respostas fisiológicas (Stigsdotter et al., 2017), enquanto no outro, demonstrou redução do estresse fisiológico quando a caminhada era realizada em

áreas verdes (Olafsdottir et al., 2017). Com este mesmo enfoque, outro estudo evidenciou o aumento dos níveis de atenção, diminuição dos níveis de estresse e maior sensação de bem-estar nos universitários quando expostos a ambientes com áreas verdes (Payne et al., 2020).

A exposição de ambientes por meios digitais, como vídeos, slides ou fotografias foi a terceira categoria. Estas apresentavam em suas imagens naturais ambientes que continham árvores, gramado, arbustos, vegetação (Elsadeck et al. 2019; Liu et al., 2018; Memari et al. 2017; Menatti et al. 2019; Olafsdottir et al., 2017; Rivero & Schulmeyer 2018; Vujcic & Tomicevic-Dubljevic 2018; Wang et al. 2016; Zhao et al., 2018), flores (Elsadeck et al. 2019; Liu et al., 2018; Menatti et al. 2019; Wang et al. 2016) som de pássaros, ausência de pessoas, alguns tipos de animais que as pessoas possam acariciar e alimentar (Memari et al., 2017), além de imagem ou som de água (Liu et al., 2018). Nas fotos de ambientes urbanos, eram retratados por dois cenários, um deles por meio de praças urbanas localizadas no centro da cidade, onde continham uma catedral (Menatti et al., 2019), coqueiros, e outras árvores (Menatti et al., 2019; Wang et al., 2016). O segundo cenário era composto por ambientes urbanos com edifícios, ruas e muitas pessoas ao redor (Wang et al., 2016). Constatou-se em todos os artigos que se propuseram a investigar as características de ambientes naturais, a presença de áreas verdes, compostas por árvores e arbustos que favorecem a sensação de bem-estar, calma, diminuição do nível de estresse e restauração da atenção (Elsadeck et al., 2019; Liu et al., 2018; Memari et al., 2017; Menatti et al., 2019; Rivero & Schulmeyer, 2018; Vujcic & Tomicevic-Dubljevic, 2018; Wang et al., 2016; Zhao et al., 2018).

Nas fotos de ambientes urbanos, os parques por possuírem características da natureza, apresentaram maior efeito restaurador (Menatti et al., 2019; Wang et al., 2016), enquanto os slides com edifícios, ruas repletas de pessoas, apresentaram efeito não restaurador em relação ao estresse (Wang et al., 2019).

## Discussão

É importante salientar a prevalência de estudos internacionais presentes nessa revisão, sendo predominantemente artigos na língua inglesa, o qual é possível justificar este fator, devido ao fato do berço das teorias de R. Kaplan e Kaplan (1989) e Ulrich (1983) sobre ambientes restauradores terem sido elaboradas nos Estados Unidos da América.

Com base nos principais resultados encontrados nos estudos analisados nesta revisão, ressalta-se a primazia da utilização de ambas as teorias de R. Kaplan e Kaplan (1989) e S. Kaplan (1995) e Ulrich (1983). Doze estudos partiram da premissa da complementação das teorias, pois concluem que a natureza propicia tanto benefícios psicológicos quanto fisiológicos (Goulart & Gunther, 2018), já que os dois tipos possibilitam diminuição do estresse (Reifschneider, 2016). As teorias citadas se complementam, pois Ulrich (1983) prioriza os efeitos emocionais e fisiológicos e indica que ao proporcionar ao indivíduo ambientes em meio a natureza pode-se manter o estado de atenção não vigilante e assim é provocada a sensação de relaxamento, enquanto de R. Kaplan e Kaplan (1989) e S. Kaplan (1995) indicam que ao lidar com o estresse do cotidiano, as pessoas ficam com o nível de atenção sobrecarregado, o que causa fadiga. Sendo assim, ao vivenciar a sensação de relaxamento, a atenção pode ser restaurada (Hodecker, 2020). Dessa forma, para haver restauração da atenção é necessária a diminuição do nível de estresse, e para diminuição deste é necessário que a atenção não vigilante seja colocada em prática (Albuquerque et al., 2016).

Em relação a abordagem dos estudos, destaca-se a primazia de pesquisas predominantemente quantitativas, e a preferência dos pesquisadores para o uso de testes e instrumentos que permitem quantificar por meio de números as informações coletadas nas pesquisas. Ao comparar tais achados com a revisão de Kuhnen e Silveira (2019) identificou-se uma quantidade similar entre pesquisas quantitativas e qualitativas. No que diz respeito aos cursos de graduação em que os universitários frequentavam salienta-se a falta de especificação acerca deles, sendo que a maioria dos estudos não voltou a descrever de forma detalhada essas informações, e focaram em universitários de modo geral; no entanto, sabe-se que questões relacionadas ao sofrimento psíquico em estudantes da área da saúde como, por exemplo, dentre os cursos de medicina, é expressivamente maior que os da população em geral (Conceição et al., 2019). Nota-se não só uma necessidade de maior atenção a este público, mas a carência de estudos nacionais sobre os ambientes restauradores de ensino a fim de promover a saúde mental.

Sobre os instrumentos utilizados nas pesquisas, nota-se a prevalência de dois grandes grupos, dos quais estão voltados a mensurar os efeitos restauradores com base em ambas as teorias citadas. Os instrumentos

destinados a mensurar atenção, restauração e sensação de bem-estar apresentaram-se com uma maior incidência na utilização de escalas para acessar tais dados, a qual ressalta-se o uso de testes que teve como foco mensurar os quatro componentes citados na teoria de R. Kaplan e Kaplan (1989): distância, extensão, fascínio e compatibilidade (Stigsdotter et al., 2017). Em contrapartida, o estudo de Kuhnen e Silveira (2019), salientou uma maior prevalência na utilização de entrevistas nas pesquisas encontradas em sua revisão. Pode-se considerar que ao se tratar de ambientes restauradores no meio acadêmico e com base nas pesquisas mais recentes na área o uso de testes padronizados tende a ser mais comum.

Destarte os tipos de técnicas aplicadas na realização dos experimentos salientam-se não só a exposição dos participantes aos ambientes restauradores, mas também a utilização de visualização de imagens e cenas de diversos ambientes, sendo que tais fotografias eram de alta resolução, captadas e escolhidas de antemão pelos pesquisadores e apresentadas aos participantes por meio de slides. A partir disso, é possível considerar, com base nas discussões de Higuchi e Kuhnen (2008) que tal técnica é bastante utilizada por ser produtiva nas pesquisas voltadas a psicologia ambiental, e possibilita através da visualização das fotos do mundo externo, o resgate de uma rede de imagens internas dos indivíduos, das quais possuem significados próprios, pois a cultura do participante e a relação com os aspectos sociais são alguns dos componentes que influenciam na restauração e proporcionam significados complexos e únicos para quem vê as imagens (Memari et al., 2017).

Observou-se nas pesquisas descritas que as características principais consideradas restauradoras foram atribuídas a elementos naturais de áreas verdes, como grama, árvores, arbustos, além de outras plantas, associadas ou não a sons naturais como de água ou pássaros, em concordância aos estudos de Mejia-Castillo, López-Suárez, Rodríguez, e Lagunes-Córdoba (2016) e van den berg, Joye, e Koole (2016), os quais afirmam que ambientes de áreas verdes são mais restauradores em relação a áreas urbanas, por possuírem características como a presença de árvores, arbustos, plantas diversas, espaços de natureza verde e vegetação (Elsadeck et al., 2019; Liu et al., 2018; Memari et al., 2017; Menatti et al., 2019; Olafsdottir et al., 2017; Vujcic & Tomicevic-Dubljevic, 2018; Rivero & Schulmeyer, 2018; Wang et al., 2016; Zhao et al., 2018).

Sobre os fatores considerados menos restauradores foram encontrados ambientes urbanos com

prevalência de ruas e vias de concreto. Portanto, quando os espaços eram constituídos de forma mista, onde as estruturas de grandes parques urbanos se mesclavam com a presença de plantas com calçadas de concreto, apresentavam-se indícios da capacidade restaurativa, bem como Reifschneider (2016) cita em sua pesquisa, na qual determinados ambientes urbanos quando bem arquitetados e com características como linhas, curvas e presença de elementos naturais como a água, plantas e árvores, podem exercer efeito restaurador sobre a saúde mental; isso se dá pois elementos naturais são incluídos no ambiente (Menatti et al., 2019; Wang et al., 2016).

## Considerações finais

A partir dos artigos revisados foi possível identificar as características físicas e os benefícios obtidos no contato com ambientes restauradores ao se tratar da saúde mental no contexto universitário, assim como tais resultados podem ser utilizados na implantação de ambientes restauradores em universidades. No que diz respeito aos efeitos desses ambientes, ressalta-se a restauração da atenção, a diminuição do estresse e a promoção do bem-estar, de forma a proporcionar efeitos como relaxamento e calma, além do sentimento de se “desconectar” do mundo externo.

Para serem implementados estes ambientes dentro das universidades, é necessária a utilização de alguns elementos, como a construção de espaços ao ar livre, com grama, espécies de plantas nativas, arbustos, árvores e flores, além de destinar uma área que possibilite ao estudante sentar-se próximo das áreas verdes e contemplar o que está em volta. No entanto, é importante pensar a respeito da construção de áreas com características naturais, de modo a se distanciar da utilização de cores cinzas ou espaços com utilização única de concreto. Além disso, torna-se oportuno que esses materiais resistam às condições variadas do clima, sendo uma opção viável móveis feitos com fibra natural.

Para implantar o ambiente em um lugar fechado recomenda-se o uso de ferramentas decorativas que podem auxiliar nessa criação, como a pintura das paredes em tons de verde e vasos de plantas espalhados nesse espaço. Também pode ser utilizada música ambiente com sons de águas ou do canto dos pássaros, assim como há a possibilidade do uso de fotografias ou recursos audiovisuais como a projeção de imagens com cenas de bosques, florestas e paisagens com lagos

e cachoeiras, a fim de proporcionar aos alunos um ambiente restaurador por meio destes recursos que já demonstraram resultados restauradores concretos.

Por fim, é de suma importância salientar a escassez de estudos nacionais referentes a ambientes restauradores, pois, de todos os artigos presentes nesta revisão apenas uma pesquisa foi realizada no Brasil. Frente às limitações desta pesquisa destaca-se a coleta dos artigos serem voltados apenas aos últimos cinco anos e a restrição frente aos idiomas e as bases de dados. Salienta-se a necessidade de pesquisas em diferentes espaços, a fim de investigar a influência de fatores que vão além dos aspectos físicos dos ambientes, como, por exemplo, a perspectiva cultural e social.

## Referências

- Albuquerque, D. S., Silva, D. S., & Kuhnen, A. (2016). Preferências ambientais e possibilidades de restauro psicológico em campi universitários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(4), 893-906. doi: 10.1590/1982-3703002972015
- Andrade, A. S., Tiraboschi, G. A., Antunes, N. A., Viana, P. V. B. A., Zanoto, P. A., & Curilla, R. T. (2016). Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(4), 831-846. doi: 10.1590/1982-3703004142015
- Ansolin, A. G. A., Rocha, D. L. B., Santos, R. P., & Pozzo, V. C. D. (2015). Prevalência de transtorno mental comum entre estudantes de psicologia e enfermagem. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 22(3), 42-45. doi: 10.17696/2318-3691.22.3.2015.83
- Berman, M. G., Jonides, J., & Kaplan, S. (2008). The cognitive benefits of interacting with nature. *Psychological Science*, 19(12), 1207-1212. doi: 10.1111/j.1467-9280.2008.02225.x
- Bezerra, I. M. P., & Sorpreso, I. C. E. (2016). Conceitos de saúde e movimentos de promoção da saúde em busca da reorientação de práticas. *Journal of Human Growth and Development*, 26(1), 11-16. doi: 10.7322/jhgd.113709
- Bogerd, N. V. D., Dijkstra, S. C., Tanja-Dijkstra, K., Boer, M. R., Seidell, J. C., Koole, S. L., & Maas, J. (2020). Greening the classroom: Three field experiments on the effects of indoor nature on students' attention, well-being, and perceived environmental quality. *Building and Environment*, 171, 106675. doi: 10.1016/j.buildenv.2020.106675
- Cavalcante, S., & Elali, G. A. (Orgs.). (2017). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda.
- Conceição, L., Batista, C. B., Dâmaso, J. G. B., Pereira, B. S., Carniele, R. C., & Pereira, G. (2019). Saúde mental dos estudantes de medicina brasileiros: uma revisão sistemática da literatura. *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 24(3), 785-802. doi: 10.1590/s1414-40772019000300012
- Elsadek, M., Sun, M., Sugiyama, R., & Fujii, E. (2019). Cross-cultural comparison of physiological and psychological responses to different garden styles. *Urban Forestry & Urban Greening*, 38, 74-83. doi: 10.1016/j.ufug.2018.11.007
- Ercole, F. F., Melo, L. S., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Integrative review versus systematic review. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 9-11. doi: 10.5935/1415-2762.20140001
- Goulart, F., & Günther, H. (2018, outubro). O papel da arborização urbana na vivência do pedestre: um estudo sob a perspectiva pessoa-ambiente. In Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra (Org.), *8º Congresso Luso-Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável*. Coimbra, Portugal: Autor. Recuperado de <https://www.dec.uc.pt/pluris2018/Paper869.pdf>
- Gressler, S. C. (2014). *O descanso e a teoria dos ambientes restauradores* (Tese de Doutorado Universidade de Brasília, Brasília, DF). Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15845>
- Gressler, S. C., & Gunther, I. (2013). Ambientes restauradores: definição, histórico, abordagens e pesquisas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(3), 487-495. doi: 10.1590/S1413-294X2013000300009
- Han, K. T. (2003). A reliable and valid self-rating measure of the restorative. *Landscape and Urban Planning*, 64, 209-232. doi: 10.1016/S0169-2046(02)00241-4
- Higuchi, M. I. G., & Kuhnen, A. (2008). Percepção e representação ambiental – métodos e técnicas de investigação para a educação ambiental. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 181-215). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Hodecker, M. (2020). *Estresse e restauração hospitalar: preditores ambientais na perspectiva de acompanhantes* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, SC). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215930>
- Kaplan, R. (1983). The role of nature in the urban context. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Orgs.), *Behavior and the natural environment* (Vol. 6, pp. 127-161). Nova Iorque e Londres: Plenum.
- Kaplan, R. (1984). Impact of urban nature: A theoretical analysis. *Urban Ecology*, 8(3), 189-197. doi: 10.1016/0304-4009(84)90034-2
- Kaplan, R. & Kaplan, S. (1989). *The experience of nature: A psychological perspective*. Nova Iorque: Cambridge University.
- Kaplan, S. (1987). Aesthetics, affect, and cognition. *Environment and Behavior*, 19(1), 3-32. doi: 10.1177/0013916587191001
- Kaplan, S. (1995). The restorative benefits of nature: Toward an integrative framework. *Journal of Environmental Psychology*, 15(3), 169-182. doi: 10.1016/0272-4944(95)90001-2
- Kaplan, S., & Kaplan, R. (Orgs.). (1982). *Humanscape: Environments for people*. Ann Arbor, MI: Ulrich's Books.
- Kaplan, S., & Talbot, J. F. (1983) Psychological benefits of a wilderness experience. *Human Behavior & Environment: Advances in Theory & Research*, 6, 163-203. Recuperado de <https://psycnet.apa.org/record/1985-14565-001>
- Kuhnen, A., & Silveira, B. (2019). Psicologia ambiental e saúde na relação pessoa-ambiente: uma revisão sistemática. *Psi Unisc*, 3(1), 89-105. doi: 10.17058/psiunisc.v3i1.12523
- Leão, A. M., Gomes, I. P., Ferreira, M. J. M., & Cavalcanti, L. P. G. (2018). Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade entre estudantes universitários da área da saúde de um grande centro urbano do Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 42(4), 55-65. doi: 10.1590/1981-52712015v42n4rb20180092
- Liu, Q., Zhang, Y., Lin, Y., You, D., Zhang, W., Huang, Q., ... Lan S. (2018). The relationship between self-rated naturalness of university green space and students' restoration and health. *Urban Forestry & Urban Greening*, 34, 259-368. doi: 10.1016/j.ufug.2018.07.008

- Mejia-Castillo, A. J., López-Suárez, A. D., Rodríguez, C. E., & Lagunes-Córdoba, R. (2016). Percepción de cualidades restauradoras de los espacios escolares de bachillerato en Xalapa, México. *Acta Colombiana de Psicología*, 19(2), 199-209. doi: 10.14718/ACP.2016.19.2.9
- Memari, S., Pazhouhanfar, M., & Nourtaghani, A. (2017). Relationship between perceived sensory dimensions and stress restoration in care settings. *Urban Forestry & Urban Greening*, 26, 104-113. doi: 10.1016/j.ufug.2017.06.003
- Menatti, L., Subiza-Pérez, M., Villalpando-Flores, A., Vozmediano, L., & Juan, C. S. (2019). Place attachment and identification as predictors of expected landscape restorativeness. *Journal of Environmental Psychology*, 63, 36-43. doi: 10.1016/j.jenvp.2019.03.005
- Ming, L., & Jingwan, F. (2019). Attention restoration space on a university campus: Exploring restorative campus design based on environmental preferences of students. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(14), 2629. doi: 10.3390/ijerph16142629
- Olafsdottir, G., Cloke, P., & Vögele, C. (2017). Place, green exercise and stress: An exploration of lived experience and restorative effects. *Health & Place*, 46, 358-365. doi: 10.1016/j.healthplace.2017.02.006
- Payne, E. A., Loi, N. M., & Thorsteinsson, E. B. (2020). The restorative effect of the natural environment on university student's psychological health. *Journal of Environmental and Public Health*, 4210285. doi: 10.1155/2020/4210285
- Pereira, A. S., Willhelm, A. R., Koller, S. H., & Almeida, R. M. M. (2018). Atores de risco e proteção para tentativa de suicídio na idade emergente. *Ciência e Saúde Coletiva*, 23(1), 3767-3777. doi: 10.1590/1413-812320182311.29112016
- Reifschneider, E. D. B. (2016). *Ambientes restauradores: uma retomada do urbano* (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília). doi: 10.26512/2016.03.T.19982
- Rivero, T., & Schulmeyer, M. K. (2018). El impacto del medio ambiente em estudiantes universitarios: Percepción del efecto restaurador de imágenes naturales y urbanas. *Ajayu Órgano de Difusión Científica del Departamento de Psicología UC BSP*, 16(1), 150-171. doi: 10.13140/2.1.3933.8560
- Sander-Regier, R., Acheson, E. S., Rai, N., & Chen, J. R. (2015). The University of Ottawa's Husky Energy Courtyard: Looking back, looking forward after 10 years. *Urban Forestry & Urban Greening*, 14(4), 1131-1136. doi: 10.1016/j.ufug.2015.10.010
- Silveira, B. B., Felipe, M. L., & Schultz, N. T. (2019). Ambientes restauradores: conceitos e definições. In B. B. Silveira & M. L. Felipe (Orgs), *Ambientes restauradores contextos e pesquisas em contextos de saúde* (pp. 9-22). Recuperado de <https://lapam.paginas.ufsc.br/files/2019/06/AMBIENTES-RESTAURADORES-conceitos-e-pesquisa-em-contextos-de-sa%C3%BAde.pdf>
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Revista Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102-106. doi: 10.1590/s1679-45082010rw1134
- Stigsdotter, U. K., Corazon, S. S., Sidenius, U., Kristiansen, J., & Grahn, P. (2017). It is not all bad for the grey city – A crossover study on physiological and psychological restoration in a forest and an urban environment. *Health & Place*, 46, 145-154. doi: 10.1016/j.healthplace.2017.06.003
- Ulrich, R. S. (1983). Aesthetic and affective response to natural environment. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Orgs.), *Behavior and the natural environment* (Vol. 6, pp. 85-120). Nova Iorque: Plenum.
- Ulrich, R. S. (1984). View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, 224(4647), 420-421. doi: 10.1126/science.6143402
- Ulrich, R. S. (1991). Effects of interior design on wellness: Theory and recent scientific research. *Journal of Healthcare Interior Design*, 3(1), 97-109. Recuperado de <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10123973/>
- Ulrich, R. S. (1999). Effects of gardens on health outcomes: Theory and research. In C. C. Marcus & M. Barnes (Orgs.), *Healing gardens: Therapeutic benefits and design recommendations* (pp. 27-86). Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- van den berg, A. E., Joye, Y., & Koole, S. L. (2016). Why viewing nature is more fascinating and restorative than viewing buildings: A closer look at perceived complexity. *Urban Forestry and Urban Greening*, 20(1), 397-401. doi: 10.1016/j.ufug.2016.10.011
- Vujcic, M., & Dubljevic-Tomicic, J. (2018). Urban forest benefits to the younger population: The case study of the city of Belgrade, Serbia. *Forest Policy and Economics*, 96, 54-62. doi: 10.1016/j.forpol.2018.08.006
- Wang, X., Rodiek, S., Wu, C., Chen, Y., & Li, Y. (2016). Stress recovery and restorative effects of viewing different urban park scenes in Shanghai, China. *Urban Forestry & Urban Greening*, 15, 112-122. doi: 10.1016/j.ufug.2015.12.003
- Zhao, J., Xu, W., & Ye, L. (2018). Effects of auditory-visual combinations on perceived restorative potential of urban green space. *Applied Acoustics*, 141, 169-177. doi: 10.1016/j.apacoust.2018.07.001

Letícia Iglesias, Graduanda em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí - Itajaí/SC (UNIVALI), Pesquisadora Bolsista de Iniciação Científica através do programa UNIEDU. Email: letyciaiglesias@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1399-7017>

Roberta Borghetti Alves, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Docente do Curso de Psicologia e do Mestrado profissional de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí - Itajaí/SC (UNIVALI), é Docente do curso de Psicologia e do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí - Itajaí/SC (UNIVALI). Email: roberta\_alves@univali.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1866-699X>

*Júlia Roberta da Silva*, Graduada em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí - Itajaí/SC (UNIVALI). Email: [juliarservato@gmail.com](mailto:juliarservato@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4115-2233>

*Rafaela Rodrigues Sonda*, Graduada em Psicologia na Universidade do Vale do - Itajaí/SC (UNIVALI). Email: [rafasonda@hotmail.com](mailto:rafasonda@hotmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2291-4498>

Recebido em 22.dez.20

Revisado em 23.dez.21

Aceito em 31.jan.22



# O Genograma para compreensão do processo migratório de famílias em vulnerabilidade social

Olga Maria Pimentel Jacobina. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal  
Acileide Cristiane Fernandes Coelho. Universidade de Brasília. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal

Lorena Braga Antunes Juliano. Universidade de Brasília. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal

Jacques Rheume. University of Quebec. University Integrated Center of Health and Social Services

## Resumo

O Trabalho Social com Famílias realizado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) abarca vários desafios. Um deles é a utilização de instrumentos adequados que possibilitem uma compreensão mais abrangente sobre a construção do sujeito, das desigualdades incidentes sobre ele, das estratégias de enfrentamento de vulnerabilidade e a contextualização desse processo em relação ao território em que vive. O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de um relato de experiência, diferentes possibilidades de uso do genograma no trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade em contexto de migração. O genograma mostrou-se um instrumento importante para a compreensão da construção dos vínculos sociais no processo migratório. Este recurso possibilitou tanto para as profissionais quanto às famílias o entendimento da história de vida, da dinâmica de migração, da estrutura de desigualdades que motivam o fluxo migratório e das estratégias de sobrevivência vivenciadas pelas famílias diante das situações de exclusão social.

**Palavras-chaves:** genograma; território; migração; Trabalho Social com Famílias; vulnerabilidade social.

## Abstract

*The Genogram for understanding the migratory process of families in social vulnerability.* The Social Work with Families performed under the Unique System of Social Assistance (SUAS) covers various challenges. One of them is the use of appropriate instruments that allow a more comprehensive understanding of the subjects' construction, the inequalities that affect them, the strategies to face vulnerability and the contextualization of this process in relation to the territory in which they live. This article's aim is to present, based on an experience report, different possibilities of using the genogram in social work with families in situations of vulnerability in the context of migration. The genogram proved to be an important tool for understanding building social bonds in the migratory process. This resource made it possible for both professionals and families to understand life stories, migration dynamics, the structure of inequalities that motivate the migratory flow and the survival strategies experienced by families in the face of social exclusion.

**Keywords:** genogram; territory; migration; Social Work with Families; social vulnerability.

## Resumen

*El Genograma para comprender el proceso migratorio de familias en vulnerabilidad social.* El Trabajo Social con Familias del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) engloba varios desafíos. Uno de ellos es el uso de instrumentos adecuados para una comprensión más integral de la construcción del sujeto, las desigualdades que lo afectan, las estrategias para enfrentar la vulnerabilidad y la contextualización de este proceso en relación al territorio en el que vive. El objetivo de este artículo es presentar, a partir de un relato de experiencia, diferentes posibilidades de uso del genograma en trabajo social con familias en vulnerabilidad en el contexto de migración. El genograma resultó ser una herramienta importante para comprender la construcción de vínculos sociales en el proceso migratorio. Este recurso permitió, tanto a los profesionales como a las familias, conocer su historia de vida, la dinámica migratoria, la estructura de las desigualdades que motivan el flujo migratorio y las estrategias de supervivencia que enfrentan las familias ante la exclusión social.

**Palabras clave:** genograma; territorio; migración; Trabajo social con familias; vulnerabilidad social.

O relato e as reflexões apresentadas neste artigo partem da experiência das autoras na atuação em trabalhos com famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social referenciadas pela proteção social básica na Política Nacional de Assistência Social. Nesse sentido, partimos de um olhar sistêmico norteado pela psicologia social crítica para compreender a dinâmica da migração e o contexto de exclusão social. Realizamos, ainda, uma leitura dialética entre aspectos micro e macrosocial considerando o sujeito, sua história e estruturas sociais. Essa análise entende que o fenômeno da migração é marcado por questões de gênero, raça e classe, com a presença cada vez maior de mulheres que se inserem no fluxo migratório para garantir acesso a direitos para elas e para seus filhos, bem como fugir de situações de violência (Bertoldo, 2018, Rosa, Hillesheim, Weber, & Holderbaun, 2019).

Aliado a essa perspectiva, utilizamos como lente de análise o materialismo histórico dialético. Dessa forma, durante o trabalho social com famílias, buscamos identificar o que Marx (1859/2008) chama de “condições materiais de existência”, que envolvem aspectos histórico-familiares e o modo de produção e obtenção de renda, refletindo as relações sociais estabelecidas a partir do trabalho desenvolvido pelas famílias em suas cidades de origem ou em sua busca por subsistência no contexto para o qual migram. Também apontamos a relevância da compreensão de fatores como acesso a direitos, bens, serviços, moradia, comida e água tanto no território de origem quanto no de chegada. Estes fatores são determinantes para as relações sociais, comunitárias e familiares. Nesse contexto, conforme Singer (1998), numa perspectiva histórico-estrutural, para compreender a migração, é preciso uma leitura dos aspectos econômicos e sociais, pois tal fenômeno estaria condicionado a processos de mudanças da sociedade do desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, na compreensão da totalidade do fenômeno, há o olhar da subjetivação do migrante que se constrói nesta sociedade demarcada por estruturas de desigualdade, mas que carrega marcas ligadas a valores, crenças, histórias familiares e culturais. Olhar essa lógica coletiva, ao mesmo tempo, que diz da construção de identidade é relevante para a compreensão do processo migratório. Essa noção é trazida por Miranda (2019) fazendo uma leitura de Ciampa (2012) sobre identidade e metamorfose em busca de emancipação, a qual, segundo ele, constitui-se por uma rede

de interações e socializações relacionadas ao conceito de autonomia e reconhecimento social.

A história de vida familiar é particularmente potente para a apropriação do processo emancipatório levando ao empoderamento e à elevação da consciência coletiva, conforme definiria Paulo Freire (1970) quando aponta o “empoderamento” como um processo que permite que indivíduos e comunidades tenham mais poder sobre suas situações de vida. Esse conceito inclui quatro dimensões: o desenvolvimento da autoestima; o reconhecimento e o desenvolvimento de habilidades; uma estrutura relacional caracterizada por relações igualitárias; e o desenvolvimento de uma consciência social crítica (Gutierrez, 1995; Wallerstein & Bernstein, 1994). Essas dimensões estão fortemente relacionadas, sendo favorecidas pelo processo de exposição da realidade aliado à reflexão-ação. Desenvolver essa consciência apreciando as singularidades culturais, econômicas, sociais, etárias e que relevem as diferentes origens, individuais e coletivas, é algo essencial ao trabalho de memória histórica (Rhéaume, 2014).

Em relação à existência de comunidades “históricas”, como apontam Robertson e Minkler (1994), elas permitem que as pessoas se liguem por meio de histórias e saberes coletivos e individuais para construção de conhecimentos e orientações que promovam desenvolvimento futuro de cada cidadão e da comunidade. Tais autores constroem a definição de “comunidade” consoante os quatro critérios de McKnight, a saber: foco voltado para as “capacidades”, e não apenas para as deficiências; relações amigáveis e informais; ocorrência de narração de histórias coletivas ou comunitárias; e inclusão de fases de celebração e de luto ou tragédias que revelam a fragilidade da vida comunitária.

Considerando a necessidade desse olhar coletivo e, ao mesmo tempo, com especificidades locais no trabalho que realizamos em comunidades, alguns pontos são relevantes como, por exemplo, conhecer o território e a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem. Para tanto, a compreensão do conceito de território envolve dimensões ligadas às potencialidades, vulnerabilidades e riscos presentes nesse espaço, bem como à trajetória e à história de vida dos sujeitos que o constituem. Portanto, o território não se limita a um espaço geográfico, mas representa arranjos diversos, sendo: “...espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam

os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos.” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 54).

Assim, é relevante que as equipes que executam os serviços socioassistenciais estabeleçam uma relação de vínculo com os sujeitos nos seus territórios criando espaços de convivência para uma compreensão desse contexto a partir da história contada por esses indivíduos (Nascimento & Melazzo, 2013). Além disso, faz-se necessário pensar em recursos e instrumentos para mapear dados e informações referentes à dinâmica territorial, bem como nos costumes e valores de um determinado grupo familiar. Para compreender esses fenômenos migratórios, é preciso conhecer para além dos dados demográficos, incluindo dar visibilidade a questões de gênero, condições de vulnerabilidade e motivações para a migração (Dornelas & Ribeiro, 2018).

As intervenções e a oferta de serviços precisam voltar o olhar para os estigmas que acompanham a formação de territórios marginalizados pelo fluxo migratório de famílias que acabam trazendo outras famílias que, por sua vez, reúnem-se para tentar manter laços já formados no local de origem. Ainda sobre a história transgeracional dessas famílias migrantes, Penso et al. (2008) assinalam que elas são expostas a cortes entre as gerações devido às constantes migrações em busca de melhores condições de sobrevivência, dificultando a manutenção e a transmissão de uma memória familiar através das gerações, bem como da perpetuação de seus rituais. Seguindo a abordagem da história de vida familiar e das trajetórias sociais, Gaulejac (1999) destacou a importância da transmissão intergeracional da “história herdada”. Isso poderia ser analisado mediante quatro recursos evolutivos e mutáveis: materiais (riqueza ou pobreza), culturais (educação, artes), capital social (riqueza ou pobreza de redes pessoais ou familiares) e físicos (saúde ou doença, vida hábitos). Assim, as intervenções podem mitigar danos que as migrações abruptas e constantes possam causar nas famílias em situação de exclusão social e pobreza no Brasil, além de ter foco em fortalecimentos de laços comunitários e de resgate das histórias individuais e coletivas.

Para compreender as histórias desses migrantes e das interações que as atravessam, alguns instrumentos são possíveis. Dentre eles, neste artigo, destaca-se o genograma como uma possibilidade interventiva, o qual consiste na representação gráfica de informações sobre a família e seus laços intergeracionais sendo possível visualizar a dinâmica,

os padrões relacionais, os valores e a sua estrutura (Barreto & Crepaldi, 2017, McGoldrick & Gerson, 1995). Ressalte-se que o genograma pode ser utilizado para contribuir com a vigilância socioassistencial, pois produz e organiza dados, indicadores, informações e análises que contribuem para a efetivação do trabalho social com famílias, compreendendo a necessidade de serviços e intervenções, conforme demandas levantadas. No uso deste recurso em um processo de construção, colaborativo, o genograma pode ser, sobretudo, interventivo, pois, a partir de espaços dialógicos, as famílias podem compreender os processos vividos, resignificando passos de sua trajetória para pensar em estratégias diante das vulnerabilidades.

O objetivo deste relato de experiência é apresentar a utilização do genograma no Trabalho Social com Famílias desenvolvido no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em um equipamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Distrito Federal. Como objetivo secundário, pretendemos demonstrar a relevância de uma análise apropriada de dados obtidos coletivamente, estabelecendo uma perspectiva dialética entre dimensões estruturais, subjetivas, individuais e coletivas que apontem convergências e contradições em direção a um olhar que gere reflexões e empoderamento dos participantes que contam suas histórias de vida e migração. Portanto, apontamos nosso percurso na utilização do genograma para compreender o processo de migração e da formação de territórios característicos por ocupações intergeracionais de famílias migrantes. A dinâmica familiar no próprio processo de migração constitui um fator básico tanto de continuidade quanto de mudança, conforme ilustrado, por exemplo, no estudo feito por Montgomery et al. (2009), sobre “famílias de refugiados em contexto de exílio”, utilizando uma abordagem para o trabalho com famílias a partir de suas histórias de vida.

## Método

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, elaborado no contexto de acompanhamento, por um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS –, de famílias de uma ocupação irregular do Distrito Federal, com as quais foi utilizado o genograma como instrumento para a compreensão do território, dos fluxos migratórios e da formação das redes significativas de afeto e apoio.

**Contexto**

O trabalho de acompanhamento com as famílias de uma comunidade caracterizada por estar em uma ocupação irregular aconteceu no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de uma Região Administrativa do Distrito Federal, ao longo do ano de 2018. Inicialmente, as famílias procuraram o CRAS e, mediante atendimentos individuais no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), identificaram-se vários núcleos de uma mesma família proveniente do nordeste brasileiro, os quais moravam na mesma ocupação irregular e tinham histórico de migração e remoção. Nesses atendimentos, identificaram-se demandas comuns em relação a vulnerabilidades dessas famílias: falta de moradia própria e a precariedade do setor onde viviam; famílias com processos reiterados de remoção, mas que reconstruíam moradias ainda mais precárias ali; alto grau de analfabetismo, independentemente do ciclo de vida; vivência de *bullying* na escola, por parte das crianças e adolescentes das famílias e aspectos comuns referentes ao processo migratório.

**Participantes**

Inicialmente, 12 famílias participaram do grupo de acompanhamento e, aos poucos, novas agregaram-se

aos encontros, sendo, ao final, 36 famílias (núcleos familiares), todas com laços de parentesco entre si, representadas por mulheres, na faixa etária entre 15 e 65 anos, residentes em ocupação irregular há pelo menos 6 anos, migrantes do sertão nordestino. É importante destacar que essas famílias acompanhadas pelo CRAS construíram o genograma e trouxeram as informações daquelas que permanecem na cidade de origem, no Nordeste. Assim, embora seja possível identificar um total de 136 pessoas no genograma, participaram do acompanhamento pelo CRAS as mulheres que compõem as 36 famílias que migraram para Brasília. Uma das razões que levou à unificação dos 36 núcleos familiares em um único genograma é que todos tinham vínculos de parentesco, em algum nível, conforme fica evidenciado na Figura 1. Inclusive, esse foi um dos motivos, além de fazerem parte da mesma comunidade, que levou a equipe do CRAS a fazer o acompanhamento coletivo dessas famílias.

A Figura 1 mostra uma visão panorâmica do genograma construído nos encontros grupais pelas famílias que estão em Brasília. Os nomes são fictícios e em destaque estão as famílias que permanecem nas cidades de origem, no Nordeste, e o reduzido número de adultos alfabetizados, no caso, cinco pessoas na época do acompanhamento familiar.

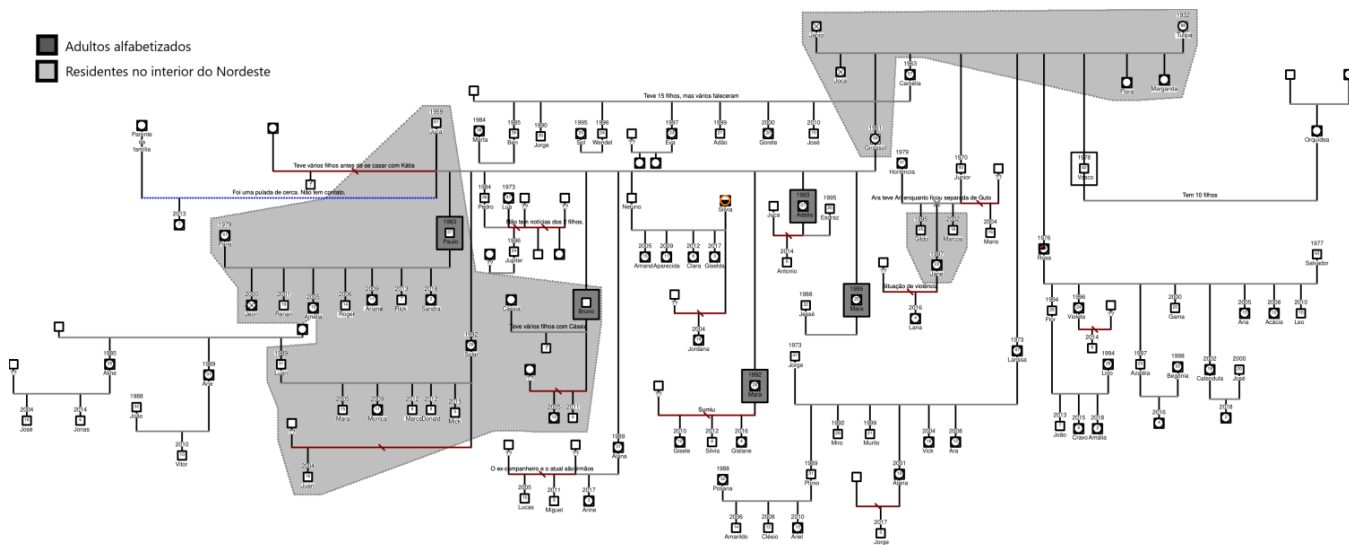


Figura 1. Genograma das famílias.

Nesse contexto, são características comuns de grande parte das famílias acompanhadas no CRAS: são migrantes do sertão nordestino, todas são beneficiárias do Programa Bolsa Família; a maioria tem suas rendas provenientes da catação de material reciclável; 10 estão abaixo da linha da pobreza, com renda per capita inferior a R\$ 89,00 mensais; 30 responsáveis familiares são analfabetas ou com escolaridade até o terceiro ano do ensino fundamental; todas famílias residem em moradias feitas de madeirite ou madeira reaproveitada.

### **Instrumentos e Procedimentos**

A princípio, as famílias foram convidadas a participar de reuniões mensais para atendimentos coletivos no PAIF e, depois, elas passaram a convidar outros familiares. Após a acolhida individual das participantes, iniciamos encontros com objetivo de compreender a dinâmica dessas famílias no território e buscar estratégias de forma coletiva para atender a demandas familiares e comunitárias. O genograma foi o instrumento utilizado para nortear os encontros e auxiliar na compreensão da relação de parentesco e histórico migratório que havia entre cada núcleo familiar, uma vez que uma das

peculiaridades desse recurso refere-se à possibilidade da construção coletiva de um único mapa por todas as famílias participantes considerando os laços existentes entre elas. Assim, nesses encontros, era fixado um papel pardo na parede da sala onde o grupo acontecia no CRAS para que o genograma fosse desenhado coletivamente e atualizado a cada encontro.

Os dados foram coletados mediante abordagem individual e coletiva das participantes no CRAS utilizando-se entrevista semiestruturada e recursos grupais, que permitiram a elaboração do genograma da família. Nesse contexto, os encontros coletivos foram planejados em uma metodologia de intervenção psicossocial (Lévy, 2001). O grupo contou com seis encontros, realizados ao longo de 2018, conforme descrito na Tabela 1, estruturados na construção e análise do genograma. Assim, temas de interesse das participantes e marcas do movimento migratório que constituem suas histórias foram compartilhados e ressignificados de modo que essas mulheres construíram novos sentidos. A Tabela 1 descreve o número de encontros realizados, quando e alguns dos temas trabalhados.

**Tabela 1.** Temas dos encontros com foco na construção e análise coletiva do genograma

Encontros	Temas
Encontro 1 (abril/2018)	Início da construção do Genograma. Mapeamento do contexto de migração, quem residia no DF ou no Nordeste no momento anterior à formação do grupo. Construiu-se um plano de acompanhamento em grupo junto com as famílias.
Encontro 2 (maio/2018)	Moradia, escolarização e combate ao trabalho infantil.
Encontro 3 (junho/2018)	CRAS e Unidade Básica de Saúde: A relação entre planejamento familiar, acesso aos serviços de saúde, escolarização, analfabetismo e vulnerabilidade social.
Encontro 4 (agosto/2018)	Reflexão sobre a história de vida das participantes, sobre a diferença entre como era a educação das crianças na época delas e como é agora.
Encontro 5 (setembro/2018)	Migração, transitoriedade, história da família, projetos na vida e benefícios eventuais.
Encontro 6 (outubro/2018)	Fechamento do grupo. Importância da escolarização. Projetos futuros.

## **Resultados e discussão**

Os resultados serão apresentados em duas categorias: representação das famílias pelo genograma, a qual abarca uma análise conjunta das histórias de vida e das estruturas de base das vulnerabilidades enfrentadas

pelas famílias e a segunda se refere à representação coletiva do processo migratório por meio do genograma, que traz a análise dos vínculos e laços, familiares e comunitários, os quais foram construídos coletivamente nas histórias de migração na busca por uma melhoria de vida.

### **A Representação das Famílias por meio do Genograma**

Na atuação do trabalhador da Política de Assistência Social, é relevante e ainda um desafio pensar em métodos que trabalhem com a família considerando a visão que ela própria tem de si, seus valores, crenças, histórias e as interações presentes entre as pessoas que compõem o conceito de família. Conhecer isso a partir da construção de cada participante foi muito relevante para a compreensão das demandas, vulnerabilidades e estratégias de superação a partir dos laços que constroem entre si e com a dinâmica do território. Descrever em forma de imagem essas ligações e a composição dos núcleos familiares que vieram para Brasília e daqueles que permanecem no Nordeste trouxe clareza para as famílias quanto às motivações de cada núcleo no fluxo migratório e do tamanho da rede que se fortalece ou se rompe nesse processo. Assim, considerando o principal objetivo deste relato de experiência, verificamos que a utilização do genograma como instrumento de intervenção mostrou-se um método efetivo para guiar o acompanhamento de famílias e de suas histórias de vida, mostrando laços intergeracionais e dinâmicas relacionais como apontam Barreto e Crepaldi (2017) ao destacarem as possibilidades interventivas do genograma.

Ao construir o genograma, cada participante trouxe sua história não apenas quanto aos arranjos familiares constituídos desde o nascimento e ao longo da vida, mas também quanto aos vínculos que foram formados, fortalecidos ou fragilizados nessa trajetória. Assim, as famílias, apesar de evidenciarem diversas situações de vulnerabilidade, apresentaram-se como uma grande rede de apoio mútuo diante das adversidades. Dessa forma, para uma mãe que precisa trabalhar e não tem com quem deixar os filhos, por exemplo, visualizar no desenho, de forma concreta, quais pessoas da família poderiam apoiá-la foi importante, considerando que o grupo trazia a perspectiva do fortalecimento familiar e comunitário. Assim, além de discutirem novas formas de apoio mútuo, compartilharam informações relevantes obtidas no CRAS ou em outros espaços no território, visando à proteção dos diversos núcleos familiares e levando a um fortalecimento dos vínculos já existentes entre elas. Nesse sentido, as famílias passam a perceber as capacidades e potencialidades do território em que vivem, o que pode contribuir com orientações para o desenvolvimento de si e da comunidade (Robertson & Mnikler, 1994).

Foi possível perceber pelo genograma e pelo relato da história de vida que as mulheres têm destaque na busca de redes de apoio, dos serviços socioassistenciais e de meios de sobrevivência. Conforme identificamos, muitas vezes, elas são protagonistas no processo migratório em busca de uma melhoria de qualidade de vida para si e suas famílias. Essa dinâmica que caracteriza o movimento migratório em uma perspectiva de gênero na luta pela subsistência, conforme Bertoldo (2018), aponta uma necessidade por parte dessas mulheres de acesso à garantia de direitos como educação, alimentação, trabalho entre outras condições de subsistência. Assim, ainda que haja um número significativo de homens no genograma, conforme Figura 1, foi inexpressiva a presença deles como protagonistas na busca por direitos, serviços e no histórico relatado pelas participantes quanto aos fatores que levam à migração.

A construção do genograma pelas participantes trouxe, ainda, compreensão de vulnerabilidades e situações de risco a partir de um olhar transgeracional. Analisando suas histórias, algumas famílias relataram sobre a época em que trabalhavam na roça, quando crianças, e acompanhavam os pais nas vendas de produtos. Essa vivência era “natural”, em que as crianças ajudavam os pais a plantar, pois, se não o fizessem, não teriam nada para comer. Esses relatos foram essenciais para a compreensão das famílias, por exemplo, sobre por que elas naturalizavam o processo de levar seus filhos para a catação de materiais recicláveis. Assim, ao compartilhar histórias de vida e trajetórias sociais, as narrativas trazem marcas transgeracionais, de identidades formadas por “história herdada” (Gaulejac, 1999).

Essa reflexão sobre a história familiar relacionada aos meios de produção, à forma como a família trabalhava e obtinha renda foi realizada ainda para evidenciar que tanto o trabalho na roça quanto o atual, de catador de material reciclável, não estão relacionados isoladamente a fatores de tradição familiar ou decisão individual, mas têm relação, antes de tudo, com a estrutura econômica, jurídica e política da sociedade, com acesso a direitos, bens e serviços. Assim, é possível identificar que essas condições moldam e impactam as dinâmicas familiares, e ditam, sobretudo, condições materiais de existência (Marx, 1859/2008), em que, diante de suas histórias de luta pela sobrevivência, as famílias têm como meio de renda trabalhos, na maioria das vezes, insalubres, com baixa infraestrutura e condições precárias, reverberando na busca de novos espaços territoriais para atender necessidades próprias e assegurar a

manutenção de suas existências sociais. A análise dessas condições foi relevante para pensar nas projeções futuras de ações concretas a serem tomadas para que essas condições materiais sejam transformadas.

A partir da discussão relativa ao trabalho, ao acesso a políticas públicas, tanto no território de origem como em Brasília, foi possível problematizar as situações de risco e as prováveis consequências no contexto atual e no momento em que viveram essas histórias. Após fazer um paralelo entre os recursos disponíveis na época da infância dos pais e os recursos disponíveis na atualidade, ficou mais claro para as participantes o sentido de Leis, Decretos e demais normativas que proíbem o trabalho infantil, por exemplo. Dessa forma, o trabalho social com as famílias pode acontecer com plenitude na medida em que se identificam os recursos tanto das famílias, quanto às obrigações do Estado. Ao utilizarmos uma lente de análise da demanda coletiva para a identificação desses aspectos em uma perspectiva dialética entre dimensões estruturais, objetivas e subjetivas, torna-se possível trabalhar com foco no empoderamento e alcance de direitos e não em um viés com foco na culpabilização das famílias atendidas pelo SUAS.

Nesse sentido, a construção do genograma, além de mostrar esse mapa da rede familiar, de como se dão as configurações e as histórias de vida, também proporcionou compreender vulnerabilidades relevantes para que pudéssemos levantar estratégias de intervenção e acompanhamento. Dentre as vulnerabilidades identificadas, destacaram-se: insegurança de renda e autonomia, vivenciada na cidade de origem e que permanece como marca das condições de vida atual; inseguranças ligadas ao convívio marcadas pela naturalização da violência em alguns núcleos familiares; e insegurança de acolhida na falta de acesso a serviços, bens e escuta qualificada. Por outro lado, fatores ligados a um empoderamento e reconhecimento da história coletiva dessas famílias também foram vistos, nos relatos de vínculo entre as famílias, estratégias para a busca de seguranças mínimas, a identificação da dinâmica de migração e suas motivações, proporcionando um desenvolvimento de uma consciência social crítica, como aponta Freire (1970).

Como fatores ligados a outras políticas públicas que ampliam algumas dessas situações de desproteção, destacaram-se dois, os quais foram pautas recorrentes dos encontros: o alto índice de analfabetismo dos adultos das famílias, conforme aponta a Figura 1, e a dificuldade de acesso à política de saúde. Quando perguntamos

sobre quem dos adultos, naquele genograma, era alfabetizado, elas responderam que somente cinco. Isso levou a uma articulação do CRAS com a política de Educação e de Saúde para minorar o quadro tão grave de exclusão, pois era consenso que qualquer ação de emancipação dessas famílias teria de passar pela garantia de seus direitos mais básicos, como educação e saúde.

Nessa perspectiva, a Secretaria de Educação nos colocou em contato com uma professora que poderia alfabetizar quem tivesse interesse e a Secretaria de Saúde que, além de ampliar a cobertura de atendimento para essas famílias, cedeu espaço em suas dependências para a realização das aulas de alfabetização, pois era o local mais próximo de onde as famílias moravam. Assim, o CRAS mobilizava as famílias para participarem da alfabetização, garantindo o lanche para os encontros com a alfabetizadora. Ademais, realizamos os encontros com as famílias, em que questões vivenciadas pelo grupo eram problematizadas e, além disso, atendemos demandas de cada núcleo familiar para pactuar encaminhamentos para a rede de serviços, quando necessário, e garantir renda e sobrevivência mediante acesso a programas de transferência de renda e benefícios eventuais.

É importante destacar que essa atividade de alfabetização tinha a função de despertar o interesse das famílias para a questão, em um primeiro momento, até que os prazos e oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estivessem ao alcance dessas famílias. As oficinas de alfabetização aconteceram em tempo suficiente para que quatro participantes procurassem se matricular na escola mais próxima assim que os prazos institucionais de matrícula para o EJA se abriram. Posteriormente, tivemos notícias de que outras pessoas da comunidade estavam frequentando o EJA. Dois deles eram maridos das alfabetizadas.

Outro fator notado durante o acompanhamento referiu-se à importância de se perceber a cultura, os valores e as crenças das participantes. Para a equipe, era como se as famílias fossem “estrangeiras no próprio país”, no sentido de que desfrutavam de outros códigos de acesso e pertencimento, diferentes dos adotados neste contexto urbano, em que o letramento é essencial para se conseguirem empregos formais e até mesmo se decodificarem direitos garantidos por Lei.

### ***Representação Coletiva do Território e do Processo Migratório por meio do Genograma***

O genograma mostrou como os núcleos familiares se amparam no afeto e se sustentam na construção

de um território. Nesse sentido, as famílias vão estimulando a migração pelo vínculo que têm entre si e pela esperança de superar vulnerabilidades e acabam formando territórios caracterizados pelo contexto da migração e, por serem ocupações irregulares, demarcando maior desproteção pelas condições de moradia e falta de acesso a direitos. Ainda que sofram situações de remoção por estarem em áreas irregulares, algumas famílias reconstróem moradias ainda mais precárias naquela comunidade.

Nessa perspectiva, as famílias trouxeram relatos sobre o que as motivou a deixarem a vida no interior do Nordeste onde tinham casa, escola, médico, mas havia escassez de comida e água. Em razão disso, decidiram vir para o Distrito Federal porque aqui não lhes faltariam alimentos, pois encontram maior quantidade de materiais recicláveis para vender e teriam, segundo relataram, mais acesso a benefícios governamentais que lhes garantem a segurança alimentar. Esses relatos mostraram a importância de ver a motivação para a migração, como apontam Dornelas e Ribeiro (2018), compreendendo esses aspectos não apenas por motivos objetivos, estruturais, mas também por questões subjetivas, tais como de necessidades de aproximação ou ruptura de vínculos, dentre outros fatores, que nos exigem uma análise olhando não só o individual, mas o coletivo, o contexto, o território de origem e de chegada.

Outro compartilhamento que trouxe significado para o contexto de migração foram os ritos e os costumes familiares. Algumas participantes relataram que um dos costumes das famílias era acompanhar as romarias nas cidades vizinhas, momento em que acampavam nas portas das igrejas buscando doações, tais como dinheiro, comida, roupas e brinquedos. Compreender essa dinâmica, com esses ritos familiares, foi essencial para estabelecermos estratégias de atuação respeitando os costumes, a cultura e as histórias sem deixar as crianças em situação de desproteção. Isso não significa que hoje as famílias tenham abandonado práticas que, para elas, são constituintes de suas identidades. Este trabalho nos permitiu acessar um mundo que era fechado para nós. Assim, com a descrição das histórias de vida que se constituíram informações importantes para entender a dinâmica das relações e costumes, bem como, da migração, foi possível pactuar ações que equilibrassem ritos importantes para as famílias com as prerrogativas atuais no que tange à proteção das crianças e à garantia dos direitos sociais.

Com acesso a essas histórias que se somam a outras e motivam o fluxo migratório, verificamos a necessidade de articulação com as políticas locais da cidade de origem dessas famílias para realizar uma análise conjunta do processo migratório e um trabalho preventivo no sentido de se buscar, com essas as famílias, alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades considerando que, a cada movimento de ida e de vinda, elas deixam para trás espaços construídos, alguns laços e ampliam desproteções.

O genograma possibilitou, ainda, que as participantes visualizassem os aspectos intergeracionais no processo migratório e as crenças que vinham acompanhadas em cada geração como “em outro lugar, a vida é melhor”. Além disso, motivações centradas na fuga de situações de violência e conflitos, urbanos e familiares, ao longo de gerações foram aspectos trazidos por algumas famílias. Nesse sentido, a compreensão dessas dinâmicas, por meio das histórias de vida e do contexto de diversas faltas e inseguranças vividas, foi dando sentido ao fluxo migratório e a como o território vai se constituindo quando as famílias chegam ao Distrito Federal. Parte desse trabalho se volta, ainda, para se materializar o mapeamento da rede de apoio e afetos no sentido de que as famílias consigam ver o alcance das redes que as circundam ampliando redes comunitárias e de serviços, buscando cruzar aquilo de potente que o território e as próprias famílias trazem com algumas necessidades identificadas.

## Considerações finais

Neste relato de experiência, pretendeu-se mostrar a utilização do genograma, na Política de Assistência Social, como recurso para a compreensão do processo migratório de famílias atendidas pelo CRAS. As histórias de vidas e, sobretudo, as questões estruturais sobre a migração puderam ser discutidas e problematizadas coletivamente. Os recursos utilizados proporcionaram espaços de convivência entre famílias e equipe do CRAS, sendo essenciais para a construção de estratégias para enfrentar vulnerabilidades.

É importante destacar que, via de regra, o genograma costuma ser utilizado com o objetivo principal de representar de forma gráfica informações sobre a família, laços intergeracionais, dinâmica familiar, padrões relacionais, valores, estrutura familiar e processos de comunicação. No entanto, neste trabalho, o objetivo principal foi, muito mais do que analisar esses aspectos



intrafamiliares, identificar a relação desses núcleos familiares com seu território, com sua comunidade e com sua cidade de origem. Assim, propusemos a construção coletiva do genograma como recurso para extrapolar as paredes dos serviços para compreender a relação da família nuclear com a família extensa, bem como do grupo familiar mais amplo com toda sua história de origem, seu território de vivência, os vínculos com os serviços que acessam e os aspectos preponderantes para a questão migratória. Nesse sentido, buscamos demonstrar a relevância de olhar de forma dialética os aspectos coletivos ao construirmos um genograma com famílias que vivenciam processos migratórios.

Essa construção coletiva do genograma foi outro diferencial deste trabalho. Em intervenções anteriores, os genogramas foram construídos de forma individual

com algumas dessas famílias, e a experiência se mostrou importante para percebermos que estávamos diante de vários núcleos familiares de uma mesma família de origem, os quais compartilhavam histórias, singulares e coletivas, impulsionadoras do movimento migratório. Ampliando o olhar, o genograma realizado coletivamente mostra de forma mais clara os aspectos estruturais que ocasionam a migração e também as estratégias que vão sendo utilizadas pelas famílias que vão ditando proteções e desproteções durante essa trajetória. Assim, para sintetizar o caminho que fizemos para o uso do genograma, trouxemos na Tabela 2 alguns aspectos importantes para a utilização dessa ferramenta com a comunidade constituída por essas famílias migrantes. Ressaltamos que as análises e as possibilidades de uso não se esgotam nestes pontos listados, mas foram passos importantes para a construção coletiva.

**Tabela 2.** Principais aspectos para a construção do genograma coletivo

Principais aspectos
Realizar análise socioterritorial;
Estabelecer relações de vínculo e espaços de convivência nos territórios;
Desenvolver espaços coletivos para compreensão da história de famílias de um mesmo núcleo familiar – identificando estes núcleos e suas ligações de forma prévia;
Construir o genograma ao longo dos encontros com as famílias para que faça sentido aos participantes;
Realizar análises sobre aspectos estruturais que ocasionam o processo de migração;
Verificar similaridades e distinções nas histórias de vida das famílias migrantes.

A partir dessa abordagem, outras intervenções coletivas e participativas podem ser realizadas com indivíduos ou outros núcleos familiares que vivem no mesmo território, compartilhando em grupos as trajetórias de vida intergeracionalmente. Isso pode se expandir em um movimento comunitário de conscientização coletiva, levando a ações e iniciativas sociais em torno das condições de vida, de trabalho, de educação, de moradia e de diferentes questões sociais e de saúde. Um exemplo desse trabalho poderia ter como foco implicações ligadas à questão de gênero, buscando ampliar a participação de homens nesse tipo de abordagem. Outro foco poderia se centrar no trabalho envolvendo os aspectos relacionais entre crianças, jovens e seus pais.

Este trabalho mostrou-nos a importância de compreender o território para além da área de abrangência, somando histórias e laços que ali o constituem. O genograma foi um recurso muito importante para

compreender a dinâmica de uma comunidade constituída por famílias de uma mesma região de origem, as quais são ligadas por laços familiares. Assim, a utilização desse instrumento por profissionais de diversas áreas pode contribuir para um trabalho interdisciplinar, o qual é um recurso que está a favor da vigilância socioassistencial no sentido de produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para a efetivação do trabalho social com as famílias.

## Referências

- Barreto, M., & Crepaldi, M. A. (2017). Genograma no contexto do SUS e SUAS a partir de um estudo de caso. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(58), 74-85. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-7841201700020006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-7841201700020006&lng=pt&nrm=iso)
- Bertoldo, J. (2018). Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista katálysis (Florianópolis)*, 21(2), 313-323. doi: 10.1590/1982-02592018v21n2p313

## O Genograma para compreensão do processo migratório de famílias em vulnerabilidade social

- Ciampa, A. C. (2012). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.
- Dornelas, P. D., & Ribeiro, G. N. (2018). Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. *O Social em Questão*, 21(41), 247-264. Recuperado de [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_41\\_art\\_11\\_Dornelas\\_Ribeiro.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_11_Dornelas_Ribeiro.pdf)
- Freire, P. (1970). *Pedagogy of the oppressed*. Nova Iorque: Continuum.
- Gaulejac, V. De. (1999). *L'histoire en héritage. Roman familial et trajectoires sociales*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Gutierrez, L. (1995). Understanding the empowerment process: Does consciousness make a difference? *Social Work Research*, 19(4), 229-237. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/42659258>
- Lévy, A. (2001). A mudança: esse obscuro objeto de desejo. In M. N. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo, & S. Roedel (Orgs.), *Psicossociologia: análise social e intervenção* (pp. 121-131). Belo Horizonte: Autêntica.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular. (Obra original publicada em 1859)
- Mcgoldrick, M., & Gerson, R. (1995). Genogramas e o ciclo de vida familiar. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As Mudanças no ciclo de vida familiar* (2ª ed., pp. 144-166). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2008). *CapacitaSuas. Configurando os Eixos de Mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome* (Vol. 1, 1ª ed.). Brasília: MDS/Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/SUAS\\_Vol1\\_%20Mudanca.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol1_%20Mudanca.pdf)
- Miranda, S. C. (2019). O estudo das migrações a partir da Psicologia Social: uma perspectiva crítica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Rio de Janeiro)*, 19(3), 566-582. doi: 10.12957/ep.2019.46903
- Montgomery, C., Xenocostas, S., Le Gall, J., Hamez-Spy, M., Rachédi, L., Laaroussi, M. V. ... Drolet, M. (2009). *Maintaining continuity in contexts of exile: Refugee families and the "family novel" project*. Montreal, QC: Centre de santé et de services sociaux de la Montagne. Recuperado de [https://sherpa-recherche.com/wp-content/uploads/Maintaining\\_continuity-1.pdf](https://sherpa-recherche.com/wp-content/uploads/Maintaining_continuity-1.pdf)
- Nascimento, P. F., & Melazzo, E. S. (2013). Território: conceito estratégico na assistência social. *Serviço Social em Revista*, 16(1). doi: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p66
- Penso, M. A., Costa, L. F., & Ribeiro, M. A. (2008). Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In M. A. Penso & L. F. Costa (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos* (pp. 9-23). São Paulo: Summus.
- Rhéaume, J. (2014). Community development and empowerment: A clinical sociology perspective. In J. Fritz & J. Rhéaume (Orgs.), *Community intervention. Sociologia clínica: pesquisa e prática*. Nova Iorque: Springer.
- Robertson, A., & Minkler, M. (1994). New health promotion movement: A critical examination. *Health Education Quarterly*, 21(3), 295-312. doi: 10.1177/109019819402100303
- Rosa, R. C. Q., Hillesheim, B., Weber, D. L., & Holderbaun, L. S. (2019). Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. *Revista Eletrônica Científica da UERGS*, 5(2), 138-146. doi: 10.21674/2448-0479.52.138-146
- Singer, P. (1998). *Economia Política da Urbanização* (14ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Wallerstein, N., & Bernstein, E. (1994). Introduction to community empowerment, participatory education and health. *Health Education Quarterly*, 21(2), 141-148. doi: 10.1177/109019819402100202

*Olga Maria Pimentel Jacobina*, Pós-doutora pelo Centre of Addiction and Mental Health/University of Toronto Canadá (CAMH), Doutora e Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), é Especialista em Assistência Social - Psicóloga - na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (SEDES/GDF). Endereço para correspondência: CRAS Guará: EQ 15/26 - Área Comunal 01 - Guará II, Brasília/DF. Telefone: (61) 3773-7401. Email: [olgampj@gmail.com](mailto:olgampj@gmail.com) ORCID: 0000-0002-4687-2950

*Acileide Cristiane Fernandes Coelho*, Doutoranda pelo Programa de Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Psicodrama Clínico e Socioeducacional pelo Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Pontifícia Universidade de Goiás - Interpsi (PUCGO); Especialista em Psicopatologia e Psicodiagnóstico pela Universidade Católica de Brasília (UCB), é Especialista em Assistência Social - Psicóloga - na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (SEDES/GDF). Email: [acoelho@sedes.df.gov.br](mailto:acoelho@sedes.df.gov.br) ORCID: 0000-0003-3063-4744

*Lorena Braga Antunes Juliano*, Mestranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Atendimento Integral à Família pela Universidade Veiga de Almeida

(UVA), é Especialista em Assistência Social – Assistente Social – na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (SEDES/GDF). Email: lorenantunes@gmail.com ORCID: 0000-0002-6107-2716

*Jacques Rheaume*, Doutor em Sociologia pela Universidade de Montreal, Canadá e Mestre em Psicologia pela Universidade de Sherbrooke, é Professor Emeritus, Sociologist do Department of Social and Public Communication da University of Quebec (UQAM), Membro do SHERPA Research Institute da Universidade Integrated Center of Health and Social Services, Montreal Center-West Area. Email: rheaume.jacques@uqam.ca ORCID: 0000-0003-0416-6705

Recebido em 14.fev.21

Revisado em 28.dez.21

Aceito em 31.jan.22